

ALFA
Revista de Lingüística

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Vice-reitor no exercício da reitoria

Julio Cezar Durigan

Pró-Reitora de Pesquisa

Maria José Soares Mendes Giannini

Apoio:

PROPe

Pró-Reitoria de Pesquisa

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA

Revista de Lingüística

ISSN 1981-5794 (ON LINE)

ISSN 0002-5216 (IMPRESSA)

Alfa	São Paulo	v.55	n.1	p.1-350	2011
------	-----------	------	-----	---------	------

Alfa: Revista de Linguística
UNESP – Univ Estadual Paulista,
Pro-Reitoria de Pesquisa
Rua Quirino de Andrade, 215
01049-010 – São Paulo – SP
alfa@unesp.br

Editoria Executiva
Cristina Carneiro Rodrigues
Gladis Massini-Cagliari
Marize Mattos Dall'Aglio Hattner
Roberta Gomes Camacho
Rosane de Andrade Berlinck

Editor responsável
Arnaldo Cortina

Capa
Adriana Bessa Dammann

Revisão
Sílvia Maria Gomes da Conceição Nasser

Revisão dos Abstracts
Bento Carlos Dias da Silva

Assessoria Técnica
Ana Paula Meneses Alves

Diagramação
Eron Pedroso Januskevicius

Conselho Editorial

Ângela Cecília Souza Rodrigues (USP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Bento Carlos Dias da Silva (UNESP), Christian Hudelot (CNRS), Claudia Maria Xatara (UNESP), Claudia Nivia Roncarati de Souza (UFF), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Dermeval da Hora (UFPB), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Edair Gorski (UFSC), Eduardo Calil (UFAL), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (UNICAMP), Fábio Lopes da Silva (UFSC), Freda Indurski (UFRS), Helena Hatsue Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (UNICAMP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Azenha Júnior (USP), João Wanderlei Geraldi (UNICAMP), John Robert Schmitz (UNICAMP), José Borges Neto (UFPR), Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP), Laurent Danon-Boileau (Paris V – CNRS), Leda Bisol (PUC-RS), Leonor Scliar Cabral (UFSC), Lúcia Teixeira (UFF), Luís Antônio Marcuschi (UFPE), Luís Carlos Travaglia (UFU), Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG), Maria Bernadete M. Abaurre (UNICAMP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Helena Vieira Abrahão (UNESP), Maria Luíza Braga (UFRJ), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Mariangela Rios de Oliveira (UFF), Mary Aizawa Kato (UNICAMP), Pedro de Souza (UFSC), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rosa Virginia Barretto de Mattos Oliveira e Silva (UFBA), Rosemary Arrojo (State University of New York), Seung Hwa Lee (UFMG), Sírío Possenti (UNICAMP), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia de Almeida Cardoso (USP).

Publicação semestral/Bi-annual publication

Alfa: Revista de Linguística / UNESP – Universidade Estadual Paulista – v.1 (1962) –
v.23 (1977); v.24 (1980) – São Paulo, UNESP, 1962-1977; 1980 –

Semestral
Publicação suspensa de 1978-1979

ISSN 0002-5216 (Impressa) 1981-5794 (On line)

Os artigos publicados na Alfa: Revista de Linguística são indexados por:
The articles published in Alfa: Revista de Linguística are indexed by:

BLL – Bibliography of Linguistic Literature

CLASE – Cich-Unam – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

Francis Database

IBZ – International Bibliography of Periodical Literature in the Humanities and Science Galé

LLBA – Linguistic and Language Behavior Abstracts

MLA – International Bibliography.

APRESENTAÇÃO

Este primeiro número do volume 55 da *Alfa*: revista de linguística, além de trazer treze novos artigos e três resenhas de livros, anuncia a disponibilização, em seu site, de todos os seus volumes anteriores, desde 1962, ano em que foi lançado o volume 1 da revista. Dessa forma, os pesquisadores das diferentes questões de linguagem, tanto no Brasil como no exterior, passam a ter acesso livre à coleção inteira da *Alfa*. Na medida em que este periódico é um dos mais antigos da área traça, de certa forma, um panorama dos estudos linguísticos desenvolvidos no país.

Como este é um número aberto da revista, os artigos publicados contemplam diferentes áreas das pesquisas em linguística. Eles abarcam estudos que dialogam com a morfologia, a lexicografia, a sintaxe, a semântica, a interação linguística, a análise do discurso, a linguística computacional, entre outras áreas. As três resenhas apresentam e comentam obras recentemente publicadas no mercado editorial brasileiro, uma de 2009 e duas de 2010. Tendo passado por uma avaliação criteriosa, temos a certeza de que os textos aqui publicados refletem o que de melhor tem sido produzido pela comunidade científica, que corresponde aos pesquisadores e aos professores de universidades brasileiras e de algumas estrangeiras. Trata-se dos trabalhos que foram selecionados dentre as cinquenta submissões que a revista recebeu para a chamada aberta à composição deste número.

Temos a certeza de que, com mais este número da *Alfa*, manteremos um espaço aberto para o debate, para a exposição de ideias e de resultados de investigações no âmbito dos estudos da linguagem. Esperamos que seus leitores apreciem os textos que ora tornamos públicos e se sintam incentivados a com eles dialogar, propondo respostas, questionamentos ou intervenções, que serão sempre assegurados no espaço deste periódico.

Arnaldo Cortina

SUMÁRIO / CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

- Convergência e divergência morfológica nas línguas românicas e no inglês: os sufixos provenientes de -TIO(NIS)
 Morphological convergence and divergence in English and in Romance languages. Suffixes deriving from TIO(NIS)
Graça Maria Rio-Torto 11
- Princípios para o desenvolvimento de uma teoria da definição lexicográfica
 Principles for the development of a theory of the lexicographic definition
Félix Bugueño Miranda e Virginia Sita Farias 31
- Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro
 Contributions for a typology of anthroponyms in Brazilian Portuguese
Eduardo Tadeu Roque Amaral 63
- 'Lá' pós-nominal na cartografia do DP: questões sobre especificidade e identificação
 Post-nominal 'lá' in the DP-cartography: inquiries about specificity and identification
Bruna Karla Pereira 83
- Uma proposta para a semântica dos adjuntos 'em X tempo' e 'por X tempo'
 A proposal for the semantics of 'em X tempo' ('in X time') and 'por X tempo' ('for X time')
Renato Miguel Basso 113
- As demandas interacionais das ligações para o Disque Saúde e sua relação com o trabalho prescrito
 Interactional demands in calls to a government health helpline and their relations with prescribed work
Ana Cristina Ostermann e Joseane de Souza 135
- Usos e sentidos da voz no discurso político eleitoral brasileiro
 Uses and meanings of the human voice in Brazilian electoral discourse
Carlos Piovezani 163
- Nascimento e morte da lei de imprensa no Brasil: representações discursivas de autoria em jornalismo
 Birth and death of the press law in Brazil: discourse representations of authorship in journalism
Anderson Salvaterra Magalhães 177

▪ Como é possível vivermos e convivermos em um mundo real e nos comunicarmos exclusivamente no âmbito de um universo discursivo? How can we live in a real world and communicate by means of an abstract system or within the bounds of a discourse universe? <i>Maria Jussara Abraçado de Almeida</i>	205
▪ Aquisição de tradições discursivas: marcas de uma escrita heterogeneamente constituída Acquisition of discursive traditions: marks of a heterogeneously constituted writing <i>Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi</i>	225
▪ (Re)ler e (res)significar Pêcheux em relação a Althusser (Re-)visiting and (re-)signifying Pêcheux in relation to Althusser <i>Ismael Ferreira-Rosa, Diana Pereira Coelho de Mesquita e Sônia de Fátima Elias Mariano Carvalho</i>	249
▪ Saussure, o discurso e o real da língua: entre linguística e psicanálise Saussure, discourse and reality in language: between linguistics and psychoanalysis <i>Bruno Focas Vieira Machado</i>	271
▪ O pecado original da linguística computacional The original sin of Computational Linguistics <i>Ronaldo Teixeira Martins</i>	287
RESENHA / REVIEW	
▪ Dicionário de lingüística da enunciação <i>Márcia Sipavicius Seide</i>	311
▪ Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos <i>Joana Plaza Pinto</i>	323
▪ Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável <i>Maria Inês Batista Campos</i>	329
▪ ÍNDICE DE ASSUNTOS.....	335
▪ SUBJECTS INDEX.....	337
▪ ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX.....	339
▪ ÍNDICE DE RESENHA / REVIEW INDEX.....	341

ARTIGOS ORIGINAIS /
ORIGINAL ARTICLES

CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA MORFOLÓGICA NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS E NO INGLÊS: OS SUFIXOS PROVENIENTES DE -TIO(NIS)

Graça Rio-TORTO*

- **RESUMO:** Neste estudo, analisa-se a estrutura morfológica das bases verbais e dos sufixos nominalizadores com origem em -TIO, -TIONIS do português, espanhol, francês, italiano e inglês, distinguindo as variantes disponíveis para a formação de novos nomes e as que têm uma configuração historicamente motivada. A análise tem em conta as dimensões histórico-etimológicas dos sufixos e dos nomes em que ocorrem e discute o contributo de diferentes abordagens teóricas para o funcionamento dos representantes atuais de -TIO, -TIONIS nessas línguas. As configurações que o sufixo latino -TIO, -TIONIS apresenta na língua inglesa e nas línguas românicas permitem-nos estabelecer uma delimitação tipológica singular entre (i) português, espanhol e italiano, por um lado, e (ii) francês e inglês, por outro. Essa diferença tipológica poderá contornar a assunção de que as línguas românicas se regem todas por um mesmo padrão no que toca à configuração dos seus sufixos e comprovar que os padrões do inglês não se aplicam necessariamente a outras línguas de circulação internacional como o espanhol ou o português.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Derivação. Morfologia. História da Língua. Línguas Românicas. Português. Inglês.

Pressupostos teórico-metodológicos

Em termos de ancoragem teórica, este trabalho respalda-se numa arquitetura da linguagem alicerçada na interface entre teoria morfológica, processamento da linguagem e história da língua.

No que à teorização morfológica diz respeito, o quadro teórico que serve de referência à análise aqui expendida é essencialmente o da morfologia construcional, tal como desenvolvida por Corbin (1987), Varela (2005) e Booi (2005, 2007, 2008). No que concerne à descrição histórica dos fatos morfológicos considerados, recorreremos ao vasto acervo de dados coligidos e interpretados por estudiosos da morfologia, da linguística histórica e românica, como Malkiel (1970, 1978), Posner (1996) e Klausenburger (2006), respectivamente.

* UC – Universidade de Coimbra. Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada – Faculdade de Letras – Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas. Coimbra – Portugal. 3004-530 – gracart@gmail.com

Em relação ao processamento da linguagem, baseamo-nos essencialmente no pensamento de Jackendoff (2002). De fato, os modelos descritivos ganham em ser explicativos do modo como os falantes armazenam e processam as informações morfolexicais que têm na sua gramática mental. Por isso, a representação que aqui propomos deve ser também a um tempo *input-oriented* e *output-oriented*, conjugando as inferências que os falantes formulam a partir da observação das palavras de estrutura compósita a que estão expostos com os cálculos de boa formação que têm de ser ativados para que os novos produtos tenham uma configuração conforme com as condições de gramaticalidade da língua. Veremos de que forma o caráter mais ou menos (de)composicional ou holístico dos objetos morfológicos em análise estão intimamente relacionados com a sua estrutura morfológica interna, ou seja, com a natureza dos radicais, temas e sufixos envolvidos, e com a percepção que deles têm os falantes.

Partimos do pressuposto de que uma análise estritamente sincronicista – mais propriamente, em que os dados são observados na atual sincronia – pode conduzir a uma errônea análise da estrutura interna das palavras, atribuindo, por exemplo, o estatuto de produtos genolexicais a palavras que efetivamente não o têm, não obstante o caráter compósito da sua estrutura (RIO-TORTO, 1998).

À luz destes considerandos, nomes herdados do latim como os que se apresentam no Quadro 1 não são considerados palavras derivadas nas línguas sob escopo. Respeitando a origem, a gênese e a história dos recursos morfolexicais em jogo e, ao arrepio do que algumas descrições atuais propõem, as variantes sufixais eruditas que se mantêm nos cultismos que figuram nesse quadro, não serão aqui consideradas variantes formais dos atuais sufixos disponíveis nas línguas em análise. Trata-se antes, como veremos adiante, de configurações hodiernas de formas sufixais latinas que, nas línguas contemporâneas, não têm estatuto sufixal.¹ Tendo em linha de conta os resultados obtidos em estudos da especialidade (VANNEST; POLK; LEWIS, 2005), é nossa convicção que o processamento morfológico desses nomes é feito de forma holística e não (de) composicional, o que corrobora o seu caráter não construído dentro da língua atual de acolhimento.

Quadro 1 – Nomes herdados do latim.

latim	português	espanhol	italiano	francês	inglês
OPPRESSIO, -ONIS	opressão	opresión	oppressione	opression	opression
ADHAESIO, -ONIS	Adesão	adhesión	adesión	adhésion	adhesion

¹ Para o português, Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1916) apresenta como variantes de -*ção*, -*ão*, -*xão*, -*chão*, -*são*, -*ssão* e -*zão*, sem se pronunciar sobre o estatuto histórico e/ou funcional de cada uma.

Já palavras como *adoração* (port.), *adoración* (esp.), *adorazione* (it.), *adoration* (fr.) ou *adoration* (ing.), cuja gênese pode ser diretamente reportável ao étimo latino ADORATIO, -ONIS, podem também ser consideradas palavras derivadas dessas línguas, uma vez que nada impede que, das respectivas bases verbais, possa-se proceder e/ou ter procedido à sua derivação através dos sufixos nelas presentes.

Por via de regra, o espaço morfômico (ARONOFF, 1994) dos verbos cujos nomes aqui analisamos alberga um conjunto diversificado de variantes radicais e/ou temáticas (em português, *dig-*, *diz-*, *diss-* para *dizer*, ou *peç-*, *ped-* para *pedir*), cuja descrição provavelmente não será possível concretizar no seio de um modelo abrangente e absolutamente coeso. Em línguas morfológicamente ricas como as que estão sob nosso enfoque, o espaço morfômico de cada verbo, que inclui todas as manifestações de base (radicais e/ou temas) necessárias para que o verbo funcione flexionalmente (em português, *faç-*, *faz-*, *fez-*, *fiz-* para *fazer*) e derivacionalmente (*dic-* em *dicção*, *fac-* em *facção*, *feit-* em *feito*, *feitura*), pode acusar um grau de dispersão assinalável. Como sabemos, em cada caso (de flexão ou de derivação) e em função de condicionalismos morfológicos, alguns dos quais historicamente determinados, são convocados fragmentos desse espaço morfômico. Seria ideal conseguir congraçar, num modelo único de representação, as diferentes manifestações que esse espaço recorta, em cada língua, por via da derivação com sufixos descendentes de -TIO, -TIONIS. Mas a história de cada língua, ao fazer perviver marcas de tempos pretéritos no presente, não permite a rasura daquelas, garantindo assim a não homogeneização dos sistemas linguísticos e, por arrastamento, das suas dimensões culturais.

Sufixos e variantes

Português e espanhol

Em português e em espanhol, aos temas verbais da primeira, da segunda e da terceira conjugações, marcados pelas vogais temáticas -a-, -e- e -i-, podem acoplar-se os sufixos -*ção* e -*ción*, respectivamente, para assim formar nomes que denotam a ação, a atividade, o processo, o estado e/ou o resultado do que a base verbal denota. Em português, como em espanhol, os sufixos -*ção*² e -*ción* são os constituintes atualmente disponíveis para a formação de novos derivados.

Em ambas as línguas, o sufixo combina-se com o tema verbal, que termina em -a- nos derivados da 1ª conjugação (*devastar*, port. *devastação*, esp. *devastación*)

² Já Piel (1940, p. 230) afirma que “Como sufixo produtivo temos hoje apenas -*ção* [...] ao passo que -*são* se encontra apenas em latinismos que refletem diretamente palavras latinas em -*sio*, -*sione*”, não podendo, por isso, ser considerados produtos derivacionais do português.

e em *-i-* nos derivados da 2ª (port. *render-rendição*, esp. *perder-perdición*³) e da 3ª conjugações (*fundir*, port. *fundição*, esp. *fundición*).

A base verbal selecionada é a participial, explicando-se assim a presença da vogal temática *-i-* nos derivados de verbos da 2ª conjugação. Os verbos da 2ª e da 3ª conjugações latinas sofreram, na sua evolução para as línguas românicas, diversas vicissitudes. Para a 2ª conjugação do português, transitaram não apenas os verbos da segunda conjugação latina, mas também alguns da terceira conjugação; por seu turno, os verbos da 3ª conjugação portuguesa albergaram os da 4ª conjugação latina e alguns (mormente em *-io* e *-eo*) da 3ª conjugação (NUNES, 1989).

Tal como acontece com a correspondente forma portuguesa *-(s)são* (*opressão*, *compreensão*, *adesão*), também a configuração espanhola *-sión* é uma manifestação da herança latina na língua espanhola (LLOYD, 1993). Em todo caso, a consideração de *-(s)são* ou de *-sión* como variantes alomórficas não anula a história das palavras em que ocorrem.

Italiano

Segundo Scalise (1984, 2001), em italiano, coexistem duas configurações com origem em *-TIONEM*:

(i) *-zione*, que “[...] *seleziona il tema verbale nel caso della coniugazione dei verbi regolari*” (SCALISE, 2001, p.498) (*devastare-devastazione*, *ripetere-ripetizione* e *guarnire-guarnizione*);

(ii) o alomorfo *-ione*, que se acopla a verbos irregulares (*persuasione* < *persuadere*) e que seleciona como base o participio passado italiano ou latino (*accensu(m)-accensione*, do verbo *accendere*).

Já para Dardano e Tritone (1997), os deverbais em *-zione* têm por base verbos de tema em *-a-* e os em *-sione*, verbos de tema em *-e-*. Para esses autores, a variante “[...] *-sione* [...] *comporta un mutamento nella base (la base è costituita dal participio passato o da una forma colta): accendere - accensione; aggredire - aggressione [...]*” (DARDANO; TRITONE, 1997, p.527).

A variante atualmente disponível é *-zione* (SCALISE; BISETTO, 2008), acoplando-se ao tema participial de verbos regulares e de configuração italiana, qualquer que seja a sua classe conjugacional (*devastare-devastazione*, *ripetere-*

³ Exemplo retirado de Santiago Lacuesta e Bustos Gisbert (1999). Adiante se menciona que, em português, os verbos em *-ecer* e em *-escer* são os únicos disponíveis da segunda conjugação para a produção de novos derivados e apenas admitem combinar-se com *-mento* (*amarelecimento*, *rejuvenescimento*), rejeitando *-ção*.

ripetizione, guarnire-guarnizione). A investigação histórica mostra que a configuração *-sione* apenas ocorre em derivados de constituição latina e que os derivados em *-ione*, efetivamente associados a verbos irregulares, já apareceram atestados em latim, a fazer fé nas fontes etimológicas (CORTELAZZO, 1979; TEKAVCIC, 1980). Com o intuito de reunir, num mesmo esquema descritivo, todas as manifestações de cada sufixo, Montermini (2006) propõe uma representação fonológica única para o sufixo com uma parte constante (*-zione/-sione-*) e subespecificações à sua esquerda, a saber, *a, i, e, o, u* ou soante (*r, l, n*), que fazem parte do tema. Essas formas estão dispostas hierarquicamente em ordem decrescente em função da sua frequência e, complementarmente, da sua maior ou menor regularidade: *-azione-* (*interrogazione*), *-izione-* (*descrizione*), *-ezione-* (*correzione*), *-ozione-* (*rimozione*), *-uzione-* (*introduzione*), *-rzione-* (*asserzione*), *-lsione-* (*espulsione*), *-nzione-* (*estinzione*).

Essa abordagem, por abarcar todas as manifestações de cada sufixo, tem a vantagem de as ordenar em função da sua frequência, ao mesmo tempo que descreve as condições de ocorrência de cada uma.⁴ Todavia não anula o que de essencial fora proposto para o italiano. E embora tenha intenção de refletir a frequência de uso de cada variante, não dá indicação de quais são, em termos de produção, as efetivamente indisponíveis, porque historicamente cristalizadas.

Francês

A situação do francês é em parte semelhante à do português e à do espanhol, mas apresenta singularidades que afastam essa língua românica das demais.

Em francês, coexistem as variantes *-ation* (*dévaster-dévastation*), que ocorre com bases verbais da primeira conjugação, *-tion*, presente em verbos de tema em *-i-* (*répartir-répartition*), e *-ition*, presente em verbos do tipo *perdre-perdition*.

A variante *-ation*, atualmente a única produtiva, tem uma configuração distinta da dos sufixos português, espanhol e italiano por apresentar uma vogal inicial que estes não possuem. Como em francês a base de derivação desses nomes (v.g. *mémorisation*) é o radical dos verbos em *-er* (v.g. [memoris]^{Radical verbal} de *mémoriser*), torna-se necessária a presença de uma vogal no início do sufixo, que assim assume a configuração *-ation*. A opção por *-a-* no início do sufixo respeita a deriva mais disponível no latim e nas línguas românicas, já que, em todas essas línguas, a classe temática verbal em *-a-* é a dominante.

⁴ Modestamente, o autor reconhece que "[...] la hiérarchie proposée n'a aucune valeur explicative en soi; le fait de dire que [atsjone] est la variante par défaut du suffixe est une simple constatation. [...] Ce qui est important, donc, ce n'est pas tellement la valeur descriptive du schéma (qui prend en compte quand même toutes les possibilités attestées en italien), mais plutôt le fait de reconnaître que les suffixes possèdent structurellement des variantes allomorphiques, et que celles-ci sont ordonnées hiérarchiquement." (MONTERMINI, 2006, p.302).

A configuração *-tion* apenas está presente em nomes cujos verbos de base são de tema em *-i-* (*abolition, démolition, munition, partition, punition*), muitos dos quais podem ter origem num processo derivacional latino, como atestam os dicionários etimológicos do francês (GAFFIOT, 2000). Não é, pois, linear que, em francês, *-tion* seja encarável como uma variante disponível que selecione temas verbais da 3ª conjugação.

A configuração *-ition*, à semelhança do que se verifica com o sufixo italiano *-ione*, ocorre apenas em derivados atestados em latim (*perdition* < PERDITIO).

As bases dos derivados em *-ession* são verbos “[...] *d’origine latine dont le segment apparemment basique est -prim(er)*” (CORBIN, 1987, p.151), como *comprimer, déprimer, exprimer, opprimer, supprimer*, que se nominalizam em *-ession*. Formas como *agression*, que essa autora correlaciona com verbos terminados em *-ess* (*agresser*), estão atestadas em latim, logo são historicamente explicáveis.

As análises que não têm em conta a evolução histórica da língua francesa apontam para a existência de um ou de vários sufixos, a saber *-ion* (KERLEROUX, 2005), *-ation* (CORBIN, 1987) e/ou *-(t)ion* (DI-LILLO, 1983). Já um comparatista como Meyer-Lübke (1895) regista que, em francês antigo, coexistem *-aison* (*conjugaison, inclinaison, semaison, tondaison*) e *-ison* (*confondison*) e que as formulações viriam a ser substituídas pelas latinizadas *-azione* e *-ation*.⁵

Kerleroux (2005), ao analisar as condições de ocorrência do sufixo *-ion*, defende a postulação de “*extra stems*” *Xat-* (*dérivat-*, *nidificat-*) não manifestados na flexão, mas visíveis em derivados como *dérivat-ion*, *nidificat-ion*. Segundo essa especialista em morfologia do francês, a grande vantagem dessa formulação, que transfere para a morfologia derivacional o conceito arronoffiano de morfoma, consiste no fato de o tema formado por adjunção de *-at* ser comum a nomes deverbais sufixados, como *agrégat-ion*, *alternat-if*, *attentat-oire*, *corrélat-ion*, *corrélat-if*, *format-eur*, *supplét-if*, e a nomes pós-verbais não sufixados, porque formados por conversão, como *agrégat*, *alternat*, *attentat*, *corrélat*. Desse modo, evita-se a proliferação de temas verbais bastante diversos nos verbos de padrão menos regular, com consequente sobrecarga em termos de memorização dos mesmos. Nesse modelo, apenas o que é verdadeiramente supletivo (v.g. *conduction*) tem necessidade de ser memorizado *ad hoc*. Por certo, o espaço temático dos verbos franceses (e das respectivas bases verbais) alberga um conjunto diversificado de variantes temáticas, cuja descrição a autora mencionada não se propunha levar a cabo. Por isso seria interessante saber de que modo esta concebe os demais derivados em *-ion* em cuja base não é possível conjecturar uma estrutura *Xat-*, como *dispers-ion*, e como os integraria ao modelo que propõe.⁷

⁵ Sobre as aportações que a história pode facultar acerca do estatuto de *-tion*, ver adiante.

Relativamente à possibilidade de se propor uma “*extra stem*” de tipo *Xat-* para os derivados em análise e supostamente também a todos os congêneres nas línguas sob escopo, importa sublinhar o seguinte: em primeiro lugar, ao conceito de morfoma, tal como concebido por Aronoff (1994), não está associada qualquer informação semântica, sendo, portanto, um constructo formal concebido no alheamento desta. Nada impede que, perante estruturas como *adversativo*, *nominativo*, *acusativo*, *vocativo*, *proibitivo*, conceba-se uma estrutura morfômica, terminada em -VOGAL (a/i)T-, a que se associaria o sufixo -iv-, para a formação de adjetivos. Importa dizer que um morfoma deste/do tipo sugerido para o francês não se aplica aos dados equivalentes do português, como se comprova por meio dos pares *afirmativo*, *afirmação*, *proibitivo*, *proibição*, *reprodutivo*, *reprodução*.

Em todo o caso, resta saber – e faltam estudos a esse respeito aplicados ao português – em que medida uma estrutura morfômica daquele tipo estaria mais em consonância com o saber interiorizado dos falantes sobre as unidades morfolexicais e, portanto, em que medida essa solução reflete melhor, ou não, o modo de processamento desses dados por parte dos utentes comuns da língua, quando operam com palavras do tipo *olfativo*, *interpretativo*, *reprodutivo*, *transitivo*, *proibitivo*, *televisivo*. Por certo, em palavras como essas a que os falantes estão expostos com relativa facilidade, o processamento é feito de forma (de)composicional, sendo possível, portanto, reconhecer-se o sufixo e a base, independentemente da estrutura que seja a esta associada. Já em relação a palavras de tipo mais erudito, como *adversativo*, *nominativo*, *vocativo*, *solução*, *petição*, parece mais plausível que o seu processamento seja mais holístico do que (de)composicional, dado que a generalidade dos falantes não tem conhecimentos relativos à história da sua língua que possam, de alguma forma, orientar o modo como procedem à (des)construção dessas palavras. Esse é um aspecto sobre o qual nos debruçamos em trabalho em elaboração.

Inglês

Segundo Aronoff (1985), em inglês, coexistem a configuração -*ation* (*humanize-humanization*), sem restrições de aplicação, e as variantes -*ion* (*rebel-rebellion*) e -*tion* (*redeem-redemption*), que ocorrem em nomes cujas bases têm origem latina terminadas, respectivamente, em som [+coronal] e [-coronal].

A configuração atualmente disponível na derivação inglesa (BAUER, 1987; BIBER, 1999; QUIRK, 1985) é -*ation* (*realize-realization*; *imagine-imagination*).

Tal como em francês, também em inglês o sufixo adquire uma configuração de certo modo analógica, pois nele está presente uma vogal -a- cuja gênese não é determinada pela morfologia interna dos constituintes em presença. A pressão do paradigma novilatino em -a- faz com que a configuração adotada

pela língua inglesa seja *-ation*. Aliás, o caráter internacional da sufixação em português *-izar* e em inglês *-ize*, ou em português *-ificar* e em inglês *-ify* não faria esperar outra solução que não essa. Mas um fato histórico ajuda a explicar a feição novilatina do sufixo *-TIO-* em inglês. A língua inglesa sofreu, na Idade Média – o chamado *Middle English* (1150-1470) –, forte influência do francês medieval (BILYNSKA, 2007), tendo então acolhido numerosas unidades lexicais deverbais em *-ment* (*amerceement*) e em *-ation* (*administration*), o que explica a permanência da configuração anglo-normanda deste último sufixo no inglês contemporâneo.

As formas sufixais *-ion* e *-tion* refletem um processo de formação de palavras latino e não inglês. Nessa medida, as variantes *-ion* e *-tion* aproximam-se tipologicamente das variantes *-são* (port.), *-sión* (esp.), *-ione* (it.), resultantes da evolução histórica do latim para as línguas românicas.

As línguas inglesa e francesa assemelham-se por terem como configuração mais disponível um sufixo iniciado por vogal: *-ation* (fr. *présenter-présentation*, ingl. *present-presentation*). Nas demais línguas românicas, este *-a-* faz parte da base verbal. A inexistência de vogal temática em inglês (*install-installation*) e o fato de a sequência *-ation* ser muito representada desde o latim explicam que, por defeito, seja esta a selecionada.

Síntese

Os sufixos românicos e inglês com origem em *-TIO*, *-TIONIS* que se encontram atualmente disponíveis têm como configurações *-ção* (port.), *-ción* (esp.), *-zione* (it.), *-ation* (fr.) e *-ation* (ing.). Os exemplos seguintes mostram os verbos e os nomes deles derivados em que estes sufixos ocorrem.

(i) espanhol:	instalar-instalación	realizar-realización
(ii) italiano:	installare-intallazione	realizzare-realizzazione
(iii) português:	instalar-instalação	realizar-realização
(iv) francês:	installer-installation	réaliser-réalisation
(v) inglês:	install-installation	realize-realization

Os sufixos português, espanhol e italiano são iniciados por consoante e selecionam temas verbais.

As línguas inglesa e francesa apresentam, ao contrário das restantes, um sufixo iniciado por vogal: *-ation*. Essa configuração do sufixo é histórica e sincronicamente justificável. Muitos dos derivados latinos em *-TIO*, *-TIONIS* são

antecedidos pela vogal *-a-*. Sincronicamente, a presença da vogal deve-se ao fato de estes sufixos selecionarem radicais verbais.

Estrutura da base

As bases selecionadas pelos sufixos *-ção* (port.), *-ción* (esp.) e *-zione* (it.) têm configuração morfológica diversa das selecionadas por *-ation* (fr.) e por *-ation* (ing.).

Em latim, a base de *-TIO*, *-TIONIS* era o tema verbal do supino; nas línguas românicas em análise (português, espanhol e italiano), o sufixo cognato seleciona o tema participial (MONTERMINI, 2006).

O francês e o inglês apresentam como bases radicais verbais. A ausência de vogal temática em inglês e motivações históricas e analógicas para o francês explicam o fato de os/estes sufixos francês e inglês serem iniciados pela vogal *-a-*.

Português, espanhol e italiano

Os sufixos *-ção* (port.), *-ción* (esp.) e *-zione* (it.) selecionam temas verbais, sendo a conjugação mais representada a de tema em *-a-*.

São escassos os nomes que tenham por base verbos da 2ª conjugação. Se se considerar que *rendição* (port.), *rendición* (esp.), *perdición* (esp.), *perdizione* (it.), *repetição* (port.), *repetición* (esp.) e *ripetizione* (it.) podem ter origem latina (< REDDITIO, -ONIS; < PERDITIO, -ONIS; < REPETITIO, -ONIS), fica diminuída a possibilidade de se encontrarem derivados em *-ção*, *-ción* e *-zione* que tenham por base verbos da 2ª conjugação nas respectivas línguas. A presença de *-i-* nos nomes derivados de verbos da 2ª conjugação deve-se ao supino latino que o sufixo *-TIO*, *-TIONIS* tomava como base.

A escassez de derivados românicos de verbos de tema em *-e-* tem uma explicação histórica e sincrônica. É que já “*En latín solo eran productivas dos conjugaciones, la del tipo amare y la del tipo audire*” (ALVAR; POTTIER, 1993, p.172), o que se repercute igualmente nas línguas românicas sob escopo.

Um outro fator dá fundamento acrescido à escassa representação de nomes deverbais em *-ção* que tomem por base temas da segunda conjugação. Em português (RIO-TORTO, 2004), os verbos em *-ec-* são os mais produtivos da 2ª conjugação; estes bem como os em *-ej-* da primeira conjugação apenas são compatíveis com *-mento* (*escurecimento*, *travejamento*), sendo resistentes à seleção de *-ção* (**escureceção*, **travejação*). Essa restrição de seleção explica, por conseguinte, a mitigada derivação de nomes em *-ção* a partir de bases verbais de tema em *-e-*.

A 3ª conjugação é mais receptiva à afixação de *-ção* (port.), *-ción* (esp.) e *-zione* (it).

Os dados presentes no Quadro 2 ilustram a realidade acima descrita.

Quadro 2 – Distribuição dos sufixos *-ção* (port.), *-ción* (esp.), *-zione* (it.) e *-ation* (fr.) pelas classes conjugacionais verbais mais representativas.

	1.ª conjugação		3.ª conjugação	
português	devastar	devastação	fundir	fundição
espanhol	devastar	devastación	fundir	fundición
italiano	devastare manipolare	devastazione manipolazione	guamire ripartire	guarnizione ripartizione

Francês e inglês

Ao contrário do que se verifica nas línguas do eixo português-espanhol-italiano, na língua francesa, o sufixo *-ation* seleciona radicais verbais (*facilit(er)-facilitation*), como se atesta nos dados do Quadro 3. A incorporação da vogal *-a-* na fronteira inicial do sufixo assegura a semelhança paradigmática do francês com as demais línguas românicas.

Em relação aos verbos franceses de tema em *-i-*, fica por esclarecer se a base selecionada é o tema, tendo então o sufixo a configuração *-tion*, ou o radical; nesse caso o sufixo seria *-ition*.

Um dado aduzido por Meyer-Lubke (1895) leva-nos a admitir que, na base dos derivados desse tipo, possa ter estado o radical. Afirmo o autor que, no francês antigo, regista-se *nourresson* (de *nourrir*), e que esta formulação viria a ser substituída no francês moderno por *nourisson*. A ser assim, a presença desta vogal *-e-* em derivados de verbos de tema em *-i-*, como *nourrir* ou *pourrir* (francês antigo: *pourresson*), não pode ser explicada por influência do sufixo, levando a admitir que, tal como em *pourriture*, ela terá mais a ver com a base, que assim seria um tema e não um radical verbal. Na falta de outros dados, a solução registada no quadro seguinte é esta.

Quadro 3 – Distribuição dos sufixos *-ção* (port.), *-ción* (esp.), *-zione* (it.) e *-(a)tion* (fr.) pelas duas classes conjugacionais verbais mais representativas.

Línguas	Verbos da 1ª conjugação e respectivos derivados		Temas verbais em -i- e respectivos derivados	
português	realizar	realiza-ção	fundir	fundi-ção
espanhol	realizar	realiza-ción	fundir	fundi-ción
italiano	realizzare	realizza-zione	guarnire	guarni-zione
francês	réaliser	réalis-ation	répartir	réparti-tion

Em inglês a base derivacional do sufixo *-ation* é um radical. Assim acontece nos numerosos verbos (de paradigma regular) terminados em *-ize* (*legalize-legalization*), e bem assim nos verbos terminados em Ø do tipo *motive-motivation*, *imagine-imagination*.

Na ausência de vogal temática, o sufixo selecciona um radical (*legaliz-*), e apresenta na sua fronteira inicial a vogal *-a-*.

Como se verifica idêntico comportamento em francês, o sufixo apresenta-se com a mesma configuração (*-ation* (fr., ing.)) nas duas línguas.

Semelhanças e dissemelhanças entre as línguas⁶

A comparação entre as línguas românicas aqui tidas em conta e a língua inglesa mostra que aquelas não constituem um conjunto homogêneo, revelando antes a existência de um gradiente constituído pelo grupo (i) português-espanhol-italiano e pelo grupo (ii) francês e inglês.

Essas semelhanças e diferenças fazem-se sentir na configuração dos sufixos representantes de *-TIO*, *-TIONIS*, como se observou anteriormente, e na configuração morfológica das bases.

⁶ São as seguintes as marcas dos paradigmas da conjugação verbal em latim e em diferentes línguas românicas. Nos dados que se seguem ' precede vogal breve e ø marca a inexistência de representantes; os verbos latinos em 'ERE transitaram para a 2ª (*VENDERE-vender*) ou para a 3ª conjugações (*PETERE-pedir*) em português e em espanhol.

(I) **Latim** -ARE : **italiano** -are, **francês** -er, **espanhol e português** -ar
 (II) **Latim** -ERE : **italiano** -ere, **francês** -oir, **espanhol e português** -er
 (III) **Latim** -'ERE : **italiano** -'ere, **francês** -'ere, **espanhol e português** ø
 (IV) **Latim** -IRE : **italiano** -ire, **francês** -îre, **espanhol e português** -ir

Aspectos morfológicos

A diferença tipológica entre as línguas sob escopo assenta na estrutura do sufixo e na da base por este selecionada, sendo possível reunir essas línguas em dois grupos distintos.

Num primeiro grupo incluem-se o espanhol, o italiano e o português. Os sufixos e as bases dessas línguas não apresentam mudanças estruturais em relação ao latim. As bases, tal como as latinas, são temas verbais, e os sufixos *-ção* (port.), *-ción* (esp.) e *-zione* (ital.) iniciam-se por uma consoante (Quadro 4).

O segundo grupo é constituído pelo francês e pelo inglês. As bases são radicais verbais (fr. *dévast-*, em *dévastation*, ingl. *humaniz-*, em *humanization*), e o sufixo *-ation* (do francês e do inglês) é iniciado por vogal (Quadro 4). Essa vogal é idêntica à que, num elevado número de casos, antecedia o sufixo latino.

Quadro 4 – Classes de base e sufixos.

	Línguas	Base: classe morfológica	Base verbal	Sufixo
(I)	espanhol italiano português	TEMA	realiza- realizza- realiza-	-ción -zione -ção
(II)	francês inglês	RADICAL	réalis- realis-	-ation -ation

Um dos poucos aspectos comuns às cinco línguas reside no fato de todas apresentarem fricativização da consoante inicial do sufixo latino (que de [-contínua] e [-soante] passa a [+contínua] e [±soante]), ainda que o inglês e o francês a tenham feito anteceder por uma vogal.

Como Meier (1943) e Posner (1996) amplamente evidenciam, não obstante a familiaridade linguística que as une, as línguas românicas configuram um todo heterogêneo, sob diferentes pontos de vista, podendo sempre reunir diferentes línguas e constituir novos subconjuntos com uma composição bastante diversa, em função de critérios de natureza fonológica, morfológica e/ou sintática. Aspectos há que singularizam uma língua relativamente às demais, e é possível encontrar-se outros que sustentam subconjuntos numericamente variáveis e de regiões nem sempre contíguas. A centralidade ou a perifericidade de cada língua românica, ou dos subconjuntos interlínguas descritivamente formados, variam em função dos parâmetros invocados.

O denominador comum registado entre as línguas ibéricas e a italiana, por um lado, e o francês e o inglês, por outro, sendo de natureza morfolexical, tem origem nas diferentes soluções fônicas que as línguas gaulesa e inglesa apresentam no padrão regular dos seus temas verbais. Nas línguas espanhola, italiana e portuguesa, a vogal temática dos verbos de base mantém-se nos derivados nominais portadores dos representantes atuais de -TIO(NIS). Pelo contrário, no francês e no inglês, os representantes hodiernos de -TIO(NIS) apresentam a forma *-ation*, acoplando-se em ambas as línguas a radicais verbais. Fica, assim explicada, a dicotomia “convergência e divergência” que figura no título.

Aspectos fônicos

Aparentemente, não será fácil encontrar grandes volumes de dados que igualizem as línguas inglesa e francesa, com gêneses e substratos tão diversos, por contraste com as demais línguas românicas sob escopo.

Mas o *continuum* entre português, espanhol e italiano, por um lado, e francês e inglês, por outro, encontra paralelo com um aspecto da estrutura fônica das línguas em menção, que selecionamos porque representativo de um percurso homólogo ao que assinalamos em termos morfoderivacionais.

A evolução dos grupos latinos PL- e CL- em posição inicial nas diferentes línguas (Quadro 5) espelha o mesmo tipo de denominador comum às línguas ibéricas e italiana, que apresentam diferentes graus de palatalização (confira a iodização presente em italiano), em contraste com o francês (e também o provençal e o catalão), que preserva as configurações mais matriciais, conjuntamente com o inglês, ainda que neste tal aconteça por razões diferentes. Com efeito, na língua inglesa, as configurações registadas no Quadro 5 são devidas a uma influência direta do francês antigo, e não a uma origem genética latina. O radical de *plenty* (a que corresponde o anglo-saxónico *full*) é o mesmo do francês *plénitude* e do latim PLENITAS, este mesmo já construído a partir do radical adjectival PLEN-. Por isso se assinala no Quadro 5 que *plenty* e *claim* não são diretamente procedentes do latim. Acresce que, em inglês, *(to) claim* significa em primeira mão sustentar, argumentar, e só depois chamar ou clamar, e, em francês, para *chamar* o verbo mais usado é *appeler*, pois *clamer* denota (re)clamar.

Quadro 5 – Manifestação dos grupos latinos PL- e CL- nas línguas românicas e também – indiretamente – em inglês.

Latim	PL- (PLENU-)	CL- (CLAMARE)
português	cheio	chamar
espanhol	lleno	llamar

Latim	PL- (PLENU-)	CL- (CLAMARE)
italiano	pieno	chiamare
francês	plein	clamer
inglês (por influência do francês antigo)	plenty (não diretamente procedente do latim)	claim (não diretamente procedente do latim)

Fonte: Lausberg (1981, p.178-179).

Assim, enquanto as línguas ibéricas e italiana apresentam soluções que envolvem diferentes graus de palatalização, o francês e o inglês, quando adotam palavras de origem novilatina, optam pela preservação dos grupos consonânticos PL- e CL-. Esse é, pois, um aspecto que corrobora a perifericidade do francês assinalada por Posner (1996) no conjunto das línguas românicas, por contraste com a maior prototipicidade do italiano seguido, num registo de “parecença de família”, pelas línguas ibéricas.

Balanco final

As diferenças tipológicas assinaladas entre os dois conjuntos de línguas – (i) francês e inglês; (ii) espanhol, italiano e português – revelam-se de enorme alcance em termos da arquitetura dos dois conjuntos idiomáticos delimitados. Assim é porque:

- as dimensões exploradas incidem sobre um aspecto nuclear da estrutura das línguas – a morfologia interna dos verbos e dos nomes deverbais-;
- os paradigmas envolvidos são muito produtivos na atualidade, em grande parte devido à enorme disponibilidade de *-iser* (fr.), de *-ize* (íngl.), de *-izar* (port.) e de *-izzare* (it.), que reforçará as derivas registadas.

A visão que aqui propomos não intenta estabelecer demarcações estanques entre a base e os sufixos, mas procura descrever, com respeito pelos paradigmas históricos das línguas e pelo modo como se faz o processamento das suas unidades morfolexicais, as regularidades que, no âmbito das classes morfológicas envolvidas, regem as combinatórias entre bases verbais e os sufixos que se lhes acoplam.

Uma análise que inclua no mesmo conjunto todos os deverbais em *-ion* (fr., íngl., ital.), em *-ión* (esp.) e em *-ç/s-ão* (port.) conduziria certamente a uma visão mais global do acervo lexical de cada língua, seja herdado e/ou importado, ou

não. Resta avaliar, também em termos de processamento linguístico, se o grau de formalismo e de abstração necessários seriam mais explicativos.

No cerne da questão estão, em nosso entender, diferentes concepções teóricas e metodológicas do objeto de análise, que não são incompatíveis entre si. Uma, de base morfológica, que prioriza a estrutura morfológica (radical, tema) das bases verbais envolvidas e que, ao mesmo tempo, não descarta a importância que o legado latino tem na atual configuração morfolexical das línguas em análise, indo, assim, ao encontro do modo de processamento das unidades morfolexicais. Outra, de base morfômica, constrói formalismos abstratos que pretendem explicar o maior número possível de fatos correlacionados, mesmo que para tal não atente na natureza herdada/importada ou autóctone e construída dos mesmos.

Em última instância, poderíamos considerar que, em todos os verbos dos paradigmas regulares de cada uma das línguas mencionadas, sejam as línguas românicas ou o inglês, atua um morfoma -ATION (não equivalente a um qualquer sufixo), que assim estaria presente na formação das nominalizações deverbais de tipo não erudito. Dessa forma, todos os nomes deverbais regulares apresentariam um morfoma -ATION, que faz *jus* ao modelo latino mais representado, já então com a mesma configuração. Todavia uma representação desse tipo não respeita a estrutura morfológica dos itens lexicais envolvidos e o modo de processamento dos mesmos, seja em termos de produção, seja em termos de compreensão. Acresce que não é inclusiva dos muitos nomes eruditos em -SION que as línguas possuem (confira port. *expulsão*, *intromissão*, *recessão*), e que muito provavelmente são objeto de um tratamento holístico por parte dos falantes que não têm conhecimentos sobre a história da língua que lhe permitam fazer uma descrição tecnicamente mais criteriosa.

Conjugando (i) as hipóteses formuladas sobre o modo de processamento decomposicional de palavras de estrutura regular (port. *administração*, *legislação*), e das que são holisticamente tratadas (port. *confusão*, *petição*, *repressão*, *solução*, *sujeição*), porque importadas e/ou morfológicamente opacas, com (ii) os dados disponíveis sobre a história e a morfologia dos derivados em análise e com (iii) a convicção de que os modelos explicativos não perdem incisividade pelo fato de, de forma icônica, reproduzirem o modo como os falantes percebem e usam os dados linguísticos, consideramos que o utilizador da língua ganha em ter consciência de que:

- processo de construção de um nome desse tipo faz-se com recurso a uma base de tipo radical ou tema, consoante a língua, e o sufixo tem diferentes configurações, em função do tipo de base;

- processo que envolve *-ción* (esp.), *-zione* (it), *-ção* (port), e *-ation* (fr. e ingl.) verifica-se com os verbos de padrão regular, que concomitantemente são os mais representados;
- todas as demais variantes, em cada língua, se bem que relacionáveis com a estrutura formal das suas bases, têm uma explicação histórica e não estão disponíveis para a produção de novos derivados, sendo a sua memorização impositiva. Tudo leva a crer que, nesses casos, o processamento dos nomes se faça de forma holística, e não (de)composicional.

Por certo uma descrição de base morfológica, complementada com o conhecimento mais formal(izado) em termos morfômicos, afigura-se com uma capacidade explicativa acrescida, no tocante à estrutura da língua, à sua história e ao modo de processamento das unidades lexicais.

Agradecimentos

Desejo exprimir os meus agradecimentos aos pareceristas anônimos pela leitura crítica deste texto. Um agradecimento é devido à Ana Barbosa, pelo frutuoso diálogo na elaboração de uma antiga versão deste artigo. Os erros e imprecisões desta nova versão são da minha exclusiva responsabilidade.

RIO-TORTO, G. Morphological convergence and divergence in English and in Romance languages. Suffixes deriving from TIO(NIS). *Alfa*, Arararaquara, v.55, n.1, p.11-29, 2011.

- *ABSTRACT: This study analyzes the morphological structure of verbal bases and nominalizing suffixes of Portuguese, Spanish, French, Italian, and English which correspond to Latin -TIO, -TIONIS, to distinguish (i) the variants which are available for the formation of new names, and (ii) those with a historically motivated configuration. Taking into account the etymological dimension of the the suffixes and/or the names in which they occur, the analysis focuses on the contribution of different theoretical approaches on the function of the current forms of -TIO, -TION(IS) in these languages. The configurations presented by the Latin suffix -TIO, -TION(IS) in English and Romance languages allow a new typological split: on the one hand, (I) Portuguese, Spanish, and Italian; on the other, (II) French and English. This typological difference may weaken the assumption that all Romance languages are governed by the same patterns of suffixal delimitation, and may also prove that English derivational guidelines of affixal segmentation do not apply to other languages of international circulation such as Spanish or Portuguese.*
- *KEYWORDS: Derivation. Morphology. History of language. Romance languages. English.*

REFERÊNCIAS

ALVAR, M.; POTTIER, B. *Morfología histórica del español*. Madrid: Editorial Gredos, 1993.

ARONOFF, M. *Morphology by itself*. Massachusetts: MIT, 1994.

_____. *Word formation in generative grammar*. Massachusetts: MIT, 1985.

BAUER, L. *English word-formation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BIBER, D. et al. *Longman grammar of spoken and written English*. London: Longman, 1999.

BILYNSKA, O. Romance suffix rivalry of action nouns from middle English verbs in the OE textual prototypes. *Studia Anglica Resoviensia*, n.4, p.25-32, 2007. Disponível em: <http://www.univ.rzeszow.pl/wfil/ifa/usa4/sar_v4_02.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2009.

BOOIJ, G. *The grammar of words: an introduction to linguistic morphology*. 2.ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. Construction morphology and the lexicon. In: MONTERMINI, F.; BOYÉ, G.; HARBOUT, N. (Ed.). *Selected proceedings of the 5th Décembrettes: morphology in Toulouse*. Somerville: Cascadilla Press, 2007. p.34-44.

_____. Morphology and the tripartite parallel architecture of the grammar. In: GROSSMANN, M.; THORNTON, A.-M. (Ed.). *La formazione delle parole*. Roma: Bulzoni, 2005. p.109-125.

CORBIN, D. *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. Tübingen: Niemeyer, 1987.

CORTELAZZO, M. *Dizionario etimologico della lingua italiana*. Bolonha: Zanichelli Editore, 1979.

DARDANO, M; TRITIONE, P. *La nuova grammatica della lingua italiana*. Milão: Zanichelli Editore, 1997.

DI-LILLO, A. Morphologie des noms en (-t)-ion du français. *Cahiers de lexicologie*, Paris, n.43, p.117-135, 1983.

GAFFIOT, F. *Dictionnaire latin-français: nouvelle édition revue et augmentée*, sous la direction de Pierre Flobert. Paris: Hachette, 2000.

JACKENDOFF, R. *Foundations of language: brain, meaning, grammar, evolution*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KERLEROUX, F. On a subclass of non-affixed deverbal nouns in French. In: BOOIJ, G. et al. (Ed.). *On-line Proceedings of the Fifth Mediterranean Morphology*

Meeting (MMM5), Fréjus, 2005. Disponível em: <<http://mmm-proc/MMM5/093-104-Kerleroux.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2009.

KLAUSENBURGER, J. From romance philology to (historical) romance linguistics? In: RANDAAL, S. G.; ARTEAGA, D. (Ed.). *Historical romance linguistics: retrospective and perspectives*. London: John Benjamins, 2006. p.1-18.

LAUSBERG, H. *Linguística românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

LLOYD, P. M. *Del latín al español*. Madrid: Editorial Gredos, 1993. (Fonología y morfología históricas de la lengua española, 1).

MALKIEL, Y. Derivational categories. In: GREENBERG, J. H. (Ed.). *Universals of human language*. Standford: Standford University Press, 1978. v.3. p.125-149.

_____. Genetic analysis of word-formation. In: SEBEOK, T. A. (Ed.). *Current trends in Linguistics*. Paris: Mouton, 1970. v.3. p.305-364.

MEYER-LÜBKE, W. *Grammaire des langues romanes*. Traduction française par Auguste Doutrepoint et Georges Doutrepoint. Paris: H. Welter, 1895. t.2.

MEIER, H. A evolução do português dentro do quadro das línguas românicas. *Biblos*, Coimbra, v.18, t.1, p.497-515, 1943.

MONTERMINI, F. La représentation phonologique des unités morphologiques et la question de l'allomorphie. Sur quelques affixes problématiques de l'italien. *Cahiers de Grammaire*, Toulouse, n.30, p.291-305, 2006. Disponível em:

<<http://w3.erss.univ-tlse2.fr/textes/publications/CDG/30/CG30-22-Montermini>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia*. 9.ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1989.

PIEL, J. A formação dos substantivos abstratos em português. *Biblos*, Coimbra, v.16, t.1, p.209-237, 1940.

POSNER, R. *The romance languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

QUIRK, R. et al. *A comprehensive grammar of the English Language*. London: Longman, 1985.

RIO-TORTO, G. Morfologia, sintaxe e semântica dos verbos heterocategoriais. In: _____. (Org.). *Verbos e nomes em português*. Coimbra: Almedina, 2004. p.17-89.

_____. Sincronia, diacronia e análise genolexical. In: _____. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora, 1998. p.133-148.

SANTIAGO LACUESTA, R.; BUSTOS GISBERT, E. La derivación nominal. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. v.3. p.4505-4594.

SCALISE, S. La formazione delle parole. In: RENZI, L.; SALVI, G.; CARDINALETTI, A. (Ed.). *Grande grammatica italiana di consultazione*. Bolonha: Il Mulino, 2001. v.3. p.496-499.

_____. *Morfologia lessicale*. Pádua: CLESP, 1984.

SCALISE, S.; BISETTO, A. *La struttura delle parole*. Bologna: Il Mulino, 2008.

TEKAVCIC, P. *Grammatica storica dell'italiano*. Bolonha: Il Mulino, 1980. 3v.

VARELA, S. *Morfología lexical: la formación de palabras*. Madrid: Gredos, 2005.

VANNEST, J.; POLK, T. A.; LEWIS, R. L. Dual-route processing of complex words: new fMRI evidence from derivational suffixation. *Cognitive, Affective, and Behavioral Neuroscience*, New York, n.5, p.67-76, 2005.

VASCONCELOS, C. M. de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Dinalivro, 1916.

Recebido em fevereiro de 2010.

Aprovado em maio de 2010.

PRINCÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA TEORIA DA DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA

Félix BUGUEÑO MIRANDA*
Virginia Sita FARIAS**

- **RESUMO:** A definição das palavras é o principal tipo de informação procurada em dicionários semasiológicos, desempenhando, dessa forma, o papel mais importante no interior da microestrutura dessas obras. Entretanto, e a despeito dos inúmeros estudos que tratam do problema da definição sob as mais diversas perspectivas, ainda não contamos com uma “teoria geral da definição lexicográfica”. É possível identificar duas questões essenciais que, em parte, ajudam a explicar essa lacuna no âmbito da pesquisa lexicográfica. Em primeiro lugar, é muito difícil definir o que se entende por “significado”. Em segundo lugar, a metalexicografia oferece uma variada gama de possibilidades de reescrita do conteúdo semântico das unidades léxicas. Em vista disso, o objetivo do presente estudo é propor os princípios para o desenvolvimento de uma teoria da definição lexicográfica. Para tanto, apresentamos e discutimos três parâmetros básicos: (a) uma taxonomia de paráfrases explanatórias, (b) os padrões sintáticos para a redação das paráfrases explanatórias e (c) os modelos semânticos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Lexicografia. Definição lexicográfica. Taxonomia de paráfrases. Padrão sintático. Modelo semântico.

Introdução

Segundo Hartmann (2001), Jackson (2002) e Lew (2009), o significado seria a informação mais procurada pelos consulentes em dicionários semasiológicos¹. Dessa forma, a definição é tradicionalmente considerada o segmento mais

* UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras – Departamento de Línguas Modernas. Porto Alegre – RS – Brasil. 91540-000 – felixv@uol.com.br.

** UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras – Departamento de Línguas Modernas. Porto Alegre – RS – Brasil. 91540-000 – virginiafarias@terra.com.br. Bolsista de doutorado CNPq.

¹ A distinção entre semasiologia e onomasiologia fundamenta-se no ponto de partida do ato da consulta, o significante ou o significado, respectivamente (BALDINGER, 1985), e possibilita estabelecer uma oposição entre dicionários semasiológicos e onomasiológicos. Os dicionários semasiológicos têm como principal característica apresentar paráfrases definidoras, enquanto os dicionários onomasiológicos distinguem-se pelo estabelecimento de relações conceituais entre as palavras, a exemplo do *thesaurus*, dos dicionários de sinônimos / antônimos, dos dicionários pela imagem, ou mesmo dos dicionários bilíngues (HARTMANN; JAMES, 2001, s.v. *semasiological dictionary*; s.v. *onomasiological dictionary*).

importante no interior da microestrutura desse tipo de obra.² O termo *definição* pode ser conceituado *grosso modo* como o resultado da reescrita do conteúdo semântico de uma dada expressão linguística (BUSSMANN, 1983, s.v. *Definition*; MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición lingüística*; HARTMANN; JAMES, 2001, s.v. *definition*). Com base nisso, dever-se-ia estabelecer, no interior do verbete, uma equivalência ou igualdade entre o signo-lema (unidade léxica definida) e a paráfrase resultante da reescrita do seu conteúdo semântico (definição). Essa relação de igualdade é chamada por Lara (1996) de “equação sêmica” [*ecuación sémica*].

É forçoso reconhecer, no entanto, que conceituar o termo *definição* é muito mais difícil do que, em um primeiro momento, pode parecer. Nesse sentido, deve-se considerar, por um lado, a ausência de uma definição clara a respeito do que se entende por “conteúdo semântico” ou “significado” de uma expressão linguística (BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2010) e, por outro lado, a existência de uma variada gama de possibilidades de reescrita desse “conteúdo” (BUGUEÑO MIRANDA, 2009). Em razão disso, não obstante o número expressivo de trabalhos que tratam de problemas relacionados à definição lexicográfica sob as mais diversas perspectivas³, ainda não existe o que poderíamos chamar de uma “teoria geral da definição lexicográfica”.

De acordo com Bugueño Miranda (2009), uma teoria da definição deveria fundamentar-se em três parâmetros:

- a) uma taxonomia de paráfrases definidoras;
- b) um padrão sintático;
- c) um modelo semântico.

Este trabalho, na condição de estudo piloto, pretende discutir as principais questões atinentes a cada uma das variáveis arroladas. Nosso objetivo é lançar os princípios e demarcar os limites para o desenvolvimento, em longo prazo, de uma teoria da definição lexicográfica.

A taxonomia de paráfrases definidoras⁴

A classificação tipológica das paráfrases definidoras apresentada em Bugueño Miranda (2009) fundamenta-se em dois parâmetros básicos: (a) a perspectiva do ato da comunicação adotada e (b) a metalinguagem empregada.

² Confira Hausmann (1989); Landau (2001).

³ Alguns desses trabalhos são de Zgusta (1971), Pottier (1977), Haensch et al. (1982), Bosque (1982), Werner (1984), Svénson (1993), Bideman (1993), Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lingüística*), Seco (2003), Geeraerts (2003) e Beneduzi, Bugueño e Farias (2005).

⁴ Esta seção sintetiza o exposto em Bugueño Miranda (2009).

A perspectiva do ato da comunicação

A perspectiva do ato da comunicação, ou seja, a recepção ou a produção linguística, determina o ponto de partida do ato da consulta, que deverá ser, respectivamente, o significante ou o significado. A partir dessa distinção fundamental, é possível estabelecer a oposição entre semasiologia e onomasiologia (BUSSMANN, 1983, s.v. *Onomasiologie*; s.v. *Semasiologie*; BALDINGER, 1985; HARTMANN; JAMES, 2001, s.v. *onomasiology*; s.v. *semasiology*; GEERAERTS, 2003; MANKEL, 2001). No que diz respeito à formulação das paráfrases definidoras, a oposição gerada entre semasiologia e onomasiologia conduz a concepções divergentes do signo linguístico, permitindo que se obtenha uma nova oposição, dessa vez entre intensão e extensão, respectivamente (BUGUEÑO MIRANDA, 2009).

1. Concepção intensional do signo linguístico (perspectiva semasiológica): A intensão corresponde ao conjunto de traços que caracterizam uma determinada entidade (BUSSMANN, 1983, s.v. *Intension*; ULRICH, 2002, s.v. *Intension*; GEERAERTS, 2003; GLÜCK, 2005, s.v. *Intension*). Uma definição intensional é, portanto, a que enumera os principais semas de determinada unidade léxica (MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición intensional*; HARTMANN; JAMES, 2001, s.v. *intensional definition*).

Em Bugueño Miranda (2009), distinguem-se dois tipos de paráfrases intensionais. O primeiro tipo é a paráfrase definidora analítica, que expressa o conteúdo semântico de uma dada unidade léxica por meio de uma proposição. A paráfrase definidora intensional analítica por excelência é a definição por *genus proximum + differentiae specificae*.⁵

donna s.f. 1 *Essere umano adulto di sesso femminile* [...]. (PCDIt, 2009, s.v. *donna*).

O segundo tipo de paráfrase intensional é a sinonímica. As definições sinonímicas são as que expressam o conteúdo semântico de uma dada unidade léxica por meio da substituição dessa unidade por um ou mais sinônimos (MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición por sinónimos*)⁶:

angustia [...] 1. f. *Aflicción, congoja, ansiedad*. [...] (DRAEe, 2001, s.v. *angustia*).

⁵ Em conformidade com Hartmann (2001) e seguindo a tendência da metalexicografia europeia, em vez da *Harvard Citation* (autor, ano, página), usaremos abreviaturas para as citações de dicionários.

⁶ A definição por meio de sinônimos é considerada um vício por alguns autores, como, por exemplo, Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lingüística*) e Landau (2001).

Uma paráfrase sinonímica pode ser considerada intensional, na medida em que se entende por paráfrase uma “reescrita do significado de uma expressão linguística por meio de uma outra expressão ou por meio de várias outras expressões de uma mesma língua”⁷ (ULRICH, 2002, s.v. *Paraphrase*, tradução nossa). Além disso, pode-se também levar em conta que à explanação do significado por meio de um ou mais sinônimos, de modo similar ao que ocorre com a explanação por meio de uma proposição, subjaz uma análise componencial do significado (ZGUSTA, 1971). Deve-se notar, contudo, que não existe um consenso a respeito, de tal forma que é possível encontrar autores para os quais a definição sinonímica é tida como uma paráfrase extensional, como veremos a seguir.

2. Concepção extensional do signo linguístico (perspectiva onomasiológica): A extensão diz respeito aos referentes que são designados por uma dada expressão linguística (BUSSMANN, 1983, s.v. *Extension*; GEERAERTS, 2003; GLÜCK, 2005, s.v. *Extension, extensional*), de forma que uma definição extensional é a que “aponta” para os referentes, não para o significado (MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición extensional*; HARTMANN; JAMES, 2001, s.v. *extensional definition*). Assim, pois, de acordo com Geeraerts (2001), a extensão pode ser compreendida de duas maneiras: (a) como um problema de designação de um referente extralinguístico e (b) como um problema de categorização, ou seja, de inclusão do referente em uma determinada categoria.

Em Bugueño Miranda (2009), distinguem-se dois tipos de paráfrases extensionais. O primeiro deles é a paráfrase sinonímica. Uma definição por sinônimos também pode ser considerada uma definição extensional, uma vez admitida a existência de um *tertium comparationis* implícito entre o signo-lemma e o sinônimo. Nesse caso, signo-lemma e sinônimo constituiriam duas designações para um mesmo conteúdo semântico (CASAS GÓMEZ, 1995; HARTMANN; JAMES, 2001, s.v. *onomasiological dictionary*):

Apfelsine *die*; –, -n ≈ Orange (LaGWDaF, 2008, s.v. *Apfelsine*).

O segundo tipo é a substituição ostensiva, consistente na associação de uma imagem a uma dada designação. Bugueño Miranda (2009) opta por designar essa técnica definitória como “substituição ostensiva” em vez de “definição ostensiva” [*ostensive Definition*], termo empregado em Schläefer (2002), fundamentando sua opção no fato de não se poder falar, nesses casos, em uma “definição” ou “paráfrase” propriamente tais.

⁷ [Wiedergabe der Bedeutung eines sprachl. [sc. sprachlichen] Ausdrucks durch einen anderen Ausdruck oder durch mehrere andere Ausdrücke derselben Sprache].

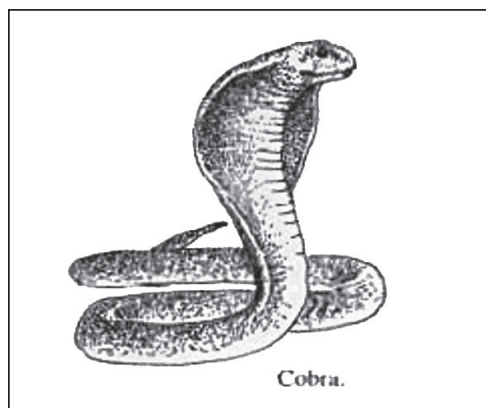


Figura 1 – Exemplo de substituição ostensiva.

Fonte: DILE (2003).

Além dos dois tipos de definição de caráter extensional discriminados em Bugueño Miranda (2009), a análise realizada em Farias (2009b) permitiu-nos constatar a existência de um terceiro tipo de paráfrase extensional, denominada enumerativa. Uma paráfrase definidora enumerativa é a que aponta para o(s) referente(s) extralinguístico(s), enumerando os membros mais típicos da categoria:

***reptile [...]** **Reptiles** are a group of cold-blooded animals which have skins covered with small hard plates called scales and lay eggs. Snakes, lizards, and crocodiles are reptiles. (CCLDe, 2003, s.v. *reptile*).*

A metalinguagem

A informação sobre a unidade léxica no interior do verbete pode ser de dois tipos: o primeiro faz referência a essa unidade enquanto significante, e o segundo faz referência ao significado da mesma. Em vista disso, Seco (2003) estabelece uma distinção entre metalinguagem de primeiro enunciado (ou metalinguagem de signo) e metalinguagem de segundo enunciado (ou metalinguagem de conteúdo). A predicação em metalinguagem de signo e a predicação em metalinguagem de conteúdo diferem não somente pelo nível de informação, mas também pela forma como a mesma é apresentada, o que se vê refletido na própria segmentação da microestrutura.⁸

⁸ A microestrutura dos dicionários encontra-se formalmente segmentada em comentário de forma [*Formkommentar*] e comentário semântico [*semantischer Kommentar*] (WIEGAND, 1989, p.434-440). O comentário de forma comporta informações relativas à representação gráfica e fonético-fonológica do signo-*lema*, enquanto o comentário semântico abriga informações referentes ao significado (HAUSMANN; WIEGAND, 1989; BUGUEÑO MIRANDA, 2004).

A oposição entre metalinguagem de signo e metalinguagem de conteúdo permite distinguir, respectivamente, entre paráfrases que exprimem o conteúdo semântico do signo-lemma e paráfrases que explicam o seu emprego.

A. Paráfrase por metalinguagem de conteúdo: As paráfrases por metalinguagem de conteúdo (ou definições próprias, na terminologia de Seco (2003)) opõem-se às demais pelo fato de submeterem-se à prova da substituição. Entre as paráfrases por metalinguagem de conteúdo, estão as definições por *genus proximum + differentiae specificae* e as paráfrases sinonímicas, cujos exemplos foram apresentados anteriormente.

B. Paráfrases por metalinguagem de signo: As paráfrases por metalinguagem de signo (ou impróprias, na terminologia de Seco (2003)) são as que não permitem a aplicação da prova da substituição. De acordo com Bugueño Miranda (2009), as paráfrases por metalinguagem de signo podem ser de dois tipos: indicadoras de uso e extensionais. As paráfrases por metalinguagem de signo indicadoras de uso subdividem-se em morfossintáticas (informando sobre o emprego morfológico e / ou sintático do signo-lemma, como no caso de *sino*² e *preñada*) e pragmáticas (informando sobre os contextos de aplicação do signo-lemma, como no caso de *che*³):

sino² [...] **1.** conj. advers. *U. para contraponer un concepto afirmativo a otro negativo anterior. No lo hizo Juan, sino Pedro. No quiero que venga, sino, al contrario, que no vuelva por aquí. No sentí alegría ninguna por él, sino, antes bien, pesadumbre.* (DRAEe, 2001, s.v. *sino*²).

preñada [...] **1.** adj. *Dicho de una mujer, o de una hembra de cualquier especie: Que ha concebido y tiene el feto o la criatura en el vientre. [...]* (DRAEe, 2001, s.v. *preñada*).

che² interjección **RPlata, Bol** *Exclamación que se usa con valor apelativo para dirigirse a una o varias personas a las que se trata de tú, vos o usted [...]* (DUEAe, 2003, s.v. *che*²).

As paráfrases por metalinguagem de signo extensionais, por sua vez, também podem ser de dois tipos, tendo em vista a adoção de uma concepção de extensão como designação ou como categorização. Sob a perspectiva da extensão como designação, a paráfrase extensional indica ao usuário a qual (ou a quais) entidade(s) extralinguística(s) o signo-lemma se aplica:

lord [...] (usually **the Lord**) [*sing.*] a title used to refer to God or Christ [...]. (OALD, 2005, s.v. *lord*).

Por sua vez, sob a perspectiva da extensão como categorização, a paráfrase extensional enumera os membros mais típicos da categoria:

baga¹ [...] **1** Rubrica: morfologia botânica. fruto simples, carnoso, indeiscente, freq. comestível, com um ou mais carpelos e sementes (p.ex., tomate, uva, mamão, goiaba etc.). (HouE, 2009, s.v. *baga*¹).⁹

O padrão sintático das paráfrases definidoras

Os argumentos que justificam o estabelecimento de um padrão sintático para a formulação das paráfrases definidoras são: (a) a necessidade de se submeter as definições à prova da substituição (nos casos em que seja viável) e (b) a existência de paráfrases com um padrão redacional muito complexo. Para ilustrar, tomamos os seguintes exemplos:

batizado [...] **2.** Fig. Diz-se de certos líquidos, especialmente o leite, adulterados pela adição de água ou de outro líquido. (AuE, 2009, s.v. *batizado*).

marsopa [...] **1. f.** *Cetáceo parecido al delfín, de cerca de metro y medio de largo, cabeza redondeada con ojos pequeños y las narices en la parte más alta, boca grande de hocico obtuso y 24 dientes en cada lado de las mandíbulas, cuerpo grueso, liso, de color negro azulado por encima y blanco por debajo, dos aletas pectorales, una sola dorsal, y cola grande, robusta y ahorquillada.* (DRAE, 2001, s.v. *marsopa*).

No primeiro caso, AuE (2009, s.v. *batizado*) apresenta uma definição imprópria. Ao optar por uma formulação desse tipo, o dicionário evidencia sua preocupação em indicar a restrição de atribuição¹⁰ do adjetivo em questão, mas, ao mesmo tempo, inviabiliza a prova da substituição. A definição de *marsopa*, por sua vez, além de ser muito longa e possuir um número bastante elevado de termos científicos, apresenta uma formulação linguística muito complexa. Confrontamos, assim, com uma impossibilidade prática de substituição.¹¹

Tendo em vista a operação de substituição à qual devem submeter-se as definições sempre que possível, os parâmetros básicos que deverão orientar a proposta de formulação de padrões sintáticos para as paráfrases explanatórias são,

⁹ A literatura especializada oferece uma relação bastante extensa de paráfrases explanatórias que não são passíveis de classificação de acordo com os parâmetros expostos anteriormente (BOSQUE, 1982; SCHLAEFER, 2002). Alguns exemplos são as paráfrases meronímicas, as antonímicas, as seriais, as mistas, as estipulativas, as taxonômicas e as morfossemânticas (BUGUEÑO MIRANDA, 2009).

¹⁰ Há casos em que o adjetivo pode servir como atributo para toda uma classe, de forma que a atribuição pode ser expressa pelos vocábulos *algo* ou *alguém*, como é o caso, por exemplo, de *bonito*. Existem outros adjetivos, porém, que não podem ser atributos de qualquer substantivo, mas apenas de alguns com características semânticas específicas, como é o caso de *preñada* (cuja definição foi apresentada anteriormente), que pode caracterizar apenas seres vivos do sexo feminino. A essa indicação da classe ou grupo de substantivos aos quais os adjetivos podem servir de atributos, chamamos “restrição de atribuição”.

¹¹ Uma breve taxonomia dos principais problemas redacionais encontrados nas paráfrases definidoras é apresentada por Bugueño Miranda e Farias (2009).

novamente, (a) a oposição entre metalinguagem de conteúdo e metalinguagem de signo e (b) a oposição entre semasiologia e onomasiologia. O cruzamento desses parâmetros permite obter as seguintes coordenadas para a elaboração de padrões sintáticos aplicáveis à formulação das paráfrases definidoras: (i) modelos sintáticos para as paráfrases por metalinguagem de conteúdo, a partir de uma perspectiva semasiológica, e (ii) modelos sintáticos para as paráfrases por metalinguagem de signo, a partir de uma perspectiva onomasiológica. Temos, portanto, paráfrases intensionais no primeiro caso e paráfrases extensionais no segundo.

A elaboração de modelos sintáticos deve levar em conta, também, o modelo semântico que subjaz às paráfrases definidoras. Os dois modelos mais empregados são a semântica estrutural e a semântica prototípica, que se refletem na formulação, respectivamente, das paráfrases por *genus proximum + differentiae specificae* e das *whole-sentence definitions*:

candy [...] *sweet food made of sugar and / or chocolate, eaten between meals; a piece of this* [...] (OALD, 2005, s.v. *candy*).

candy [...] **Candy** *is sweet foods such as toffees or chocolate* [...] (CCLDe, 2003, s.v. *candy*).

Neste momento, restringir-nos-emos à elaboração de padrões sintáticos no marco da semântica estrutural.¹² Na terceira parte do trabalho, discutiremos a questão dos modelos semânticos no que concerne à formulação das paráfrases definidoras e a real pertinência da relação estabelecida entre cada uma das teorias e os padrões sintáticos.

Ressaltamos, por fim, que cada classe de palavras, em virtude de sua natureza e de seu comportamento morfossintático, exige um tipo diferente de definição (SVÉNSEN, 1993; MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición lingüística*; LANDAU, 2001), razão pela qual se deve elaborar padrões distintos para cada categoria morfológica.

Padrão sintático das paráfrases em metalinguagem de conteúdo

A premissa fundamental subjacente à geração de modelos sintáticos para as paráfrases em metalinguagem de conteúdo é o cumprimento das condições de concisão, abrangência e circularidade, propostas por Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lingüística*). Thumb (2004), por sua vez, aponta três razões que permitiriam refutar o princípio da circularidade. Em primeiro lugar, a substituição somente seria possível em alguns casos, devido à ausência

¹² A respeito dos padrões redacionais aplicados às *whole-sentence definitions*, confira Hanks (2003) e Rundell (2008).

de isomorfismo morfológico entre *definiens* e *definiendum*. Em segundo lugar, as paráfrases definidoras apresentadas nos dicionários costumam ser longas. Por fim, em terceiro lugar, nem todas as classes de palavras admitem tal procedimento. Deve-se salientar, contudo, que as ponderações de Thumb (2004), de forma alguma, invalidam a aplicação do princípio da circularidade proposto por Martínez de Souza (1995). Antes de tudo, para que a substituição seja possível, a paráfrase precisa ser breve, ou concisa, de acordo com o primeiro princípio exposto. Além disso, a abrangência garante o isomorfismo de categoria morfológica, imprescindível para a aplicação da operação de substituição. Convém lembrar, ainda, que a própria distinção entre metalinguagem de conteúdo e metalinguagem de signo previne contra uma tentativa de aplicação do princípio da circularidade a paráfrases em metalinguagem de signo.

Substantivos

As reflexões realizadas em Beneduzi, Bugueño e Farias (2005) e Farias (2009a) permitiram-nos constatar que não é possível falar em uma técnica unitária para todos os substantivos. Inicialmente, seria necessário separá-los em dois grandes grupos: concretos e abstratos. Considerando apenas os substantivos concretos, seria possível estabelecer uma segunda separação entre os que permitem, sem maiores problemas, uma definição em metalinguagem de conteúdo, e os que exigem uma definição em metalinguagem de signo¹³.

No caso dos substantivos concretos passíveis de definição em metalinguagem de conteúdo, pode-se, simplesmente, aplicar a fórmula do *genus proximum + differentiae specifica*. O padrão sintático seria, portanto:

Substantivos concretos = Hiperônimo (Nome) + Especificador(es)

Os princípios essenciais de redação desse tipo de paráfrase são: (a) a aplicação à prova da substituição e (b) a manutenção da identidade de conteúdo intensional e extensional entre a *definiens* e *definiendum* (FARIAS, 2009c). Apresentamos a definição de *guitarra* como exemplo:¹⁴

guitarra *f* Instrumento musical eletrônico que possui um braço longo com seis cordas que vibram ao serem tocadas pelos dedos.

¹³ Trataremos dos substantivos concretos definíveis em metalinguagem de signo a seguir.

¹⁴ As definições apresentadas dentro dos retângulos foram criadas *ad hoc* para este trabalho.

Os substantivos abstratos de ação podem ser subdivididos de acordo com o aspecto dos verbos dos quais derivam. Dessa forma, os substantivos derivados de verbos que indicam incoação¹⁵ são classificados como *ato*; os que se originam de verbos cursivos¹⁶ são classificados como *processo*, e, finalmente, os que se originam de verbos resultativos¹⁷ são classificados como *efeito*. Assim, “ato”, “efeito” e “processo” foram os hiperônimos selecionados para a redação das paráfrases definidoras (BENEDUZI; BUGUEÑO; FARIAS, 2005). O padrão sintático dos substantivos abstratos seria o seguinte:

Substantivos abstratos de ação = Hiperônimo (“Ação de” / “Processo de” / “Efeito de”) + Especificador(es)

Apresentamos os exemplos a seguir:

partida *f* **1** ato de ir-se [alguém / algo].

crescimento *m* **1** processo de desenvolvimento de [alguém / algo]. **2** efeito do desenvolvimento de [alguém / algo].

Verbos

Considerando que a paráfrase assumirá uma forma diversa de acordo com a transitividade do verbo em questão (LANDAU, 2001; SECO, 2003), o principal problema relacionado com a formulação das paráfrases definidoras dessa classe de palavras é a indicação da valência. A valência de um verbo diz respeito à sua capacidade de “abrir casas” para preenchimento por termos (sujeito e complementos) (NEVES, 2000). Em Farias (2009c), são previstos três segmentos microestruturais para a alocação da informação sobre a valência verbal: (a) no segmento dedicado à marcação da categoria morfológica, por meio de uma abreviatura, (b) no segmento correspondente à definição, através da indicação dos complementos verbais na paráfrase definidora, e (c) no segmento

¹⁵ A incoação indica mudança de estado e, conseqüentemente, começo de um novo estado (TRAVAGLIA, 1981). Por essa razão, o aspecto incoativo, muitas vezes, confunde-se com o inceptivo, que é caracterizado por apresentar a situação em seu ponto inicial ou seus primeiros momentos (TRAVAGLIA, 1981).

¹⁶ De acordo com Travaglia (1981), o aspecto cursivo caracteriza-se pela apresentação da situação em pleno desenvolvimento, ou seja, já tendo passado seus primeiros momentos, mas sem, contudo, ter atingido seus últimos momentos.

¹⁷ De acordo com Travaglia (1981, p.48-49), é possível encontrar dois tipos de resultatividade: a “resultatividade 1” ou “permansividade”, que indica um estado resultante de uma situação dinâmica que já foi concluída, e a “resultatividade 2”, que indica a conclusão de uma situação, ao se atingir o seu ponto terminal.

destinado aos exemplos para a produção¹⁸, no qual os actantes devem aparecer explicitamente em uma oração.

Tendo em vista a elaboração de um modelo preliminar para as paráfrases de verbos, partiremos da proposta de Beneduzi, Bugueño e Farias (2005). Nesse trabalho, foram apresentados critérios que possibilitariam obter as qualidades apontadas por Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lingüística*) na redação das definições de verbos: (a) para obter a concisão, as definições devem apresentar um único período, com linguagem acessível ao consulente, trazendo as informações que não fazem parte da definição propriamente dita sob a forma de contorno¹⁹, (b) para obter a abrangência, as definições devem construir-se com um verbo transitivo (ou, ainda, um verbo suporte) e seus complementos, e (c) a circularidade é obtida através da formulação de uma definição que respeite o isomorfismo morfológico e, dessa forma, permita a substituição da palavra entrada pela paráfrase definidora. Levando em conta os critérios apresentados, obtemos dois modelos sintáticos básicos para a elaboração das paráfrases dos verbos:

Verbos intransitivos = Verbo transitivo / Verbo suporte + Complementos

Verbos transitivos²⁰ = Verbo transitivo / Verbo suporte (+ Complementos) + [Valência do signo-lema]

No caso dos verbos intransitivos, os complementos apresentados fazem parte da definição. Por outro lado, no caso dos verbos transitivos, o uso de colchetes para marcar a valência indica que esse elemento não é pertinente ao conteúdo semântico da definição, mas corresponde ao comentário de forma. A fim de se evitar a sobrecarga de informações na paráfrase definidora, a marcação da actância deveria restringir-se aos objetos direto e indireto, bem como ao complemento circunstancial, nas situações em que se exige.²¹

¹⁸ Sobre a distinção estabelecida entre exemplos para a compreensão (que cumprem a função de tentar tornar mais clara a significação) e exemplos para a produção (que cumprem a função de apresentar o contexto sintático da unidade definida), confira Farias (2008).

¹⁹ Em Beneduzi, Bugueño e Farias (2005), define-se *contorno* como um elemento que não faz parte da definição propriamente tal, mas que é fundamental para a sua inteligibilidade. Tais elementos desempenham uma função semântica na paráfrase definidora. Em Seco (2003), por outro lado, o termo *contorno* fica restrito à marcação das valências, apresentando caráter eminentemente sintático.

²⁰ O modelo sintático das paráfrases de verbos transitivos é igualmente aplicável a verbos que exigem complemento circunstancial.

²¹ A indicação do sujeito deve ser feita apenas quando este se limita a uma única entidade. Um exemplo seria o verbo *prevaricar*, em espanhol. Para esse verbo, DUEE (2001, s.v. *prevaricar*, ac.2) oferece a definição "*Faltar un empleado público a la justicia en las resoluciones propias de su cargo, conscientemente o por ignorancia*".

morrer *vi* perder a vida.

chutar *vt* dar pontapés em [algo / alguém].

arcar *vi* ~ **com** assumir a responsabilidade por [algo].

Adjetivos

Demonte (1999) define os adjetivos como termos que atribuem determinadas propriedades aos substantivos com os quais se combinam. As propriedades que os adjetivos são capazes de atribuir permitem a sua classificação em dois grandes grupos: qualificativos e relacionais. Os adjetivos qualificativos expressam um traço constitutivo, ou, em outras palavras, uma única propriedade do substantivo ao qual acompanham, ao passo que os adjetivos relacionais expressam um conjunto de propriedades, estabelecendo relações entre os substantivos aos quais se referem e outros âmbitos externos a eles. Tendo em vista as diferenças essenciais entre as duas categorias de adjetivos discriminadas por Demonte (1999), percebe-se que apenas para os adjetivos qualificativos é possível gerar definições em metalinguagem de conteúdo. Um padrão redacional básico para as paráfrases de adjetivos qualificativos é:

Adjetivos qualificativos = [Restrição de atribuição] + Oração subordinada adjetiva

A seguir, apresentamos exemplos de definições redigidas segundo o modelo proposto:

supersônico *adj* **1** [velocidade] que é superior à do som. **2** [aeronave] cuja velocidade é superior à do som.

Advérbios

De acordo com Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lingüística*), os advérbios, de um modo geral, admitem definições em metalinguagem de conteúdo. Nesses casos, os advérbios são parafraseados por meio de uma locução ou oração adverbial:

inexcusable", na qual o segmento "*un empleado público*", embora não apareça marcado, corresponde à indicação do sujeito.

A seguir, apresentamos exemplos de advérbios temporais e modais cuja paráfrase pode seguir o modelo redacional proposto acima:

anteontem *adv* no dia anterior ao de ontem.

precisamente *adv* de modo exato.

No que diz respeito aos verbos terminados em *-mente*, o padrão sintático pode ser ainda mais específico. Assim, pois, seguindo o modelo da paráfrase proposta para *precisamente*, o padrão redacional para essa categoria de advérbios pode ser:

Advérbios modais = “de modo” + Adjetivo

Padrão sintático das paráfrases em metalinguagem de signo²²

As paráfrases em metalinguagem de signo, como vimos, não se deixam submeter à prova da substituição. Além disso, é muito difícil, nesse caso, adequar os padrões sintáticos propostos a princípios específicos, como ocorre com as paráfrases por metalinguagem de conteúdo.

Substantivos

Em Farias (2009c), chamou-se a atenção para o fato de que nem todos os substantivos concretos podem ser definidos por meio de uma paráfrase em metalinguagem de conteúdo. A capacidade de poder ou não ser definido por meio de uma paráfrase intensional parece estar determinada por fatores que ainda não são bem conhecidos, mas se refletem nos limites semanticamente imprecisos que muitas paráfrases apresentam.

Neste ponto da discussão, retomaremos a distinção de Geeraerts (2001) entre extensão como designação e extensão como categorização. Considerando a extensão como um problema de designação de um referente extralinguístico, podemos distinguir três categorias de substantivos. Na primeira categoria, estão os substantivos concretos que podem ser definidos

²² Em razão do espaço, não serão tratados os problemas e soluções para os padrões sintáticos das paráfrases de conjunções, preposições, artigos, pronomes e interjeições, classes gramaticais que requerem, via de regra, definições em metalinguagem de signo.

tanto por meio de uma paráfrase intensional como por meio de uma paráfrase extensional (por exemplo, *cadeira*, *pessoa* e *guitarra*). Já na segunda e na terceira categorias, encontram-se os substantivos concretos para os quais uma paráfrase intensional não constitui uma solução completamente satisfatória. A segunda categoria é a das unidades léxicas que denominam uma entidade extralinguística particular. A terceira categoria, por sua vez, é a das unidades léxicas cujo conteúdo semântico pode ser atribuído a diferentes referentes, por existir uma coincidência parcial do ponto de vista sememático. O padrão sintático, nesses casos, pode ser:

Substantivos (perspectiva: extensão como designação) = “Nome” / “Designação” / “Expressão” + “para (referir-se a) [alguém / algo]”

A seguir, apresentamos exemplos para a segunda e a terceira categoria de substantivos, respectivamente:

Todo-poderoso *m* Nome usado para referir-se a Deus.

chiqueiro *m* Nome usado para referir-se a um lugar muito sujo.

No que concerne à extensão como categorização, as unidades léxicas analisadas dentro deste segundo grupo também apresentam a propriedade de designação, o que, aliás, é uma condição intrínseca à natureza dos substantivos. Por essa razão, consideramos as duas perspectivas complementares. O que difere as unidades léxicas incluídas nesse segundo grupo das demais é o fato de que elas ocupam uma posição de hiperonímia dentro de uma classificação taxonômica. O padrão sintático proposto para a formulação das definições desse grupo de palavras, evidentemente, viola o princípio da prova da substituição. Encontramo-nos, contudo, diante de um fato ontológico da linguagem que, para efeitos lexicográficos, deve ser marcado na paráfrase definidora da seguinte forma:

Substantivos (perspectiva: extensão como categorização) = “Nome dado a / com que se designa” / “Designação para” + Hiperônimo (Nome) + Especificador(es) +
(*Expoentes da categoria*)

Oferecemos um exemplo a seguir:

baga *f* Nome dado aos frutos de pele fina, polpa carnosa e macia e com várias sementes pequenas no seu interior, como o *mamão*, o *tomate* e a *uva*.

Adjetivos

Em conformidade com o exposto *ad supra*, para os adjetivos relacionais, que denotam um conjunto de propriedades, é necessário formular definições em metalinguagem de signo. A redação das paráfrases, nesse caso, deve obedecer à seguinte estrutura:

Adjetivos relacionais = [Restrição de atribuição] + “Relativo a” + Sintagma nominal

Abaixo, apresentamos um exemplo da aplicação dessa fórmula definatória:

vocal *adj* [algo] relativo à voz humana.

Advérbios

Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lingüística*), não obstante acredite que grande parte dos advérbios aceita definições em metalinguagem de conteúdo, reconhece, por outro lado, que há advérbios, como *sim* e *não*, para os quais seria muito difícil elaborar definições intensionais. Em casos assim, seria necessário recorrer a paráfrases em metalinguagem de signo indicadoras de uso, as quais, normalmente, apresentam formulações semelhantes às seguintes:

Advérbios = “Expressa” / “Usa-se para expressar” + Noção expressa

As paráfrases de *sim* e *não* poderiam, portanto, ser formuladas, respectivamente, como:

sim *adv* Expressa afirmação / consentimento.

não *adv* Expressa negação / recusa.

Os modelos semânticos subjacentes (?) à formulação das paráfrases definidoras

Segundo Jakobson (2008), uma das funções da linguagem é a metalinguística, que reflete sobre a própria linguagem. Intimamente ligada a essa, encontra-se a função fática, que tem por objetivo manter expedito o canal da comunicação. Cada vez que um indivíduo, em uma situação de interação, não compreende a significação de uma unidade léxica, a comunicação, obviamente, se interrompe.

Manifestado o fato, o falante precisa explicar, ou parafrasear, o que o seu interlocutor não compreendeu. Paralelamente, ele também pode lançar mão de outros sistemas semióticos para reparar o “defeito” na comunicação. Assim, por exemplo, se alguém fala que só escreve com caneta tinteiro e o receptor não sabe o que é uma caneta tinteiro, então o emissor necessita explicar o que é uma caneta tinteiro. Caso veja que a explicação não basta, poderá, ainda, tomar uma caneta tinteiro e compará-la, por exemplo, com uma caneta esferográfica. Nessa situação, encontramos dois mecanismos explanatórios análogos àqueles usados na tarefa lexicográfica: o primeiro consiste em uma paráfrase explanatória propriamente dita, e o segundo corresponde a uma substituição ostensiva. Chegamos, dessa forma, a duas conclusões:

- a) qualquer tentativa explanatória só tem sucesso se o receptor (ou consulente, no caso do dicionário) compreende o conteúdo da paráfrase. Há, portanto, um problema de cálculo em relação à utilidade das informações;
- b) o emissor (ou redator, no caso do dicionário) dispõe de mais de um sistema semiótico para tornar compreensível aquilo que não foi entendido, e, dentro de um mesmo sistema semiótico, diversos recursos (como o viés extensional de uma definição, por exemplo).

Dizer que a semântica é uma disciplina da linguística que estuda o significado das palavras é correto, mas insuficiente para a lexicografia. Nesse âmbito, há pelo menos dois aspectos que são tão importantes como a reflexão sobre a natureza do significado de um signo linguístico: (a) gerar um instrumento heurístico que permita acessar o significado e (b) tornar essa informação acessível ao usuário. Trata-se de objetivos complementares, mas claramente diferenciados. Em Mel’čuk (1984-1999), encontramos um dicionário cujo aparato heurístico permite oferecer um panorama exaustivo sobre o comportamento sintático-semântico de alguns tipos de unidades léxicas da língua francesa, mas que resulta muito complexo até mesmo para o especialista, que, aliás, constitui o seu público-alvo. Diante disso, evidencia-se a necessidade de se oferecer uma informação ainda mais acessível quando o usuário é o público geral, não especializado. Em Bugueño Miranda e Farias (2006), por exemplo, demonstrou-se que muitos segmentos da microestrutura têm pouca ou, mesmo, nenhuma utilidade para o potencial consulente do dicionário. Em se tratando de um dicionário geral, a clareza das informações é um fator absolutamente central.

Um modelo semântico como mecanismo heurístico para apreensão e explicitação do significado

No âmbito das pesquisas sobre a definição lexicográfica, é recorrente o estabelecimento de correspondências entre técnica definitória e teoria semântica²³. São duas as principais teorias semânticas que costumam servir de suporte para o desenvolvimento dos estudos sobre a definição lexicográfica: a primeira, de cunho estruturalista, corresponde à análise componencial do significado, e a segunda, localizada no âmbito da linguística cognitiva, é a semântica prototípica, ou mais especificamente, a teoria dos protótipos.

A análise componencial implica na decomposição do significado em traços semânticos distintivos, denominados semas (POTTIER, 1977). Tal análise é levada a cabo por meio da comparação estabelecida entre os co-hipônimos e o hiperônimo, objetivando encontrar um conjunto de traços com os quais se possa descrever cada um dos co-hipônimos, diferenciando-o dos demais (BUSSMANN, 1983, s.v. *Komponentenanalyse*; DUPUY-ENGELHARDT, 1995; HILTY, 1997; HARTMANN; JAMES, 2001, s.v. *componential analysis*). O significado de uma dada unidade léxica está circunscrito a uma língua funcional,²⁴ sendo determinado essencialmente pelos limites estabelecidos no interior do campo semântico correspondente, e não pela referência à entidade do mundo real designada pelo signo em questão (ENGELBERG; LEMNITZER, 2004).

A teoria dos protótipos, por sua vez, nasceu como uma reação ao modelo das condições necessárias e suficientes. Os primeiros trabalhos de Eleanor Rosch, psicóloga cujos estudos serviram de base para o desenvolvimento da teoria dos protótipos, procuraram demonstrar que as categorias não são compostas por membros detentores do mesmo status, como preconizava a teoria das condições necessárias e suficientes, mas, ao contrário, há membros dentro de uma categoria que são julgados como mais centrais que outros²⁵. Essa assimetria, chamada de efeito de centralidade ou de prototipicidade, pode ser exemplificada pela categoria *mamífero*, da qual *vaca* e *cabra* são membros mais prototípicos do que *baleia* e *morcego*. O protótipo é, pois, o membro considerado como o mais representativo de uma categoria. Em se tratando de uma teoria baseada no experimentalismo psico-cognitivo, fica evidente que se extrapola o âmbito estritamente linguístico (significado) e passa-se à esfera do conhecimento extralinguístico (referente).

²³ A esse respeito, confira Weinrich (1979), Hartmann e James (2001, s.v. *definition style*) e Engelberg e Lemnitzer (2004).

²⁴ Língua funcional é uma variedade interna da língua histórica, delimitada diacrônica (variação no decorrer do tempo), diatópica (variação no espaço geográfico), diastrática (variação de estratos sócio-culturais da comunidade linguística, o que inclui as gírias, por exemplo) e diafasicamente (variação nos níveis de fala, como por exemplo, coloquial, familiar, literário, poético). A esse respeito, confira Coseriu (1967, 2004b).

²⁵ Uma síntese das pesquisas realizadas por Eleanor Rosch é apresentada em Lakoff (1990).

Dessa forma, a organização dos conceitos e de suas designações é feita com base na apreensão do mundo pelo indivíduo (HILTY, 1997; ENGELBERG; LEMNITZER, 2004).

Correspondência entre teorias semânticas e técnicas definitórias

A distinção entre a análise componencial, por um lado, e a teoria dos protótipos, por outro, reflete, em certa medida, a oposição fundamental entre “significado” (linguístico) e “referente” (extralinguístico). Essa oposição fundamental, por sua vez, é a que rege as clássicas distinções realizadas entre “dicionário de língua” e “dicionário enciclopédico”, por um lado, e “definição lexicográfica” e “definição enciclopédica”, por outro (REY, 1977; HAENSCH et al., 1982; LANDAU, 2001; ENGELBERG; LEMNITZER, 2004).

A oposição entre “significado” (linguístico) e “referente” (extralinguístico) também está na base da distinção entre “intensão” (conjunto dos traços semânticos distintivos que conformam o semema de uma dada entidade linguística) e “extensão” (conjunto de entidades extralinguísticas designadas por um dado conceito). Em outras palavras, é possível estabelecer uma relação entre a análise componencial e uma “compreensão intensional do significado”, bem como de uma relação entre a teoria dos protótipos e uma “compreensão extensional do significado”. Isso possibilita, pelo menos em um primeiro momento, estabelecer uma correspondência entre a análise componencial e as definições por *genus proximum + differentiae specificae*, e entre a teoria dos protótipos e as *whole-sentence definitions*.²⁶

Ressaltamos, no entanto, que não é possível comprovar se a redação das paráfrases definidoras nos dicionários está, de fato, respaldada por uma teoria semântica. Em Farias (2009b), por exemplo, demonstrou-se que, pelo menos no que diz respeito à definição dos substantivos, salvo pelo fato de que as *whole-sentence definitions* apresentam-se formalmente como uma sentença completa, não há uma grande diferença entre o resultado final obtido pelo emprego de uma ou outra técnica definitória.

Os problemas encontrados nos dicionários de língua são de duas ordens: (a) de redação das paráfrases definidoras e (b) de insuficiência do modelo semântico (caso tenha sido adotado um).

²⁶ A título de ilustração, poder-se-ia comparar as definições de *candy* em OALD (2005) e em CCLDe (2003) apresentadas anteriormente. A primeira corresponde a uma formulação por *genus proximum + differentiae specificae*, e a segunda, a uma *whole-sentence definition*.

Problemas na formulação das paráfrases definidoras

No que concerne às definições por *genus proximum + differentiae specifica*, as falhas na formulação decorrem da inserção inapropriada de informações enciclopédicas (relacionadas com a entidade extralinguística) nas paráfrases. Em muitos casos, essas informações são completamente desnecessárias, já que não contribuem para ajudar o leitor a compreender o significado da unidade léxica definida, como nos exemplos a seguir:²⁷

abacaxi [...] 1. Bras. Angol. Bot. Planta da família das bromeliáceas (*Ananas sativus*), cultivada ou selvagem, cuja parte comestível é infrutescência carnosa resultante do crescimento e da coalescência de todas as flores da inflorescência. Tanto a infrutescência como o caule encerram uma enzima proteolítica que pode ter o mesmo emprego que a papaína. [...]. (AuE, 2009, s.v. *abacaxi*).

fruit [...] 3 [...] *Fruit* (2°) comestible, lorsqu'il est sucré, que l'on consomme généralement au dessert, parfois comme accompagnement (canard à l'orange, porc aux pruneaux, dinde aux marrons, etc.). (PRobE, 2001, s.v. *fruit*).

Em relação às *whole-sentence definitions*, estas, por sua vez, deveriam distinguir-se das definições analíticas não somente por sua formulação em forma de sentença completa, mas também por apresentarem um viés extensional. O viés extensional pode transparecer através de uma indicação de ordem pragmática²⁸, ou da apresentação de elementos prototípicos. Os elementos prototípicos, por sua vez, podem aparecer sob a forma de enumerações dos membros mais típicos de uma categoria²⁹, ou ainda sob a forma de informações enciclopédicas, referentes à entidade extralinguística³⁰. Assim, pois, em relação às *whole-sentence definitions*, a principal falha detectada é a ausência de elementos de caráter extensional (ou prototípicos), quando estes poderiam ser perfeitamente empregados, ajudando na elucidação do significado. Comparemos, por exemplo, duas definições de *insect*, retiradas de dois diferentes dicionários da linha *Collins COBUILD*:³¹

²⁷ Os grifos são nossos.

²⁸ Por exemplo, em "**polite** [...] 2 You can refer to people who consider themselves to be socially superior and to set standards of behaviour for everyone else as **polite society** or **polite company**." (CCLDe, 2003, s.v. *polite*).

²⁹ Por exemplo, em "**sweet** [...] 2 Sweets are small sweet things such as toffees, chocolates, and mints. [...]" (CCLDe, 2003, s.v. *sweet*).

³⁰ Por exemplo, em "**soap** [...] 1 Soap is a substance that you use with water for washing yourself or sometimes for washing clothes." (CCLDe 2003, s.v. *soap*).

³¹ Os grifos são nossos.

insect [...] An ***insect*** is a small animal that has six legs. Most insects have wings. *Ants, flies, butterflies, and beetles are all insects.* (CCLDe, 2003, s.v. *insect*).

insect [...] An ***insect*** is a small creature whit six legs. Most insects have wings. (CcLD, 2004, s.v. *insect*).

Ambas as definições compreendem pelo menos duas partes claramente distinguíveis: na primeira, apresentam uma paráfrase que enumera os traços intrínsecos à categoria definida, e, na segunda, apresentam um elemento virtuemático. Além disso, a definição oferecida em CCLDe (2003, s.v. *insect*) ainda apresenta uma terceira parte de caráter extensional, onde são listados os membros mais prototípicos da categoria. Esse terceiro elemento acrescido à definição é bastante importante para ajudar o consulente a entender o que é *insect*, podendo, inclusive, em se tratando da técnica de redação em questão, corresponder à definição propriamente dita. O fato de que CCLDe (2003, s.v. *insect*) apresente esse elemento prototípico com sucesso na definição põe em destaque a falha detectada em CcLD (2004, s.v. *insect*).

Limitações dos modelos semânticos (em relação à elaboração das paráfrases definidoras)

Um modelo teórico, seja ele qual for, sempre aborda somente um aspecto de determinado problema, muito embora não ignore os demais. A semântica estrutural, no âmbito da qual tem lugar a análise componencial do significado, pretende ser uma teoria “limpa”, ou seja, procura desconsiderar o referente (plano extralinguístico), para lidar apenas com o significado (plano linguístico). Dessa forma, de acordo Geeraerts (2001, p. 14), “[...] no âmbito de uma concepção estruturalista de semântica, isto [sc. o uso de elementos prototípicos nas definições] seria inadmissível, porque esses elementos são mais concernentes ao nível enciclopédico do que ao nível semântico.”³²

Segundo a concepção saussuriana, o signo linguístico é uma união indissolúvel entre significante e significado (SAUSSURE, 2002). Em conformidade com Ogden e Richards (1956), um dos componentes do significado é, precisamente, o referente. Dessa forma, o triângulo básico proposto pelos referidos autores restitui ao signo linguístico algo que lhe é inerente.

Ullmann (1964) propôs uma adaptação na terminologia empregada por Ogden e Richards (1956), posto que, para ele, não interessava a simbolização em geral, mas a definição do significado das palavras. Assim, pois, sugere-se, em substituição aos

³² [Within a structuralist conception of semantics, this [sc. o uso de elementos prototípicos nas definições] would be inadmissible, because these elements belong to the ‘encyclopedic’ level rather than the semantic level].

termos símbolo [*symbol*], pensamento / referência [*thought / reference*] e referente [*referent*], utilizados por Ogden; Richards (1956), os termos nome [*name*], sentido [*sense*] e coisa [*thing*], respectivamente (ULLMANN, 1964). Ullmann (1964) alerta para o fato de que o linguista deve concentrar sua atenção no lado esquerdo do triângulo, ou seja, na relação entre nome e sentido.

Por fim, Coseriu (2004a) distingue o que ele denomina “níveis de funcionalidade”, “estratos do significar” ou “tipos de conteúdo linguístico”, que são três: “designação”, “significado” e “sentido”. A distinção desses três níveis de funcionalidade está diretamente relacionada com a distinção dos três níveis da linguagem, a saber, universal, histórico e individual, tendo em vista que “A linguagem é uma atividade humana *universal* que se realiza *individualmente*, mas sempre segundo técnicas *historicamente* determinadas (‘línguas’).” (COSERIU, 2004a, p. 91, grifo nosso). Assim, pois, a “designação” corresponde ao nível universal, o “significado”, ao nível histórico, e o “sentido”, ao nível individual. A “designação”, de acordo com Coseriu (2004a), é a referência à realidade, ou, dito de outra forma, a relação estabelecida entre uma dada expressão linguística e um “estado de coisas”. Já o “significado” corresponde ao conteúdo de um signo delimitado no interior de uma determinada língua. Por fim, o “sentido” é um conteúdo linguístico particular, que se exprime em um texto particular e é determinado por meio de e além da designação e do significado.³³

A fim de centrar a discussão no âmbito da lexicografia, mencionamos a proposta de Rey (1977), que adapta o triângulo de Ogden e Richards (1956) à definição. A partir do esquema proposto por Rey (1977), podemos inferir que, ao mesmo tempo em que a definição lexicográfica procura descrever um significado, ela também aponta, ainda que indiretamente, a um referente extralinguístico. Desse modo, é possível afirmar que as definições formuladas intensionalmente a partir da soma dos semas que constituem o semema da unidade definida devem permitir reconhecer o referente no mundo extralinguístico. Cabe, por fim, salientar que, neste caso, o termo “extensão” está atrelado à capacidade de reconhecer um dado objeto no mundo.

Não obstante, ademais de poder ser evocado na correspondência da paráfrase com uma entidade extralinguística, o referente ainda aparece algumas vezes de forma explícita nas definições. Aliás, é preciso admitir que, em muitos casos, o uso de elementos extralinguísticos, seja na forma de enumerações, seja na forma de elementos virtuemáticos ou enciclopédicos, pode ser uma valiosa ferramenta de auxílio à compreensão do significado. Em defesa desse argumento, citamos, por exemplo, Werner (1984), para quem a análise componencial como suporte teórico para a formulação das paráfrases definidoras, embora seja aplicável de forma

³³ Para um aprofundamento da discussão acerca desse problema, confira também Matus (1993), Vega (1993) e Casas Gómez (1995, 2002).

irrepreensível em muitos casos, não apresenta resultados satisfatórios em outros tantos. Isso, segundo o autor, deve-se ao fato de que algumas unidades léxicas são extremamente difíceis ou, simplesmente, não podem ser descritas por meio de expressões linguísticas, razão pela qual algumas definições possuem elementos que correspondem ao conhecimento sobre a “coisa” (WERNER, 1984). Zgusta (1971, p.254-257), por sua vez, sustentava que as definições de termos técnicos e unidades léxicas que designam plantas e animais, por exemplo, “[...] tendem a tornar-se enciclopédicas ou, ao menos, conter alguns elementos enciclopédicos.”³⁴ A dificuldade de estabelecer uma separação total entre significado e referente é apontada também por outros autores, a exemplo de Bosque (1982), Cruse (1988), Stati (1995) e Burke (2003).

Considerando, portanto, que uma definição é bem sucedida na medida em que consegue ser suficientemente elucidativa para o consulente, o uso de elementos de caráter extralinguístico nas paráfrases por *genus proximum + differentiae specifica*, a nosso ver, é, muitas vezes, inevitável, como nos exemplos a seguir:³⁵

muleta [...] **3** *Taurom. Palo con un paño rojo sujeto a él por una de sus orillas, con el que el torero trastea al toro.* (DUE, 2001, s.v. *muleta*)

Obst [...] *die mst süßen u. saftigen Früchte (von Bäumen u. Sträuchern), die man (roh) essen kann, wie z.B. Äpfel, Bananen od. Pfirsiche* [...] (LaGWDaF, 2008, s.v. *Obst*)

Por sua vez, no que diz respeito especificamente à aplicação da teoria dos protótipos à técnica das *whole-sentence definitions*, a análise realizada em Farias (2009b) permitiu-nos constatar duas restrições fundamentais. Com relação à representação da prototipicidade através da enumeração de membros da categoria definida, quanto mais hiperonímica for a unidade léxica definida, mais fácil será gerar definições que apresentem um elemento prototípico. Consequentemente, quanto mais hiponímica for a unidade definida, mais improvável será gerar *whole-sentence definitions* com esta característica. A comparação das seguintes definições ilustra esse problema:

human being [...] *A human being is a man, woman, or child.* [...] (CCLDe, 2003, s.v. *human being*).

man [...] **1** *A man is an adult male human being.* [...] (CCLDe, 2003, s.v. *man*).

woman [...] **1** *A woman is an adult female human being.* [...] (CCLDe, 2003, s.v. *woman*).

³⁴ [tend to become encyclopedic, or at least to contain some encyclopedic elements].

³⁵ Os grifos são nossos.

child [...] **1** A **child** is a human being who is not yet an adult. [...] (CCLDe, 2003, s.v. *child*).

Com relação à representação da prototipicidade através da indicação de elementos virtuemáticos e enciclopédicos, o sucesso desse procedimento esbarra nas limitações que a própria língua impõe, dado que algumas palavras, por sua própria natureza, são muito difíceis de definir. Landau (2001), por exemplo, aponta, entre outras, as unidades pertencentes a nomenclaturas (tais como *soldado, cabo, sargento, tenente, capitão, major, coronel, general, marechal*) como itens com os quais as *whole-sentence definitions* não funcionam bem. A constatação de Landau (2001) coincide, em parte, com os resultados obtidos em Beneduzi, Bugueño e Farias (2005), que apontam, além das unidades léxicas que se incluem em taxonomias fechadas, os nomes de animais, plantas e frutos como palavras complicadas de definir, mesmo quando se trata de definições analíticas. Nesses casos, as paráfrases geradas, desconsiderando o fato de que constituem uma oração completa, são (como não poderiam deixar de ser) idênticas às definições formuladas sob o princípio de *genus proximum + differentiae specificae*:

apple [...] An **apple** is a round fruit with a smooth skin and firm white flesh. (CcLD, 2004, s.v. *apple*).

captain [...] **1** In the army, navy, and some other armed forces, a **captain** is an officer of middle rank. [...] (CCLDe, 2003, s.v. *captain*).

kilogram [...] A **kilogram** is a metric unit of weight. One kilogram is a thousand grams, and is equal to 2.2 pounds. (CcLD, 2004, s.v. *kilogram*).

A análise esboçada permitiu-nos chegar à seguinte síntese no que tange ao estabelecimento de uma correlação entre teoria semântica e técnica definatória:

- a) a análise componencial, como teoria semântica subjacente à redação das paráfrases definidoras, nem sempre se revela suficiente. Na tentativa de elucidar o significado de uma palavra, o referente extralinguístico, em muitos casos, não pode ser completamente ignorado. Em outras palavras, parece difícil estabelecer uma separação radical entre significado e referente, ou entre plano linguístico e extralinguístico, quando se trata da geração de paráfrases definidoras;
- b) a teoria dos protótipos, por sua vez, tampouco é capaz de resolver satisfatoriamente todos os problemas encontrados no momento de redigir as paráfrases definidoras. Como vimos, há um grande número de palavras que, pela sua própria natureza, não se deixam definir por meio de elementos prototípicos, de modo que, nesses casos, faz-se necessário recorrer a outros métodos definatórios.

Sendo assim, podemos assumir que uma correlação entre teoria semântica e técnica definatória nem sempre é verificável, isso por duas razões:

- i) muitas vezes, não se nota uma preocupação explícita da obra lexicográfica em utilizar uma determinada teoria semântica para respaldar as suas decisões metodológicas no momento de redigir as definições;
- ii) mesmo quando é possível identificar uma teoria semântica como base para a formulação das definições, os resultados obtidos, pelas razões expostas, não são completamente satisfatórios.

Considerações finais

A definição lexicográfica, conforme procuramos demonstrar, engloba diferentes aspectos, devendo, portanto, ser considerada sob diversos pontos de vista concomitantemente, a fim de que seja possível apreendê-la em sua totalidade.

O trabalho tinha como objetivo propor os princípios que deveriam sustentar uma teoria da definição lexicográfica. Para tanto, em primeiro lugar, expusemos os parâmetros para uma classificação das paráfrases definidoras segundo a perspectiva do ato da comunicação adotada e a metalinguagem empregada. A taxonomia proposta permitiu-nos refletir sobre a diversidade de mecanismos linguísticos (e, inclusive, não linguísticos) que a (meta)lexicografia dispõe para a explicitação do conteúdo semântico das unidades léxicas. Em segundo lugar, formulamos modelos sintáticos para a redação de paráfrases em metalinguagem de conteúdo e em metalinguagem de signo. As propostas, apesar de seu caráter ainda experimental, possibilitaram oferecer uma visão geral acerca da necessidade de se gerar padrões distintos de redação, tendo em vista não somente as diferentes classes gramaticais, como também a natureza diversa das unidades léxicas dentro de uma mesma classe. Finalmente, em terceiro lugar, analisamos a possível relação entre técnica definitória e teoria semântica. A discussão realizada apontou indícios suficientes para fazer supor que, de fato, em alguns casos, existe uma correlação entre uma teoria semântica e a técnica definitória empregada. Entretanto, não é possível comprovar essa afirmação de forma incontestável.

Em síntese, as questões tratadas indicam que boa parte dos problemas relacionados com a definição lexicográfica carece de uma resposta minimamente satisfatória. Isso decorre não somente da ausência, até o momento, de uma teoria geral da definição, mas também (e principalmente) da carência de estudos sobre a natureza dos próprios signos linguísticos, o que é essencial para que se possa passar à descrição do seu (suposto) conteúdo semântico. Dessa forma, poder-se-ia arriscar a dizer que o desenvolvimento de uma teoria da definição lexicográfica depende diretamente de um estudo acerca da natureza do significado das palavras, que, tradicionalmente, subdividem-se em lexicais e gramaticais (BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2010).

A obtenção de paráfrases elucidativas depende, portanto, (a) da obediência a determinados princípios de formulação e (b) da natureza do objeto definido. Diante disso, sustentamos que uma teoria da definição lexicográfica deveria desenvolver-se no marco de uma teoria geral dos mecanismos explanatórios. Isso viabilizaria prever mecanismos de explanação do significado alternativos à paráfrase definidora, como exemplos (FARIAS, 2008) e ilustrações (FARIAS, 2010). Esses mecanismos alternativos poderiam ser empregados nos casos em que uma descrição linguística, devido à natureza do objeto definido, não consegue ser suficientemente elucidativa.

Agradecimentos

Parte deste trabalho é produto de um período de pesquisa junto ao Romanisches Seminar da Universidade de Heidelberg e financiada pelo Katholischer Akademischer Ausländer-Dienst (Bonn/Alemanha). Agradeço, particularmente, ao Prof. Dr. Jens Lüdtke pelo convite e pelas interessantes discussões sobre teorias semânticas.

BUGUEÑO MIRANDA, F.; FARIAS, V. S. Principles for the development of a theory of the lexicographic definition. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.1, p.31-61, 2011.

- *ABSTRACT: Word definition is the main type of information sought in semasiological dictionaries, thus playing the most important role within the microstructure of such works. However, despite numerous studies that deal with the problem of word definition under the most diverse perspectives, there is not a “general theory of the lexicographic definition”. It is possible to identify two key issues which, in part, help explain this gap in the framework of lexicographical research. Firstly, it is very difficult to define what is meant by ‘meaning’. Secondly, the metalexicography offers a wide range of possibilities for rewriting the semantic content of lexical units. Accordingly, this study sets forth the principles for developing a theory of the lexicographic definition, by presenting and discussing three basic parameters: (a) a taxonomy of explanatory paraphrases, (b) the syntactic patterns to write the explanatory paraphrases, and (c) the semantic models.*
- *KEYWORDS: Lexicography. Lexicographic definition. Taxonomy of paraphrases. Syntactic pattern. Semantic model.*

REFERÊNCIAS

BALDINGER, K. Alphabetisches oder begrifflich gegliedertes Wörterbuch? In: ZGUSTA, L. (Hrsg.). *Probleme des Wörterbuchs*. Darmstadt: WBG, 1985. p.40-57.

BENEDUZI, R.; BUGUEÑO, F.; FARIAS, V. Avanços na redação de um dicionário de falsos amigos espanhol-português. *Lusorama*, Frankfurt am Main, n.61/62, p.195-219, 2005.

BIDERMANN, M. T. C. A definição lexicográfica. *Cadernos do Instituto de Letras*, Porto Alegre, n.10, p.23-43, 1993.

BOSQUE, I. Sobre la teoría de la definición lexicográfica. *Verba*, Santiago de Compostela, v.9, p.105-123, 1982.

BUGUEÑO MIRANDA, F. Para uma taxonomia de paráfrases explanatórias. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.243-260, 2009.

_____. Notícia sobre o comentário de forma e comentário semântico em um dicionário de falsos amigos espanhol-português. *Expressão*, Santa Maria, v.8, n.1, p.89-93, 2004.

BUGUEÑO MIRANDA, F.; FARIAS, V. S. Sobre las palabras y su clasificación según su contenido. Los problemas para el lexicógrafo. *Revista de Filología de la Universidad de La Laguna*, La Laguna, 2010. En evaluación.

_____. Panorama crítico dos dicionários escolares brasileiros. *Lusorama*, Frankfurt am Main, n.77/78, p.29-78, 2009.

_____. Informações discretas e discriminantes no artigo léxico. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, n.18, p.115-135, 2006.

BURKE, S. M. The design of online lexicons. In: STERKENBURG, P. (Ed.). *A practical guide to lexicography*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p.240-249.

BUSSMANN, H. *Lexikon der Sprachwissenschaft*. Stuttgart: Alfred Kröner, 1983.

CASAS GÓMEZ, M. *Los niveles del significar*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2002.

_____. Implicaciones léxicas de los niveles del significar. In: HOINKES, U. (Hrsg.). *Panorama der lexikalischen Semantik*. Tübingen: Narr, 1995. p.101-112.

COSERIU, E. Criatividade e técnica linguística. Os três níveis da linguagem. In: _____. *Lições de linguística geral*. Tradução de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2004a. p.91-100.

_____. A língua funcional. In: _____. *Lições de linguística geral*. Tradução de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2004b. p.101-117.

_____. Sistema, norma y habla. In: ALONSO, D. (Ed.). *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Cinco estudios. 2. ed. Madrid: Gredos, 1967. p.11-113.

CRUSE, A. D. Word meaning and encyclopedic knowledge. In: HÜLLEN, W.; SCHOLZE, R. (Ed.). *Understanding the lexicon*. Meaning, sense, and world. Tübingen: Max Niemeyer, 1988. p.73-83.

DEMONTTE, V. El adjetivo: Clases y usos. La posición del adjetivo en el sintagma nominal. In: BOSQUE, I.; DEMONTTE, V. (Ed.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p.129-215.

DUPUY-ENGELHARDT, H. Zur Beschreibung lexikalischer Bedeutung. In: HOINKES, U. (Hrsg.). *Panorama der lexikalischen Semantik*. Tübingen: Narr, 1995.

ENGELBERG, S.; LEMNITZER, L. *Lexikographie und Wörterbuchbenutzung*. 2. Aufl. Tübingen: Stauffenburg, 2004.

FARIAS, V. S. O emprego de ilustrações como mecanismos de elucidação do significado das unidades léxicas nos dicionários semasiológicos. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 9., 2010. *Anais...* Palhoça: Ed. da UNISUL, 2010. p.1-19. No prelo.

_____. Considerações sobre a redação das glosas em um dicionário de falsos amigos espanhol-português. *Voz das Letras*, Concórdia, n.11, p.1-18, 2009a. Disponível em: <<http://www.nead.uncnet.br/2009/revistas/letras/11/2.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2009.

_____. *Whole-sentence definition versus* definição por *genus proximum + differentiae specifica*: um contraste entre duas técnicas definitórias. *Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.17, n.1, p.73-100, 2009b.

_____. *Desenho de um dicionário escolar de língua portuguesa*. 2009. 285f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009c.

_____. O exemplo como informação discreta e discriminante em dicionários semasiológicos de língua portuguesa. *Alfa*, São Paulo, v.52, n.1, p.101-122, 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/1469/1174>>. Acesso em: 15 set. 2010.

GEERAERTS, D. Meaning and definition. In: STERKENBURG, P. (Ed.). *A practical guide to lexicography*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p.83-93.

_____. The definitional practice of dictionaries and the cognitive semantic conception of polysemy. *Lexicographica*, Tübingen, v.17, p.6-21, 2001.

GLÜCK, H. (Hrsg.). *Metzler lexikon sprache*. 3. Aufl. Stuttgart: Metzler, 2005.

HAENSCH, G. et al. *La lexicografía*: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982.

HANKS, P. Definitions and explanations. In: HARTMANN, R. R. K. (Ed.). *Lexicography*: critical concepts III. London: Routledge, 2003. p.191-206.

HARTMANN, R. R. R. *Teaching and researching lexicography*. London: Longman, 2001.

_____.; JAMES, G. *Dictionary of lexicography*. London: Routledge, 2001.

HAUSMANN, F. J. Das Definitionswörterbuch. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires: ein internationales handbuch zur lexikographie*. Berlin: Walter de Gruyter, 1989. p.981-988.

HAUSMANN, F. J.; WIEGAND, H. E. Component parts and structures of general monolingual dictionaries: a survey. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, dictionaries, dictionnaire: ein internationales handbuch zur lexikographie*. Berlin: Walter de Gruyter, 1989. p.328-360.

HILTY, G. Komponentenanalyse und Prototypensemantik. In: HOINKES, U.; DIETRICH, W. (Hrsgn.). *Kaleidoskop der lexikalischen semantik*. Tübingen: Narr, 1997. p.63-69.

JACKSON, H. *Lexicography: an introduction*. London: Routledge, 2002.

JAKOBSON, R. Linguística e poética. In: _____. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22.ed. São Paulo: Cultrix, 2008. p. 118-162.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

LANDAU, S. *Dictionaries: the art and craft of lexicography*. 2.ed. Cambridge: CUP, 2001.

LARA, L. F. *Teoría del diccionario monolingüe*. México: El Colegio de México; Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 1996.

LEW, R. New ways of indicating meaning in electronic dictionaries: hope or hype? In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON LEXICOGRAPHY AND L2 TEACHING AND LEARNING, 1., 2009. *Proceedings...* Shanghai: Shanghai Commercial Press, 2009. No prelo. Disponível em: <http://www.staff.amu.edu.pl/~rlew/pub/Lew_New_ways_of_indicating_meaning.pdf> Acesso em: 27 jul. 2010.

MANDEL, D. *Onomasiologische und semasiologische betrachtungen in der lexikologie unter Berücksichtigung der kognitiven Aspekte*. München: GRIN Verlag, 2001.

MARTÍNEZ DE SOUZA, J. *Diccionario de lexicografía práctica*. Barcelona: Bibliograf, 1995.

MATUS, A. Para una semántica integral. In: MATUS, A. et al. (Org.). *Linguística hoy: algunas tendencias*. Santiago de Chile: Universidad Católica de Chile, 1993. p.11-27.

MEL'ČUK, I. *Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain: recherches lexico-sémantiques*. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1994-1999. 4v.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. *The meaning of meaning*. 8.ed. New York: Routledge; Kegan Paul Ltd., 1956.

POTTIER, B. A definição semântica nos dicionários. In: LOBATO, L. M. P. (Org.). *A semântica na linguística moderna: o léxico*. Tradução de Maria Ângela Botelho Pereira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p.21-31.

REY, A. *Le lexique: images et modèles*. Du dictionnaire à la lexicologie. Paris: Armand Colin, 1977.

RUNDELL, M. More than one way to skin a cat: why full-sentence definitions have not been universally adopted. In: FONTENELLE, T. (Ed.). *Practical lexicography: a reader*. Oxford: OUP, 2008. p.197-209.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística general*. Traducción de Mauro Armiño. Madrid: Akal, 2002.

SCHLAEFER, M. *Lexikologie und lexikography: eine einföhrung am beispiel deutscher wörterbücher*. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 2002.

SECO, M. *Estudios de lexicografía española*. 2.ed. Madrid: Gredos, 2003.

STATI, S. Le definizioni lessicografiche. In: PANTEALONI, L.; KOWARSKI, L. S. (Ed.). *Sapere linguistico e sapere enciclopedico*. Bologna: Cooperativa Libreria Universitaria Editrice Bologna, 1995. p.159-164.

SVÉENSEN, B. *Practical lexicography: principles and methods of dictionary-making*. Oxford: OUP, 1993.

THUMB, J. *Dictionary look-up strategies and the bilingualised learner's dictionary*. Tübingen: Max Niemeyer, 2004.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Ed. da UFU, 1981.

ULLMANN, S. *Semantics: an introduction to the science of meaning*. Oxford: Basil Blackwell, 1964.

ULRICH, W. *Wörterbuch linguistischer begriffe*. 5.ed. Berlin: Gebrüder Borntraeger, 2002.

VEGA, O. Una aproximación al modelo lexemático de Eugenio Coseriu. In: MATUS, A. et al. (Org.). *Linguística hoy: algunas tendencias*. Santiago de Chile: Universidad Católica de Chile, 1993. p.75-88.

WEINRICH, H. A verdade dos dicionários. In: VILELA, M. (Org.). *Problemas da lexicologia e lexicografia*. Tradução de Mário Vilela. Porto: Livraria Civilização, 1979. p.314-337.

WERNER, R. Semasiologische und enzyklopädische definition im wörterbuch. In: GOETZ, D.; HERBST, T. (Hrsgn.). *Theoretische und praktische probleme der lexikographie*. München: Max Hueber, 1984. p.382-407.

WIEGAND, H. E. Der begriff der mikrostruktur: geschichte, probleme, perspektiven. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires: ein internationales handbuch zur lexikographie*. Berlin: Walter de Gruyter, 1989. p.409-462.

ZGUSTA, L. *Manual of lexicography*. Prague: Academia; The Hagen: Mouton, 1971.

REFERÊNCIAS LEXICOGRÁFICAS

[AuE]. FERREIRA, A. B. de H. *O novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4.ed. Curitiba: Positivo, 2009.

[CcLD]. *Collins Cobuild compact english learner's dictionary*. Glasgow: HarperCollins; São Paulo: Disal, 2004.

[CCLDe]. SINCLAIR, J. (Ed.). *Collins Cobuild advanced learner's dictionary*. Glasgow: HarperCollins, 2003.

[DILE]. ELIZALDE, M. I.; LEPE, M. S. *Diccionario ilustrado de la lengua española*. 3. ed. Santiago de Chile: Zig-Zag, 2003.

[DRAEe]. REAL Academia Española. *Diccionario de la lengua española*. 22. ed. Madrid: Espasa Calpe, 2001. Disponível em: <<http://buscon.rae.es/draeI/>>. Acesso em: 13 set. 2010.

[DUEAe]. VOX. *Diccionario de uso del español de América y España*. Barcelona: SPES Editorial, 2003.

[DUEe]. MOLINER, M. *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos, 2001.

[HouE]. INSTITUTO Antônio Houaiss. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

[LaGWDaF]. GOETZ, D.; HAENSCH, G.; WELLMANN, H. *Langenscheidt Großwörterbuch deutsch als fremdsprache*. Berlin: Langenscheidt, 2008.

[OALD]. HORNBY, A. S. (Ed.). *Oxford advanced learner's dictionary*. 7.ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

[PCDIt]. *Parola chiave*: dizionario di italiano per brasiliani. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

[PProbE]. *Nouveau Petit Robert*: dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Le Robert, 2001.

Recebido em setembro de 2010.

Aprovado em novembro de 2010.

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA TIPOLOGIA DE ANTROPÔNIMOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Eduardo Tadeu Roque AMARAL*

- RESUMO: Os nomes próprios constituem uma classe bastante heterogênea que inclui, entre outros itens, os topônimos (nomes próprios de lugar) e os antropônimos (nomes próprios de pessoa). Entretanto, dentro da categoria destes últimos, ainda é possível observar várias diferenças na caracterização linguística dos seus membros. Pode-se verificar que, por exemplo, prenomes, sobrenomes, hipocorísticos e pseudônimos são utilizados para fazer referência a um indivíduo, mas possuem propriedades morfológicas e semântico-pragmáticas distintas. Considerando a necessidade de definir e classificar tais itens para os estudos linguísticos dos nomes próprios do português brasileiro, este artigo tem o objetivo de apresentar uma proposta tipológica de antropônimos. Após uma revisão de recentes trabalhos que discutem o tema (AMARAL, 2008; BAJO PÉREZ, 2002, 2008; FERNÁNDEZ LEBORANS, 1999; VAN LANGENDONCK, 2007), apresenta-se uma proposta de classificação. Tal proposta, que recorre também aos textos legais que dispõem sobre a atribuição de nomes próprios de pessoa e às definições de obras lexicográficas contemporâneas, identifica dois principais grupos de antropônimos, definidos como *ortônimos* e *alônimos*, cada um com seus respectivos membros internos. O *corpus* de análise está constituído por ocorrências coletadas em textos publicados na versão eletrônica do jornal *Folha de São Paulo* durante o ano de 2009.
- PALAVRAS-CHAVE: Nomes próprios. Antropônimos. Onomástica.

Introdução

Os nomes próprios conformam uma classe bastante heterogênea de itens nominais e, por esse motivo, existem várias tentativas de classificá-los. Geralmente são considerados nomes próprios os nomes de pessoa (antropônimos), lugares (topônimos), organizações sociais, marcas, títulos de obras, etc. (ALLERTON, 1987; BAJO PÉREZ, 2002, 2008; JONASSON, 1994; LÓPEZ GARCÍA, 2000; VAN LANGENDONCK, 2007; WILMET, 1995). Seja como for, todos esses autores incluem na classe de nomes próprios os topônimos e antropônimos.

Os antropônimos, por sua vez, também possuem diferenças linguísticas entre si, ou seja, não constituem uma subclasse homogênea. Podem-se observar

* UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras – Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – eduamaralh@uol.com.br. Programa de Auxílio à Pesquisa de Doutores Recém-Contratados (PRPq-UFMG).

prenomes, sobrenomes, apelidos, hipocorísticos e pseudônimos entre outros itens que são utilizados para nomear os indivíduos (AMARAL, 2008; BAJO PÉREZ, 2002; BAJO PÉREZ, 2008; FERNÁNDEZ LEBORANS, 1999; VAN LANGENDONCK, 2007). No entanto faltam trabalhos que busquem definir e classificar tais itens, levando-se em conta, especialmente, dados do português brasileiro.

O objetivo deste trabalho é, portanto, apresentar uma proposta de classificação dos antropônimos, observando a constituição interna de tais itens em dados de língua portuguesa, além de fatores semânticos e pragmáticos. Os resultados apresentados neste texto dão continuidade ao trabalho de Amaral (2008, 2009, 2010), na medida em que se procura refinar os critérios possíveis para distinguir os membros internos do conjunto dos antropônimos. No entanto vale ressaltar que, desta vez, restringimo-nos aos nomes próprios de indivíduos como membros de uma sociedade civil, evitando, por exemplo, os chamados *mitônimos* (nomes de entidades mitológicas) e os *hierônimos* ou *hagiônimos* (nomes de deuses e santos).

Na primeira seção, apresentaremos algumas propostas de classificação de nomes próprios, as quais servirão para evidenciar como os antropônimos constituem uma subclasse de fundamental importância para a categoria dos nomes próprios. Em seguida, após uma revisão de alguns trabalhos que propuseram uma tipologia de antropônimos, apresentaremos nossa proposta de classificação.

Tendo em vista que essa proposta considera o uso social dos nomes no Brasil, basear-nos-emos também no que dispõem alguns textos legais sobre a atribuição de antropônimos. Serão importantes, ainda, as definições que alguns dicionários têm oferecido para os tipos de antropônimos. Assim, recorreremos ao conteúdo de três obras lexicográficas recentes: o *Dicionário UNESP do português contemporâneo* (DUPC)¹, publicado em 2004; o *Novo dicionário Aurélio*, versão 6.0 (NDA) e o *Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa*, versão 1.0 (DEHLP), ambos em suas versões eletrônicas publicadas em 2009. Os tipos de antropônimos serão exemplificados a partir de dados coletados na versão eletrônica do jornal *Folha de São Paulo*, publicados no ano de 2009.

Os antropônimos na classe dos nomes próprios

Quando nos referimos a *nomes próprios*, geralmente incluímos nessa classe uma série de membros bem heterogêneos. Por isso, existem várias tentativas

¹ Neste trabalho, faremos referência aos dicionários por meio das seguintes siglas: DUPC (*Dicionário UNESP do português contemporâneo*); NDA (*Novo dicionário Aurélio*); DEHLP (*Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa*).

de classificá-los. A seguir, vamos retomar algumas propostas apresentadas por diferentes autores.

Allerton (1987, p.73) apresenta uma classificação semântica, na qual inclui as seguintes subvariedades: seres humanos (junto também com certos animais): *Socrates*²; *Jeremy Blenkinsop*; *Fido*; *Pegasus*; b) navios, veículos e máquinas: *the Mayflower*; *(the) Discovery*; *the Orient Express*, etc.; c) lugares geográficos: *Mars*; *Africa*; *the Adriatic (Sea)*; *(mount) Everest*, etc.; d) organizações sociais: *I.B.M*; *Rolls Royce*, etc.; e) publicações e obras de arte: *The Times*; *The Barber of Seville*, etc.; f) línguas e dialetos: *English*; *Hindi*, etc.³. Embora apresente essas seis categorias, o próprio autor reconhece que os limites entre elas são difíceis de estabelecer.

Em trabalho recente, Van Langendonck (2007) apresenta uma tipologia de nomes próprios. O autor, que se baseia em exemplos do inglês e do neerlandês, diferencia *nomes próprios prototípicos* de *nomes próprios não prototípicos*. Entre os primeiros, inclui os nomes de pessoas, animais, furacões, lugares, objetos astronômicos, construções, navios, organizações e associações. Tendo em vista que também apresenta uma tipologia dos nomes próprios de pessoa, a proposta do autor será retomada na próxima seção.

Considerando os autores de língua francesa, Wilmet (1995), por exemplo, distingue: *nomes comuns essenciais*, *nomes próprios essenciais*, *nomes comuns acidentais* e *nomes próprios acidentais*. Para o autor, são exemplos de nomes próprios essenciais: nomes de pessoas e animais; de cidades; de continentes, países, regiões, rios, etc.; de astros, planetas ou estrelas, etc. e de nomes próprios acidentais: nomes de filmes, romances, peças, etc. ("*Graziella*"⁴, "*Si Versailles m'était conté*"⁵..., etc.); placas de restaurantes, cafés, hotéis ("*Georges Blanc*" – nome próprio essencial do proprietário –, "*Le grand Véfour*", etc.) (WILMET, 1995, p. 8).

Jonasson (1994), ainda que não tenha o objetivo de apresentar uma classificação de nomes próprios, reconhece a diferença entre os membros da classe. Sendo assim, a autora fala em membros centrais, que constituiriam um núcleo da categoria e que possuiriam um grande número de propriedades típicas, como Sócrates e Paris. Por outro lado, haveria os membros mais periféricos e

² Mantiveram-se os exemplos como no original em inglês.

³ Nos trabalhos em espanhol e em português, geralmente não se incluem os nomes de línguas e dialetos entre os nomes próprios. Isso se deve, em parte, ao fato de que, em inglês, tais nomes se escrevem com maiúsculas e, naquelas línguas, com minúsculas, o que demonstra certa confusão entre questões ortográficas e a delimitação da classe de nomes próprios.

⁴ Romance de Alphonse de Lamartine (1790-1869).

⁵ Nome de uma produção cinematográfica franco-italiana da década de 50.

menos típicos, como a estrela Polar, a Loteria Nacional, etc.⁶ Entre os autores de língua espanhola, López García (2000) apresenta o seguinte esquema para a classificação dos nomes próprios:

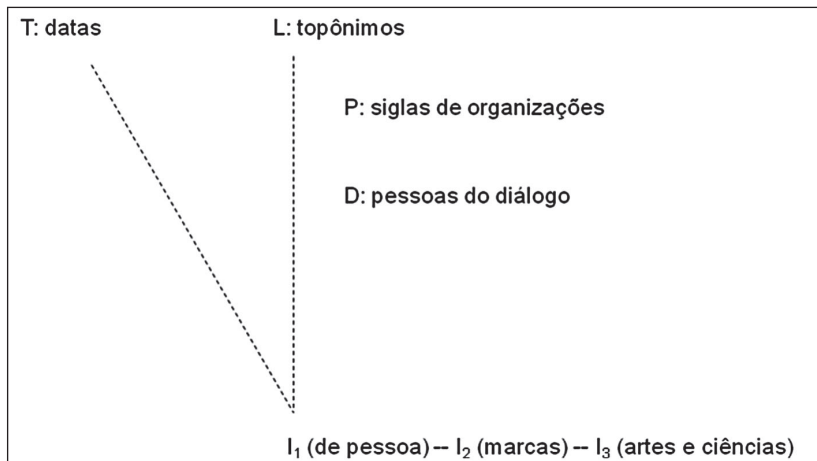


Figura 1 – Esquema classificatório de nomes próprios.

Fonte: Traduzido de López García (2000, p.186).

Esse esquema, que o autor afirma ser uma reelaboração e ampliação do de Bühler,⁷ apresenta dois eixos de natureza dêitica (L de espaço e T de tempo), um eixo vetorial relativo ao indivíduo (I), o qual possui três posições que vão se afastando do centro dêitico (I₁ de pessoas, I₂ de coisas e I₃ de qualidades) e dois quantores não dêíticos (P de natureza quantitativa e D de natureza qualitativa). Para López García (2000), os nomes próprios de pessoa constituem o protótipo da categoria, pois estão localizados mais próximos do centro dêitico (I₁) – seria dessa posição que se originaria prototipicamente um nome próprio. Em sua proposta, estão incluídos também, como nomes próprios, os topônimos (*Valencia*⁸, *España*, *los Pirineos*), as datas (3-7-50 etc.), as siglas (*O.N.U.*, *O.T.A.N.*, etc.), os nomes das pessoas do diálogo (*yo*, *tú*, etc.) e os nomes de artes, ciências e movimentos intelectuais (*el Barroco*, *la Física*, *la Lingüística*, *el Comunismo*).

Bajo Pérez (2002), em obra também de língua espanhola, apresenta uma ampla tipologia do nome próprio e inclui nessa classe: a) antropônimos; b) nomes próprios de entidades; c) nomes próprios de seres naturais e fantásticos; d) nomes próprios de animais e plantas; e) nomes próprios de objetos; f) topônimos; g) cronônimos; h) outros.

⁶ No original, “l'étoile Polaire” e “la Loterie N(n)ationale”(JONASSON, 1994, p.22).

⁷ BÜHLER, K. *Sprachtheorie*. Karl Fischer: Jena, 1934.

⁸ Todos os exemplos são do próprio autor e foram mantidos em espanhol.

Apesar de, como visto, os nomes próprios constituírem uma classe bem heterogênea, todos os autores incluem nessa classe os antropônimos e os topônimos, ou seja, os nomes de pessoas e de lugares, respectivamente. Esses dois subconjuntos de nomes próprios chegam a ser um consenso quando se fala em membros da classe, o que não se verifica para outros itens como nomes de línguas e dialetos, apresentados por Allerton (1987), ou das pessoas do diálogo, defendidos como nomes próprios por López García (2000).

Os topônimos têm sido objeto de subclassificações nos estudos toponímicos (DICK, 1990). No caso dos antropônimos, faz-se necessário estabelecer critérios que possam diferenciar os membros dessa categoria e, principalmente, critérios aplicáveis ao português brasileiro contemporâneo.

A categoria dos antropônimos

Como foi exposto, a heterogeneidade da classe dos nomes próprios tem gerado propostas bem diferenciadas de classificação de seus membros. Observou-se também que, independentemente da proposta de um ou outro autor, os antropônimos sempre são incluídos entre os nomes próprios. Mas esses itens também não constituem uma subclasse homogênea, como exposto por Fernández Leborans (1999, p. 81). Formam parte do conjunto de antropônimos: prenomes, sobrenomes, apelidos, etc.⁹ Talvez seja até possível concordar com Van Langendonck (2007, p. 187), para quem os nomes de pessoas constituiriam a categoria mais diversificada de nomes próprios. A seguir, veremos algumas propostas de classificação de antropônimo e, em seguida, apresentaremos nossa contribuição para essa tarefa.

No *Estudo sistemático do nome* (Livro 1), que integra a clássica obra *Antroponímia Portuguesa*, Leite de Vasconcelos (1928) reconhece as várias acepções que pode ter o termo *nome*. Poderia ser empregado para: a) o nome de batismo ou de registro (também *nome de pia*); b) o nome completo; c) qualquer um dos elementos de um nome de pessoa; d) a alcunha (VASCONCELOS, 1928, p. 8). Em seguida, o autor procura diferenciar outros termos como *alcunha*, *sobrenome* e *apelido*. Todos esses itens estão sendo incluídos aqui na subclasse de antropônimos, embora com acepções diferentes, conforme se verá mais adiante.

Na mesma parte da obra citada, o autor distingue: a) a *alcunha* (com forma variante *alcunho*) e outros termos que teriam acepção semelhante: *anexim*, *crisma*, *apelido*, *nomeada*, *lomeada*, *apodo*; b) *sobrenome*, definido como “um patronímico, nome de pessoa, expressão religiosa ou outra, que se junta

⁹ Confira também Lozano Ramírez (1999) e Câmara Júnior (1984).

imediatamente ao nome individual” (VASCONCELOS, 1928, p. 11); c) apelido, considerado designação de família. Vasconcelos (1928, p. 12) procura diferenciar *sobrenome* e *apelido*:

[...] a diferença fundamental entre *sobrenome* e *apelido*, na nomenclatura actual, e mais corrente, está em que aquele é individual, ou apenas comum a varios irmãos, embora ás vezes transmissivel a filhos, e o apelido é genealogico, isto é, comum na essencia á família toda. A alcunha é adventicia.

Em seguida, o autor menciona a confusão que havia desde séculos, tanto entre os autores como na língua oral, com respeito ao emprego de todos esses termos. Uma confusão entre os termos antroponímicos ainda se pode notar no português brasileiro, principalmente quando comparamos o uso que se faz em obras lexicográficas e em textos legais que tratam dos nomes próprios. Esse fato ficará mais claro durante a apresentação das definições nas próximas subseções.

Deve-se levar em conta, além do mais, que o trabalho do autor citado, de valiosa importância para a Antroponímia, tem como objeto de estudo dados de Portugal, desde a Idade Média até o seu presente (VASCONCELOS, 1928, p. 5). Esse fato dificulta a aplicação em dados do português brasileiro, o que pode ser percebido pelos termos expostos anteriormente. Em Portugal, por exemplo, *apelido* aplica-se ao que correntemente chamamos de *sobrenome* (compare-se com *apellido*, em espanhol) e muitos termos elencados como correspondentes a *alcunha* não se empregam no português brasileiro.

Outro trabalho, desta vez bem recente, que merece ser citado é o de Bajo Pérez (2002, 2008). A autora, na sua tipologia do nome próprio, inclui entre os antropônimos os nomes de parentesco sem determinante usados como sujeito, tais como *papai*, *mamãe*, *madrinha*, *padrinho*, etc. Neste trabalho, não incluiremos, entre os antropônimos, esses itens, pois se diferenciam dos nomes próprios por possuírem significado lexical – estamos assumindo, como se vê, uma postura aceita por vários linguistas contemporâneos, segundo a qual os nomes próprios estão desprovidos de significado lexical (AMARAL, 2008; FERNÁNDEZ LEBORANS, 1999; GARY-PRIEUR, 1994, 2001).

Também não incluiremos entre os antropônimos itens como *fulano*, *beltrano* e *sicrano*, tratados por Bajo Pérez (2002) como nomes próprios. Em ambos os casos, têm-se itens que, apesar de poder serem usados para referência a indivíduos, possuem significado lexical e inclusive entradas em dicionários, o que não acontece com o antropônimo *ordinário*.

Van Langendonck (2007), ao analisar dados, principalmente do neerlandês (flamengo), parte de parâmetros pragmáticos como uso primário *versus* secundário e oficial *versus* não oficial e identifica: nomes primários e oficiais (prenomes e sobrenomes), secundários e oficiais (por exemplo, nome de família empregado como nome individual: *Johnson was a former president*) e nomes não oficiais (denominados pelo autor de *byname*s). Sobre este último grupo, o autor afirma ser de difícil definição e classificação e inclui nele nomes atribuídos por pessoas diferentes do próprio portador do antropônimo (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 192). A análise que apresenta utiliza a distinção entre nome oficial e não oficial, que também será importante para este trabalho. Mas o faremos de outro modo ou, pelo menos, com outro objetivo. Além do mais, o autor não inclui os pseudônimos (nem os nomes de bate-papo na internet) no conjunto dos nomes não oficiais, o que também afasta a sua classificação da que propomos. A seguir, apresentamos uma proposta de classificação dos antropônimos usados no português brasileiro. Distinguiremos dois grupos. No primeiro, estariam os *ortônimos* e, no segundo, os *alônimos*. As subseções abaixo definem e exemplificam esses dois grupos.

Conforme apontado na introdução, os dados são extraídos de textos publicados pelo jornal *Folha de São Paulo* durante o ano de 2009. Em vários deles, observa-se tanto a presença do antropônimo como a ocorrência do termo antroponímico (*sobrenome*, *pseudônimo* etc.). Essa opção tem a vantagem de exemplificar também como os usuários de certo registro linguístico (escrita padrão) empregam os termos que são aqui objeto de estudo.

Grupo 1: Ortônimo

Identificamos inicialmente o *ortônimo* (do grego *ort(o)-* = correto, normal + *ónoma* = nome de uma pessoa), que corresponde com o nome civil completo. O NDA (2009) define “nome civil” como “nome de pessoa tal como figura no registro civil”. A esse nome estamos chamando *ortônimo*. No Brasil, o ortônimo está constituído por prenome e sobrenome(s).

Nesse ponto, a proposta também se diferencia da de Van Langendonck (2007), que inclui os derivados (diminutivos e aumentativos) no conjunto dos nomes primários e oficiais. Para o autor, apenas se a forma parecer irregular e não for mais reconhecida como um prenome é que seria incluída nesse conjunto. No entanto, como sua proposta pode gerar certa imprecisão e dificuldade de estabelecimento de limites, preferimos manter o critério da igualdade ou não com o nome do registro civil – embora tenhamos a consciência de que essa distinção seja um fato social e não um fato de língua.

Prenome

O *prenome*, ou *primeiro nome*, é o antropônimo que antecede o sobrenome. Geralmente distingue o indivíduo dentro de grupos sociais de sua intimidade. Também é denominado *nome de batismo* por todos os dicionários e, pelo DEHLP (2009) e NDA (2009), *antenome*. Pode ser simples e composto. No primeiro caso, apresenta apenas um item lexical antroponímico (*José*) e, no segundo, mais de um (*José Maria*).

De acordo com a legislação brasileira, o prenome, junto com o sobrenome, constitui o nome pessoal garantido por lei: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome” (BRASIL, 2002). O prenome é utilizado oficialmente pelo portador durante toda a sua vida, mas o art. 1º da Lei Nº 9708, de 18 de novembro de 2008, possibilita sua substituição: “O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios”.

Em (1), *Guilherme* é o prenome simples do ortônimo *Guilherme Cunha Costa*, enquanto em (2), *Luís Inácio* é prenome composto de *Luís Inácio Lucena Adams*, ortônimo do atual advogado-geral da União¹⁰.

- (1) Deputados e senadores reconheceram de imediato o prenome “**Guilherme**”, citado de passagem na decisão judicial que deflagrou a Operação Castelo de Areia. Trata-se de Guilherme Cunha Costa, que até 2007 era o operador político da Fiesp em Brasília. (LO PRETE, 2009a, grifo nosso).
- (2) Como o chefe. O sobrenome é Adams. Mas é pelo prenome famoso, **Luís Inácio**, que todos no governo chamam o procurador-geral da Fazenda, provável substituto de José Antonio Toffoli na Advocacia-Geral da União. (LO PRETE, 2009b, grifo nosso).

Sobrenome

Por *sobrenome* identificamos o(s) antropônimo(s) que sucede(m) o prenome (seja este simples ou composto). Também é denominado *nome de família*. Geralmente, é transmitido de pais para filhos. Conforme dispõe o Art. 1.565 da Lei 10.406, ao se casarem, qualquer um dos nubentes pode acrescentar ao seu o sobrenome do cônjuge, embora seja mais comum que a mulher o faça.

Como equivalente a *sobrenome*, encontram-se os itens *apelido* ou *apelido de família* (Lei Nº 6015, que dispõe sobre os registros públicos). Na proposta deste trabalho, reservaremos o termo *apelido* para outros antropônimos, conforme veremos adiante. Assim também o faz o DUPC (2004).

¹⁰ Essa informação foi confirmada em consulta feita à Advocacia-Geral da União.

Dentro do conjunto dos sobrenomes, alguns estudos incluem os patronímicos – antropônimos que têm origem no nome do pai ou de um ascendente masculino – e os matronímicos – originários do nome da mãe. Segundo o NDA (2009), por exemplo, Rodrigues seria o filho de Rodrigo. Mas a formação de patronímicos não é mais corrente como o foi em outros séculos. De acordo com Vasconcelos (1928), do séc. XV para o XVI, os patronímicos medievais passaram a funcionar como simples sobrenomes (chamados de *apelido* pelo autor). Assim, Durãez significava “filho de Durão” e, no português contemporâneo, é um sobrenome que pode ser adotado por uma pessoa mesmo que o pai não se chame Durão (VASCONCELOS, 1928, p. 151).

Em (3), *Percussi* constitui o sobrenome de *Silvia Percussi*, *chef* de restaurante.

- (3) Silvia **Percussi**, chef e uma das sócias da vinheria que leva seu sobrenome, já desempenhou diferentes atividades na área: de escrever livros a gerenciar o próprio negócio. Para ela, abrir um restaurante exige muito trabalho além do desenvolvimento do menu. (CARIELLO, 2009, grifo nosso).

Um subtipo especial de sobrenome está formado por itens como *Filho*, *Neto*, *Sobrinho*, *Júnior*, *Segundo* e marca uma relação entre o indivíduo portador desse nome e outro, que é, de modo geral, um parente. Em (4), *Neto* é sobrenome de Rômulo Duncan Arantes Neto, ator que é filho de Rômulo Duncan Arantes Júnior, o qual, por sua vez, era filho do técnico de natação Rômulo Arantes. O antropônimo *Neto* marca a relação av  /neto entre Rômulo Arantes e Rômulo Duncan Arantes Neto. Em (5), cita-se o nome do deputado Jutahy Magalhães Júnior, cujo sobrenome *Júnior* lhe foi atribuído por ser filho de Jutahy Borges Magalhães.

- (4) Com serenidade, a arquiteta Adriana Junqueira Schmidt diz que a fama chegou cedo demais para o filho, o ator Rômulo Arantes **Neto**, 21. “Eu queria que o sucesso viesse aos poucos, com esforço, e não como gal   de uma hora para outra. Sou a mãe chata, que quer que ele construa as coisas.” (BERGAMASCO, 2009, grifo nosso).
- (5) Ao ouvir Lula dizer que, graças ao novo programa federal de formação de professores, nunca mais haverá “um mapa do Brasil com dois Paraguais”, o deputado Jutahy **Júnior** (PSDB-BA) descascou: “Espero que nunca haja mapa do Brasil com nenhum Paraguai. O professor Raimundo foi corrigir e ficou pior”. (LO PRETE, 2009c).

Grupo 2: Al  nimo

Em oposição ao ort  nimo, chamaremos *alônimos* (do grego *al(o)* = diferente + *  noma* = nome de uma pessoa)   queles antropônimos que não correspondem com os nomes oficiais garantidos pela legislação e atribuídos ao indivíduo no

registro civil. Os alônimos, por sua vez, formam um grupo bem heterogêneo de antropônimos, como hipocorísticos, apelido, pseudônimos etc., os quais serão vistos a seguir.

Hipocorístico

O *hipocorístico* pode ser compreendido como um item formado a partir de uma alteração morfológica (abreviação, diminutivo, aumentativo...) de outro antropônimo. É usado geralmente em contextos familiares. Diferencia-se do apelido por ter sua origem em outro nome próprio.

Bajo Pérez (2002, p. 174) identifica, nos seus dados de língua espanhola, hipocorísticos formados por acrônimos de nomes oficiais compostos, diminutivos, aumentativos, siglas e anagramas. Neste trabalho, não nos deteremos sobre as várias possibilidades de formação de hipocorísticos. Vejamos apenas dois exemplos. Em (6), *Dudu* “Dudu” é hipocorístico de *Eduardo*, cujo ortônimo *João Eduardo de Salles Nobre* refere-se a um compositor e cantor carioca e, em (7), *Drica* é hipocorístico de *Adriana*, antropônimo da atriz Adriana Moraes Rego Reis.

- (6) O onipresente Zeca Pagodinho abre este terceiro volume da série com “Só Chora Quem Ama”, seguido por Diogo Nogueira (“Todo Menino É um Rei”), **Dudu** Nobre (“Pagode da Saideira”) e Moinho (“Maior É Deus”), entre outros muitos. (FOLHA, 2009a, grifo nosso).
- (7) Na série com texto em verso, nenhuma palavra pode ser acrescentada ou suprimida das falas, sob risco de se perder a rima e o ritmo da poesia. “É um texto bem cartesiano. Você precisa dizer cada preposição, cada artigo”, explica **Drica** Moraes, 39, no elenco de sete pessoas de “Decamerão”. (FOLHA, 2009b, grifo nosso).

Apelido ou alcunha

O *apelido* (*alcunha* ou, mais raramente, *cognome*) é o antropônimo atribuído a um indivíduo geralmente por outra pessoa. Muitas vezes alude a uma característica física ou intelectual e pode ou não ser depreciativo.

Conforme exposto acima, não utilizaremos o termo *apelido* como equivalente a *sobrenome*, embora outros autores o façam. Também não utilizaremos o termo *prosônimo* nesta proposta de classificação, embora o DEHLP (2009) defina *prosônimo* como uma palavra usada “como alcunha, qualificativo ou hipocorístico de pessoas ou mesmo animais e coisas.”

Em (8), *Calabresa* é o apelido de Daniella Maria Giusti Barra, o qual foi incorporado ao seu nome artístico¹¹. Em (9), explica-se que *Girl Talk* corresponde à alcunha de Gregg Gillis.

- (8) Quando o contrato com o canal terminou, foi convidada a participar do “Pânico”, onde ficou por um curto período até ir para a MTV. “ Vi que eu não combinava com o pessoal. Eu me escracho sem problemas, agora cutucar as pessoas... Não gosto de escrachar tanto os outros”, conta a atriz, que adotou o apelido **Calabresa** depois de gozações pelo seu sotaque, herdado da família italiana. (BITTENCOURT, 2009a, grifo nosso).
- (9) Sob a alcunha de **Girl Talk**, o produtor americano Gregg Gillis ficou conhecido por seus excêntricos *mash ups*, nos quais se apropria de dezenas de trechos de músicas de outros artistas, editados e rearranjados, para criar novas faixas. (BITTENCOURT, 2009b, grifo nosso).

Pseudônimo e codinome

Por *pseudônimo* denominamos o antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil (*ortônimo*), o qual pode ser ou não encoberto. Podemos diferenciá-lo do apelido pelo fato de que é escolhido pelo portador do nome próprio¹². Também recebe reconhecimento legal: “O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome” (BRASIL, 2002).

No exemplo (10), observa-se *Stanislaw Ponte Preta*, pseudônimo do escritor, radialista e compositor Sérgio Marcus Rangel Porto (1923-1968).

(10) **Stanislaw Ponte Preta**

Editora: Agir; Quanto: R\$ 39,90 (208 págs.)

SOBRE O AUTOR: Com o conhecido pseudônimo, o jornalista carioca Sérgio Porto (1923-1969) assinou mais da metade de sua obra. É o autor de livros como “Febeapá (Festival de Besteiras que Assola o País)” e “Rosamundo e os Outros”, também reeditados pela Agir. (FOLHA, 2009c, grifo nosso).

O termo *codinome* é utilizado para ocultar ou nomear um plano de ação ou uma organização, como atestam o NDA (2009) e o DEHLP (2009). Mas ele também é usado para ocultar a identidade de um indivíduo. Nesse caso, incluímo-lo como

¹¹ Em Valadares (2007), a atriz explica que o apelido *Calabresa* lhe foi dado quando criança.

¹² Teria também as características de um pseudônimo o *nickname* (ou somente *nick*), termo de origem inglesa encontrado no *corpus* e que é utilizado para o âmbito da informática. No exemplo abaixo, *Cumbio* é o *nickname* da adolescente Agustina Vivero. (i) “Se você perguntar a um portenho o que Agustina faz, ele responderá: ‘Nada, ela só tem um *fotolog*. E foi assim que **Cumbio**, como prefere ser chamada, ganhou fama. O “*nickname*” vem da paixão pelo ritmo latino cumbia.” (SENA; TORRES, 2009, grifo nosso).

um antropônimo de acepção próxima à do pseudônimo. No exemplo a seguir, *Farias* é o codinome do guerrilheiro Bergson Gurjão Farias.

- (11) Autor do relatório, o perito Domingos Tocchetto, professor de criminalística da Escola Superior de Magistratura, lista no documento coincidências entre as conclusões dos exames nos ossos recolhidos em 1996 e as características físicas de Jorge (**codinome** de [Bergson Gurjão]Farias), primeiro guerrilheiro morto na região do Araguaia (sudeste do Pará, norte de Tocantins, então Goiás, e sul do Maranhão). (TORRES, 2009, grifo nosso).

Heterônimo

Seguindo o NDA (2009) e o DEHLP (2009), distinguiremos o *heterônimo* do *pseudônimo* na medida em que aquele corresponde ao nome de um indivíduo fictício, criado pelo portador de outro antropônimo. No exemplo seguinte, *Caeiro* refere-se a *Alberto Caeiro*, um dos heterônimos do poeta português Fernando António Nogueira Pessoa.

- (12) Fazer relações

Segundo Everaldo, “o aluno tem de saber identificar cada autor e o contexto histórico em que viveu. Enquanto que para [Alberto] **Caeiro** [heterônimo de Fernando Pessoa] uma cadeira é uma cadeira, para Vinicius [de Moraes] é onde os casais se sentam para namorar.” (FOLHA, 2009d, grifo nosso).

Nome artístico e nome de palco

O *nome artístico* corresponde com o antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil (ortônimo) e pelo qual se faz conhecido em sua atividade profissional.

Nos casos abaixo, *Sher* corresponde com o nome artístico de Leandra Rios em (13), enquanto *Dolores Duran* identifica o nome artístico de Adiléia da Silva Rocha em (14).

- (13) Responsável pela redução na silhueta de Fernanda, a “corsetière” **Sher**, nome artístico de Leandra Rios, que faz as peças, chamava a atenção pelos 58 cm de cintura obtidos depois de dez anos de *corsets* (“O corselet imita o *corset*, mas não afina o corpo”, explica), que chegam a custar R\$ 4.000, como o que Adriane Galisteu usou no desfile da escola de samba Unidos da Tijuca, no Carnaval de 2007. (BERGAMO, 2009, grifo nosso).

- (14) Gravações inéditas mostram a versátil cantora **Dolores Duran**
[...]

Predomina no CD seu lado *crooner*, o que ela foi em toda a vida profissional. Seu nome artístico, inclusive, foi criado – em substituição a Adiléia da Silva Rocha – para as apresentações em boates cariocas. (VIANNA, 2009, grifo nosso).

De origem semelhante ao nome artístico é o chamado *nome de palco*, conforme se observa em (15), em que *Detonator* ou identifica Bruno Sutter.

- (15) Hoje os fãs do heavy metal vão conhecer um novo clipe da banda Massacration: “Hammercage Hotdog Hell”. “É uma música rápida, forte, aquele clichê de abertura tipo disco do Iron Maiden”, reconhece o vocalista **Detonator**. [...]

Detonator é o nome de palco de Bruno Sutter, um dos integrantes de “Hermes & Renato”, programa de humor esculachado da MTV que comemorou dez anos no ar neste ano e que estreia nova temporada hoje. (VILLAS BOAS, 2009, grifo nosso).

Nome de guerra

Em princípio, o *nome de guerra* poderia ser confundido com o *nome artístico*. Mas ele tem uma abrangência maior, na medida em que não se aplica somente ao meio artístico – parece ser comum no âmbito militar, entre outros. De fato, de acordo com o DUPC, o *nome de guerra* corresponderia a um pseudônimo ou apelido pelo qual alguém se tomaria mais conhecido em qualquer esfera de atividade. A definição do DEHLP (2009) é semelhante.

Como neste trabalho já distinguimos o *apelido* do *pseudônimo*, podemos observar que o *nome de guerra* pode se aproximar do *pseudônimo*. Mas há razões para distingui-los, uma vez que o *nome de guerra* pode receber um traço de sentido pejorativo que não possui o *pseudônimo*. Com efeito, nem todos os indivíduos que criam pseudônimos em substituição ao seu ortônimo diriam que criaram um nome de guerra.

Nos exemplos que se seguem, *Deadmau5* é o nome de guerra de Joel Zimmerman em (16); *Adriana* é o nome de guerra de uma garota de programa no exemplo (17); *Roberto* é o nome de guerra de Wagner Rodrigo Brida Gonçalves em (18).

- (16) O canadense **Deadmau5** (nome de guerra de Joel Zimmerman) tem apenas 28 anos e já tornou-se um dos DJs/produtores mais populares do planeta. [...]

Deadmau5 percebe que música eletrônica de pista muitas vezes depende mais de uma dinâmica crescente do que de melodia. (FOLHA, 2009e, grifo nosso).

- (17) Dona de curvas discretas que sugerem encantos depois de algumas doses, a mineira de nome de guerra **Adriana** dá de ombros ao anúncio de que, desta feita, a discoteca Help vai mesmo virar museu: “Só se for museu de mulher pelada”. Não se veem mulheres peladas no estabelecimento fundado 25 anos

atrás na orla de Copacabana, como reduto da juventude bem nutrida da zona sul, e que se consolidou na década de 1990 como templo da prostituição no Brasil. (MAGALHÃES, 2009, grifo nosso).

- (18) No dia 13 de fevereiro, o caso explodiu quando a promotora Noemi Corrêa colheu o depoimento de uma mãe, E., denunciando que sua filha de 10 anos, uma das possíveis vítimas do borracheiro, foi levada com duas amiguinhas para uma casa em um dos bairros mais valorizados de Catanduva, o Jardim do Bosque. Quem as teria levado: “Roberto”, que seria filho de um médico [investigações posteriores apontam que “**Roberto**” seria o nome de guerra de Wagner Rodrigo Brida Gonçalves]. (CAPRIGLIONE; MADUREIRA, 2009, grifo nosso).

Esquematização da proposta

Após a distinção e exemplificação dos diferentes tipos de antropônimos, podemos visualizar na figura abaixo um diagrama que os representa. Dentro da subclasse dos antropônimos, distinguimos dois grupos, *ortônimos* e *alônimos*, cada um representado por um retângulo. Dentro dos retângulos, as elipses contêm os nomes dos tipos de cada antropônimo identificados neste trabalho.

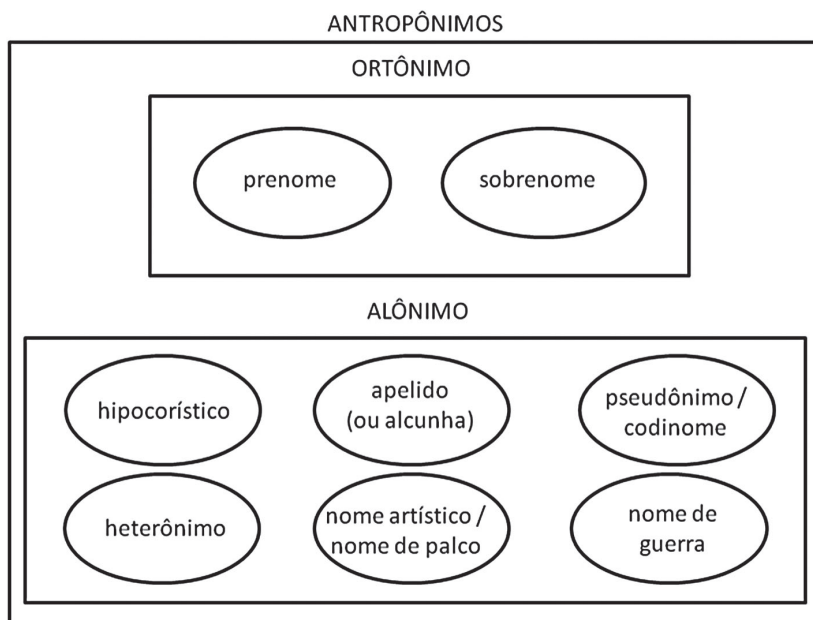


Figura 2 – Diagrama da tipologia de antropônimos.

Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, *prenome* e *sobrenome* integrariam o grupo dos *ortônimos*, os nomes civis. Viu-se também que há prenomes simples e compostos. Além disso, observamos que os sobrenomes apresentam diversidade interna. Mas um estudo maior sobre essa diversidade seria tema para outro trabalho.

O outro grupo identificado, o de *alônimos*, estaria composto por todos os nomes próprios de pessoa que se diferenciam do nome civil. Foram seis conjuntos identificados, mas é necessário destacar que esses conjuntos não possuem delimitação rígida e pode haver transição de um a outro. Um indivíduo pode, por exemplo, usar seu hipocorístico ou apelido como nome artístico. Esse fato pode ser exemplificado com (8), em que a atriz Daniela Maria Giusti Barra explica que adotou o apelido *Calabresa* como nome artístico ou em (19), coletado no mesmo jornal, mas em ano anterior ao dos demais exemplos deste artigo. Neste exemplo, fala-se da transição de um *nickname* (MariMoon) a nome artístico.

- (19) Mariana de Souza Alves Lima, 25, era uma anônima estudante de moda até 2003. Foi quando decidiu criar um fotoblog (diário com fotos na internet) e, quase sem querer, começou a se tornar celebridade. Em 21 de janeiro, ela estréia como apresentadora do programa “Scraps”, desenvolvido para ela na MTV. Na tela, não será Mariana, mas **MariMoon, seu nickname (apelido virtual) e agora nome artístico**. (MATTOS, 2007, grifo nosso).

Da mesma forma que identificamos esse exemplo de transposição de um antropônimo de uma categoria a outra, acreditamos que outros casos possam ser mais comuns. Além do mais, há diferenças no processo de formação desses vários tipos de antropônimos. No entanto, essas são tarefas para futuras pesquisas de dados antroponímicos.

Considerações finais

Se a constituição dos nomes de pessoa no português tem sua origem no sistema trinominal romano (*praenomen*, *nomen*, *cognomen*), conforme já apontava Dick (1986), observa-se que os dados do português brasileiro se distanciam daquele sistema e apresentam novos itens antroponímicos, resultado talvez de relações sociais mais complexas. Esses novos itens, apesar de manterem os nomes que por lei são atribuídos a cada pessoa, incluem outros que são criados por diferentes motivos e para serem usados em diferentes esferas sociais.

Não constituiu nosso objetivo discutir o processo de criação de itens antroponímicos nem seus valores sociais, mas apenas apresentar uma proposta baseada em observações sincrônicas do uso de antropônimos em um registro

específico. Também não se discutiram as diferentes possibilidades de combinação que podem existir entre um antropônimo e outro, o que seria interessante para ser desenvolvido em outra pesquisa e que poderia servir como ponto de contraste para análises de outras línguas, como a de Van Langendonck (2007).

Espera-se que a divisão apresentada possa colaborar para futuros trabalhos que venham a se interessar pelo tema, seja na área dos estudos descritivos da língua ou não. No campo dos estudos linguísticos, a distinção e a definição de tais itens, que foi nosso objetivo neste trabalho, constituem certamente uma tarefa fundamental para o estudo do chamado *sintagma antroponímico*.

AMARAL, E. T. R. Contributions for a typology of anthroponyms in Brazilian Portuguese. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.1, p.63-82, 2011.

- **ABSTRACT:** *Proper names constitute quite a heterogeneous class, which includes, among other items, the toponyms (place names) and the anthroponyms (personal names). However, in the category of the latter, it is still possible to observe various differences in the linguistic characterization of its members. It is possible to verify that, for example, first names, surnames, hypocoristic names and pseudonyms are used to make reference to a particular person, but they have distinct morphological and semantic-pragmatic properties. Considering the need to define and classify such items for the linguistic studies of proper names in Brazilian Portuguese, this paper aims to present a typological proposal for anthroponyms. After reviewing the recent papers on the topic, Amaral (2008), Bajo Pérez (2002 and 2008), Fernández Leborans (1999), Van Langendonck (2007), a classification proposal is set forth. Such a proposal, which also resorts to legal texts that discuss person naming and to the definitions of current lexicographical studies, identifies two distinct groups of anthroponyms, defined as “ortonyms” and “allonyms”. The corpus is made up of the electronic versions of the texts from “Folha de São Paulo” (2009).*
- **KEYWORDS:** *Proper names. Anthroponyms. Onomastics.*

REFERÊNCIAS

ALLERTON, D. J. The linguistic and sociolinguistic status of proper names. *Journal of pragmatics*, North-Holland, n.11, p.61-92, 1987.

AMARAL, E. T. R. Classificação dos usos de antropônimos no português escrito. *Fórum linguístico*, Florianópolis, v.7, n.2, p.74-92, 2010.

_____. Los nombres propios en el español escrito: una propuesta de análisis de los diferentes usos antroponímicos. *Signo & Seña*, Buenos Aires, v.20, p.231-252, 2009.

_____. *Nomes próprios: análise de antropônimos do espanhol escrito*. 2008. 195f. Tese. (Doutorado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BAJO PÉREZ, E. *El nombre propio en español*. Madrid: Arco Libros, 2008.

_____. *La caracterización morfosintáctica del nombre propio*. La Coruña: Toxosoutos, 2002.

BERGAMASCO, D. Com filhos famosos, elas vão da TV à delegacia. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 mai. 2009. Dia das mães, Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1005200913.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2010.

BERGAMO, M. Cintura fina na marra. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 30 out. 2009. Mônica Bergamo, Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3010200907.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

BITTENCOURT, B. Dani Calabresa faz humor “pateta”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 31 mai. 2009a. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3105200922.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2010.

_____. remixer.com. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12 mai. 2009b. Na rede, Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1205200917.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2010.

VILLAS BOAS, G. “Hermes e Renato” celebram 10 anos no ar. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 13 out. 2009. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1310200913.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2010.

BRASIL. Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2009.

_____. Lei nº 9708, de 18 de novembro de 1998. Altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 nov. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9708.htm>. Acesso em: 29 dez. 2009.

_____. Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6015.htm>. Acesso em: 18 fev. 2010.

BÜHLER, K. *Sprachtheorie*. Karl Fischer: Jena, 1934.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de linguística e gramática*: referente à língua portuguesa. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAPRIGLIONE, L.; MADUREIRA, R. Abuso contra crianças mobiliza Catanduva. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 mar. 2009. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1503200901.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

CARIELLO, J. Chegar a chef exige anos ao lado do fogão. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 23 jun. 2009. Carreira. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/fovest/fo2306200907.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2010.

DICK, M. V. P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas - FFLCH/USP, 1986.

FERNÁNDEZ LEBORANS, M. J. El nombre propio. In: BOSQUE MUÑOZ, I.; DEMONTE BARRETO, V. (Dir.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. v.1. p.77-128.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 14 out. 2009a. CD's, Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1410200911.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2010.

_____. Comédia dell'arte inspira série. São Paulo, 22 mai. 2009b. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2205200910.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2010.

_____. São Paulo, 23 mai. 2009c. Vitrine, Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2305200918.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2010.

_____. Peças e filmes podem ajudar candidatos. São Paulo, 20 jan. 2009d. Fovest. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/fovest/fo2001200904.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

_____. São Paulo, 7 out. 2009e. CDs, Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0710200912.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

GARY-PRIEUR, M.-N. *L'individu pluriel: les noms propres et le nombre*. Paris: CNRS Editions, 2001. (Collection Sciences du Langage).

_____. *Grammaire du nom propre*. Paris: PUF, 1994.

JONASSON, K. *Le nom propre: constructions et interprétations*. Lourain-la-Neuve: Duculot, 1994.

LÓPEZ GARCÍA, A. Clases de nombres propios. In: WOTJAK, G. (Ed.). *En torno al sustantivo y adjetivo en el español actual: aspectos cognitivos, semánticos, (morfo)sintácticos y lexicogenéticos*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 2000. p.183-189.

LO PRETE, R. O lobista da vez. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 27 mar. 2009a. Painei, Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2703200901.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

_____. Ambiente carregado. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 20 out. 2009b. Painei, Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2010200901.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2010.

_____. Maré Cheia. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 30 mai. 2009c. Painei, Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3005200901.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2010.

LOZANO RAMÍREZ, M. *Contribución al estudio del apodo en el habla bogotano*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1999.

MAGALHÃES, M. Casa noturna tradicional do Rio será desapropriada para abrigar o Museu da Imagem e do Som. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 31 mai. 2009. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/f3105200906.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

MATTOS, L. Musa Pink da internet estréia na MTV. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 dez. 2007. Ilustrada. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1912200725.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

SENA, E.; TÔRRES, I. Flogueira lésbica vira febre na Argentina e escreve autobiografia. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 6 abr. 2009. Tec. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u546512.shtml>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

TORRES, S. Perito identifica ossada de guerrilheiro. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 13 mai. 2009. Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1305200911.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

VALADARES, M. Entrevista com a atriz Daniella Giusti, a Dani Calabresa. *Poucas e Boas da Mari*. 3 abr. 2007. Disponível em:

<<http://www.poucaseboasdamari.com/2007/04/entrevista-com-a-atriz-daniella-giusti-a-danny-calabresa>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

VAN LANGENDONCK, W. *Theory and typology of proper names*. Berlin: Walter de Gruyter, 2007.

VASCONCELOS, J. L. de. *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VIANNA, L. F. Gravações inédidas mostram a versátil cantora Dolores Duran. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 6 mai. 2009. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0605200913.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2010.

WILMET, M. Pour en finir avec le nom propre? *L'information grammaticale*, Paris, v.65, p.3-11, 1995.

REFERÊNCIAS LEXICOGRÁFICAS

[DEHLP]. HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

[DUPC]. BORBA, F. S. (Org.). *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

[NDA]. FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio*. Versão 6.0. 4. ed. Curitiba: Positivo Informática, 2009. 1 CD-ROM.

Recebido em abril de 2010.

Aprovado em novembro de 2010.

'LÁ' PÓS-NOMINAL NA CARTOGRAFIA DO DP: QUESTÕES SOBRE ESPECIFICIDADE E IDENTIFICAÇÃO

Bruna Karla PEREIRA*

- RESUMO: Esse artigo trata de ocorrências de 'lá' pós-nominal em estruturas como "um colega meu lá" do português brasileiro e tem como objetivo propor uma análise formal da posição desse advérbio no domínio do DP. Para isso, pontuam-se as diferenças sintáticas e semânticas entre esse 'lá' não locativo e 'lá' pós-nominal locativo. Em seguida, pontuam-se as semelhanças entre 'lá' não locativo e estruturas nominais contendo: (i) 'qualquer' pós-nominal; (ii) 'this' na qualidade de marcador indefinido específico; e (iii) partículas usadas em diferentes línguas para sinalizar especificidade (LYONS, 1999), isto é, para se referir a uma entidade específica cuja identificação é irrelevante para o falante. A partir desse paralelo, assume-se, com base na teoria dos especificadores funcionais (CINQUE, 1999, 2005), que 'lá' ocupa a posição de especificador em uma projeção QP. Essa projeção, que contém traços formais de especificidade, localizar-se-ia imediatamente acima do NP e abaixo de modificadores na estrutura do DP.
- PALAVRAS-CHAVE: 'Lá' pós-nominal não locativo. Estrutura do DP. QP. Especificidade. Identificação.

Introdução

Este artigo descreve e analisa estruturas contendo 'lá'¹ pós-nominal no português brasileiro como aquelas em (2).

- (1) O moço (que está) lá é meu neto.
- (2) a. "eu tinha [um colega meu **lá**] que ele trabalhava com negócio de obra" (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008, p.4).
b. "Aí eu fico assistindo [...] É um desenho, que [o menino **lá**] gosta muito de esporte, não de jogar, sabe?" (ALKMIN; CHAVES, 2009, p.3, entrevista 49, A.L.).
c. "tinha [aquela mulher **lá**] que veio aqui... éh: comé que chama?" (ALKMIN; CHAVES, 2009, p.13, entrevista 53, R.X.S.).

* UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – brunaufmg@yahoo.com.br

¹ Este trabalho faz parte de um projeto mais amplo que objetiva catalogar os diferentes usos de 'lá' no PB e atribuir a eles uma análise formal. Essa análise deve captar as propriedades particulares de cada uso, porém, de forma unificada. Para isso, sugerimos que 'lá' constitui o mapeamento das periferias esquerdas do IP, do VP e do NP, ocupando a posição de especificador em diferentes categorias funcionais que compõem esses domínios (PEREIRA, 2010a).

- d. “quando eu acabo o dever, é, eu vejo [desenho **lá**], eu vejo é as [...] que trabalham lá na Ulfi” (ALKMIN; CHAVES, 2009, p.3, entrevista 49, A.L.).
- e. “brincou de casinha, pegu [umas panelinha veia **lá**], pegu e brinco” (ALKMIN; CHAVES, 2009, p.12, entrevista 47, sem id.).

Em (1), ‘lá’ é um locativo e indica que o moço está em um espaço distante do falante e do ouvinte no momento em que esse enunciado foi proferido. Portanto, ‘lá’ em (1) é plenamente um dêitico locativo. Diferentemente, ‘lá’ em (2) não é dêitico locativo e, portanto, não sinaliza que ‘um colega meu’, ‘o menino’, ‘aquela mulher’, ‘desenho’ e ‘umas panelinha veia’ estão distantes, do ponto de vista espacial, do falante e do ouvinte. Ao contrário, trata-se de um uso especializado de ‘lá’ sinalizando que o falante não quer ou não pode identificar a entidade à qual ele se refere.²

Considerando-se esses fatos, este artigo se organiza em três seções, conforme distribuição apresentada adiante.

A primeira seção delimita as propriedades sintáticas e semânticas de ‘lá’ não locativo, sendo subdividida em quatro subseções, quais sejam: a primeira contrasta ‘lá’ não locativo pós-nominal com ‘lá’ locativo pós-nominal; a segunda estabelece uma comparação entre ‘lá’ não locativo e ‘qualquer’ pós-nominal, considerado um operador de identificação vaga (MÓIA, 1992); a terceira compara ‘lá’ não locativo com ‘this’ indefinido do inglês (MARCHANT, 1994); e a quarta compara ‘lá’ não locativo com partículas e artigos de várias línguas que apresentam formas dedicadas especialmente para sinalizar NPs como sendo específicos (LYONS, 1999). A partir disso, propomos que ‘lá’ pode ser analisado como um elemento de especificidade, que é inserido por *merge* em Spec de uma projeção funcional no domínio do DP.

Por sua vez, a segunda seção apresenta a proposta de Cinque (2005)³ para quem o NP se move, como projeção máxima e não como núcleo, na estrutura do DP. Essa proposta será útil para explicar a variação na posição de ‘lá’, que pode anteceder ou suceder modificadores pós-nominais.

Por fim, a terceira seção veicula nossa hipótese de análise de ‘lá’ como sendo inserido por *merge* em Spec, QP, uma projeção com traços de especificidade, localizada imediatamente acima de NP e abaixo de todos os outros modificadores. Nessa seção, também apresentamos evidências independentes para a análise de

² Para Martellota e Rêgo (1996, p.245, grifo nosso), ‘lá’ sinaliza que “o falante não quer ou não pode especificar o substantivo a que se refere”. Há uma incorreção neste termo, pois o referente é **específico**, apenas não é **identificado** apropriadamente.

³ Agradeço ao Prof. Ian Roberts, à Profª. Cristina Guardiano e a um parecerista anônimo de *The 1st Fall Meeting on Formal Linguistics* por chamarem minha atenção, respectivamente, para Cinque (2005), Lyons (1999) e this indefinido.

‘lá’ em uma projeção QP tendo como base outras estruturas nominais nas quais ‘lá’ precede intensificadores e quantificadores universais.

Propriedades sintáticas e semânticas de estruturas contendo ‘lá’ pós-nominal

Para depreendermos as propriedades sintáticas e semânticas de ‘lá’ pós-nominal não locativo, estabelecemos uma comparação entre esse elemento e estruturas contendo: ‘lá’ locativo, ‘qualquer’ pós-nominal, ‘this’ indefinido e partículas marcadoras de especificidade.

‘Lá’ locativo versus ‘lá’ não locativo

Em linhas gerais, o emprego de locativos na estrutura do NP ocorre da seguinte maneira no PB:

- (3) a. Este ... aqui
- b. Esse ... aí
- c. Aquele ... lá

Portanto, a ocorrência de ‘lá’ dêitico locativo no NP, quando se dá com demonstrativos pré-nominais, é restrita à presença do demonstrativo de terceira pessoa, como em (4c). Logo, ‘lá’ locativo não pode coocorrer com ‘este’ (demonstrativo de 1ª pessoa) (4a) nem com ‘esse’ (demonstrativo de 2ª pessoa) (4b). Além disso, ‘lá’ locativo não pode coocorrer com NP nu (4d) nem com artigo indefinido (4e).

- (4) a. *Este lápis lá é meu.
- b. *Esse lápis lá é seu.
- c. Aquele menino lá é meu neto.
- d. *Menino lá é meu neto.
- e. *Um menino lá é meu neto.

Entretanto, nota-se que ‘lá’ pode coocorrer com o demonstrativo de 2ª pessoa na seguinte situação (5).

- (5) a. “o Bastos, ao que parece morava, ainda no tempo da noiva viva [...] com uma mulher. E assim com esta continuou, pouco ligando. Bem. **Essa mulher lá** um dia teve ciúmes”.⁴

⁴ Lisspector (1994).

- b. Seu Lunga tava assistindo televisão quando aparece a Mãe Diná em um programa [...] Daí Seu Lunga diz: ‘Quero ver se ela adivinha mesmo as coisas...’ Pega o número dela e depois de um dia liga:
 – Alô – diz Seu Lunga.
 Pois não, quem fala? – Pergunta a Mãe Diná.
 – **Essa mulher lá** adivinha nada! – E desliga o telefone.⁵

Também o demonstrativo de 1ª pessoa parece razoável em uma possível paráfrase de (5a) formulada em (5a’).

(5) a’. ... o Bastos, ao que parece morava, ainda no tempo da noiva viva [...] com uma mulher. E assim com esta continuou, pouco ligando. Bem. **Esta** mulher lá um dia teve ciúmes.

Claramente, a incompatibilidade de ‘lá’ com ‘esse’ e ‘este’ em (4a, b) e a compatibilidade entre esses itens em (5) evidenciam que ‘lá’ não recebe interpretação locativa em (5). Do contrário, (5) seria agramatical.

Além disso, ‘lá’ não locativo, diferentemente de ‘lá’ locativo (4d), também pode coocorrer com NP nu, como mostrado em (2d), repetido abaixo.

(2) d. “quando eu acabo o dever, é, eu vejo [desenho **lá**]” (ALKMIN; CHAVES, 2009, p.3, entrevista 49, A.L.).

Da mesma maneira, a interpretação locativa de ‘lá’ também não é viável nas estruturas em (2a, b), em que ‘lá’ coocorre com artigo definido e artigo indefinido.

(2) a. [Artigo indefinido N lá]: “eu tinha [um colega meu **lá**]” (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008, p.4).

b. [Artigo definido N lá]: “É um desenho, que [o menino **lá**] gosta muito de esporte” (ALKMIN; CHAVES, 2009, p.3, entrevista 49, A.L.).

No entanto, a interpretação locativa de ‘lá’ nessas estruturas seria viável, se houvesse uma clara indicação de lugar, como em (6), mas esse não é o caso de (2).

- (6) a. eu tinha um colega meu **lá** em *Perdões* ...
 b. o menino **lá** na cidade gosta muito de esporte ...
 c. eu vejo desenho **lá** na sala ...

⁵ Disponível em: <<http://abnercaetano.jimdo.com/humor/seu-lunga/>>. Acesso em: 29 jun. 2010. Trata-se de um blog que apresenta textos sobre um personagem chamado Seu Lunga.

Apesar dessa possibilidade, é preciso sublinhar que, em (6), ‘lá’ simplesmente não faz parte da estrutura do DP. Em (6a), ‘lá’ faria parte do IP encabeçado por ‘tinha’ e possivelmente ocuparia uma posição adjunta ao IP; em (6b), ‘lá’ faria parte do VP e possivelmente seria argumento locativo de ‘estar’, verbo elíptico que pertence a uma relativa reduzida e subordinada ao NP (“o menino (que está) lá”); por fim, em (6c), ‘lá’ faria parte do IP encabeçado por ‘vejo’ e possivelmente ocuparia uma posição adjunta ao IP. Disso, conclui-se que, quando ‘lá’ pós-nominal recebe interpretação locativa, ele não pertence à estrutura do DP.

Sendo assim, não haveria problemas para se distinguirem (7a) e (7b) do ponto de vista sintático apesar de, à primeira vista, parecerem ser a mesma estrutura.

- (7) a. [Aquele menino lá] é meu neto.
 b. “tinha [aquela mulher lá] que veio aqui... éh: comé que chama?” (ALKMIN; CHAVES, 2009, p.13, entrevista 53, R.X.S.).

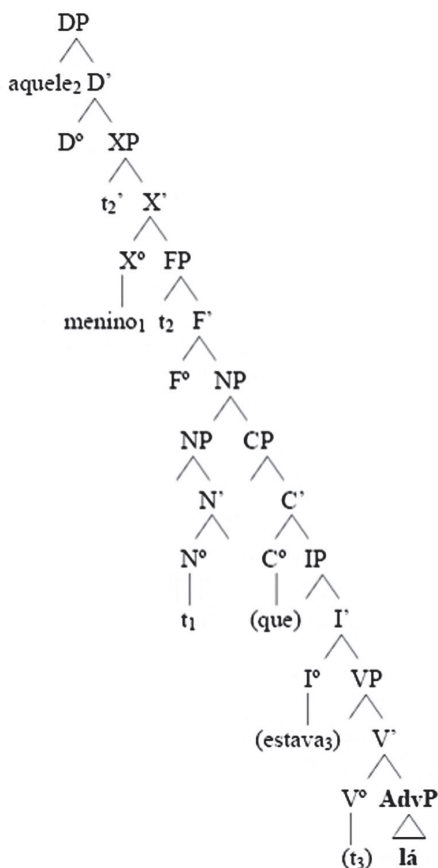
Em (7a), ‘lá’ ocuparia uma posição baixa na estrutura nominal já que faria parte de uma relativa reduzida e subordinada ao NP: “Aquele menino (que está) lá”. Por sua vez, ‘lá’ em (7b) ocuparia uma posição mais alta, acima do NP, mas bem baixa na estrutura no DP, conforme esboço⁶ delineado na figura 1:

⁶ A derivação em (7b) é provisória e receberá outra interpretação com base na proposta de Cinque (2005) a ser explorada adiante. Por enquanto, no entanto, há de se explicar que o esboço delineado se baseia na proposta de Brugé (2002) para quem N se move para X⁰, que é o núcleo de uma projeção situada abaixo do DP e acima dos modificadores. Ainda de acordo com Brugé (2002), os demonstrativos são inseridos por *merge* em Spec, FP e movidos, posteriormente, para Spec,DP. Por último, a notação ZP também é utilizada provisoriamente para indicar que, até o momento, não sabemos exatamente a que categoria ‘lá’ não locativo pertence.

Figura 1 – A posição hierárquica de ‘lá’ locativo e de ‘lá’ não locativo.

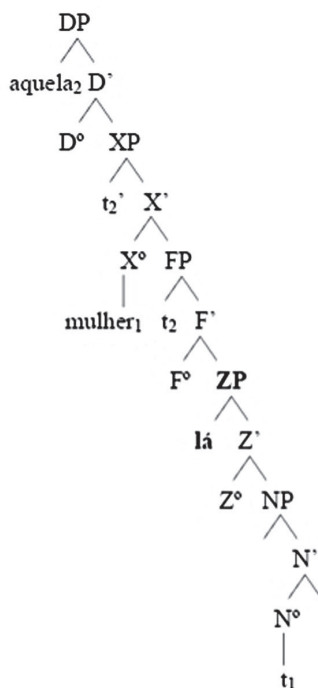
‘Lá’ locativo

(7) a. “aquele menino lá”



‘Lá’ não locativo

(7) b. “aquela mulher lá”



Fonte: Elaboração própria.

Do ponto de vista semântico, porém, somente o contexto discursivo seria capaz de determinar qual a interpretação adequada de ‘lá’ em (7a), que é um locativo, e em (7b), que não é um locativo.

Em suma, vimos nessa seção que, enquanto ‘lá’ pós-nominal locativo é impedido de coocorrer com demonstrativos de 1ª (‘este’) e de 2ª pessoa (‘esse’), com NP nu e com artigo indefinido, ‘lá’ pós-nominal não locativo é compatível com todos esses itens. Além disso, vimos que, embora possam coocorrer com demonstrativo de 3ª pessoa (‘aquele’), ‘lá’ locativo e ‘lá’ não locativo ocupam posições diferenciadas. Enquanto o primeiro pertence à estrutura do VP/IP,

seja como adjunto adverbial ou como argumento interno, o segundo pertence à estrutura do DP. Em outras palavras, na estrutura [aquele N lá], há projeção de uma oração reduzida com verbo elíptico, diante da interpretação locativa, mas não há projeção dessa oração, diante da interpretação não locativa. Portanto, ‘lá’ pós-nominal não locativo é apenas homófono de ‘lá’ pós-nominal locativo, mas se trata de categorias diferentes.

‘Lá’ não locativo e ‘qualquer’ pós-nominal

‘Lá’ e ‘qualquer’ pós-nominais apresentam semelhanças do ponto de vista semântico e do ponto de vista distribucional, mas também apresentam diferenças. Para explicitá-las, precisamos antes recorrer a Móia (1992, p.38), que faz uma análise de ‘qualquer’ em sentenças como (8).

- (8) a. “Houve um terremoto num país **qualquer** da Ásia”.
b. “Houve uma pessoa **qualquer** que me disse que o Paulo ia chegar amanhã, mas não me recordo de quem foi”.

De acordo com Móia (1992, p.38, grifo nosso),

Para compreender o papel do operador *qualquer* nos exemplos apresentados, há que considerar [...] dois aspectos semânticos das estruturas nominais em que este operador está integrado: **(i) o valor de quantificação**, que considerarei ser de tipo cardinal (singular, dada a presença das formas singulares *um* e *qualquer*); **(ii) o valor suplementar introduzido pela expressão *qualquer*, que parece ser [...] um valor de identificação vaga.**

Além disso, para o autor,

Nestas frases, os sintagmas nominais em que ocorre a expressão *qualquer* têm um valor próximo do de certos sintagmas nominais em que ocorrem as expressões *um certo*, *um dado* ou *um determinado* [...] Consideremos, por exemplo, a frase [(8a)]. Através de uma frase como esta, o enunciador refere a ocorrência de um terremoto num, e apenas um, país da Ásia - um país concreto, determinado, aliás, que pode ser, por exemplo, o Afeganistão. Note-se que, sintomaticamente, o sentido do sintagma nominal *um país qualquer* na frase em análise pode ser parafraseado por uma expressão introduzida por um quantificador característico das descrições definidas (*o*): *o país x (que eu não sei designar)*. Este valor de quantificação cardinal (singular) acompanha, nos sintagmas em análise, um outro valor que distingue estas estruturas. O enunciador da frase [(8a)] refere-se a um país concreto, determinado, mas que, no momento da enunciação, não sabe com

precisão identificar ou designar (daí não usar um nome próprio, mas um nome comum acompanhado de *qualquer*). Trata-se [...] de um valor de identificação vaga – específico do operador *qualquer* – correspondente a um estado de informação parcial do falante. É de notar que a aplicação do operador *qualquer* (ou *certo*, em exemplos equivalentes) a um núcleo nominal tem, nestes casos, um efeito maximamente restritivo [...] já que a expressão complexa [N qualquer] (ou [*certo* N]) remete sempre para uma única entidade do conjunto denotado por N. (MÓIA, 1992, p.38, grifo do autor).

Uma primeira semelhança entre ‘lá’ e ‘qualquer’ é que ‘lá’ pode receber a mesma paráfrase proposta por Mória (1992, p.38) para ‘qualquer’.

- (7) a. “Houve um terremoto num país qualquer da Ásia”.
b. ... no país *x* da Ásia que eu não sei/quero identificar/designar...
- (8) a. “eu tinha [um colega meu lá] que ele trabalhava com negócio de obra” (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008, p.4).
b. ... o colega meu *x* que eu não sei/quero identificar/designar ...

Essa paráfrase indica que (i) o falante tem em mente uma entidade específica no momento de fala, do que resulta o uso do artigo definido, (ii) mas não pode ou não deseja identificá-la. Trata-se, portanto, de quantificação e vagueza na referência, conforme justificado adiante.

Quanto à noção de quantificação, apenas uma única entidade ou um subgrupo de entidades é delimitado na referência. Por exemplo, em (2a-c), apenas uma entidade está sendo referida (um colega, o menino, aquela mulher), e, em (2d, e), um subgrupo de entidades (umas certas panelinhas velhas ou certo(s) desenho(s) animado(s)) está sendo referido.

Quanto à noção de identificação vaga, tanto ‘lá’ não locativo quanto ‘qualquer’ rejeitam nomes próprios.⁷

- (9) a. Vi um ator qualquer da novela das 8 no shopping.
a’. *Vi o Márcio Garcia qualquer da novela das 8 no shopping.
b. Vi o ator lá que sempre assiste TV no sala de espera do aeroporto.
b’. *Vi o Márcio Garcia lá que sempre assiste TV na sala de espera do aeroporto.

⁷ Parece que existem situações nas quais ‘lá’ não rejeitaria nome próprio, por exemplo, “Aquele João lá é preguiçoso”. Alegamos que isso se dá, pois, nesse caso, ‘lá’ não demarcaria que a identificação do referente é dispensável, mas sim que o referente em si é irrelevante ou de pouco valor. Portanto, além de ser marcador de especificidade, sinalizando que o falante tem um referente específico em mente, ‘lá’ seria também um modificador depreciativo, neste caso, e não um marcador de identificação vaga. Portanto, é preciso distinguir o ‘lá’ específico e marcador de identificação vaga do ‘lá’ específico e modificador depreciativo. Este é compatível com nome próprio, pois a identidade do referente pode ser explicitada; aquele é incompatível com nome próprio, pois é usado justamente para caracterizar a identidade do referente como dispensável para os propósitos comunicativos.

(10)

(11)91

indefinido, mas também com artigo definido, demonstrativo e NP nu, conforme paralelo em (12).

(12)

	‘lá’	‘qualquer’
Art. indefinido	“eu tinha [um colega meu lá] que ele trabalhava ...”.	Comprei [um livro qualquer] do Paulo Coelho. Não me lembro o nome exatamente.
Art. definido	“Aí eu fico assistindo [...] É um desenho que [o menino lá] gosta muito de esporte”.	*Comprei [o livro qualquer] do Paulo Coelho.
Demonstrativo	“tinha [aquela mulher lá] que veio aqui... éh: comé que chama?”.	*Comprei [aquele livro qualquer] do Paulo Coelho.
NP nu	“quando eu acabo o dever, é, eu vejo [desenho lá]”.	* quando eu acabo o dever, eu vejo [desenho qualquer].

Além disso, ‘lá’ e ‘qualquer’ podem coocorrer. Assim, como ‘lá’ pode suceder ou anteceder modificadores, ‘lá’ pode suceder ‘qualquer’, em (13a), ou antecederlo, em (13b).

- (13) a. “poh tem um amigo meu de infância, que foi numa livraria comigo, e mais um amigo nosso. Então, um dos meus amigos tava a fim de comprar [um livro **qualquer lá**], mas eu não me lembro o título”.⁸
 b. Então, um dos meus amigos tava a fim de comprar [um livro **lá qualquer**], mas eu não me lembro o título.

Em suma, as semelhanças entre ‘lá’ e ‘qualquer’ são basicamente a possibilidade de receberem a mesma paráfrase, a posição pós-nominal e a possibilidade de preceder e suceder modificadores pós-nominais. As diferenças residem no fato de que ‘qualquer’ pode ocorrer com apenas um tipo de determinante pré-nominal, qual seja, artigo indefinido, enquanto ‘lá’ pode ocorrer com vários tipos de determinantes ou mesmo com NP nu.

⁸ Henry (2010).

‘Lá’ não locativo e ‘this’ indefinido específico

Marchant (1994) explica que *this N* (‘este N’, ‘esta N’) pode ter diferentes usos no inglês que envolvem dêixis: espacial (14), discursiva (15) e emocional (16).

- (14) a. A: “**This** house is always dark and cold.” (MARCHANT, 1994, p.10).

Esta casa é sempre escura e fria.

- B: “*Cold. It is freezing in here.*” (MARCHANT, 1994, p.10).

Fria? É gelado aqui.

- b. A: “*Ok, which one is it, the blue one?, the blue?*” (MARCHANT, 1994, p.11).

Ok, qual destas? A azul? Seria esta?

- B: “*It was **this** one.*” (MARCHANT, 1994, p.11).

Foi esta.

- (15) “*Death and suicide were the main topic in convicted killer Gary Mark Gilmore’s conversations with his girlfriend Nicole Barret in the weekend preceding suicide attempts by both. Nicole confided **these** conversations to me.*” (MARCHANT, 1994, p.14).

Morte e suicídio foram os principais tópicos nas conversas do assassino sentenciado Gary Mark com sua namorada Nicole Barret no final de semana anterior às tentativas de suicídio de ambos. Nicole confidenciou essas conversas a mim.

- (16) a. “*There is **this** scene in, what was that movie, The Adventures, **this** lady – she wanted an escort man, you know, to take her places, you know, what do they call them, not gigolos, no, no-no, uh boy.*” (MARCHANT, 1994, p. 17).

Tem uma⁹ cena em, qual era mesmo o nome do filme? *The adventures*, uma senhora – ela queria um homem para escoltá-la, sabe, para levá-la nos lugares, sabe, de que eles são chamados? não gigolôs, não, não, uh garoto.

- b. “*The drinking fountain in across from my cell and it is really funny the way some of these guys drink water. **This** one dude sucks up the water for 2 or 3 minutes at a time! He ‘bout got in a fight cause of it yesterday.*” (MARCHANT, 1994, p. 19).

⁹ A tradução de *this* por artigo indefinido (16a) ou por ‘certo’ (16b) se justifica porque, segundo Marchant (1994, p.18), ‘this’ indefinido pode ser substituído, em alguns casos, por artigo indefinido com interpretação específica [the fact that ‘(a)n’ has a specific use provides us with a test for indefinite ‘this’ (MARCHANT, 1994, p.18)] ou pelo pronome indefinido ‘certo’ [if the word ‘particular’ or ‘certain’ can be inserted before the noun without changing the intended meaning, then the use is specific (MARCHANT, 1994, p.18)]. Além disso, acreditamos que uma outra tradução apropriada para ‘this scene’ (16a), ‘this lady’ (16a), ‘this one dude’ (16b) e ‘this man’ (18) seria, respectivamente, “uma cena lá”, “a mulher lá”, “um almofadinha lá” e “um homem lá”, segundo correlação entre ‘lá’ e ‘this’ que será abordada adiante.

A fonte de tomar água atrás da minha cela e é realmente engraçado o modo como alguns desses caras tomam água. Um certo almofadinha toma a água durante 2 a 3 minutos de uma vez só! Ele quase entrou numa briga por causa disso ontem.

Em (14a), 'this house' se refere à casa onde os participantes estão no momento de fala. Portanto, não há necessidade de um gesto indicativo para a identificação do referente. Em (14b), diferentemente, esse gesto é necessário para a identificação da entidade referida 'this one' entre as outras que se encaixam na descrição, isto é, o falante deve "oferecer alguma indicação física de qual taça *this one* se refere, talvez o falante segure e levante a taça para o ouvinte vê-la"¹⁰ (MARCHANT, 1994, p. 10, tradução nossa). Portanto, em (14), as ocorrências de *this* são classificadas como dêixis espacial.

Em (15), a dêixis é do tipo textual ou discursiva visto que "*these conversations*" correfere-se anaforicamente ao sintagma "*convicted killer Gary Mark Gilmore's conversations with his girlfriend Nicole Barret in the weekend preceding suicide attempts by both.*"

Por último, (16) são exemplos de dêixis emocional. Trata-se de uma classificação bastante fluida para abarcar os usos de *this* e outros demonstrativos que não são nem espaçotemporais nem textuais e que, em geral, não contribuem para a determinação da referência, podendo ser elididos. Além disso, essa nomenclatura justificar-se-ia porque, "assim como *this* espacial é usado para objetos próximos do falante, o uso emocional de 'this' também comunica um sentido de proximidade"¹¹ (MARCHANT, 1994, p. 16, tradução nossa). No entanto, é preciso destacar que, para Ionin (2006, p.179), "[...] o significado que *this*_{ref} carrega não é simplesmente uma extensão de seu uso dêitico demonstrativo."¹² Trata-se, segundo a autora, de dois itens lexicais diferentes.

De acordo com Marchant (1994), *this* indefinido (16) pode ser identificado, no mínimo, de duas maneiras: (i) quando 'this' pode ser substituído por artigo indefinido, o que se aplica a (16a): 'a scene' and 'a lady', ou (ii) quando 'this', seguido de numeral, pode ser elidido sem alterar o significado da sentença, o que se aplica a (16b): '(this) one dude'.

Quanto à elisão, de acordo com Marchant (1994, p.19), quando '*this*' indefinido coocorre com numeral, ele "[...] não contribui com informações necessárias para

¹⁰ "k must provide some physical indication of which cup *this one* refers to, perhaps by holding it out to M to see" (MARCHANT, 1994, p.10).

¹¹ "Like spacial 'this' which is used for objects that are close at hand, emotional uses of 'this' also communicate a sense of closeness." (MARCHANT, 1994, p.16).

¹² "the meaning carried by '*this*'_{ref} is not simply an extension of the deictic use of the demonstrative." (IONIN, 2006, p.179).

que o destinatário identifique o referente no sentido em que, tanto na versão original, quanto na versão em que *this* é apagado, o destinatário deve construir uma representação nova.”¹³ do referente introduzido.¹⁴

Por sua vez, quanto à possibilidade de substituição por artigo indefinido, “[...] diferentemente do artigo indefinido, *this* indefinido é necessariamente específico, isto é, o falante deve ter um indivíduo específico em mente para usar *this* indefinido de modo apropriado.”¹⁵ (MARCHANT, 1994, p.17-18, tradução nossa). Em (16a), por exemplo, dentre as várias cenas e personagens do filme mencionado, o falante se refere a uma cena específica e uma personagem específica. O mesmo ocorre quando o falante se refere ao garoto que toma água.

É interessante notar as semelhanças entre ‘lá’ não locativo e *this* indefinido. Inicialmente, *this* seria um demonstrativo indicador de local próximo do falante, enquanto ‘lá’ seria um advérbio indicador de local distante do falante. No entanto, ambos deixam de atuar como dêiticos locativos nos exemplos (16) e (2), respectivamente, e passam a ter um uso “vago” ou “indefinido” na identificação do referente. Além disso, ambos são operadores de especificidade, isto é, indicam que o falante tem em mente uma entidade específica ao se referir a ela.

Sinalizamos a palavra “indefinido” entre aspas porque, como foi mostrado por Marchant (1994), nem todos os usos de *this* indefinido podem realmente ser substituídos por artigo indefinido *a(n)*, por exemplo, quando *this* é seguido por numeral (16b). Além disso, como foi mostrado na comparação de ‘lá’ com ‘qualquer’ (8), a correta paráfrase de DPs contendo ‘lá’ não locativo não seria com artigo indefinido, ao contrário, seria com artigo definido.

De acordo com Marchant (1994), a diferença entre uma expressão indefinida e uma expressão definida é que, enquanto a primeira se abre a uma classe de entidades, a segunda se refere a um membro específico (ou subconjunto) de uma classe de entidades. Portanto, expressões genéricas como ‘gatos’, em “Gatos são mamíferos”, são não específicas porque se referem a uma classe e não a um membro.

¹³ “it contributes no information needed by the addressee to identify the referent in the sense that, in both the original and the deleted version, the addressee must construct a new representation” (MARCHANT, 1994, p.19).

¹⁴ Um outro exemplo que esclarece tais afirmações é (16c).

(16) c. “*These two guys are gonna help move the piano*” (MARCHANT, 1994, p.19).

(Estes) dois caras vão ajudar a mover o piano.

De acordo com a autora, se *these* for entendido como definido, a sua elisão transforma o NP em indefinido. Contudo, se *these* for entendido como indefinido, o NP permanece indefinido depois da elisão. Portanto, a presença ou ausência de *this* indefinido, quando seguido de numeral, não contribui para a identificação do referente, sendo que o ouvinte terá de construir uma representação para o referente de *two guys*.

¹⁵ “Unlike the indefinite article, indefinite ‘this’ is necessarily specific, which is to say, the speaker must have a particular individual in mind in order to use it felicitously” (MARCHANT, 1994, p.17-18).

Também artigos indefinidos são não específicos quando permitem que qualquer entidade pertencente à descrição dada inclua-se no que foi referido. Por exemplo, em “*Johanna wants to catch a fish and eat it*” (A Joana quer pegar um peixe e comê-lo) (MARCHANT, 1994, p.18), qualquer peixe satisfaria seu desejo igualmente.

Nas palavras de Marchant (1994, p.21, tradução nossa),

A(n) e *the* diferem entre si no modo como eles delimitam o conjunto de referentes possíveis: *the* sinaliza que o ouvinte deve isolar uma entidade singular que se insere na descrição, enquanto *a(n)* sinaliza que pode haver mais de uma entidade que se insere na descrição [...].¹⁶

Nesse ponto da discussão, seria importante pensar em que medida a noção de quantificação está envolvida no uso de *this* indefinido e ‘lá’ não locativo. Ao fazer uso de *this*, o falante tem em mente uma única entidade ou um subgrupo específico de entidades. O mesmo se aplica a ‘lá’. Portanto, a noção de especificidade acarretaria um valor de quantificação, visto que um único referente ou um conjunto específico de referentes é delimitado em uma classe.

Em resumo, ‘lá’ se assemelha a *this* indefinido específico – *specific indefinite* (HEIM, 1988, p.220) – basicamente pelo fato de que ambos indicam que o falante se refere a uma entidade específica, embora não a identifique.

‘Lá’ não locativo e o conceito de especificidade

De acordo com Lyons (1999, p.165), sentenças como “*I bought a car*” (Eu comprei um carro) e “*Pass me a book*” (Me passe um livro) se assemelham porque, em nenhuma das duas, o referente pode ser identificado pelo ouvinte, mas também diferem entre si, porque, enquanto a primeira refere-se a algo específico para o falante, a segunda não.

Da mesma forma, enquanto, em (17a), o falante tem um referente específico em mente para o DP *a colleague of mine*, em (17b), não há nenhum referente específico em mente para o mesmo DP. Assim, NPs indefinidos podem ser específicos ou não específicos.

- (17) a. “*Sarah wants to talk to a colleague of mine – Jane Brown, who is very famous.*” (IONIN, 2006, p.182).

Sarah quer falar com uma colega minha – Jane Brown, que é muito famosa.

¹⁶ “*A(n)* and *the* differ in how they limit the set of possible referents: *the* signals that the addressee can isolate a unique entity that fits the description, whereas *a(n)* signals that there may be more than one entity that fits the description” (MARCHANT, 1994, p.21).

b. “Sarah wants to talk to a colleague of mine – any colleague will do.” (IONIN, 2006, p.182).

Sarah quer falar com uma colega minha – pode ser qualquer uma.

This indefinido, segundo Lyons (1999), constitui-se como uma alternativa para o artigo indefinido, no inglês coloquial. Assim, *this* coloquial (*colloquial ‘this’*) ou *this* indefinido é uma maneira de se indicar a leitura específica de um NP, conforme visto nos exemplos (16) e no exemplo (18) adiante.

(18) “I was walking to work yesterday morning, when **this** man came up to me and asked if I was a news announcer.” (LYONS, 1999, p.176).

Eu estava caminhando para o trabalho ontem pela manhã, quando um homem me abordou e perguntou se eu era um anunciante de notícias.

This indefinido insere-se em um fenômeno conhecido como especificidade que se manifesta em outras línguas, por meio de artigos e partículas, como é o caso das línguas samoá, maori, sango e turco, exemplificadas por Lyons (1999).

Assim, o autor chama atenção para

[...] o fenômeno no qual uma língua codifica algo que parece definitude, mas não é exatamente. Uma categoria assim codificada é expressa tipicamente por uma partícula que contém características posicionais e morfo-fonológicas de um artigo. Essa categoria é ou distinta de definitude, embora cruze essa definição, ou mais ampla e, como tal, inclui definitude. A categoria em questão corresponde em parte ao conceito de **especificidade**.¹⁷ (LYONS, 1999, p.57, tradução e grifo nosso).

De acordo com Lyons (1999), na língua samoana, *le* é um artigo específico e *se* é um artigo não específico. Entretanto, *se* (19) “é também usado quando há um referente particular, mas a identidade dele ou não é conhecida plenamente pelo falante, ou é considerada irrelevante e desinteressante”¹⁸ (LYONS, 1999, p.58, tradução nossa).

(19) *Sa fesili mai se tamaitai pó-o ai l-o ma tama*
PAST ask DIR ART lady WH PRT who ART POSS 1EXCDU¹⁹ father
“A lady asked us who our father was” (LYONS, 1999, p.58).
Uma senhora nos perguntou quem era nosso pai.

¹⁷ “[...] the phenomenon of a language encoding something which resembles definiteness, but not very closely. A category is expressed, typically by a particle with the positional and morphophonological characteristics of an article, which is either distinct from definiteness yet cuts across it, or is broader than, and inclusive of, definiteness. The category in question corresponds in part to the concept of specificity” (LYONS, 1999, p.57).

¹⁸ “It is also used where there is a particular referent but the identity of this is either not known exactly to the speaker or considered unimportant or uninteresting” (LYONS, 1999, p.58).

¹⁹ DIR=direção; PRT=partícula; 1EXC=primeira pessoa exclusiva; DU=número dual; TNS=tempo; ASP=aspecto.

Semelhantemente, na língua maori (20), o item *teetahi* (composto por *te* e *tahi* ‘one’, plural *eetahi*) é indefinido específico e se diferencia de *te* artigo definido e de *he* indefinido não específico.

- (20) *kei-te maatakitaki a Mere ... i eetahi koti*
 TNS-ASP gaze ART Mere OBJ ART coat
 “Mere ... is looking at some coats” (LYONS, 1999, p.59).
 Mere está olhando para alguns casacos.

No sango (21), por sua vez, a partícula pós-nominal *ní* “combina definido com indefinido específico contrastando com indefinido não específico”.²⁰ (LYONS, 1999, p.60, tradução nossa).

- (21) *Auto afáa mebéni méréngé ní.*
 Car had-killed certain child ART
 “A car had killed a child” (LYONS, 1999, p.59).
 Um carro matou uma criança.

No turco, o artigo cardinal *bir*, limitado essencialmente a NPs indefinidos específicos, tende a ser omitido quando a identidade do referente não é importante (LYONS, 1999, p.178). Coincidentemente, no inglês, o demonstrativo indefinido pode ser omitido quando é seguido de numeral (MARCHANT, 1994) e também, no português, ‘lá’ não locativo pode ser omitido em qualquer uma das suas ocorrências em (2).

A partir dos exemplos analisados, Lyons (1999) conclui que a noção de especificidade abarca “casos nos quais o falante pode estar na situação de identificar o referente do sintagma nominal e escolhe tratar a identidade desse referente como significativa ou não.”²¹ (LYONS, 1999, p.178, tradução nossa). Visto que esse é o papel admitido por ‘lá’ pós-nominal, acreditamos que ‘lá’ pode ser analisado como um operador de especificidade na estrutura do DP no PB.

Para sustentar essa hipótese, além das semelhanças semânticas apresentadas acima entre ‘lá’ e itens marcadores de especificidade, há de se destacar a incompatibilidade de ‘lá’ com contextos genéricos (22).

- (22) *Gatos lá são mamíferos.

Em suma, ‘lá’, à semelhança das partículas indefinidas específicas, parece atuar como um operador de especificidade,²² pois ocorre em estruturas

²⁰ “*ní* [...] combines definite with specific indefinite, contrasting with non-specific indefinite” (LYONS, 1998, p.60).

²¹ “*embrance instances where the speaker may be in a position to identify the referent of the noun phrase but chooses to treat its identity as significant or not*” (LYONS, 1998, p.178).

²² Segundo Tavares (2001), “SNs indefinidos com *aí* e *certo* são marcados para a especificidade: não referem-se a qualquer elemento, mas sim a um elemento específico.” (TAVARES, 2001, p.3), conforme exemplos em (i).

nominais que delimitam um referente (ou subgrupo de referentes) em uma classe. Além disso, 'lá' parece atuar como um operador de identificação vaga, à semelhança de 'qualquer', visto que a identificação do referente é tratada como dispensável.

Tendo abordado nesta seção as propriedades semânticas e sintáticas de 'lá' pós-nominal nas sentenças (2), podemos explorar, na seção seguinte, os instrumentos necessários para um tratamento formal desses dados.

A posição do NP e de XPs modificadores na estrutura nominal

No estudo da sintaxe dos advérbios, Cinque (1999) propõe que advérbios são inseridos por *merge* na posição de especificador de diferentes categorias funcionais e, assim sendo, checam traços do núcleo destas categorias. Nesse sentido, para o autor, AdvPs são ordenados de modo rígido em respeito à hierarquia universal de categorias funcionais que constituem a estrutura sentencial, tais como modalidade, modo, aspecto, tempo, negação, etc.

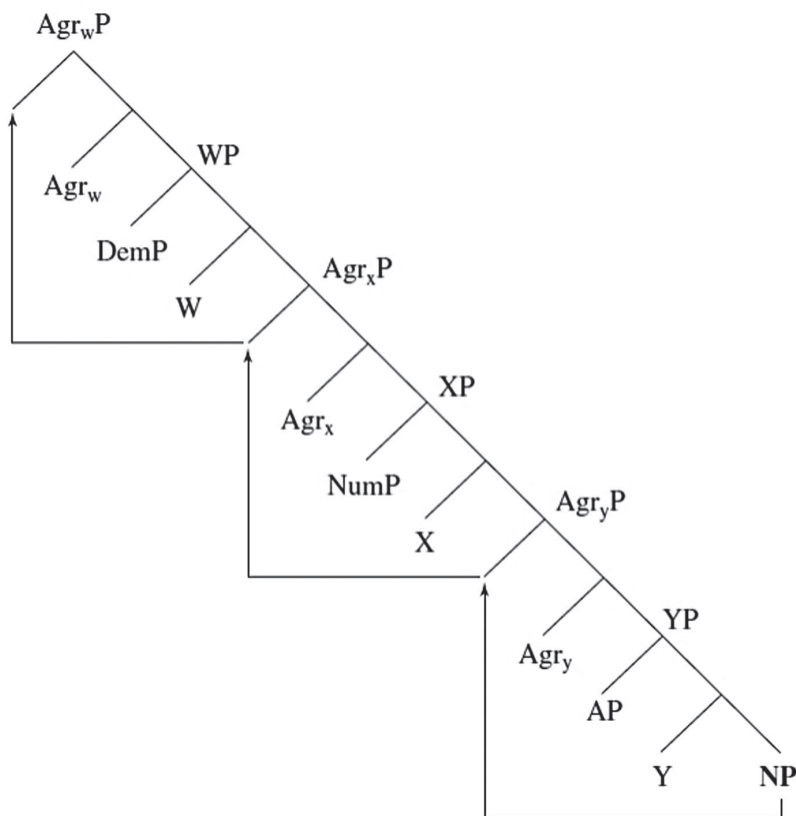
A estrutura nominal, assim como a estrutura sentencial, também disponibiliza uma hierarquia de projeções funcionais, que é determinada pela Gramática Universal. De acordo com Cinque (2005), os modificadores são gerados em uma ordem fixa pré-nominal, qual seja, Dem > Num > A > N. Assim, as diferentes ordens atestadas nas línguas resultam do movimento da projeção máxima NP (e não do núcleo) para posições de Spec em categorias funcionais (AgrP) geradas acima dos modificadores, conforme mostrado na figura 2.

(i) a. "A Cátia deve vencer uma atleta AÍ se quiser ser a primeira do ranking" (TAVARES, 2001, p.2).

b. "A Cátia deve vencer uma CERTA atleta se quiser ser a primeira do ranking" (TAVARES, 2001, p.2).

Além disso, "a identidade do que é referido no SN indefinido não vem ao caso. Ou seja, o falante, ao utilizar o 'ai' especificador, implica que é pouco importante para o ouvinte saber mais sobre o referente do SN ou que ele (falante) não quer dizer mais." (TAVARES, 2001, p.8-9). Como se vê, todas essas propriedades de 'ai' são compartilhadas por 'lá', corroborando sua análise como marcador de especificidade. Porém, uma comparação mais detalhada entre 'ai' e 'lá' poderá ser desenvolvida em outra oportunidade, considerando-se também as suas diferenças. Por exemplo, 'ai' rejeita artigo definido na sua leitura específica (TAVARES, 2001, p.4), restrição que não se aplica a 'lá'.

Figura 2 – A cartografia do DP e o alçamento do NP.



Fonte: Cinque (2005, p.317).

As categorias AgrP, geradas acima de cada projeção funcional, são justificadas por Cinque (2005, p.325-326, tradução nossa) da seguinte maneira:

Suponhamos que cada sintagma (aquele contendo um Sintagma Adjetival, outro contendo o Sintagma de Número, outro contendo o Sintagma Demonstrativo, etc.) precise ser dotado com um traço nominal para ser licenciado (i.e., para ser contado como parte da projeção estendida do NP) e que isso possa ser realizado inserindo, por *merge*, acima dele um núcleo Agr(eement) cujo Spec, em última instância, venha a ter esse traço nominal.²³

²³ “Suppose that each phrase (the one containing an Adjective Phrase, the one containing the Number Phrase, the one containing the Demonstrative Phrase, etc.) needs to be endowed with a nominal feature to be licensed (i.e., to count as part of the extended projection of NP), and that this can be brought about by merging above it an Agr(eement) head whose Spec ultimately comes to have such a nominal feature” (CINQUE, 2005, p.325-326).

Assim, o licenciamento desse traço que caracteriza o item como pertencente à estrutura nominal pode se dar simplesmente a partir do *merge* de Agr ou a partir do movimento do NP para Spec, AgrP. O movimento, por sua vez, pode decorrer de duas formas: o NP pode alçar sozinho ou conjugado com um XP, em *pied-piping*.²⁴ O primeiro tipo justifica as ordens (23a - c), enquanto o segundo justifica as ordens (23d - f), havendo ainda outras ordens possíveis.

- (23) a. Dem Num **N** A
 b. Dem **N** Num A
 c. **N** Dem Num A
 d. A **N** Dem Num
 e. **N** A Dem Num
 f. Dem A **N** Num

Em (1a), o NP alça acima de um nó, em (1b), acima de dois nós e, em (1c), acima de três nós, sem *pied-piping*. Diferentemente, em (1d), o NP alça juntamente com o nó AP em *pied-piping* [AP [NP]]; em (1e), o NP alça inicialmente para Spec, Agr_yP acima de AP e então, por *pied-piping*, [NP [AP]] alçam para Spec, Agr_xP, acima de NumP, e, posteriormente, para Spec, Agr_wP, acima de DemP; por fim, em (1f), por *pied-piping*, [AP [NP]] alçam para Agr_xP acima de NumP. Trata-se de um alçamento parcial que cruza apenas NumP.

Recapitulando, a variação na ordem dos modificadores na estrutura do DP é explicada a partir do movimento do NP, como projeção máxima, para Spec, AgrP. Além disso, cada categoria é licenciada por um AgrP como indicativo de pertencimento à estrutura nominal.

Análise formal de 'lá' operador de especificidade

Nesta seção, atemo-nos à análise de 'lá' como Spec, QP. Para isso, abordamos inicialmente evidências independentes para a análise desse advérbio²⁵ em uma

²⁴ *Pied-piping* refere-se ao movimento de uma categoria que arrasta outra(s) consigo. De acordo com Radford (2004, p.212, tradução nossa), "a metáfora *pied-piping* foi cunhada por Ross (1967) com base em um conto de fadas tradicional no qual o *pied-piper* (flautista), na vila de Hamelin, atraiu um grupo de crianças, fazendo-as segui-lo para fora da vila infestada de ratos, ao tocar sua flauta". Versão original: "*The pied-piping metaphor was coined by Ross (1967), based on a traditional fairy story in which the pied-piper in the village of Hamelin enticed a group of children to follow him out of a rat-infested village by playing his pipe*" (RADFORD, 2004, p.212).

²⁵ Um parecerista anônimo observa que "o uso do termo 'advérbio' é restrito a modificadores verbais ou adjetivais; se 'lá' está relacionado com o DP/NP, a designação 'advérbio' é um tanto imprópria". Entretanto, a observação feita não nos parece pertinente. Cinque (1999) distingue advérbios propriamente ditos de itens adverbiais ou circunstanciais. A primeira classe é composta por AdvPs, como 'já', sempre, frequentemente, etc., que checam traços dos núcleos de categorias funcionais, na posição de especificador. A segunda classe é composta por itens adverbiais indicadores de circunstância (tempo, lugar, razão, etc.) e ocupam a posição de adjunto. Esta classe é realizada tipicamente por itens que não são advérbios, mas NPs nus ou PPs, tais como, 'amanhã', 'na

projeção de quantificação; posteriormente, apresentamos a derivação de pelo menos uma das sentenças em (2).

Observamos anteriormente que, segundo Lyons (1999), muitas línguas possuem partículas para sinalizar especificidade, isto é, para fazer referência a uma entidade específica cuja identidade não é considerada significativa pelo falante. No inglês, porém, não existem partículas dedicadas especialmente para esse fim. Então, *this*, inicialmente um demonstrativo, assume esse caráter de especificidade em usos coloquiais.

Nossa hipótese, conforme explicado acima, é que, assim como *this*, 'lá' assume a mesma função dos operadores de especificidade. Essa função, no português, também parece ser desempenhada por 'qualquer' pós-nominal, conforme descrito por Móia (1992). Assim, estruturas com 'lá' pós-nominal podem selecionar uma entidade ou um subgrupo específico de entidades da classe descrita. Nesse sentido, pode-se alegar que existe um valor de quantificação nas estruturas com 'lá' não locativo pós-nominal.

Para além da seleção de uma entidade ou subgrupo de entidades em uma classe, evidências independentes sugerem que 'lá' faz parte de uma projeção QP, visto que pode preceder intensificadores e quantificadores universais. Por isso, justificar-se-ia uma proposta unificada de análise.

Evidências independentes para a projeção QP

Além do uso não locativo de 'lá' em posição pós-nominal, que é o foco deste trabalho, observa-se que há outros usos de 'lá' em posição pré-nominal antecedendo intensificadores (24) e quantificadores universais (25).

(24) Eu não tenho **[lá tanto]** talento em esportes].

cozinha', 'por três horas', etc. Outra diferença é que os advérbios propriamente ditos ocupam posição rígida enquanto os circunstanciais são mais flexíveis. As diferenças apontadas podem ser conferidas nas palavras de Cinque (1999, p. 28): *"In this section I briefly consider the class of adverbials, sometimes called circumstantial [...] which follow the verb's complements within the VP. They comprise a varied selection of elements: place, time, manner, means, company, reason, purpose, and so forth [...] they appear to differ from the adverb classes just considered (the AdvPs proper) in not being rigidly ordered with respect to one another [...] Circumstantial adverbials also differ from AdvPs proper in that they are typically realized (with the partial exception of manner adverbials) in prepositional form (for three hours, in the kitchen, with great zeal, for your love, in a rude manner, with a bicycle, etc.) or in bare NP form (the day after, tomorrow, this way, here, etc)".* Diante do que foi exposto, a análise aventada neste artigo contrasta dois diferentes usos de 'lá'. Em um deles, 'lá' seria um item circunstancial indicador de lugar ("Vi o menino lá (no refeitório)") e, portanto, faria parte da classe dos itens circunstanciais. Em outro uso, 'lá' seria um marcador de especificidade ("umas panelinha veia lá") em Spec de uma categoria funcional e, portanto, faria parte da classe dos advérbios propriamente ditos. Nesse sentido, não há impropriedade na utilização do termo 'advérbio'. Aliás, ao contrário do que sugere o parecerista, são os itens circunstanciais que atuam como "modificadores verbais" e não os advérbios propriamente ditos. Estes atuam exatamente no domínio funcional do CP e do DP.

- (25) a. Seja [**lá quem** for], receba com educação.
b. Seja [**lá qualquer** pessoa que for], receba com educação.

De acordo com Giusti (1991, p.443), “Q é um núcleo funcional [...] que seleciona um sintagma nominal definido (DP), como em *todos os garotos*, ou um sintagma nominal indefinido (NP), como em *muitos garotos*”.²⁶ Sendo assim, em (24), Q°, encabeçado por ‘tanto’, selecionaria o NP ‘talento em jogos’ como seu complemento, conforme derivação na figura 3. Por sua vez, em (25b), Q°, encabeçado por ‘qualquer’, selecionaria o NP ‘pessoa que for’ como seu complemento. Por fim, em (25a), Q°, encabeçado por uma categoria vazia (e.c.) contendo os mesmos traços de ‘qualquer’ em (25b), selecionaria o NP ‘quem for’ como seu complemento.

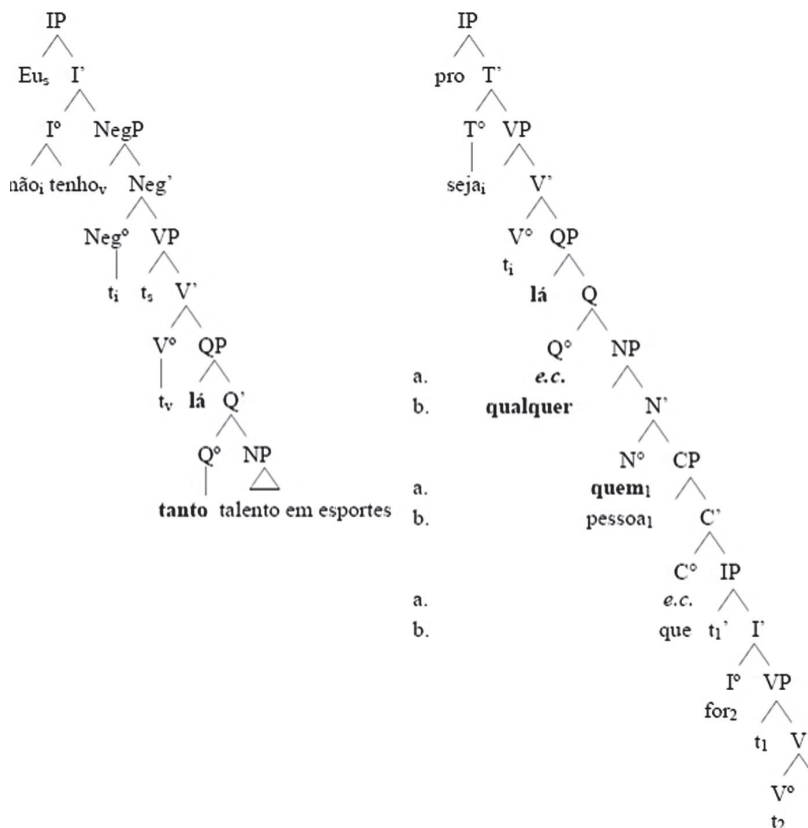
Em (24), ‘lá’ precede ‘tanto’ e, em (25a), ‘lá’ precede ‘quem’ que significa, nesse caso, ‘qualquer pessoa’, como em (25b). A nossa hipótese, portanto, consiste em dizer que ‘lá’, em (24) e em (25), é inserido por *merge* em Spec,OP na estrutura do DP (PEREIRA, 2010b, p.366-367), conforme derivação na figura 3.

²⁶ “Q is a functional head [...] that selects a definite nominal (DP), as in *all the boys*, or an indefinite nominal (NP), as in *many boys*” (GIUSTI, 1991, p.443).

Figura 3 – A posição hierárquica de ‘lá’ em estruturas com intensificadores e quantificadores universais.

(24) Eu não tenho **lá tanto** talento em (25) a. Seja **lá quem** for ...
esportes.

b. Seja **lá qualquer** pessoa que for ...



Fonte: Elaboração própria.

A proposta seria então estender a mesma análise para os dados em (2a - e), apresentados na introdução deste artigo, nos quais ‘lá’ faria parte de um QP, operador de especificidade, à semelhança de ‘qualquer’ pós-nominal.

Apesar de (2), (24) e (25), repetidos abaixo, terem em comum o fato de que ‘lá’ seria gerado em Spec,QP, ‘lá’ ocupa projeções QP localizadas em diferentes posições na estrutura do DP e dotadas com diferentes traços funcionais.

(2) a. eu tinha [um colega meu **lá**]

(24) Eu não tenho [**lá tanto** talento em esportes].

- (25) a. Seja [**lá quem** for], receba com educação.
b. Seja [**lá qualquer** pessoa que for], receba com educação.

Em (24), 'lá' é inserido em uma projeção QP que contém traços de intensidade e que é alta, pois 'lá' antecede o núcleo nominal e também o quantificador 'tanto'. Em (25), 'lá' é inserido igualmente em uma projeção QP alta, que contém, porém, traços de quantificação universal. Em (2), diferentemente, 'lá' é inserido em uma projeção QP que contém traços de especificidade e que está situada em uma posição baixa na estrutura do DP, pois 'lá' é rigidamente pós-nominal e, além disso, pode suceder modificadores.

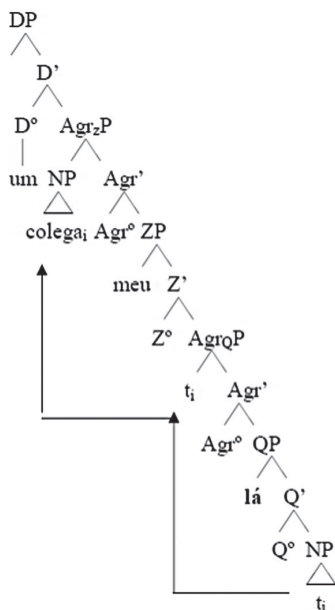
'Lá' operador de especificidade em Spec,QP

De acordo com o que foi exposto nas seções anteriores, 'lá' pós-nominal seria inserido por *merge* em uma posição baixa na estrutura do DP. Essa posição seria, provavelmente, a primeira localizada acima de NP e abaixo dos modificadores. Isso explicaria, portanto, por que 'lá' pode estar posposto a modificadores. Além disso, a posição pós-nominal de 'lá' seria explicada pelo movimento do NP (CINQUE, 2005) para SpecAgr_ZP, conforme derivação de (2a) em (26). Por sua vez, a possibilidade de 'lá' anteceder modificadores pós-nominais seria explicada, a partir da proposta de Cinque (2005), pelo movimento do NP juntamente com 'lá' por *pied-piping*, conforme derivação em (27).²⁷

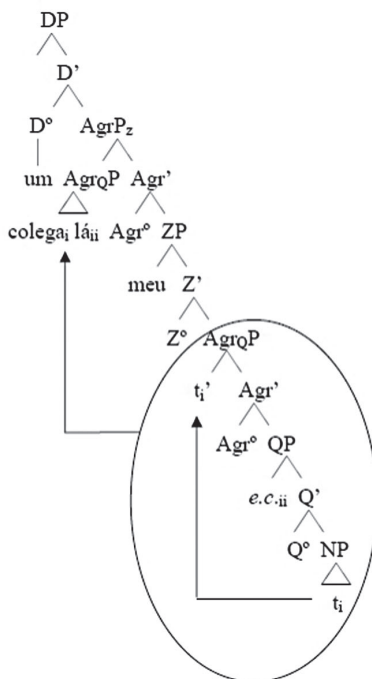
²⁷ A proposta de derivação em (26) e em (27) reformula drasticamente a hipótese de análise apresentada em Pereira (2009).

Figura 4 – A posição de ‘lá’ marcador de especificidade na cartografia do DP.

(26) “um colega meu lá”



(27) “um colega lá meu”



Fonte: Elaboração própria.

Considerações finais

Para descrever e analisar as propriedades sintáticas e semânticas de ‘lá’ pós-nominal não locativo, exploramos as relações que podem ser estabelecidas entre esse item e estruturas com: ‘lá’ locativo pós-nominal, ‘qualquer’ pós-nominal, ‘this’ indefinido específico e partículas de diferentes línguas que servem para fazer referência a entidades específicas cuja identidade não é considerada relevante pelo falante.

Na relação com ‘lá’ locativo pós-nominal, uma primeira diferença é semântica e refere-se ao fato de que ‘lá’ locativo é dêitico, enquanto ‘lá’ não locativo não sustenta valor dêitico; ao contrário, adquire um valor especializado. Sintaticamente, ‘lá’ locativo é agramatical com pronome demonstrativo de segunda e de primeira pessoa, com artigo indefinido e com NP nu. Diferentemente, ‘lá’ não locativo pós-nominal não apresenta tais restrições. Outra diferença é que, enquanto ‘lá’

locativo faz parte da estrutura oracional (VP/IP), seja como argumento verbal ou como adjunto circunstancial, 'lá' não locativo faz parte da estrutura do DP como especificador funcional.

Na relação com 'qualquer' pós-nominal, tanto 'qualquer' quanto 'lá' não locativo podem receber a mesma paráfrase, qual seja, "a entidade x que o falante não sabe/quer identificar". Por isso, ambos são aparentemente incompatíveis com nome próprio. Outra semelhança semântica entre estruturas com 'lá' e 'qualquer' é a noção de quantificação. Na estrutura nominal com 'qualquer', seleciona-se um único referente em uma classe, enquanto que, na estrutura nominal com 'lá', pode-se selecionar um único referente ou um subgrupo específico de referentes em uma classe. Por isso, explica-se a incompatibilidade de 'lá' com contextos genéricos. Do ponto de vista sintático, uma semelhança é que ambos podem preceder ou suceder modificadores, tais como possessivos, adjetivos e genitivos. Entretanto, ambos são diferentes sintaticamente no aspecto em que 'qualquer' só pode ocorrer com NP precedido por artigo indefinido, enquanto 'lá' apresenta uma distribuição bem mais ampla, podendo ocorrer com diferentes tipos de determinantes.

Na relação com *this* indefinido específico, tanto 'lá' quanto *this* são usados quando o falante tem em mente exatamente a entidade que está sendo referida, mas não a identifica. Por sua vez, uma primeira diferença entre esses itens é que *this* só é omissível quando seguido de numeral, enquanto 'lá' pós-nominal não locativo é sempre omissível. Outra diferença é que, enquanto *this* recebe paráfrase com artigo indefinido – por isso, o nome *indefinite this* –, a paráfrase mais apropriada para NPs contendo 'lá' é com artigo definido. Além disso, *this* é pré-nominal e não coocorre com artigos, pois *this* já é um determinante. Por sua vez, 'lá' é pós-nominal e coocorre com diferentes determinantes em posição pré-nominal, inclusive com artigo definido, o que inviabiliza a paráfrase com artigo indefinido.

Na relação com partículas indicadoras de especificidade, exploramos esse conceito que, segundo Lyons (1999), consiste no fenômeno segundo o qual o falante tem em mente um certo referente, mas também pode escolher não identificá-lo, quando a sua identificação é dispensável. Muitas línguas, segundo o autor, possuem partículas ou artigos dedicados especialmente a veicular essa noção, é o caso de *le* em samoa, *teetahi* em maori, *bir* no turco, etc. No inglês, não existem tais artigos ou partículas, nem mesmo no português, mas ambas as línguas utilizam, respectivamente, um demonstrativo e um locativo para esse fim.²⁸ Sendo usados para essa finalidade, esses itens perdem valor dêitico e adquirem um valor especializado.

²⁸ Também os pronomes 'certo' no PB e 'certain' no inglês exerceriam esta função.

Diferentemente do inglês, em que *this* não perde seu estatuto de determinante, isto é, ocupa a mesma posição estrutural (Spec,DP), no português, parece que 'lá', além de adquirir um valor semântico diferenciado, passa a atuar sintaticamente de modo bastante distinto de 'lá' pós-nominal locativo. Portanto, enquanto 'lá' locativo seria parte do VP/IP, 'lá' não locativo seria parte do DP. Tratar-se-ia de palavras homófonas, mas completamente diferentes do ponto de vista estrutural e semântico.

Sobre a razão da aquisição desse uso especializado, teóricos da gramaticalização explicam que a mudança se deve a um processo de metáfora em que o conteúdo semântico do item transita de dêixis espacial a dêixis emocional. Assim, *this*, demonstrativo indicador de proximidade espacial, especializar-se-ia em um *this* indicador de proximidade afetiva, no sentido em que "o ouvinte é instruído a encontrar o referente no mundo do falante, mas não no mundo compartilhado por falante e ouvinte"²⁹ (MACLARAN, 1982 apud IONIN, 2006, p.179, tradução nossa).

Da mesma forma, 'lá' locativo, indicador de distância espacial, especializar-se-ia em um 'lá' indicador de distância emocional, "no sentido de que expressa um afastamento ou desinteresse do falante" (MARTELOTTA; RÊGO, 1996, p.244), isto é, "o falante utiliza a partícula lá para caracterizar o substantivo como algo que existe, mas a respeito do qual não quer, não pode ou não considera relevante fazer comentários" (MARTELOTTA; RÊGO, 1996, p.244).

No entanto, esse uso especializado de 'lá', bem como de *this*, não parece ser simplesmente uma extensão de seu uso dêitico. Se fosse, seria esperado que locativos e demonstrativos se transformassem em marcadores de especificidade de uma forma mais generalizada nas línguas. Com efeito, Ionin (2006) ressalta, com base em Lyons (1999), que, apenas no inglês e no alemão (*dieser*), um pronome demonstrativo pode favorecer leitura indefinida. Da mesma forma, não é de conhecimento que, nas línguas românicas, um locativo tenha se transformado em marcador de especificidade. Sendo assim, o uso de 'lá' exemplificado em (2) não parece se evidenciar nem mesmo no português europeu.³⁰

Portanto, a noção de metáfora espacial > emocional, além de ser circular, pouco contribui na análise e esclarecimento das propriedades sintáticas e semânticas desses itens como marcadores de especificidade.

Diante do exposto, nossa hipótese é que 'lá' é um operador de especificidade e situa-se em uma projeção funcional localizada imediatamente acima do NP e

²⁹ "The hearer is being instructed that the referent is to be found in the speaker's world, not in the shared world of speaker and hearer". (MACLARAN, 1982 apud IONIN, 2006, p.179).

³⁰ Não disponho de um levantamento exaustivo a esse respeito, mas perguntei informalmente a linguistas e também a leigos, todos falantes de PE, no Porto e em Lisboa, se eles teriam o uso de 'lá' pós-nominal, com o sentido exemplificado em (2). A resposta foi negativa por parte de todos eles.

abaixo dos modificadores. Embora não se possa ainda determinar exatamente que categoria³¹ seria essa, supomos que seja um QP, primeiro, porque NPs com 'lá' delimitam um único referente ou um subgrupo de referentes específicos em uma classe; segundo, porque, em outras ocorrências de 'lá' na estrutura nominal, 'lá' precede intensificadores e quantificadores universais. Portanto, 'lá' pós-nominal seria inserido por *merge* também em Spec de uma projeção QP, porém, com traços de especificidade.

Agradecimentos

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida para a realização do estágio de doutorado na University of Cambridge (Inglaterra), de janeiro a dezembro de 2010, quando o presente artigo foi produzido. Agradeço também à FAPEMIG pela bolsa concedida em todos os anos restantes do meu doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais.

PEREIRA, B. K. Post-nominal 'lá' in the DP-cartography: inquiries about specificity and identification. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.1, p.83-111, 2011.

- **ABSTRACT:** *This paper investigates Brazilian Portuguese data with post-nominal 'lá' in structures like "um colega meu lá" (a friend my 'lá' / "my friend there") suggesting a formal analysis for the position of this adverb in the DP-domain. In order to accomplish this goal: we point out: (i) the differences between this non-locative 'lá' and the post-nominal locative 'lá'; (ii) the similarities between non-locative 'lá' and post-nominal 'qualquer' (certain); (iii) the similarities between non-locative 'lá' and indefinite specific 'this' in colloquial English; and (iv) the similarities between non-locative 'lá' and a variety of particles used in certain languages as specificity markers (LYONS, 1999), that is, those that are used when the speaker refers to a specific entity, but does not identify it. From this parallel, we assume, based on the functional specifier theory (CINQUE, 1999, 2005), that 'lá' is merged in the specifier position of a functional projection. This projection, which contains specificity features, would surface immediately above the NP and below modifiers in the DP-domain.*
- **KEYWORDS:** *Post-nominal non-locative 'lá'. DP-structure. QP. Specificity. Identification.*

REFERÊNCIAS

ALKMIN, M.; CHAVES, E. *Corpus de Mariana*. Transcrições concedidas por NUPEVAR. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

ALMEIDA, N.; CARNEIRO, Z. (Org.). *Amstras da língua falada na zona rural de*

³¹ Em uma próxima versão deste trabalho, perseguiremos a proposta segundo a qual o rótulo mais apropriado para essa categoria seria SpP (*Specificity Phrase*) ou Sintagma de Especificidade, conforme estudos encontrados no decorrer da pesquisa, por exemplo, a respeito de *la* pós-nominal no crioulo mauritano.

Anselino da Fonseca (Piemonte da Diamantina). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008. 1 CD-ROM. (Amstras da língua falada no semiárido baiano).

BRUGÈ, L. The positions of demonstratives in the extended nominal projection. In: CINQUE, J. (Ed.). *Functional structure in DP and IP: the cartography of syntactic structures*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p.15-53.

CINQUE, G. Deriving Greenberg's Universal 20 and its exceptions. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts, v.6, n.3, p.315-332, 2005.

_____. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press, 1999.

GIUSTI, G. The categorial status of quantified nominals. *Linguistische Berichte*, Wiesbaden, n.136, p.438-454, 1991.

HEIM, I. *The semantics of definite and indefinite Noun Phrases*. New York: Garland Publishing, 1988.

HENRY. Odeio gente assim cara. UOL. Fórum UOL jogos. Vale tudo. 19 mar. 2010. Disponível em: <http://forum.jogos.uol.com.br/ODEIO-GENTE-ASSIM-CARA%C2%B4%7B+Fanaticos_t_732581>. Acesso em: 29 jun. 2010.

IONIN, T. This is definitely specific: specificity and definiteness in article systems. *Natural Language Semantics*, n.14, p.175-234, 2006.

LISPECTOR, C. *Um caso complicado*. 1994. Disponível em: <<http://www.laderzi.com/claricelispector/umcasocomplicado.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MARCHANT, A. *Indefinite 'this' and the givenness hierarchy*. 1994. 77f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Simon Fraser University, British Columbia, Burnaby, 1994.

MARTELOTTA, M.; RÊGO, L. Gramaticalização de **lá**. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.237-250.

MÓIA, T. Aspectos da semântica do operador *qualquer*. *Cadernos de Semântica*, Lisboa, n.5, p.1-46, 1992.

PEREIRA, B. The three left peripheries: bases for a cartographic study of Brazilian Portuguese 'lá'. *Fórum Linguístico* (UFSC), Florianópolis, v.7, n.1, p.1-29, 2010a. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/14119/17099>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

_____. A polivalência de 'lá': evidências para a teoria dos especificadores

funcionais. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v.39, n. 1, p.354-369, 2010b. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/39/EL_v39_n1_Integra.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2010.

_____. A posição de 'lá' na projeção nominal: contribuições para o mapeamento da estrutura funcional. *Soletras*, São Gonçalo, v.17, p.52-63, 2009. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/soletras/17sup/05.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2009.

RADFORD, A. *Minimalist syntax*: exploring the structure of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TAVARES, M. A. Um especificador aí. *DELTA*, São Paulo, v.17, n.2, p. 209-235, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502001000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mar. 11.

Recebido em agosto de 2010.

Aprovado em janeiro de 2011.

UMA PROPOSTA PARA A SEMÂNTICA DOS ADJUNTOS ‘EM X TEMPO’ E ‘POR X TEMPO’

Renato Miguel BASSO*

- **RESUMO:** O presente artigo propõe uma semântica para os adjuntos temporais ‘em X tempo’ e ‘por X tempo’ que não os trata como selecionadores de eventos, mas sim como atuando nos pontos delimitadores dos eventos (finais e iniciais). Antes de chegar à nossa proposta, apresentamos uma bateria de exemplos, muitos dos quais ignorados pela literatura que uma teoria desses adjuntos deveria dar conta. A seguir, caracterizamos a abordagem mais comum sobre esses adjuntos, que chamamos de concepção homo-heterogênea, e que trata os adjuntos como selecionadores de tipos de eventos (atéticos e télicos). Mostramos que a concepção homo-heterogênea não dá conta dos casos analisados e leva a predições incorretas. Por fim, apresentamos nossa proposta segundo a qual ‘em X tempo’ pressupõe um ponto final e ‘por X tempo’ introduz um ponto de focalização associado ao evento a que se aplica. A proposta aqui avançada dá conta da bateria de exemplos analisada e pode ser estendida para dar conta dos tempos futuros.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Telicidade. Detelicização. Aspecto verbal. Acionalidade. Adjuntos temporais.

Introdução

O estudo dos fenômenos tempo-aspectuais sempre levou em conta a morfologia do verbo, o lexema verbal, e características semânticas dos seus argumentos, como sua quantificação e o estatuto massa *vs.* contável. Ao lado dessas propriedades mais “internas” ao verbo, os adjuntos temporais também desempenham um papel fundamental nesses estudos, funcionando como ferramentas para a identificação de propriedades dos eventos, como, por exemplo, o valor télico *vs.* atético ou o durativo *vs.* o não durativo.

Vendler (1967), por exemplo, em sua análise dos verbos em inglês, utilizou sistematicamente o equivalente em inglês dos adjuntos ‘em X tempo’ e ‘por X tempo’ (‘X tempo’ está por uma medida qualquer de tempo) para embasar suas distinções entre eventos, que atualmente conhecemos como “classes aspectuais”, “aspecto lexical” ou ainda “classes acionais”. Na caracterização de Vendler

* UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação da Expressão. Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima. Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 –rmbasso@gmail.com

(1967), esses adjuntos eram responsáveis pela distinção entre *accomplishments* ('desenhar um círculo') e *achievements* ('chegar (em casa)'), de um lado, compatíveis apenas com 'em X tempo', e atividades ('correr') e estativos ('estar com dor de cabeça'), do outro, compatíveis apenas com 'por X tempo'.

No "time schemata" que Vendler (1967, p.101) associa às atividades e aos estativos encontramos a ideia de homogeneidade, segundo a qual, em um evento do tipo atividade como o denotado pelo predicado 'correr' ou um estativo como 'estar com dor de cabeça', "*any part of the process is of the same nature as the whole*". O mesmo não acontece no caso de *accomplishments* ou *achievements* que são, por oposição, heterogêneos, ou seja, não são compostos por partes iguais. Ora, se os adjuntos 'em' e 'por X tempo' são responsáveis pela distinção dessas quatro classes acionais em dois grupos, é justamente porque eles têm propriedades seletivas: 'em X tempo' só se combina com eventos heterogêneos, e 'por X tempo', só com homogêneos. Chamaremos essa caracterização dos adjuntos, que apela à heterogeneidade e à homogeneidade, de concepção homo-heterogênea, ou CHH.

Se tudo o que tivéssemos a dizer sobre esses adjuntos fosse isso, não teríamos conseguido sair de um nível descritivo, cujo poder de previsão se encerra em dizer que uns se combinam com eventos télicos (heterogêneos), outros com atélicos (homogêneos). De 1967 em diante, muitos outros trabalhos sobre o domínio tempo-aspectual foram desenvolvidos, e há muitas teorias que se assentam sobre pressupostos diferentes. Apesar disso, a intuição por trás do papel desempenhado por 'em' e 'por X tempo' parece não haver mudado, e, mesmo ancorados em quadros teóricos distintos, esses adjuntos continuam a ser a contraparte da heterogeneidade e da homogeneidade – não saímos da CHH, que é endossada por Dowty (1979), Verkuyl (1972, 1982, 1993), Zucchi (1998), De Swart (1998), Rothstein (2004) e outros.

O objetivo deste artigo é avaliar a adequação empírica da CHH, e tal objetivo pode ser alcançado ao investigarmos duas questões: (i) as previsões que a CHH pode fazer são comprovadas empiricamente?; além disso, há muito mais contextos de uso para esses adjuntos do que a literatura normalmente considera, (ii) esses contextos podem ser acomodados na CHH ou em alguma teoria mais sofisticada dela advinda?

Ao longo deste texto, exploraremos, na seção intitulada "Onde são encontrados e como são interpretados 'em' e 'por X tempo'?", alguns dos contextos em que podemos encontrar esses adjuntos, muitos dos quais não são levados em conta pela literatura tempo-aspectual, mas que devem ser tratados por qualquer teoria que tenha como objetivo uma semântica para os adjuntos 'em' e 'por X tempo'. Na seção "Uma versão da CHH", consideraremos o trabalho de Rothstein (2004) como um exemplo sofisticado da CHH. A escolha de tal trabalho se justifica na medida em que ela segue de perto as ideias de autores como Vendler (1967) e

Dowty (1979) sobre o papel dos adjuntos, porém inserida numa semântica de eventos (DAVIDSON, 1980; PARSONS, 1990). Avaliaremos como a proposta de Rothstein (2004) lida com os exemplos arrolados na seção “Onde são encontrados e como são interpretados ‘em’ e ‘por X tempo’?” com o intuito de mostrar que a CHH não dá conta de nossas interpretações para tais contextos. Na seção “Uma nova proposta para os adjuntos”, apresentaremos um esboço de teoria sobre esses adjuntos que difere em sua intuição da CHH e que pode dar conta dos casos descritos na seção “Onde são encontrados e como são interpretados ‘em’ e ‘por X tempo’?”, integrando uma semântica diferenciada para os adjuntos e princípios pragmáticos da teoria de implicatura conversacional generalizada (GRICE, 1975; LEVINSON, 2000). A proposta feita aqui será também ampliada para abarcar o futuro na seção “Futuro e os adjuntos ‘em X tempo’ e ‘por X tempo’”. Por fim, na “Conclusão” faremos um balanço das duas concepções.

Onde são encontrados e como são interpretados ‘em’ e ‘por X tempo’?

Ao considerar os adjuntos em questão, a grande maioria dos autores¹ se concentra em exemplos que têm as seguintes estruturas esquemáticas: (i) télico² + em X tempo; e (ii) atélico³ + por X tempo. Alguns reconhecem a estrutura (iii) télico + por X tempo, porém a condicionam a alguma manobra que envolva coerção ou mudança aspectual, como mostraremos adiante. Esses adjuntos, contudo, podem aparecer em muitas outras estruturas.

Se levarmos em conta as 4 classes vendlerianas, os aspectos perfectivo e imperfectivo e os dois adjuntos, chegaremos a um total de 16 estruturas ou combinações (sem levar em conta a referência temporal). Seria extremamente desejável para qualquer teoria sobre os adjuntos ‘em’ e ‘por X tempo’ que ela desse conta (pelo menos) da interpretação que temos dessas 16 combinações sob pena de termos uma teoria parcial desses adjuntos. Isso significa dizer que tal teoria deve prever (e explicar) o comportamento dos adjuntos quando combinados com o aspecto e a classe acional. Dado que a relação desses adjuntos com a (a)telicidade e o aspecto é bastante estreita, para investigá-los devemos ser explícitos quanto às concepções de telicidade e aspecto a serem usadas.

Sobre a telicidade, a tese que adotamos não difere do que é comumente aceito na literatura, e, segundo tal tese, um evento télico é aquele que não tem partes próprias, ou seja, télico é todo evento que está na extensão do predicado P cujas partes próprias não estão na extensão do predicado P. Assim sendo, se tomarmos

¹ Por exemplo, De Swart (1998), Zucchi (1998), Krifka (1998), Rothstein (2004), entre muitos outros.

² Eventos que têm um ponto final natural, como ‘pintar o quadro’.

³ Eventos que não têm um ponto final natural, como ‘correr’, ‘passear’.

o evento de 'ler o livro', nenhuma parte própria sua será 'ler o livro', mas sim ler partes ou pedaços do livro. Ao lado dessa ideia comum, acrescentamos mais uma: trata-se da "reificação do *telos*", ou seja, télico é todo e qualquer evento sobre o qual é possível/faz sentido falar de um seu *telos* ou ponto final ou ainda culminação⁴. A reificação significa dizer que podemos tomar o *telos* como sendo alvo de algum tipo de operação e/ou predicação. Basicamente, sempre que falamos algo como 'Eu assisti o fim da corrida' ou 'João chegou ao fim da leitura do livro' estamos falando explicitamente sobre o *telos*.⁵

Com relação ao aspecto perfectivo e imperfectivo⁶, propomos uma interpretação segundo a qual o perfectivo indica que um dado evento não está em andamento em relação a um momento de referência:

(1) João leu o livro.

Nessa proposta para o perfectivo, uma sentença como (1) não indica necessariamente que João leu o livro até o fim, mas simplesmente que ele não está mais lendo o livro, i.e., que o evento reportado em (1) cessou ou não é mais o caso (BASSO, 2007a, 2007b; OLIVEIRA; BASSO, 2011).

Por sua vez, para o imperfectivo, propomos que ele diz, com relação a um momento de referência, que o evento ainda é o caso, mas não especifica se o evento continua ou não para além desse momento de referência, i.e., não sabemos, a partir de (2) abaixo, se 'João ler o livro' num tempo *t* posterior ao da enunciação de (2) ainda é o caso, mas indica que, tendo como parâmetro um outro momento, o momento de referência, é o caso que o evento transborda esse momento:⁷

(2) João estava lendo o livro.

Com isso em mente, apresentamos nas tabelas 1 e 2 abaixo as combinações a serem analisadas. Nas tabelas, o símbolo “#” indicava simplesmente que a literatura não considera ou considera marginalmente tal combinação e não inaceitabilidade ou agramaticalidade; o “t” indica telicidade, o “d” duratividade, o “i” imperfectivo e o “p” perfectivo; na última coluna à direita sugerimos as interpretações que serão discutidas logo abaixo:

⁴ A possibilidade de reificação também ocorre com o ponto inicial de um evento; ele também pode ser alvo de predicação, pensa-se em um verbo como 'começar', por exemplo. Conforme veremos mais adiante, nossa proposta é de que os adjuntos em questão, de algum modo, atuam sobre esses pontos.

⁵ Quando se trata de eventos atélicos, não é possível falar de pontos finais: ? 'João passou até o fim'.

⁶ Em português brasileiro, canonicamente, o aspecto perfectivo é representado pelo morfema do pretérito perfeito, e o aspecto imperfectivo pelo morfema do pretérito imperfeito e pela perífrase progressiva.

⁷ Essa leitura do que vem a ser perfectividade e imperfectividade é compatível com a proposta de Klein (1994), comumente aceita na literatura.

Tabela 1 – Combinações formadas a partir de ‘em X tempo’.

‘em X tempo’			
	imperfectivo	t d	interpretação
(1i)	# João estava dando a volta no quarteirão em 10 minutos.	+ +	habitual / genérica
(2i)	# João estava ganhando a corrida em 35 minutos ⁸ .	+ –	habitual / genérica
(3i)	# João estava correndo em 1 hora.	– +	habitual / genérica
(4i)	# João estava tendo dor de cabeça em 10 minutos.	– +	habitual / genérica
	perfectivo	t d	interpretação
(1p)	João construiu a casa em 1 ano.	+ +	télica
(2p)	João ganhou a corrida em 35 minutos.	+ –	télica
(3p)	# João correu em 1 hora.	– +	incoativa
(4p)	# João teve dor de cabeça em 10 minutos.	– +	incoativa

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 – Combinações formadas a partir de ‘por X tempo’.

‘por X tempo’			
	imperfectivo	t d	interpretação
(5i)	# João estava dando a volta no quarteirão por 10 minutos.	+ +	ponto de focalização
(6i)	# João estava ganhando a corrida por 35 minutos.	+ –	ponto de focalização
(7i)	# João estava correndo por 1 hora.	– +	ponto de focalização
(8i)	# João estava tendo dor de cabeça por 10 minutos.	– +	ponto de focalização

⁸ Os *achievements* são conhecidos por terem *fases preparatórias* que levam à culminação. Neste texto, como representante dos *achievements*, utilizaremos ‘ganhar a corrida’, mas muitas vezes estaremos, na verdade, falando de sua fase preparatória, algo como ‘liderar a corrida’. De uma forma ou de outra, sentenças como (3i) só podem ser interpretadas não-referencialmente (como repetição ou hábito); se esse não for o caso, temos uma sentença estranha, como ? ‘João estava morrendo em 35 minutos’, nesta sentença o evento de morrer não pode ser interpretado como hábito e/ou repetição. Tudo isso para dizer que, na verdade, ao tratarmos de *achievements*, em geral, estaremos considerando sua fase preparatória, o que os aproxima em muito dos *accomplishments*.

	perfectivo	t	d	interpretação
(5p) # João construiu a casa por 1 ano.		+	+	detelicização
(6p) # João ganhou a corrida por 35 minutos.		+	–	detelicização
(7p) João correu por 1 hora.		–	+	duração do evento
(8p) João teve dor de cabeça por 10 minutos.		–	+	duração do evento

Fonte: Elaboração própria.

O imperfectivo é massivamente ignorado pela literatura quando se trata dos adjuntos em questão. O perfectivo, por sua vez, para o caso dos adjuntos ‘em’ e ‘por X tempo’, se apresenta como um espelho, com a aceitabilidade dos exemplos invertendo de um adjunto para o outro. Por ora, apresentaremos apenas uma apreciação superficial das interpretações sugeridas⁹; voltaremos a elas na seção “Uma nova proposta para os adjuntos” com o intuito de explicá-las.

Quando combinado com eventos imperfectivos, de qualquer classe acional, ‘em X tempo’ gera uma interpretação de hábito, genérica ou ainda de capacidade. Uma interpretação possível para (1i) seria que João tem a capacidade de fazer algo em 10 minutos, no caso, dar a volta no quarteirão. Num contexto em que sabemos, por exemplo, que João, depois de um acidente, está realizando sessões de fisioterapia para voltar a caminhar normalmente, que um dos exercícios era justamente dar a volta no quarteirão, e que, subitamente, ele teve uma recaída, a sentença (1i) soa perfeitamente bem. Na verdade, quaisquer contextos que digam que João teve a capacidade de dar a volta no quarteirão em 10 minutos, mas não tem mais torna a sentença (1i) aceitável. O mesmo pode ser dito de (2i). Num contexto em que João, um piloto experiente de corridas, tinha a capacidade ou habilidade de percorrer um dado circuito em 35 minutos, mas não faz mais isso, a sentença (2i) também é aceitável (com as ressalvas da oitava nota de rodapé). Em ambos os casos, pode-se dizer que estamos diante de leituras não referenciais, i.e., não estamos falando de nenhum (ou de nenhuma realização de um) evento particular¹⁰. Contextos e interpretações semelhantes podem ser elaborados para (3i) e (4i), com a diferença de que temos interpretações incoativas, conforme descrito no parágrafo abaixo para o caso de (3p) e (4p).

⁹ Vale notar que não estamos defendendo que as sentenças das tabelas são todas igualmente boas; muito pelo contrário, algumas delas são ruins e demandam contextos bastante específicos. Mas também nos interessa notar que as interpretações que sugerimos, muitas vezes, são as únicas disponíveis e assim, para termos uma teoria sobre os adjuntos ‘em’ e ‘por X tempo’, devemos explicar a razão de termos apenas tais interpretações.

¹⁰ É importante salientar que a medição feita por ‘em X tempo’ no caso de hábito não se aplica ao hábito, mas sim às instâncias particulares dos eventos.

As sentenças (1p) e (2p) comportam-se conforme prevê a literatura, i.e., tratam de um evento télico, perfectivo, que alcançou seu *telos* ao fim do tempo medido pelo adjunto 'em X tempo'. Por sua vez, as sentenças (3p) e (4p) são aceitáveis somente (i) se uma distância ou um tempo específico for fornecido pelo contexto (i.e., 'correr a maratona'), transformando-os em *accomplishments* e funcionando como (1p) e (2p), ou então (ii) em uma leitura incoativa, i.e., que marca o início de um evento. Para ilustrar a leitura incoativa, tomemos a sentença (4p) na seguinte situação: João detesta reunião da sua empresa, sempre que tem uma reunião ele acaba ficando com dor de cabeça. Na última reunião não foi diferente, depois que a reunião começou, João teve dor de cabeça em 10 minutos. O mesmo vale para a sentença (3p); a interpretação incoativa dessa sentença pode ser melhor vista se considerarmos 'João chegou na academia e correu em 1 hora': a interpretação que sugerimos é que João, *depois* de chegar na academia, *levou* 1 hora para *começar* a correr. Tomando os casos de (1p) a (4p), podemos dizer que 'em X tempo' exige para sua interpretação um ponto que coincida com o final de sua *measure phrase* ('X tempo'); para o caso de eventos télicos, esse ponto é o *telos*, para o caso de eventos atélicos, toma-se a o início do evento como final da *measure phrase*, gerando a interpretação incoativa.

Como resumo do que vimos até agora sobre 'em X tempo', temos:

- a) 'em X tempo' aplica-se a um evento (de qualquer classe acional) perfectivo → mediação até um ponto que coincida com o final de sua *measure phrase*;
- b) 'em X tempo' aplica-se a um evento (de qualquer classe acional) imperfectivo → interpretação de hábito / habilidade / genérica.

Com 'por X tempo', quando combinado com eventos no imperfectivo, temos uma interpretação de ponto de referência. A ideia aqui é a seguinte: quando temos uma sentença como (5i), 'João estava dando a volta no quarteirão por 10 minutos', e a continuamos com qualquer outro evento, por exemplo:

- (3) João estava dando a volta no quarteirão por 10 minutos, quando ouviu um estouro.

O outro evento introduzido ('quando ouviu um estouro') acontece ou é interpretado como acontecendo no ponto de referência e/ou focalização (no interior do desenvolvimento do evento em questão) introduzido por 'por X tempo', ou seja, com (3), João não ouviu um estouro antes de correr 10 minutos e nem (muito) depois, mas sim ao completar, atingir 10 minutos correndo. É a partir do ponto que marca os '10 minutos' que são então encadeados os eventos subsequentes. O mesmo parece ser o caso para as outras classes acionais, como exemplifica o estativo na sentença: 'João estava tendo dor de cabeça por 10 minutos e finalmente resolveu tomar um remédio'. Diferentemente do que temos

para o caso de ‘em X tempo’, as interpretações aqui são todas referenciais, i.e., referem-se a (realização de) um evento particular que é apresentado em seu transcurso, e o adjunto mede o tempo que o evento transcorreu até o ponto de focalização.

É quando passamos ao perfectivo que notamos a relação especular que ‘por X tempo’ tem com ‘em X tempo’. Começando pelos casos dos eventos atéticos, o que o adjunto em questão faz é marcar a duração de um dado evento, que, por estar representado perfectivamente, já não é mais o caso. Assim, ‘João correu por 10 minutos’ indica que a corrida de João durou 10 minutos. O final da duração da corrida de João também é um ponto de referência. Para uma sequência como ‘João correu por 10 minutos e caiu’, a queda do João aconteceu ao ele alcançar os 10 minutos de corrida (ou logo depois, mas nunca antes).

A combinação de ‘por X tempo’ com evento télico e perfectivo engendra a interpretação que chamaremos de “detelicização”, ou seja, o evento télico ocorreu, não é mais o caso e o seu *telos* não foi necessariamente atingido. É por isso que a interpretação preferencial a ser dada a (5p) nos diz que João não terminou de construir a casa. Os elementos dessa interpretação são complexos e voltaremos a ela com mais vagar na seção 3.

Como resumo do que vimos sobre ‘por X tempo’, temos:

- a) ‘por X tempo’ aplica-se a um evento (de qualquer classe acional) perfectivo → interpretação de duração (até o final da *measure phrase* do adjunto);
- b) ‘por X tempo’ aplica-se a um evento (de qualquer classe acional) imperfectivo → localização de um ponto de referência ou focalização (medição do tempo que o evento transcorreu até um ponto de focalização, que coincide com a *measure phrase* do adjunto).

Na seção seguinte, avaliaremos como a proposta de Rothstein (2004), representando a CHH, lida com os casos arrolados acima.

Uma versão da CHH

Rothstein (2004) compartilha da ideia de que a melhor maneira de entender a telicidade é a composicional, ou seja, a telicidade de um evento resulta, de maneira previsível e calculável, das contribuições dos diversos elementos da verbalização de um evento. Sua caracterização da telicidade é compatível com o critério da heterogeneidade, mas Rothstein (2004) postula também que eventos télicos são atômicos e que o resultado da contribuição dos elementos mobilizados

para a composição semântica de um evento é um critério de individualização de eventos atômicos.¹¹

Segundo essa autora, o papel de um adjunto como ‘em X tempo’, por combinar-se única e exclusivamente com eventos télicos (ROTHSTEIN, 2004, p. 177), é ser um revelador de telicidade; sobre sua interpretação, “[...] *intuitively, in □ time assigns a time-frame within which an atomic event took place and thus modifies sets of atomic events.*” Um adjunto como ‘em 1 hora’ denota (ROTHSTEIN, 2004, p. 178):

$$(4) \quad "[[em\ 1\ hora]] = \lambda P \lambda e. P(e) \wedge \forall e' [e' \in ATOM(P) @ \tau(e') \subseteq 1\ HORA]".$$

Em prosa: ‘em uma hora’ denota o intervalo de tempo de uma hora que contém (ou é igual a) o conjunto de eventos que constituem as partes de um evento atômico (para um evento e na extensão de um predicado P e para todo evento e' , se ele é um evento contido no predicado atômico P , então sua função temporal τ (uma função que relaciona a progressão de um evento com a sua progressão no tempo) está contida ou é igual a uma hora); a semântica atribuída a ‘em X tempo’ permite que ele seja aplicado somente a eventos télicos. A caracterização oferecida dá conta naturalmente da interpretação que temos para as sentenças (1p) e (2p).

Contudo, apesar de Rothstein (2004, p.177) afirmar que ‘em X tempo’ “*modifies sets of atomic events*”, ela aventa a possibilidade de combinar esse adjunto com um evento atélico, portanto homogêneo (i.e., não atômico), como nos exemplos (3p) e (4p). Segundo a autora, a contraparte em inglês da sentença (3p), ‘João correu em 1 hora’, “[...] *is ungrammatical or [...] forces a telic interpretation on the predicate.*” A interpretação télica sugerida por Rothstein (2004) é aquela na qual alguma medida de distância entra em jogo (por algum mecanismo) e o evento em (3p) passa a ser então um *accomplishment* (ou seja, um evento atômico ou heterogêneo), como ‘João correu (a maratona) em 1 hora’. Nesse caso, não estaremos diante de um combinação de evento atélico com ‘em X tempo’, que segundo a autora seria impossível.

No entanto, como vimos acima, há a interpretação incoativa, que, mesmo menos saliente, é possível. A fórmula oferecida por Rothstein (2004) captura essa interpretação? Dado que a fórmula de Rothstein (2004) diz que o adjunto ‘em X tempo’ mede somente *o tempo de duração* de um evento (para o caso de (3p), do evento de ‘correr’), ela não tem como capturar a interpretação incoativa,

¹¹ Levando em conta a definição de eventos heterogêneos (se na extensão de um predicado P há um evento télico “ e ”, então esse predicado P não pode se aplicar a nenhuma parte própria desse evento “ e ”), podemos dizer que a ideia de individualizar um evento atômico relaciona-se com descobrir qual é o predicado P para um dado evento. Além disso, a atomicidade relaciona-se exclusivamente com a existência ou não de partes próprias de um dado predicado que podem também cair na extensão desse predicado.

segundo a qual o adjunto 'em X tempo' *não mede a duração* de um evento, mas *sim o tempo que levou para seu início*. Na seção 3, veremos como proposta a ser apresentado pode dar conta da interpretação incoativa e como chegamos a ela.

Talvez a caracterização que Rothstein (2004) dá a 'em 1 hora' consiga capturar a interpretação que temos para o ambiente imperfectivo, advogando, por exemplo, que o que provoca uma interpretação não referencial (habitual ou genérica) é o uso do imperfectivo, e não propriamente a contribuição do adjunto. Apesar de Rothstein (2004) não ser explícita sobre como considerar o imperfectivo, imputar ao aspecto as interpretações sugeridas para os exemplos de (1i) a (4i) não parece estar correto, como explicitamos abaixo.

Eventos télicos perfectivos têm, preferencialmente, interpretação referencial, que se mantém com a presença do adjunto em questão:

- (5) Ontem, João lavou o carro. → referencial¹²
- (5') No ano passado, João lavou o carro. → referencial
- (6) Ontem, João lavou o carro em meia hora. → referencial
- (6') No ano passado, João lavou o carro em meia hora. → referencial

Por sua vez, os eventos télicos imperfectivos podem ter uma interpretação referencial ou não referencial¹³, a depender do contexto em que estão ancorados:

- (7) Ontem, João lavava o carro. → referencial
- (7') No ano passado, João lavava o carro. → não referencial¹⁴

Se o adjunto 'em X tempo' não tivesse relação nenhuma com a propriedade referencial vs. não referencial do imperfectivo, deveríamos esperar que sua combinação com as sentenças (7) e (7') não alterasse sua interpretação com relação à referencialidade. Mas não é esse o caso; vejamos as sentenças abaixo:

- (8) ? Ontem, João lavava o carro em meia hora. → referencial
- (8') No ano passado, João lavava o carro em meia hora. → não referencial

¹² Dissemos preferencialmente referencial, porque é possível combinar o perfectivo de tal forma que a interpretação gerada é não referencial. Por exemplo: 'No ano passado, João lavou o carro toda semana', 'No ano passado, no quartel, João hasteou a bandeira.'

¹³ Neste trabalho, não entraremos no mérito de dizer quais das interpretações do imperfectivo são primitivas e nem como uma pode (ou não) derivar de outra. Aqui nos basta dizer que os imperfectivos podem ter as duas interpretações e mostrar, como logo adiante, que 'em X tempo' condiciona uma das leituras do imperfectivo.

¹⁴ Trata-se de preferencialmente não referencial. Uma interpretação referencial é também possível: 'No ano passado, João lavava o carro, quando morreu'.

A sentença (8) é estranha se não permitirmos repetição, se se tratar de um único evento de lavar o carro: dado que na interpretação referencial de (8) o evento está em andamento, o acesso ao *telos* está vetado, e o adjunto não tem o que medir¹⁵. Porém, se tivermos uma leitura de repetição, a sentença é mais aceitável (i.e., João lavou o carro ontem mais de uma vez e, a cada vez, levou meia hora) – ela melhora se a interpretação for não referencial. Logo podemos concluir que ‘em X tempo’ influencia de fato na referencialidade das sentenças imperfectivas, impondo-lhes uma interpretação habitual ou genérica. A caracterização oferecida por Rothstein (2004) para esse adjunto não captura as interpretações que temos para os exemplos (1i)-(4i).

Por sua vez, segundo a autora, o adjunto ‘por X tempo’ combina-se exclusivamente com eventos atélicos e “[...] **for a time** changes an atelic VP to a telic one, while **in a time** leaves the telic VP telic” (ROTHSTEIN, 2004, p. 178). É interessante notar que, diferentemente de ‘em X tempo’, que apenas denota conjunto de eventos com uma certa duração, ‘por X tempo’ é tomado como um *aspect shifter*, pois torna atélicos em télicos. Rothstein (2004, p. 180) ferece a seguinte formulação:

$$(9) \quad "[[por\ 1\ hora]] = \lambda P \exists e [\tau(e') = 1\ HORA \wedge \forall i \subseteq \tau(e) \exists e' [P(e') \wedge e' \subseteq e \wedge \tau(e') = i]]"$$

A glosa oferecida pela autora é: “[...] so what **for an hour** does is pick out sets of events which run for intervals of an hour, and which are in effect sums of events in some set P, with the constraint that each relevant part of that hour must be the running time of some event in P.” (ROTHSTEIN, 2004, p. 181). Essa caracterização claramente engloba a ideia de homogeneidade, pois fala de soma de eventos na extensão de P, consequentemente temos que ter mais de um evento na extensão de P. Se assim for, não podemos estar tratando de eventos atômicos, ou seja, de eventos télicos – essa é a razão, segundo Rothstein (2004), da impossibilidade de combinarmos ‘por X tempo’ com evento télicos.

Novamente, para os casos não marcados com # da tabela 2, (7p) e (8p), a caracterização oferecida a ‘por X tempo’ engendra as interpretações que temos; mais problemático contudo é a assunção de que tais interpretações são télicas. Se fosse, deveríamos esperar que o evento reportado em (7p), por exemplo, tenha todas as propriedades dos eventos télicos, como combinar-se com ‘em X tempo’. Porém, tais combinações são muitas vezes estranhas, como ‘João correu por 1 hora em 2 horas’: a interpretação dessa sentença é de que João correu por uma hora num intervalo de duas horas; se há um *telos* aqui ele é completar uma hora correndo, o que leva a crer que, em tal interpretação, ‘por 1 hora’ deixa de ser um

¹⁵ A interpretação incoativa também está vetada, pois, por tratar-se de um evento que já se iniciou, que está em andamento, não há como medir quanto tempo levará para seu início, como pede a interpretação incoativa.

adjunto e passa a ser um complemento (por algum mecanismo) e o evento passa a ser ‘correr por 1 hora’ e não ‘correr’. A fórmula oferecida pela autora não captura essa mudança de categoria de ‘por X tempo’ de adjunto para complemento. Veremos adiante outros problemas colocados pela ideia de que ‘por X tempo’ transforma atélcos em télcos.

Sobre a impossibilidade de ‘por X tempo’ combinar-se com eventos télcos, a própria autora reconhece que há exceções (ROTHSTEIN, 2004, p. 24-25):

(10) “João leu o livro por 1 semana”.

Para Rothstein (2004), tal combinação é possível apenas quando estamos diante de eventos que têm algum grau de homogeneidade; para o caso de ler o livro, os eventos são todos mais ou menos iguais porque são eventos de ler parcialmente o livro. De uma forma ou de outra, sua definição de ‘por X tempo’ não captura essa interpretação, porque mesmo sendo “mais ou menos homogêneos” a soma de ler o livro parcialmente não é necessariamente ler o livro completamente. A solução proposta pela autora é considerar que ‘ler o livro’ em (10) é um evento atélco. Mas o que levaríamos a considerar que ‘ler o livro’ é um evento atélco? A sentença (10) sem o adjunto é claramente télca; logo, é a presença do adjunto ‘por X tempo’ que leva Rothstein (2004) a considerar ‘ler o livro’ atélco; devemos então imputar a ‘por X tempo’ a tarefa de mudar a classe acional do evento em questão, agora de télco para atélco (para poder justamente combinar-se com ‘por X tempo’). Mas há vários problemas nessa solução.

Em primeiro lugar, é muito complicado dizer quais eventos télcos são “mais ou menos homogênos”. Para Rothstein (2004), a sentença (5p), ‘João construiu a casa por 1 ano’ é agramatical por não ser homogênea, mas esse não parece ser o caso no português brasileiro; (5p) é aceitável, assim como ‘João construiu a casa até acabar o dinheiro da poupança’ – e todas sugerem fortemente que (i) o evento não é mais o caso (que é a contribuição do perfectivo) e (ii) o *telos* não foi alcançado (i.e., a casa não está pronta). Em segundo lugar, a única maneira de tratarmos ‘ler o livro’ como atélco é devido à contribuição do adjunto; porém, Rothstein (2004) é bastante explícita ao afirmar que ‘por X tempo’, aplicado a eventos atélcos, transforma tais eventos em télcos. Ora, como é possível que um mesmo adjunto transforme eventos télcos em atélcos e atélcos em télcos? Críticas semelhantes podem ser feitas para o caso de (6p) (levando em conta as ressalvas da oitava nota de rodapé).

Passando às sentenças no imperfeito, constatamos que não é possível capturar as interpretações que envolvem ponto de referência/focalização com a fórmula dada a ‘por X tempo’. Logo, as sentenças imperfectivas não têm uma explicação. Para o caso de ‘por X tempo’ é ainda mais problemático dizer que as

interpretações sugeridas são fruto do imperfectivo; como chegar a interpretação de ponto de focalização a partir da informação de que o evento ainda não cessou? Sem contar o fato de que os eventos (7i) e (8i) no imperfectivo, por estarem combinados com ‘por X tempo’, seriam, segundo Rothstein (2004), tólicos.

Essa situação nos leva a desejar não apenas uma teoria dos adjuntos em questão, mas uma teoria que parta de intuições diferentes das que embasam a CHH, dado que a proposta de Rothstein (2004), um dos mais promissores desenvolvimentos da CHH, não consegue dar conta dos exemplos arrolados nas tabelas 1 e 2.

Uma nova proposta para os adjuntos

A principal característica da proposta que faremos para os adjuntos em questão leva em conta não apenas a reificação do *telos*, mas dos pontos delimitadores dos eventos (final e inicial). Por essa reificação, basta entendermos que é possível falar (predicar) sobre esses pontos, além de falarmos diretamente sobre eles (‘o começo da leitura do livro’, ‘o fim da leitura do livro’). Uma reificação desse tipo também pode ser útil (senão necessária) para chegarmos a uma semântica adequada para verbos do tipo ‘começar’, ‘iniciar’, ‘acabar’, ‘terminar’ etc., que podem então ser entendidos como predicando sobre esses pontos.

Todos os eventos têm um ponto inicial; em nossa proposta, para eventos veiculados no passado (i.e., como tendo se iniciado antes do momento de fala), esse ponto inicial é o ponto *a quo* a que os adjuntos em questão se ancoram para dar início à medição do tempo denotado pela *measure phrase* que carregam, ‘X tempo’. Assim, se tomarmos as sentenças:

(11) João pintou o quadro em 20 minutos.

(12) João correu por 40 minutos.

O início da medição é o início do evento, ou seja, João levou 20 minutos para pintar o quadro a partir do momento em que ele começou a pintar o quadro, e João correu por 40 minutos a partir do momento em que ele começou a correr. Muitas vezes esses pontos não são dados explicitamente, mas é sempre possível recuperá-los contextualmente.

Os adjuntos e o perfectivo

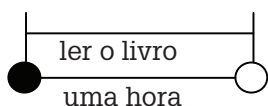
Propomos que o adjunto ‘em X tempo’ carrega uma pressuposição específica: ele pressupõe a presença de um *ponto final* relacionado ao evento a que se

aplica. Dessa forma, para o caso dos eventos télicos, o tempo denotado pela *measure phrase* de ‘em X tempo’ tem início no início de evento e se encerra necessariamente no alcance do *telos*. Caso não haja *telos*, algum tipo de acomodação de pressuposição entra em jogo, inserindo um ponto final. Podemos representar graficamente essa ideia como abaixo:



O círculo preenchido coincide com o início do evento, e o círculo não preenchido corresponde à pressuposição de um *telos*.

Para os casos mais simples, em que temos um evento télico e perfectivo, a satisfação dessa pressuposição ocorre naturalmente: tomemos um evento que apresenta *telos*, veiculado numa perspectiva perfectiva, que diz que o evento não é mais o caso, sendo assim, o que ‘em X tempo’ faz é dizer quanto tempo demorou para que o *telos* do evento télico fosse alcançado; o alcance do *telos* está garantido, não pelo perfectivo, mas porque esse deve ser o ponto final do intervalo denotado pelo adjunto: como propomos, ‘em x tempo’ exige, para sua felicidade, a existência de um *ponto final* que coincida com o final do intervalo que está sendo medido (a *measure phrase*). O esquema abaixo representa o evento reportado por ‘João leu o livro em uma hora’:



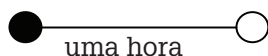
O evento de ‘ler o livro’ tem um ponto inicial e um final (o *telos*) representados pelas barras verticais; o início e o fim do evento coincidem com a *measure phrase* de ‘em X tempo’, cujo início é representado pelo círculo preenchido e o final pelo círculo não preenchido, salientando que ele pressupõe um *telos*.

Como dissemos, a interpretação incoativa relaciona-se com o tempo que um dado evento leva para começar. Se tomarmos eventos atélicos, eles não têm, por definição, um *telos* que possa satisfazer a pressuposição de ‘em X tempo’, mas têm apenas um ponto inicial. Como não há um ponto final e dado que o adjunto pressupõe a existência desse final, temos duas possibilidades com eventos atélicos: 1) o ponto final está dado contextualmente, então o evento de fato não é atélico, mas télico; 2) não há um ponto final dado contextualmente. No último caso, o único ponto no tempo disponível é o início do evento atélico. Logo, este será o *ponto final* a ser considerado pelo adjunto. Ora, na interpretação incoativa é justamente esse ponto inicial que é considerado como o final da mediação de

‘em X tempo’, por isso interpretamos que levou um certo tempo para o evento em questão *começar*, podemos também dizer que a interpretação incoativa é uma acomodação de pressuposição. Assim, na interpretação sugerida para ‘João correu em 10 minutos’, o que o adjunto ‘em 10 minutos’ mede é o tempo que transcorre para o início do evento, pois seu início é o único ponto ao qual o adjunto pode se aplicar, resultando então na leitura incoativa. Dado que o início do evento coincide com o final da *measure phrase* do adjunto, o ponto inicial da *measure phrase* é então alocado em algum momento anterior, mas sem especificação. Quando a especificação desse momento inicial é dada, a leitura incoativa é menos problemática (ver também a seção “Futuro e os adjuntos ‘em X tempo’ e ‘por X tempo’”, sobre o futuro):

(13) João chegou na academia e correu em 20 minutos.

Para (13), o ponto inicial para a medição feita por ‘em X tempo’ é dada pelo evento de João chegar na academia. Abaixo, representamos graficamente a interpretação incoativa de (13):



O evento de ‘correr’ tem apenas uma barra vertical, que representa o seu início.

Para ‘por X tempo’ propomos que seu papel seja o de introduzir um ponto de referência e/ou focalização associado ao evento ao qual o adjunto se aplica. Note-se, contudo, e isso é extremamente importante, que não se trata de um *telos*; diferentemente do que advoga Rothstein (2004), não *telicizamos* eventos ao aplicar a eles ‘por X tempo’, pela simples razão de que um *telos* é um ponto, por definição, não arbitrário, e o ponto introduzido por ‘por X tempo’ é (i) arbitrário, pois é dado pela medida de tempo contido em ‘X tempo’, que é variável, (ii) não indica a culminação de um evento, ou seja, eventos atéticos simplesmente não culminam, eles param ou deixam de ser o caso, ou simplesmente continuam.

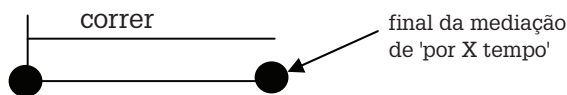
Se tomarmos um evento atético e perfectivo e combinarmos com ele ‘por X tempo’, o que temos é a introdução de um ponto de referência que indica um limite temporal a partir de um outro ponto que é pressuposto (o início do evento), isso resulta, entre outras coisas, no fato de que mediamos a duração de um evento, de uma corrida em (14) e (15), desde o seu início até o ponto inserido por ‘por X tempo’, e, o mais importante, é a partir desse ponto inserido que computamos o que ocorre na sequência:

(14) João correu por 10 minutos e resolveu parar.

(15) João correu por 10 minutos e aí / e então percebeu que não trouxera água.

Em (14), 10 minutos é o intervalo entre o início da corrida de João e o seu término, dado pela continuação discursiva. Em (15), o adjunto mede o tempo entre o início da corrida e o momento em que João percebeu que havia esquecido a água. Note que em (15), João pode ter continuado a correr depois de perceber que estava sem água; assim, o adjunto não introduz um ponto final ao evento. A ideia de ponto de focalização nesse caso tem a ver com o fato de que é a partir deste ponto que computamos o que acontece depois¹⁶.

Graficamente, podemos representar (14) e (15) como abaixo; nota-se que o adjunto é representado com dois círculos preenchidos, indicando que ele insere um ponto de focalização ao evento em que se aplica:

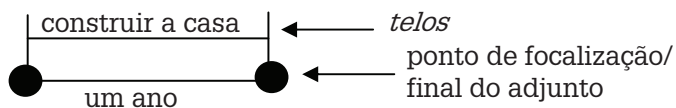


Como já mencionamos, a combinação com eventos télicos e perfectivos gera a interpretação de detelicização, ou seja, para uma sentença como:

(16) João construiu a casa por 1 ano,

a interpretação preferencial que temos é que João não construiu a casa toda, i.e., não acabou/terminou a construção da casa: estamos diante de um evento interrompido.

Graficamente, temos o seguinte:



Os passos para essa interpretação são um tanto quanto complexos, e remetemos o leitor interessado a Basso (2007a, 2007b) e Oliveira e Basso (2011) não obstante, uma rápida caracterização do que acontece aqui pode ser assim feita: (i) advogamos que a interpretação de alcance do *telos* é resultado de uma implicatura conversacional generalizada;¹⁷ (ii) quando combinamos 'construir a

¹⁶ Ele é, neste sentido, similar ao ponto R de Kamp e Rohrer (1983).

¹⁷ Essa implicatura vale-se da Segunda Máxima de Quantidade de Grice – não fornecer mais informação do que o necessário. Essa máxima possibilita interpretações de estereótipo. Para o caso de um evento télico perfectivo, temos que o evento tem um fim (o seu *telos*) e que ele não é mais o caso (contribuição do perfectivo). Via a

casa' com 'por X tempo' o que temos é um “excesso” de pontos finais: o *telos* e o ponto de focalizaçã inserido pelo adjunto; (iii) se o falante quisesse comunicar que o *telos* foi alcançado, não associaria ao evento em questão um ponto de focalização arbitrário como aquele imposto por 'por X tempo', ou teria usado 'em X tempo'; (iv) se o falante associa 'por X tempo' a um evento télico é porque o *telos* – que já está automaticamente associado ao evento – não deve ser considerado, mas sim o ponto de focalização do adjunto; (v) logo, o *telos* não foi alcançado e o evento transcorreu até o ponto de focalização imposto pelo adjunto.¹⁸ Como resultado, temos um evento interrompido (i.e., cujo *telos* não foi alcançado).

Imperfectivos e os adjuntos 'em X tempo' e 'por X tempo'

Diferentemente do que temos para o perfectivo, quando combinamos 'em X tempo' com eventos télicos e imperfectivos nossa interpretação é preferencialmente não referencial. Eventos imperfectivos devem ser ancorados num dado contexto para podermos resolver sobre sua referencialidade; uma sentença como:

(17) João lavava o carro

pode tanto ser interpretada referencialmente ('João lavava o carro, ontem, às 15h') quanto não referencialmente ('João lavava o carro, no ano passado'). Uma sentença télica e imperfectiva, contudo, ao ser combinada com 'em X tempo' parece poder receber apenas a interpretação não referencial; retomando, com uma ligeira modificação, um exemplo dado acima, temos:

(18) ? Ontem, quando eu o vi, João estava dando a volta no quarteirão em 10 minutos.

Levando em consideração a ideia de que 'em X tempo' pressupõe um ponto final, há algumas maneiras de entendermos o que acontece aqui. Uma delas seria a seguinte: um evento télico, perfectivo ou imperfectivo, tem um *telos*; veiculado no imperfectivo, o acesso ao *telos*, i.e., que o *telos* foi alcançado, é vetado (pois o evento é tomado como ainda em curso); não obstante, 'em X tempo' tem como pressuposição a presença do *telos*. Numa situação como essa, 'em X tempo', como nos outros casos de evento télico, aplica-se ao *telos* e diz quanto tempo leva para o

Segunda Máxima da Quantidade, interpretamos que o evento não é mais o caso porque ele alcançou seu *telos*, que é um ponto natural de parada.

¹⁸ A interpretação de detelicização, como dissemos, também é uma implicatura, e pode ser cancelada. Um exemplo de cancelamento é a sentença 'João leu o livro por uma semana e conseguiu terminar'. O trecho 'João leu o livro' implica que ele leu o livro até o fim; o trecho 'João leu o livro por uma semana' implica que ele leu por uma semana e que o *telos* não foi atingido; por fim, 'João leu o livro por uma semana e conseguiu terminar' diz que o ponto de focalização de 'por X tempo' coincide com o *telos* e cancela a implicatura de detelicização.

seu alcance. Como sabemos, o imperfeito não tem apenas a leitura progressiva, mas também a leitura genérica. Ora, a leitura progressiva está bloqueada, já que ela é inconsistente com o uso do adjunto. Se ‘em X tempo’ predica do *telos*, mas na leitura progressiva do imperfeito o *telos* não é alcançado, então o que resta é uma interpretação não referencial, ou seja, não descrevemos um evento télico, mas a repetição de eventos télicos. Essa caracterização ainda é superficial, mas com ela conseguimos chegar à interpretação que temos das sentenças (1i) a (4i) da tabela 1.

A escolha entre uma leitura referencial e não referencial é resolvida também no uso de ‘por X tempo’, que engendrará sempre uma leitura referencial: ora, como falar de ponto de focalização sem se tratar de uma leitura referencial de um evento? Se de fato ‘por X tempo’ insere um ponto de referência / focalização, espera-se que qualquer estranhamento causado pelas sentenças (5i) a (8i) resulte do fato de que elas apresentam um ponto de focalização sobre o qual nada se fala, ele é ocioso. Assim, espera-se que ao falarmos sobre este ponto as sentenças “melhorem”; parece ser justamente isso que acontece ao compararmos (5i)-(8i)¹⁹ com (5i’)-(8i’) abaixo.²⁰

(5i’) João (já) estava dando a volta no quarteirão por 10 minutos, quando percebeu que esquecera a chave.

(6i’) João (já) estava ganhando a corrida por 35 minutos, mas o carro quebrou.

(7i’) João (já) estava correndo por 1 hora, quando começou a sentir dores na coxa.

(8i’) João (já) estava tendo dor de cabeça por 10 minutos, e então decidiu tomar um remédio.

Futuro e os adjuntos ‘em X tempo’ e ‘por X tempo’

Um resultado interessante de considerar que ‘em X tempo’ pressupõe um *telos* (associado ao evento a que se aplica) e ‘por X tempo’ introduz um ponto de referência (associado ao evento a que se aplica) é a interpretação dos tempos futuros, que são, via de regra, negligenciados pela literatura. Tomemos uma sentença como:

(19) João vai construir a casa em 1 ano.

¹⁹ Que são: (5i) João estava dando a volta no quarteirão por 10 minutos; (6i) João estava ganhando a corrida por 35 minutos; (7i) João estava correndo por 1 hora; (8i) João estava tendo dor de cabeça por 10 minutos.

²⁰ A presença de elementos como ‘já’ e ‘então’ parece ser mais uma evidência a favor de que, muitas vezes, ao interpretarmos sentenças como as que apresentamos aqui, estamos diante de um “jogo” de pontos de referência e focalização, mobilizados para pormenorizar as referências temporais dos eventos em questão e suas relações.

Essa sentença tem pelo menos duas interpretações: (i) dentro de um ano João vai ter acabado de construir a casa, ou (ii) João vai começar a construir a casa dentro de um ano. Se ‘em X tempo’ toma para preencher sua pressuposição o início do evento, temos a interpretação incoativa (ii), se ele toma o *telos* do evento temos uma interpretação télica (i). Por que encontramos essa ambiguidade no futuro, mas não no passado? Vale notar que a ambiguidade só aparece quando há o adjunto, afinal a sentença ‘João vai construir a casa’ não a apresenta.

Uma possível resposta pode ser dada nas seguintes linhas: o evento representado no passado já tem instaurado o seu ponto inicial, e, portanto, ele é naturalmente tomado como ponto de partida para o cômputo de ‘X tempo’; assim, para uma sentença como:

(20) João pintou o quadro em 2 duas horas.

O início da medição de duas horas é o início do evento. A sentença (20) não tem uma interpretação como: João levou duas horas para pintar o quadro a partir do momento de fala de (20). No futuro, contudo, o ponto inicial não foi ainda instaurado, e pode-se então considerar um outro ponto para a aplicação da *measure phrase*, que é o momento de fala (ponto *a quo* para o cálculo da referência temporal).

Esse raciocínio sobre o futuro relaciona-se diretamente com o problema colocado pela interpretação incoativa: ela é “trabalhosa” justamente porque temos que interpretar, para dar conta do adjunto, como sendo futuro (no sentido do início do evento) um evento veiculado com o pretérito perfeito, que indicaria canonicamente que o evento já começou. Assim, para a interpretação incoativa sugerida, com uma sentença como ‘João correu em 20 minutos’, temos que, de algum modo, encontrar um ponto de ancoragem para o início da mediação de ‘20 minutos’ que não pode ser o momento de fala, justamente porque o evento é anterior a ele. Quando esse ponto é dado contextualmente, a sentença é plenamente aceitável: ‘Depois que chegou na academia, João nadou em 20 minutos’ (entre a chegada do João na academia e ele começar a nada, transcorreram-se 20 minutos).

A interação de ‘por X tempo’ com o futuro também resulta em interpretações previsíveis pela semântica que sugerimos a ele. Tomemos as sentenças:

(21) João vai correr por 20 minutos.

(22) João vai construir a casa por 1 ano.

Tanto em (21) quanto em (22) temos a leitura de tempo de duração e de ponto de focalização. Podemos continuar (21) como:

(21') João vai correr por 20 minutos e descansar.

Para (21'), interpretamos que é depois de 20 minutos de corrida que João vai descansar; para (22), temos uma leitura que não garante o alcance do *telos*, dada pelo futuro, mas que, por implicatura, diz que ele não foi atingido, pelos motivos que trouxemos para discutir a sentença (16) acima.

Resta dizer que nossas considerações sobre o futuro são confessadamente superficiais, mas é interessante notar que quase nunca, quando se trata de falar dos adjuntos com que trabalhamos aqui, o tempo futuro é lembrado. Se conseguirmos com a análise aqui sugerida dar conta também de nossas interpretações para o tempo futuro, isso será um grande ganho e mostra um efeito interessante da proposta que ora adiantamos.

Conclusão

Este artigo buscou apresentar, ainda sem uma formalização explícita, uma semântica para os adjuntos 'em' e 'por X tempo'. Diferentemente do que encontramos na literatura, que, de uma maneira ou de outra são instâncias da CHH, na análise aqui proposta esses adjuntos não são selecionadores de eventos de um certo tipo, antes eles funcionam de um modo totalmente diferente. Eles atuam na interpretação dos pontos delimitadores de um evento, modificando-os de forma a torná-los compatíveis com o adjunto, ou seja, os adjuntos em questão manipulam pontos iniciais e finais que circundam os eventos. A combinação entre eventos e adjuntos exige que levemos em consideração informações sobre pontos temporais advindas de três fontes: o próprio evento (sua acionalidade), o aspecto (perfectivo e imperfectivo) e os pontos dados e pressupostos pelos adjuntos. Assim, aplicar 'por X tempo' a um evento télico perfectivo sugere sua detelicização porque o adjunto insere um ponto de focalização que não necessariamente coincide com o *telos*; afinal, o ponto introduzido pelo adjunto é arbitrário, enquanto que o *telos* não. O adjunto introduz, então, um ponto arbitrário a partir do início do evento; o que leva à conclusão de que o evento não terminou (i.e., alcançou seu *telos*). Podemos dizer o mesmo sobre 'em X tempo': ele atua sobre os pontos de tempo dados pelo evento na sua combinação com o aspecto. Esse adjunto pressupõe um ponto final associado ao intervalo de tempo denota; sua combinação com um evento atélico perfectivo impõe que o ponto inicial do evento seja considerado como o final de sua mediação, simplesmente porque este é o único ponto disponível associado a eventos atélicos. Dessa forma, chegamos à leitura incoativa.

O imperfectivo coloca questões que vão além deste artigo. Combinar 'em X tempo' com um evento de qualquer classe acional no imperfectivo, gera necessariamente uma interpretação genérica. Buscamos mostrar por que temos

esse resultado: como o adjunto pressupõe um ponto final que coincida com o final de sua *measure phrase* e como o imperfectivo no progressivo (leitura referencial) veicula que o *telos* e não foi alcançado, a única saída é tomar a sentença como sendo sobre uma generalização ou hábito e o adjunto atua sobre as instanciações (um raciocínio semelhante vale para os eventos atélcos). A semântica proposta para o adjunto 'por X tempo' explica sua ocorrência com o imperfectivo: o adjunto coloca um ponto de referência / focalização no transcorrer do evento.

A proposta aqui apresentada é mais interessante que as derivações da CHH, porque ela permite explicar os vários contextos em que esses adjuntos aparecem, muitos deles simplesmente negligenciados pela literatura, sem apelar para *type shifting* ou *aspect shifting*. Além disso, a CHH, considerando a proposta de Rothstein, gera, para alguns dos exemplos, predições incorretas. Por fim, mostramos, ainda que rapidamente, que a proposta apresentada pode ser estendida para o futuro e sem manobras ulteriores dá conta das interpretações relevantes.

BASSO, R. M. A proposal for the semantics of 'em X tempo' ('in X time') and 'por X tempo' ('for X time'). *Alfa*, Araraquara, v.55, n.1, p.113-134, 2011.

- **ABSTRACT:** *In this paper, we propose a semantic interpretation for the temporal adjuncts 'em X tempo' (in X time) and 'por X tempo' (for X time) which doesn't treat them as event selectors, but as acting in the event boundary points (event ending and starting points). Before we present our proposal, we show the relevant examples that a theory of these adjuncts should deal with. We then analyze the most popular approach concerning these adjuncts, which we call the homo-hetogeneous conception, and show that it cannot deal with all the relevant examples because it treats these adjuncts as event selectors and leads us to erroneous predictions. In the next section, we present our proposal according to which the adjunct 'em X tempo' presupposes the existence of a telos attached to the event to which it is applied, and the adjunct 'por X tempo' introduces a focalization point to the event it is applied. Our proposal can deal with all the relevant examples and can be effortlessly extended to deal with future tenses.*
- **KEYWORDS:** *Telicit. Detelicization. Verbal aspect. Acionality. Temporal adjuncts.*

REFERÊNCIAS

- BASSO, R. M. *Telicidade e detelicização: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual*. 2007. 313f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007a.
- _____. *Telicidade e detelicização*. *Revista Letras*, Curitiba, n.72, p.215-232, 2007b.
- DAVIDSON, D. The logical form of action sentences. In: _____. *D. Essays on actions and events*. Oxford: Clarendon Press, 1980. p.105-121.

DE SWART, H. Aspect shift and coercion. *Natural Language and Linguistic Theory*, Dordrecht, v.16, p.347-385, 1998.

DOWTY, D. *Word meaning and montague grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1979.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Ed.). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1975. v.3. p.41-58.

LEVINSON, S. *Presumptive meanings*. Cambridge: MIT, 2000.

KAMP, H.; ROHRER, C. Tense in texts. In: BÄUERLE, R.; SCHWARZE, C.; VON STECHOW, A. (Ed.). *Meaning, use, and interpretation of language*. Berlin: Walter de Gruyter, 1983. p.250-269.

KLEIN, W. *Time in language*. London: Routledge, 1994.

KRIFKA, M. The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, S. (Org.). *Events and grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1998. p.197-235.

PARSONS, T. *Events in the semantics of English: a study in subatomic semantics*. Cambridge: MIT, 1990.

OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M. *O paradoxo do perfectivo*. uma proposta semântico/pragmática. Florianópolis (2011]. No prelo.

ROTHSTEIN, S. *Structuring events: a study in the semantics of lexical aspect*. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

_____. *Events and grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1998.

VENDLER, Z. *Linguistics in Philosophy*. New York: Cornell University Press, 1967.

VERKUIL, H. J. *A theory of aspectuality: the interaction between temporal and atemporal structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. Aspectual classes and aspectual composition. *Linguistics and Philosophy*, Dordrecht, n.12, p.39-94, 1982.

_____. *On the compositional nature of aspects*. Dordrecht: Reidel, 1972.

ZUCCHI, S. Aspect shift. In: ROTHSTEIN, S. (Ed.). *Events and grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1998. p.349-370.

Recebido em abril de 2010.

Aprovado em outubro de 2010.

AS DEMANDAS INTERACIONAIS DAS LIGAÇÕES PARA O DISQUE SAÚDE E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO PRESCRITO¹

Ana Cristina OSTERMANN*
Joseane de SOUZA**

- **RESUMO:** Este artigo deriva de um projeto de pesquisa que verifica como se dão as interações entre atendentes do Disque Saúde e mulheres que buscam o serviço e é realizado pela perspectiva teórico-analítica da Análise da Conversa (SACKS, 1992). Os dados constituem 126 interações gravadas em áudio durante incursões na Central de Atendimento do Disque Saúde, Ouvidoria do SUS, em Brasília, e informações sobre o contexto de trabalho da instituição. As interações foram transcritas seguindo as convenções de Jefferson (1984). O foco deste artigo é descrever e discutir como os atendentes, por meio de suas ações em um momento interacional específico, realizam o que está prescrito no roteiro de atendimento ao se depararem com as demandas interacionais (a imprevisibilidade das ações das usuárias do serviço) que não podem ser prescritas nem previstas. O estudo evidencia que os atendentes realizam o que é proposto utilizando-se de diferentes práticas, o que demonstra haver maneiras diversas de lidar com as regras operantes na realização da atividade de atender no Disque Saúde. Por sua vez, as diferentes realizações do trabalho existem independentemente da preocupação da instituição com a padronização (expressada através das prescrições) e evidenciam que há que se considerar a especificidade de cada interação.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Análise da Conversa. *Call centers*. *Helplines*. Interação ao telefone. Trabalho prescrito.

Introdução

No Brasil, o único *call center* de atendimento à saúde pública em nível nacional (em contraste com a grande quantidade de *call centers* de atendimento à saúde em países de economia mais sólida) é o Disque Saúde, do Ministério da Saúde. O Disque Saúde trabalha disseminando informações sobre saúde e encaminhando

¹ Este trabalho foi financiado, em diferentes etapas, pelo CNPq, FAPERGS e Ministério da Saúde por meio de auxílios de pesquisa (Edital MS/CNPq/FAPERGS n° 06/2006, Processo n° 0700767; Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA n° 57/2008, Processo n° 402900/2008-1) e de Bolsa de Produtividade CNPq (Processo n° 312147/2009-0) concedidos à primeira autora.

* UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Centro de Ciências da Comunicação. São Leopoldo – RS – Brasil. 93022-000 – aco@unisinos.br

** UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Centro de Ciências da Comunicação. São Leopoldo – RS – Brasil. 93022-000 – joseanedesouza@terra.com.br

demandas da área a determinados órgãos ou setores nos municípios, fazendo com que se cumpra o direito dos cidadãos usuários do SUS ao atendimento gratuito à sua saúde. A sua atuação está amparada pela política de humanização dos atendimentos à saúde pública criada pelo Ministério da Saúde em 2004.

Vemos um crescimento de pesquisas sobre interações via telefone em diversas esferas e locais do mundo (SACKS, 1992; OLIVEIRA, 2000; CAMERON, 2000; HUTCHBY, 2001; ALGODOAL, 2002; JUNG LAU; OSTERMANN, 2005). Na área das interações telefônicas em contextos de atendimento à saúde, percebe-se também um aumento no número de publicações, mas todas de autores de outros países (LEPPÄNEN, 2005; SHAW; KITZINGER, 2007). No Brasil, não há estudos que olhem para as interações telefônicas na saúde a partir da perspectiva das ações produzidas pelos seus participantes, mais especificamente pela abordagem da Análise da Conversa (SACKS, 1992; SCHEGLOFF, 2007), o que torna inédita e pioneira uma investigação das interações do Disque Saúde como esta. Entende-se em parte essa falta de estudos cujo objeto de análise sejam as interações telefônicas em contextos de atendimento à saúde, uma vez que é relativamente recente o emprego da tecnologia da telecomunicação em serviços dessa natureza (como dito, em âmbito nacional, o Disque Saúde é o único).

De forma mais geral, também é aos poucos que vai se instalando uma preocupação da Linguística Aplicada em ampliar seus horizontes para além das salas de aula. A entrada do linguista aplicado nas organizações brasileiras, sejam elas públicas ou privadas, na área da saúde (OSTERMANN; SOUZA, 2009; OSTERMANN; SILVA, 2009) ou em outras, como aponta Oliveira (2009), é mais do que necessária. Essa entrada, na verdade, responde à deficiência no cuidado da atividade interacional que está presente em praticamente todas as funções organizacionais e que, cada vez mais, alicerça-se no uso de novas tecnologias, entretanto, em sua maior parte, não consegue alcançar um patamar estável de qualidade. Isso porque está focada em uma cultura empresarial que não transcende a visão de produtividade como meta. E essa produtividade normalmente é medida em números, e não de forma qualitativa, isolada e específica. Conforme Oliveira (2009, p.95), “[...] quando levamos funcionários e direção a tomar consciência do papel da linguagem na formação de uma cultura de integração e inovação, estamos chamando também cada indivíduo a reconhecer o seu próprio poder na construção da empresa e do mundo em que querem viver.”

Tratando-se dos *call centers*, há muito já se criou uma cultura da ineficiência no atendimento que parece sobreviver muito bem apesar de as empresas aparentemente terem tanta preocupação em ser competitivas e em oferecer serviços ditos “diferenciados”. Apesar de não ser uma empresa privada, que visaria também ao lucro e trabalharia com metas de produtividade e eficiência, o Disque Saúde apresenta complexas demandas em suas atividades interacionais.

Os atendentes do Disque Saúde, apesar de realizarem o tipo de atendimento intitulado “passivo”, recebendo a ligação, não necessitando efetivar uma venda, por exemplo, têm um produto a oferecer: as informações sobre prevenção e saúde em geral. Além disso, o atendimento no Disque Saúde não apenas se diferencia por ser “passivo” (já que algumas organizações privadas que lidam com vendas também recebem ligações), mas por lidar com assuntos delicados, muitas vezes de ordem íntima, e por ser entendido por muitos usuários como um possível substituto do atendimento médico.

Tendo em vista a preocupação com a complexidade interacional de uma instituição pública que presta serviço em uma área tão prezada como a da saúde, o foco específico deste artigo é investigar como os atendentes do Disque Saúde, nas interações com mulheres usuárias dessa linha de atendimento, lidam com o que é prescrito para seu trabalho nessas interações. A problemática para atendentes e usuárias engajados nessas interações, apesar de ambas as partes saberem de antemão que serão tratados assuntos referentes a saúde da mulher, reside em não se poder prever a forma como as demandas das usuárias ocorrerão, nem mesmo como então o atendente responderá a elas; ou seja, reside na característica inerente às interações humanas: a limitada previsibilidade das ações dos interagentes. Sendo assim, os desdobramentos da interação em si não podem ser previstos, muito menos prescritos, o que vai de encontro à natureza das prescrições e das regras em geral.

Assim, descrevemos as práticas encontradas especificamente no momento interacional em que atendente está buscando entender qual é a solicitação da usuária ao serviço, etapa que sucede as saudações entre os interlocutores. Ao mesmo tempo, olhamos para como os atendentes põem em prática suas regras de trabalho nesse momento da interação.²

Especificidades do trabalho do Disque Saúde: regras de atendimento, banco de dados e demandas situadas da ligação

Como estudo de Linguística Aplicada, uma investigação como esta parte tanto do princípio de que, ao estudar a atividade interacional em foco, pode ter algo importante a dizer para a instituição pesquisada, como se discutiu na introdução, quanto da necessidade de ampliar as teorizações, retroalimentando a própria área. Foi nessa perspectiva que alguns pesquisadores de diversos contextos de atendimento em *call centers* puderam fazer importantes considerações, como, por exemplo, Baker, Emmison e Firth (2005, p.2), afirmando que “[...] a orientação

² No que tange à perspectiva teórico-metodológica da Análise da Conversa, Peräkylä e Vehviläinen (2003) foram os primeiros pesquisadores a realizar um estudo partindo do trabalho prescrito (regras de atendimento) para investigar o que ocorria de fato na prática na interação.

conjunta dos participantes aos importantes objetivos interacionais de buscar e prover ajuda” distingue as interações em contextos de atendimento em *helplines* das demais.

Já Oliveira (2000) pôde perceber nos seus dados que há um descaso com o cliente, que se mostra na aparente frieza com que suas demandas são tratadas. Ela observa ainda que a indiferença e a forma burocrática de tratamento ao cliente podem ter origem no fato de o atendente se perceber discriminado do *frontstage* da organização. Cameron (2000) pôde evidenciar com sua análise os meios que as empresas dispõem para controlar a fala dos trabalhadores, de forma a subordiná-los a normas corporativas. O artigo mostra que as demandas da instituição têm fortemente a preferência dos atendentes, em função das possíveis consequências de uma avaliação indesejada feita pelos seus superiores.

Também Jung Lau e Ostermann (2005) puderam apontar as estratégias que teleoperadores utilizam para reverter a rejeição já esperada, porém despreferida, da tentativa de venda de um cartão de crédito. Também evidenciaram uma nova categoria de atenuação de despreferência: a postergação da compra, o que pode ser atribuído, segundo as autoras, a uma possível marca cultural do brasileiro, a de “deixar para a próxima vez” (JUNG LAU; OSTERMANN, 2005, p.85). Hepburn e Potter (2007), por exemplo, puderam mostrar a falta de empatia no não alinhamento do atendente com a criança que liga nos momentos em que se percebem características específicas de choro nas interações de uma *helpline* de proteção à criança.

Como se vê, o caminho para o conhecimento das características, relatadas em cada estudo, sobre as interações em cada contexto de atendimento telefônico citado envolveu certamente o reconhecimento das especificidades das instâncias que operam no trabalho dos atendentes. No Disque Saúde, tais especificidades também estão presentes e são operantes. Os atendentes devem atender às usuárias cumprindo certas determinações da instituição, o que, sem dúvida, faz com que a interação nesses atendimentos diferencie-se fortemente de uma interação espontânea cotidiana.

Ao negociar com a usuária o entendimento da sua solicitação, além de atentar para as regras de atendimento, que acabam por restringir suas práticas e ações, os atendentes também consultam bancos de dados para que possam informar as usuárias sobre problemas de saúde e formas de prevenção. Existe a prescrição de que as respostas sejam fornecidas de acordo com o banco de dados. Consequentemente, tópicos pesquisados nesse banco de dados durante o atendimento são, em muitas interações, lidos às usuárias.

O documento e as determinações mais gerais que constituem as regras de atendimento do Disque Saúde provêm não só da época do treinamento dos

atendentes, mas da avaliação constante da sua prática pelos monitores e pelas supervisoras. Não são somente escritos, mas consistem também de *atitudes e práticas ideais* conhecidas por todos que compartilham o ambiente e que são, há algum tempo, funcionários no *call center*. Essas duas instâncias (banco de dados e regras de atendimento) ainda têm de ser manejadas atentando para uma terceira: as demandas situadas de cada ligação. No atendimento a essas demandas situadas, ou seja, a tudo aquilo que não pode ser previsto (i.e. a forma como as coisas são ditas e os próprios desdobramentos das ações de cada interagente), é que podemos perceber o quanto a interação pode ficar comprometida, em função da existência das outras duas instâncias.

Silva et al (2002) apontam algumas dificuldades concernentes a especificidades como as citadas nos contextos institucionais de atendimento telefônico. A padronização demasiada é uma delas. Conforme nossa incursão na Central do Disque Saúde, podemos perceber que tal padronização também lá ocorre. A avaliação e a monitoração constantes e o encorajamento permanente para o atendimento às regras em todas as ligações mostram-nos que há uma forte orientação a um padrão institucional. E é justamente essa padronização em excesso que pode pôr em risco a ação fundamental para que os atendimentos no Disque Saúde ocorram de acordo com os princípios da política de humanização da saúde, qual seja, humanizar os atendimentos.

Assim sendo, das regras de atendimento, a que vamos analisar neste artigo é a regra dirigida ao momento da interação em que atendente busca entender qual é a solicitação da usuária, a saber: “Fazer perguntas de sondagem e confirmação para captar a necessidade do cidadão”, momento intitulado no roteiro como de “captação da mensagem”.

Algumas considerações se tornam importantes aqui. Tivemos acesso a essa regra de atendimento por meio do *Roteiro Padrão de Atendimento*, arquivo eletrônico que nos foi concedido em 2007, quando da incursão na Central do Disque Saúde. Esse roteiro contém 46 páginas que se detêm na explicação de como deve funcionar o trabalho no setor da Ouvidoria do SUS, que se ocupa com solicitações e reclamações de usuários do SUS de todo o país. Dessas páginas, somente a primeira trata das regras de atendimento aos atendentes do Disque Saúde propriamente ditas (chamadas de “Gestão de Conteúdo”) e se encontram na seção de apêndices.

Quando do treinamento dos atendentes³, que dura aproximadamente três semanas, eles têm contato com o roteiro escrito para posteriormente serem expostos a exemplos práticos, provenientes dos monitores, de como realizar tais

³ Não tivemos acesso a nenhum outro material que porventura seja utilizado no treinamento, nem ao treinamento propriamente dito. O que descrevemos aqui é parte de nossas notas de campo, alimentadas por meio de observações do local e de entrevistas informais com as supervisoras, monitoras e atendentes.

regras, o que culmina com uma prova prática, que é a escuta pela supervisora de um atendimento real realizado pelo futuro atendente.

Método de investigação de interações ao telefone em contextos institucionais

É no intuito de entender a complexidade das interações que ocorrem entre as pessoas que realizam o trabalho nessa instituição e as pessoas que buscam o serviço que é prestado que recorremos à Análise da Conversa (também conhecida como AC) (SACKS, 1992; SCHEGLOFF, 2007). Sabe-se que é por meio da fala que as pessoas fazem coisas no mundo, e, aqui, umas fazem o seu trabalho de atender a outras pessoas e outras buscam um serviço, constituindo o Disque Saúde como ele é. Assim, a AC, enquanto abordagem de caráter qualitativo, “[...] oferece uma perspectiva especialmente forte e coerente sob a qual investigar as atividades que constituem a vida das instituições sociais.” (DREW; HERITAGE, 1992, p.53).

Os dados que são utilizados neste estudo, obtidos durante o mês de julho de 2007, são naturalísticos, ou seja, gravações de interações entre atendentes e mulheres, que ocorrem e ocorreriam com ou sem a realização da pesquisa aqui relatada. Também não foram criados instrumentos de coleta de dados, como questionários, entrevistas ou experimentos com intervenções (OSTERMANN; SILVA, 2005). As interações via telefone do Disque Saúde são normalmente gravadas, como é comum em outros *call centers*. Para este estudo, utilizamos 126 ligações feitas por mulheres para o Disque Saúde da Mulher, uma subdivisão da linha do Disque Saúde.

O serviço do Disque Saúde localiza-se junto à Ouvidoria do SUS e possuía, à época da geração dos dados para o presente estudo, 176 atendentes, 16 monitores e duas supervisoras⁴, mais o pessoal de outros setores, como recepção, cozinha, direção, informática e ouvidoria propriamente dita. Os atendentes revezam-se em dois turnos de seis horas cada e trabalham de segunda à sexta-feira. Eles são, em geral, estudantes dos cursos de graduação na área da saúde, como Enfermagem, Psicologia e Nutrição. Para começar a trabalhar ali, todos passam por um treinamento, que é realizado a cada contratação, semestralmente, com os novos atendentes. Em função da não formação médica dos atendentes, a instituição não os autoriza a fornecer qualquer tipo de diagnóstico, informação sobre tratamento ou prognóstico aos usuários.

As pessoas que buscam o serviço do Disque Saúde, nas interações que foram gravadas, são mulheres brasileiras que, em sua maioria, parecem não ter muita escolaridade nem um nível de vida que permita contratar um plano de saúde

⁴ Informações de julho de 2007.

particular. Para essas mulheres, o Disque Saúde muitas vezes constitui-se em uma alternativa ao tumulto dos hospitais e à espera nos postos de saúde.

As informações disseminadas às usuárias constam em bancos de dados do Ministério da Saúde, aos quais os atendentes têm acesso pela tela do computador. Para alguma dúvida que tiverem no momento do atendimento, há a opção de recorrerem a um monitor. Os atendentes são constantemente avaliados por meio da escuta das ligações, o que é feito pelos monitores e, por vezes, pelas supervisoras. Todos os atendentes sabem dos critérios de avaliação de seu desempenho e são chamados para uma conversa quando não apresentam uma prática satisfatória na avaliação das monitoras ou até mesmo das supervisoras.

O acesso aos dados foi realizado respeitando os princípios éticos que regulam pesquisas envolvendo seres humanos. Na transcrição das gravações, toda e qualquer referência a nomes de pessoas, lugares e instituições é fictícia, a fim de que sejam preservadas as identidades de todos os participantes. As interações gravadas foram transcritas e revisadas de acordo com as convenções da Análise da Conversa propostas por Jefferson (1984), que foram traduzidas e adaptadas por Schnack, Pisoni e Ostermann (2005) e se encontram na seção de apêndices.

Buscando entender qual é a solicitação da usuária ao serviço: a regra colocada em prática

Nesta seção, analisa-se o momento das interações que consiste na construção do entendimento da solicitação dessa usuária. Esse momento, como visto anteriormente, é nomeado no manual como “*captação* da necessidade do cidadão” e tem seu objetivo assim descrito no roteiro de atendimento: “fazer perguntas de sondagem e confirmação para captar a necessidade da cidadã.” Em atendimento a essa prescrição institucional, foram observadas diferentes práticas dos atendentes na busca pelo entendimento da solicitação da usuária. Para fins de sistematização, invertemos na análise a ordem da prescrição, descrevendo primeiramente as práticas concernentes a “fazer perguntas de confirmação” e depois aquelas referentes a “fazer perguntas de sondagem”.

Para atenderem à regra de “fazer perguntas de confirmação”, alguns atendentes utilizam-se da prática de “formular” (HERITAGE; WATSON, 1979, 1980) aquilo que entenderam como descrição da necessidade das usuárias para que elas confirmem ou desconfirmem esse entendimento; outros, contudo, produzem uma repetição da fala da usuária, cuja ação parece ser também a de mostrar seu entendimento para que ele seja confirmado ou desconfirmado pela usuária (SVENNEVIG, 2004).

Já para atender à regra de “fazer perguntas de sondagem”, os atendentes fazem uso de dois tipos de perguntas: aquelas que realizam a ação de afunilar o assunto às usuárias (ZIMMERMANN, 1984) e outras que parecem não realizar esse afunilamento, constituindo uma iniciação de reparo (SCHEGLOFF; JEFFERSON; SACKS, 1977; GARCEZ; LODER, 2005). Entretanto estas últimas não agem na delimitação do assunto da solicitação da usuária.

O fato de a realização da prescrição se apresentar em práticas diversas pode ser resultado de diferentes entendimentos sobre como conjugar as instâncias das regras de atendimento e do banco de dados com as demandas situadas da ligação (i.e. a forma como as coisas são ditas e os próprios desdobramentos das ações de cada interagente), que operam na busca do entendimento do motivo da ligação ou solicitação da usuária. Essa discussão será contemplada nas discussões de cada excerto, porém um aprofundamento da problemática será feito ao final do artigo. Dessa forma, a partir da orientação institucional em questão, passamos aos excertos que contemplam as práticas encontradas nas interações.

Formulação

O fenômeno das formulações tem sido objeto de muitas discussões nos estudos de Análise da Conversa, pois o entendimento do que seja formulação e, principalmente, da ação que ela executa na interação difere ora bastante ora sutilmente entre os analistas (HERITAGE; WATSON, 1979, 1980; HAK; DE BOER, 1996; DREW, 2003; ANTAKI; BARNES; LEUDAR, 2005; HUTCHBY, 2005; BARNES, 2007; GAFARANGA; BRITTEN, 2004, 2007; OSTERMANN; SILVA, 2009).

Garfinkel e Sacks (1970, p.351) propuseram que a ação de formular é a de “[...] dizer [...] o que estamos fazendo [...]” em determinado momento na interação, ou seja, tornar algumas ações explícitas nomeando-as em vez de somente desempenhá-las por meio de variadas práticas. Esse conceito é demasiadamente amplo para poder explicar, em seus detalhes, o fenômeno sob análise, pois, dentre outros fatores, permite ainda incluir a formulação da própria fala, não só da fala do outro. Entretanto foram Heritage e Watson (1979) os estudiosos que especificaram o fenômeno da “formulação” do qual nos valem para este estudo e que utilizaram interações de diversos contextos para explicá-lo.

Heritage e Watson (1979, 1980) mostram que as ações desempenhadas ou realizadas por meio da prática das formulações na maioria das vezes trabalham a favor do entendimento entre os interlocutores. Assim, a atividade de formular é um método usado pelos participantes para mostrar ao outro o seu entendimento daquilo que foi tratado ou realizado no turno ou nos turnos anteriores, explicitado justamente para obter uma resposta do interlocutor que se traduz na decisão de *confirmar* ou *desconfirmar* o proposto pelo autor da formulação. É esse

entendimento de formulações que utilizamos. Podem-se notar essas características no exemplo a seguir, na formulação realizada pela atendente nas linhas 6 e 7:

Excerto 1 [DISK170707Salete]

- 1 USUÁRIA: vê se tem algu:m ó::rgão que:- porque: falam tanto da gente se
preveni: pra fazê:: (.) é: (.) >como é< (.) exame de ma:ma ↑né
3 ATENDENTE: si[m]
4 USUÁRIA: [e:]:: eu- eu tava precisa:ndo e:: (.) e: (.) eu não sei aonde posso- não
tenho condições de pa↑gá a↑onde eu poderia- arru↓má
6 ATENDENTE: **a senhora gostaria de sabê como pode fazê pra sê
atendi::da, (.) pra podê fazê exame de ↑mama é ↑i:s[↓so]**
8 USUÁRIA: **[i:s]so**
9 ATENDENTE: e a senhora já foi ao ginecolo↑gi:s↓ta=
10 USUÁRIA: =já: ele me ↑pediu só que eu
não tenho condições de pagá ↑né

Ademais, com base no que os mesmos autores afirmam, podemos aduzir que a formulação nem sempre acontece devido a problemas interacionais, ou seja, quando um participante precisa “interromper” o curso da conversa para lidar com questões cuja reparação seja essencial para qualquer outra ação poder ser realizada na interação. A formulação pode ocorrer em situações em que um falante simplesmente deseje se certificar de que entendeu o que o outro falante disse, ou o que aconteceu, ou está acontecendo naquela interação. Há que se considerar ainda que, no Disque Saúde, além de haver prescrições institucionais para o atendente, há também a avaliação de sua conduta por um monitor (a partir das escutas e das gravações). Talvez por isso, também, as práticas de confirmação explícitas (ou seja, realizadas por meio de formulações) aconteçam em grande parte das interações.

Conforme Heritage e Watson (1979) e Hak e De Boer (1996), a formulação é a primeira parte de um par adjacente⁵, sendo seguida por uma *decisão*, exatamente como se pode constatar no excerto reproduzido anteriormente. Essa decisão pode ser favorável ou não ao conteúdo expresso na formulação (ou seja, de confirmação ou desconfirmação). No entanto salienta-se que, na maioria dos contextos, a decisão de desconfirmar o conteúdo da formulação do interlocutor constitui uma ação socialmente despreferida.⁶

⁵ *Par adjacente* (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974) é um par de enunciados realizados por interlocutores diferentes, cuja primeira parte cria uma necessidade de resposta na segunda parte, como, por exemplo, uma pergunta cria necessidade de uma resposta, uma saudação cria necessidade de outra saudação, um convite cria necessidade de um aceite ou de uma recusa, etc.

⁶ *Ação despreferida* (POMERANTZ, 1984) é a ação que pode ser realizada na segunda parte de um par adjacente e que não é a esperada pelo interlocutor que produz a primeira parte desse par. A recusa a um convite, por

Excerto 2 [DISK190707Jair]

- 1 ATENDENTE: jai::r, boa ta::rde eu posso aju↑dá?
(1.0)
- 3 USUÁRIA: po::de
(1.0)
é porque:: (.) domi::ngo e::u- eu bebi uma pílula:: (.) de emergência né,
- 6 ATENDENTE: si::m
- 7 USUÁRIA: .h e ho|je tá|-
- 8 ATENDENTE: [pra evitá] gravide::z,
- 9 USUÁRIA: ãhã::
- 10 ATENDENTE: sim
- 11 USUÁRIA: e eu hoje::: (.) pela manhã:: eu tive um sangrame:nto >só que já foi< em↑bo:ra
(1.0)
(hoje) tá com ci:nco dias né:: aí eu tive um sangrame:nto e já foi embo:ra.
- 14
- 15 ATENDENTE: **corre:to e:: >você gostaria de sabê o que vem a ser esse sangra↑me:nto,<**
- 17 USUÁRIA: é::
- 18 ATENDENTE: correto (.) por favor agua:rde enquanto reali:zo uma pesqui:sa
(1.0)
- 19
- 20 USUÁRIA: tá bom
(24.0)
- 21
- 22 ATENDENTE: >continuo realizando a pesquisa por favor agua:rde<
- 23 USUÁRIA: tá bom
(51.0)
- 25 ATENDENTE: a pesquisa está sendo fe::ita por favor agua::rde
(1.0)
- 27 USUÁRIA: tá::
(54.0)
- 29 ATENDENTE: senho:ra,
- 30 USUÁRIA: o:i.
obrigado por aguarda:r ce:рто, (.) .h >realizei a pesqui:sa e verifique:i que o que aconteceu com a senho:ra é bem especí:fico ao se:u orga↑ni:smo< (.) certo >e a única pessoa que pode te analisá é um mé:dico< (.) tudo be:m?
- 31 ATENDENTE:
- 34 USUÁRIA: tu:do=

exemplo, é uma ação socialmente despreferida, que quase sempre é realizada pelo interlocutor por meio de mais material morfológico, hesitações, falsos inícios e justificativas.

A usuária inicia o relato de fatos relacionados à sua saúde sexual (linhas 5, 7-8 e 11-14). No entanto, antes que ela produza de fato a sua solicitação (por exemplo, através da primeira parte de um par adjacente, como “eu gostaria de saber X”), o atendente, nas linhas 15-16, utilizando os subsídios desse relato da interlocutora, adianta-se e produz uma formulação de seu entendimento do que seja a solicitação da usuária, explicitando-o a ela para que tome a decisão de confirmar ou não. A usuária confirma, na linha 17, e ambos partem para outra etapa do atendimento. Interessante observar que o atendente também produz uma formulação na linha 8, em um momento que ainda não é o de expor o seu entendimento da necessidade da cidadã, que o ajuda a compor as informações e construir seu próprio entendimento que depois será explicitado.

Note-se que a formulação demonstra que esse atendente realiza um esforço interacional “a mais” ao expor a sua compreensão de maneira explícita à usuária na tentativa de entender a sua necessidade, o que pode aumentar as chances de provisão de uma resposta pertinente à solicitação trazida. Portanto observa-se aqui que ele pôde por meio da formulação se certificar de que havia entendido a necessidade de quem ele estava atendendo.

Repetições

Para esta subseção, que investiga a prática da repetição na busca de entendimento da solicitação da usuária, exemplificamos, a seguir (pontualmente na linha 7), com uma ocorrência de nossos dados:

Excerto 3 [DISK160707Romario]

- | | |
|--------------|--|
| 1 ATENDENTE: | saúde romário boa tarde posso ajudá ((a palavra Disque foi cortada)) |
| 2 USUÁRIA: | boa tarde romário >só uma perguntinha< |
| 3 ATENDENTE: | pois não,=
=se você::: >por exemplo< não usa anticoncepcional mas de repente você:: (.) você: resolve: (.) fazê alguma coisa. você vai e toma >anticoncepcional< <u>só</u> naquele dia (.) há possibilidade de engravidá? |
| 4 USUÁRIA: | |
| 7 ATENDENTE: | se há a possibilidade de engravi↑<u>da:r</u> se↓nho:ra |
| 8 USUÁRIA: | é: |

Convocamos Svennevig (2004, p.287), que afirma que a repetição é “[...] a reprodução do mesmo conteúdo depois do processo de interpretação [...]”, o mais próximo possível de como isso foi dito. Partindo de uma perspectiva etnometodológica da AC, a repetição parece servir a propósitos de entendimento

entre os falantes, uma vez que a usuária, ao responder a repetição do atendente (linha 8), produz confirmação da mesma natureza daquelas produzidas pelas usuárias ao responderem às formulações. Assim, aparentemente, os participantes parecem alcançar a compreensão mútua. Chamamos a atenção para o fato de que por “checagem de entendimento” nos referimos ao entendimento que pode ser tanto do conteúdo (ideia) exposto quanto da compreensão auditiva.

Dessa forma, encaramos, nesta análise, a dificuldade de enquadrar a ação exata que a maioria das ocorrências de repetição realiza. Porém o fato é que as repetições encontradas nos dados se assemelham às formulações por realizarem a ação de checagem de entendimento da solicitação da usuária. Isso porque, uma vez que a usuária responde com uma confirmação, a ação que ela entende daquele turno é a de checar entendimento. A regra prescreve aos atendentes que façam “perguntas de confirmação” para “captar a necessidade da cidadã”, propósito que parece ser atendido por atendentes do Disque Saúde tanto via formulações como via repetições.

No trecho da interação reproduzido a seguir, nota-se, na linha 9, após solicitação de informação feita pela usuária na linha 7, que a atendente repete o que a usuária falou, exatamente da mesma forma, constituindo um “eco” na interação. Observe-se que a atendente utiliza o mesmo léxico e a mesma sintaxe da usuária, mudando apenas a entonação, agora ascendente, e apagando a primeira pessoa e os verbos que fazem a solicitação propriamente dita (“eu gostaria de sabê”), o que acontece na maioria das ocorrências de repetição nas interações, conforme também já observado por Svennevig (2003).

Excerto 4 [DISK160707Ana2]

- 1 ATENDENTE: disque saú:de a:na boa ta:rde posso aju↑dar
 (.)
- 3 USUÁRIA: po:de ((voz aguda))
 (.)
- 5 ATENDENTE: pois não
 (1.0)
- 7 USUÁRIA: eu gostaria de sabê (que) cuidados uma mulher grávida deve ter
 (1.0)
- 9 ATENDENTE: **quais os cuidados que uma mulher grávida deve ter?**
 (.)
- 11 USUÁRIA: i:sso
- 12 ATENDENTE: pois ↓não. por favor aguarde enquanto eu realizo a pesquisa
 (3.0)
- 14 USUÁRIA: tá:

A prática da repetição por parte da atendente não parece sinalizar problemas à interlocutora (a usuária) como observado nos dados em geral e nessa interação especificamente. Ela apenas pede uma confirmação, lembrando que, nesse momento, a atendente deve mesmo cumprir uma das regras de atendimento: a de “fazer a pergunta de confirmação” à usuária para “captar” sua necessidade. A questão que se põe aqui é: por que a pergunta de confirmação é feita por meio de uma repetição, enquanto outros atendentes o fazem pela formulação? Nesse instante, percebemos que tal prática pode acontecer devido a diferentes maneiras de lidar com as instâncias que operam no trabalho do atendente. Podemos cogitar também que o atendente pode até mesmo depreender da prescrição institucional que não é o seu *entendimento* do turno do outro que deve checar, e sim a sua *compreensão auditiva*, por exemplo. Por isso, apesar de vislumbrarmos a diferença entre as *práticas* de “formular” e de “repetir,” não temos evidências suficientes para eleger e argumentar a favor da *ação* desempenhada nesse turno específico, ou seja, se estão fazendo checagem de entendimento de conteúdo (ideia) ou de compreensão auditiva.

Perguntas de afunilamento

Zimmerman (1984, p.211, tradução nossa), em seu estudo sobre ligações de emergência para a polícia, encontrou um tipo de série de turnos nessas ligações e o intitulou “série de interrogações”, mostrando que ela ocorre normalmente como uma “sequência inserida” (SCHEGLOFF, 1972; LEVINSON, 1983) dentro do par adjacente maior, o de solicitação/resposta. Observamos algo semelhante em nossos dados: para realizar a ação de “sondagem”, também requerida pela regra, mas não concretamente demonstrada, atendentes fazem perguntas relacionadas à delimitação do escopo do problema ou da solicitação até estarem aptos a proceder com a resposta ou informação. Assim, nesta análise, chamamos essas questões de “perguntas de afunilamento”. O excerto que se reproduz agora exemplifica essa prática.

Excerto 5 [DISK190707Salete]

- 1 USUÁRIA: (esclarecê) >um pou↑quinho<= ((gravação cortada))
 2 ATENDENTE: =pois ↑não
 (1.0)
 4 USUÁRIA: ó: (.) é que::: tem acho que uma semana >que eu comecei
 a tomá anticoncepciona:l.<
 (1.0)
 7 ATENDENTE: si:m.

- (.)
- 9 USUÁRIA: a:í:: ((ouvem-se vozes ao fundo))
(2.0)
>eu comecei tava menstruada ↑né:<
- 12 ATENDENTE: si:m.
- 13 USUÁRIA: >é a primeira vez que eu to:mo.<
(1.0)
↑aí:: no:- (.) >minha menstruação< dura <sete di:as> (.)
aí eu tomando anticoncepciona:l, (.) eu pensei que ia ficar
menos di:as. que ta:va: (.)
>o fluxo tava vindo< com- menos (.) >aí eu tive relação<
no (quinto) di::a, (.) a:í a menstruação voltou.
- 15 (2.0)
- 19 a:í depois ↑parou, >eu fiz- eu tive relação de novo,< aí
20 voltou de novo. aí já tem dez dias que eu tô menstruada.
(.)
- 23 ATENDENTE: **.h s- quem ↑foi- >você tomou o medicamento por
conta ↑própria ou o médico que passou pra você:.<**
- 25 USUÁRIA: o médico.
- 26 ATENDENTE: si:m. aí ele passou pra você tomá::, (.) >↑**como que ele f-
passou pra você tomá.<**
- 28 (1.0)
- 29 USUÁRIA: é::- (.) é[::-]
- 30 ATENDENTE: **[>esp]erá o primeiro dia da m- como que
fo::i.<=**
- 31 USUÁRIA: =é:: começá a partir do primeiro di::a, (.) aí dá uma
pausa de sete di:as, e começá de novo.
- 34 ATENDENTE: **tomá toda a carte::la, >dá uma pausa de sete dias
e começá outra cartela é i:sso,<**
- 36 USUÁRIA: é:
- 37 ATENDENTE: **.h >você tomou nessa fo::rma,<**
- 38 USUÁRIA: ãhã:
>então você tomou o primeiro dia do medicamento< (.)
- 39 ATENDENTE: **.h no primeiro dia da menstruaçã::o, tomou os vin- (é de)
vinte e ↑um compri↑mi:↓dos**
- 41 USUÁRIA: >é mas só que ainda não terminei a primeira cartela não.<
(1.0)

- 43 ATENDENTE: **en↑tão (.) o que você a:: sua dúvida é que o sangramento- ↑desde que você- (.) to↑mou o primeiro comprimido .hh até: ho:je <não parou de sangrá:> é ↑i:s↓so**
- 46 USUÁRIA: **é:**
- 47 ATENDENTE: **>e já tem ↑quantos compri- xx você já tomou quantos comprimidos.<**
- 48 USUÁRIA: **@ deixa eu vê @ aqui**
(1.0)
- 50 ATENDENTE: **.h que na verdade é:: >a dúvida então não é de como usá o prese- o:: anticoncepcional< .hh a sua dúvida é que- ã; o sangramento é- >de:sde o dia da primeira- primeiro dia da menstruação ele veio .h e ainda per- tá persistindo ele não foi embora< é ↑i:s↓so**
- 54 USUÁRIA: **é: >(ai) eu já tomei onze comprimidos<**
- 55 ATENDENTE: **>então tem onze dias que cê tá:: menstrua:ndo.<**
- 56 USUÁRIA: **é**
.h >nesse caso então a senhora vai tê que procurá um médico ↑mesmo .h que eu pelo que eu- eu- eu entendi você queria sabê como usá o medicamento. mas na verdade não é ↑is↓so a sua dúvida é por que o medicamento- .hh
- 61 **(2.0)**
é:: o médico falou pra você::: utilizá xx você tá utilizando da forma como ele passou .hh só que o sangramento não (é-) foi embo:ra não é ↑i:s↓so<
- 65 USUÁRIA: **ãhã: mas é porque:**
(1.0)
>tem alguma coisa a vê com relação?< ((parece falar um pouco tímida))
- 68 **(.)**
- 69 ATENDENTE: **como assi:m. (.) >com a relação sexu↑AL<**
- 70 USUÁRIA: **é:**
.h n:: >na verdade você vai tê que- procurá um mé:dico pra que ele possa lhe orientá (.) .h porque ele vai tê que verificá se- .h **geralmente a menstruação ela-< d::ura todo esse ↑tempo?**
- 74 USUÁRIA: **ãhã**
- 75 ATENDENTE: **>ela dura geralmente quantos dias.<**

- 76 USUÁRIA: se::te, o:ito porque fica: (.) assim que ainda fica u:m (.)
pouquinho de sa:ngue
- 78 ATENDENTE: entendi então tá mais do que o normal.
- 79 USUÁRIA: é
.h é aí nesse caso realmente vai sê- >você vai tê que
- 80 ATENDENTE: procurá um médico pra que e::le possa lhe informá:< .hh
se é devido o medicamento o:u
>devido< a:: >algum problema na relação< se↑xu↓a:l .h
>aí que vai tê que conversá com ↑e↓le pra que ele possa
te dizê< se é nor↑mal ou nã::o.

Notamos nessa interação que o que dá andamento às perguntas de sondagem da atendente é que ela está buscando entender qual é exatamente a solicitação da usuária. Das linhas 4 a 21, a usuária explica seu problema à atendente (irregularidade menstrual com o uso da pílula anticoncepcional), que, por sua vez, produz sua primeira pergunta de afunilamento no turno subsequente, linhas 23-24, indagando se foi o médico quem prescreveu o medicamento, ao que a usuária afirma que sim. Nas linhas 26-27 e 30, a atendente faz também perguntas de afunilamento às quais a usuária responde. Nas linhas 34-35, a atendente produz uma formulação para checar entendimento da fala da usuária no turno anterior, ao que a usuária confirma na linha 36. Seguem-se várias perguntas de afunilamento conjugadas com formulações a partir desse ponto (perguntas de afunilamento nas linhas 37, 47, 70, 73-74 e formulações do entendimento da fala da usuária nas linhas 40, 43-45, 50-53, 55, 58-60).

Observe-se que, na linha 78, depois de ter-se guarnecido de todas as informações que precisava via perguntas de afunilamento e de ter procurado delinear a solicitação da usuária via formulações desde o início da ligação, a atendente parece sentir-se à vontade para dar seu parecer sobre o problema, afirmando que “então tá mais do que o normal”⁷, com o que a usuária concorda na linha 79. A partir da linha 80, ela complementa seu parecer orientando a usuária a procurar um médico para que ele a informe sobre se o que aconteceu é normal ou não, demonstrando perante a usuária a importância da opinião médica (tarefa que se sabe também é determinação institucional aos atendentes, que não podem fazer diagnósticos).

É notável o esforço interacional “a mais” dessa atendente para a construção da intersubjetividade com a usuária por meio das práticas de formulações e

⁷ Aqui a atendente realiza momentaneamente um movimento de avaliação sobre o que é ou não normal, algo que não lhe compete se pensarmos nas determinações da instituição de que os atendentes não devem emitir diagnóstico. Note-se que rapidamente ela retoma seu papel sobre informar a usuária da importância de buscar um médico (linhas 80-83).

perguntas de afunilamento. Cada turno dessa interação é aproveitado para o entendimento dessa solicitação, constituindo-se em vários esforços interacionais que culminam na orientação que a usuária recebe da atendente. A atendente faz perguntas e recapitula o que aconteceu com a usuária antes de procurar o serviço para construir com ela um entendimento da situação em si para que possa prover alguma informação.

Perguntas que não delimitam o assunto

Observe-se o seguinte excerto sobre a problemática das perguntas que, diferentemente das discutidas na subseção anterior, parecem não delimitar o assunto da solicitação da usuária:

Excerto 6 [DISK170707Melissa]

- 1 USUÁRIA: eu queria sabê: (.) porque quando a pessoa tá:: tá >(como é o n-)< m desculpe (.) é co::m:: >aids< (.) a pessoa tem que::: .h como se preveni >ainda mais quando você tá grávida<
- 4 ATENDENTE: EU não entenDI. você gostaria de saber o QUE sobre a AIDS? (.)
- 6 USUÁRIA: como se preveni para não transmitir a aids para o seu bebê e porque eu estou grávida. e tenho aids.
- 8 ATENDENTE: e o que você já sabe sobre ↑Aids. (1.0)
- 10 USUÁRIA: e::u n- sei pouca coisa assim de:=-
- 11 ATENDENTE: **=e o que saberia já.** (.)
- 13 USUÁRIA: eu? sei que a aids ela::: (1.0)
.h quando a pessoa tá: grávida ela tem que usá camisi:->quando a pessoa tá:-< tem que usá:: camisi::nha, (par[a não-])
- 17 ATENDENTE: **[CO]mo?** (.)
- 19 USUÁRIA: a pessoa tem que usá camisinha- eu sei pouca coisa. eu não sei explicá.
- 20 ATENDENTE: **e onde ouviu falar sobre essa doença.** (.)
- 22 USUÁRIA: a aids, aqui nu::m- num posto de saúde em são luis é que aqui na minha cidade não tem po::sto:, >não tem< hospital nem nada.

- 24 ATENDENTE: **e lá no posto de saúde de são luis. a senhora ouviu al- alguém falá, a senhora ouviu carta:zes, o que a senhora [viu]**
- 26 USUÁRIA: [olh]ei um >cartaz<
- 27 ATENDENTE: **e o que tinha escrito nos cartazes.**
(1.0)
- 29 USUÁRIA: é::: tinha falando sobre d-e:::s t-, a a::ids, que a aids pode sê transmitida para o seu bebê quando você tá- gesta::nte,
(1.0)
- 32 ATENDENTE: **sim. e você gostaria que eu estivesse primeiro dizendo o que é: essa doença pra que você en↑tenda me↓lhor**
(1.0)
- 35 USUÁRIA: eu queria sabê mais era- sobre como se preveni para não passar para o nosso bebê
- 37 ATENDENTE: **eu entendo. eu pergunto só se você gostaria que antes di::sso (.) eu esteja lhe di[zen]do**
- 39 USUÁRIA: [não]
- 40 ATENDENTE: **↑não?**
(1.0)
- 42 USUÁRIA: pode sê. pode. sim.
(.)
- 44 ATENDENTE: **como?**
- 45 USUÁRIA: si:m
- 46 ATENDENTE: por favor aguarde enquanto eu realizo uma ↑pes↓quisa
(10.0)
- 48 USUÁRIA: o nenê tá chutando ((parece falar com outra pessoa))
- 49 ATENDENTE: está me ouvindo bem?
- 50 USUÁRIA: tô
- 51 ATENDENTE: você já escutou sobre o h- sobre a a:ids sobre o h-i-v- também na sua es↑co↓la
(1.0)
- 54 USUÁRIA: não estudo
- 55 ATENDENTE: **sim. mas você nunca estudô?**
(.)
- 57 USUÁRIA: ↑já
(.)
- 59 ATENDENTE: **você já ouviu falá na sua es↑co↓la**
(.)
- 61 USUÁRIA: °sim°
- 62 ATENDENTE: **e também eles- eles nu- estu- você não estudo:u, sobre essa doe:nça,**

63 USUÁRIA: não
 64 ATENDENTE: ↑nã:o?
 65 USUÁRIA: não
 66 ATENDENTE: **correto. e- e lembra de alguma outra informação relacionada a ↑E↓la**
 (.)
 68 USUÁRIA: m:: pera aí:
 (.)
 70 ATENDENTE: >você sabe< o que que causa essa do↑en↓ça
 (.)
 72 USUÁRIA: não.
 73 ATENDENTE: não, você já ouviu falar sobre ↑ví↓rus
 (1.0)
 75 USUÁRIA: sim
 76 ATENDENTE: já sabe o que é vírus.
 (.)
 78 USUÁRIA: sei
 sabe? vírus então é um bichinho muito pequeno que pode
 79 ATENDENTE: entrá em contato com nosso corpo e causá do↑en↓ças não é ↑i:s↓so
 81 USUÁRIA: é::

No início dessa interação, a usuária tenta explicitar a sua solicitação ao serviço do Disque Saúde, o que é realizado com alguma hesitação (linhas 1-3), talvez por se tratar de uma dúvida a respeito de um tópico delicado, qual seja, AIDS. No turno subsequente (linha 4), a atendente afirma não ter entendido (o que não parece se relacionar a um problema de audibilidade, mas sim de entendimento do conteúdo), dando início a um reparo (SCHEGLOFF; JEFFERSON; SACKS, 1977; GARCEZ; LODER, 2005). Assim, a usuária explica o que deseja saber sem hesitação nem falsos inícios no turno seguinte (linhas 6-7), levando a cabo o reparo e adicionando a informação de que ela mesma é portadora do vírus e está grávida.

Na linha 11, a atendente inicia uma sequência de vários pares adjacentes de pergunta e resposta (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974) dentro do par adjacente maior, o de solicitação/atendimento. Contudo as perguntas, a partir desse ponto da interação, parecem não agir na delimitação do assunto, conforme a prescrição institucional sob foco ("fazer perguntas de sondagem para captar a necessidade da cidadã") e conforme ocorre em qualquer conversa. As perguntas aqui, ao contrário, contrapõem-se às perguntas de afunilamento analisadas e discutidas na subseção anterior. Com exceção da primeira pergunta feita pela atendente, a respeito do que a usuária já sabe

sobre a AIDS (linha 8), as perguntas subsequentes não parecem considerar ou estar relacionadas ao que a usuária expõe no início, pois não vão ao encontro da sua solicitação original. Na linha 20, ela ignora, por meio de sua pergunta (“e onde ouviu falar sobre essa doença.”), o fato de a usuária ter dito alguns momentos antes que é portadora do vírus HIV. Ou seja, a atendente parece ignorar, por meio das suas práticas, o relato da usuária, em nenhum momento indicando que se alinha com ela. Por exemplo: nas linhas 24-25, ela pergunta como exatamente a usuária entrou em contato com as informações sobre a AIDS no posto de saúde e, na linha 27, quer saber até mesmo o que estava escrito nos cartazes vistos pela usuária.

Da mesma forma, alguns reparos sobre o conteúdo da fala da usuária são iniciados: por exemplo, na linha 17, iniciação de reparo que também mostra a resistência da atendente em estabelecer um alinhamento com a situação delicada que a usuária relata; na linha 55, ao perguntar “sim. mas você nunca estudô?”, demonstrando também sua surpresa; e na linha 64, iniciando um reparo sobre a resposta da usuária à sua pergunta anterior (sobre se ela já havia estudado sobre a doença), que foi negativa, qual seja, “↑nã:o?”.

A atendente não provê um atendimento à solicitação da usuária e faz perguntas que não delimitam realmente o assunto até a linha 32, quando então faz uma oferta à usuária, qual seja, se ela deseja saber o que é a AIDS (linhas 32-33). A usuária rejeita de forma velada a oferta (“eu queria sabê mais era-sobre como se prevenir para não passar para o nosso bebê”) (POMERANTZ, 1984; JUNG LAU; OSTERMANN, 2005), reiterando a sua solicitação inicial de que o que deseja saber de fato é como deve proceder para não transmitir a doença para seu bebê, motivo da ligação em andamento e que já fora declarado anteriormente (linhas 35-36). A atendente insiste na sua oferta em seu próximo turno, ao que a usuária rejeita explicitamente (linha 39). A atendente então parece surpresa e retorna o “não” à usuária em entonação ascendente (“não?”, linha 40), constituindo uma iniciação de reparo (SCHEGLOFF; JEFFERSON; SACKS, 1977; GARCEZ; LODER, 2005) que instiga a usuária a realizar a ação de voltar atrás com a sua negação, cedendo à oferta para ouvir algo que não é o que havia solicitado (linha 42).

Uma análise sequencial mais detida nessa interação aponta-nos que as perguntas que a atendente produz nas linhas 55, 62 e 64 deixam transparecer sua surpresa sobre o fato de a usuária não estudar nem frequentar uma escola e de não ter estudado sobre a doença especificamente. A partir de então a usuária é monossilábica em seus turnos, o que pode demonstrar certo desconforto seu (linhas 57, 61, 63, 65, 72, 75 e 78). Também o excesso de perguntas parece fazer calar a usuária, que inclusive dá marcas de tentar elaborar algo em seu turno da linha 68 (“m:: pera aí.”), o que parece ser ignorado pela atendente.

Consideramos então que, apesar de nem todas as perguntas constituírem-se de fato em iniciações de reparo, a usuária pode estar demonstrando que se sente reparada de uma maneira que não serve para delimitar o assunto da sua solicitação ao reduzir seus turnos de fala a monossilábicas contribuições quando se inicia esse tipo de estrutura de reparos e perguntas que não delimitam o assunto, de um modo geral.

É interessante observar que perguntas que não delimitam o assunto da solicitação acontecem não só nessa interação, o que pode ser especulado como uma estratégia utilizada pelos atendentes possivelmente devido a diferentes interpretações das regras de atendimento e talvez também do treinamento. Aqui, o que determinara as ações realizadas por essa atendente ao colocar em prática a prescrição institucional “fazer perguntas de sondagem e confirmação para captar a necessidade da cidadã” foram as diversas maneiras de lidar com as instâncias que operam em seu trabalho de atender, por sua vez em função de diferentes interpretações do que é prescrito.

Além disso, outro fator importante a ser cogitado na realização desta análise é talvez a demasiada importância atribuída às regras de atendimento pela atendente, que parece ficar presa a elas. Acreditamos existir um forte encorajamento pela instituição de um padrão do conteúdo das perguntas de sondagem (*se já sabe alguma coisa sobre isso e onde ouviu falar disso*), e talvez os atendentes tenham tais exemplos no treinamento (ao que não tivemos acesso). O problema maior é que a prática desvirtua o foco da busca de entendimento da solicitação e sondagem do problema para o cumprimento indiscriminado da prescrição. Dessa forma, nessa interação, a atendente parece estar menos preocupada com a compreensão mútua para o atendimento da necessidade da usuária e mais com o que é prescrito.

Portanto, no excerto analisado, apresentou-se uma prática que parece evidenciar que os atendentes possuem interpretações diversas sobre as orientações institucionais e sobre o treinamento. Essa disparidade pode ser fruto da falta de discussão e enfrentamento em grupo dos dilemas enfrentados na fala espontânea quando se tem que lidar com algo prescrito e mais um banco de dados que pode restringir as respostas e o atendimento em si. A atendente utiliza perguntas que, na sua maioria, não atuam na delimitação do escopo da solicitação da usuária, bem como constituem ações que são marcadas para ela, tanto que seu estranhamento fica evidente durante a interação. Da mesma forma, devemos considerar a possibilidade de que a atendente esteja tão presa ao roteiro e a algumas instruções do treinamento que não tem espaço para tentar estabelecer um entendimento comum com sua interlocutora.

Relacionando as práticas e ações dos atendentes ao que é prescrito no roteiro de atendimento

Podemos dizer que ambas as práticas (formulação e repetição) realizam a ação de checar entendimento uma vez que, para ambos os formatos, as usuárias respondem da mesma forma: confirmam (ou desconfirmam) o entendimento checado pelo atendente. Verificamos que há nos dados tanto perguntas que fazem a ação de afunilar o assunto da solicitação da usuária quanto perguntas que não o delimitam e que por vezes constituem um reparo que não se relaciona com o assunto da solicitação da usuária. Portanto, percebemos que talvez a prescrição institucional de “fazer perguntas de sondagem e confirmação para captar a necessidade da usuária” seja realizada em alguns casos tão-somente em virtude de sua determinação pela instituição.

Constatamos que as perguntas de confirmação e sondagem mostram-se essenciais para o entendimento da solicitação e para a delimitação da informação a ser divulgada. Observamos que seu uso indiscriminado pode tirar o foco do entendimento e da delimitação, transferindo-o para o cumprimento das regras e para a realização de iniciação de reparos que não trabalham a favor da busca do entendimento da solicitação da usuária. Percebemos que as formulações, as repetições (ainda que menos “ricas” em termos de estrutura e podendo ser dúbias para o interlocutor) e as perguntas de afunilamento juntas formam uma sequência capaz de tornar possível o atendimento à solicitação da usuária. Cada turno nesse tipo de interação é aproveitado para o entendimento dessa solicitação, constituindo-se em esforços interacionais que culminam na orientação que a usuária recebe do atendente. Tais práticas deveriam então ser encorajadas, recebendo certa ênfase no treinamento, bem como descrição mais detalhada no roteiro de atendimento e em outros momentos em que os trabalhadores estão em atividades de planejamento, avaliação e formação.

Cada prática identificada reflete as diferentes maneiras pelas quais os atendentes lidam com o que é prescrito (instâncias como banco de dados e regras de atendimento) e traduzem tal prescrição ao se depararem com as demandas interacionais que acontecem de fato e que não podem ser previstas para a atividade de atender no Disque Saúde. Por sua vez, as diferentes realizações do trabalho existem independentemente da preocupação da instituição com a padronização (expressada através das prescrições) e evidenciam que há que se considerar as especificidades de cada interação, única e singular, construída somente no próprio momento em que acontece e por aqueles interagentes envolvidos, não podendo assim ser realmente prevista.

As presentes considerações não visam a criticar a organização do Disque Saúde, muito menos as pessoas que se encarregam de planejar o treinamento

e as regras de atendimento, uma vez que entendemos que, para mais de 170 atendentes realizarem um mesmo bom trabalho, há que se ter algumas determinações comuns a todos. Porém objetiva-se aqui fazer refletir mais profundamente a respeito das instâncias que operam na realização do trabalho de atender às usuárias e da dificuldade de se prever a interação, que possui especificidades únicas.

Este estudo prevê como continuidade a possibilidade de se conjugar as avaliações das supervisoras do Disque Saúde sobre cada ligação com: a) o proposto aos atendentes durante o treinamento; b) a realização do que é prescrito pelo roteiro de atendimento; e ainda (c) com as descrições e discussões por meio da Análise da Conversa (SACKS, 1992; SCHEGLOFF, 2007). Imaginamos que as considerações sobre avaliação e treinamento, além daquelas pautadas neste estudo, seriam também valiosas para um retorno à instituição do Disque Saúde.

OSTERMANN, A. C.; SOUZA, J. Interactional demands in calls to a government health helpline and their relations with prescribed work. *Alfa*, Araraquara, v.54, n.1, p.135-162, 2011.

- **ABSTRACT:** *This article focuses on a specific part of a larger study that investigates how interactions between call takers at a government health helpline (Disque Saúde) and women that seek the service occur. The analysis is carried out under the theoretical and analytical perspective of Conversation Analysis (SACKS, 1992). The data comprise 126 audio-recorded interactions that took place during incursions at the “Disque Saúde” call center in Brasília, and information about the institution’s working guidelines. The interactions were transcribed according to conventions proposed by Jefferson (1984). The main interest of this paper is to describe and discuss how the call takers, by means of their actions in a specific moment in their interactions with customers, put into practice the call-taking prescribed rules when faced with interactional demands (the unpredictability of the callers’ actions) that cannot be prescribed nor predicted. The study shows that the call takers apply the prescribed norms in different ways, a fact that shows the existence of various ways of dealing with the rules that are at work in the activity of taking calls at “Disque Saúde”. In turn, the different forms of carrying out the work exist regardless of the institution’s concern with the standardization of the process (displayed through the prescriptions), and they evidence that there exist specificities that must be taken into consideration in each interaction.*
- **KEYWORDS:** *Conversation Analysis. Call centers. Helplines. Telephone interactions. Prescribed guidelines.*

REFERÊNCIAS

ALGODOAL, M. J. A. O. *As práticas de linguagem em situação de trabalho de operadores de telemarketing ativo de uma editora*. 2002. 202f. Tese. (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

ANTAKI, C.; BARNES, R.; LEUDAR, I. Diagnostic formulations in psychotherapy. *Discourse Studies*, Abingdon, v.7, n.6, p.1-21, 2005.

BAKER, C.; EMMISON, M.; FIRTH, A. *Calling for help*: language and social interaction in telephone helplines. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

BARNES, R. Formulations and the facilitation of common agreement in meetings talk. *Text: Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse*, Berlin, v.27, n.5, p.273-296, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS*, 2004.

CAMERON, D. Styling the worker: gender and the commodification of language in the globalized service economy. *Journal of Sociolinguistics*, v.4, n.3, p.323-347, 2000. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9481.00119/pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

DREW, P. Comparative analysis of talk-in-interaction in different institutional settings: a sketch. In: GLENN, P. J.; LEBARON C. D.; MNDELBAUM, J. *Studies in language and social interaction*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2003. p.293-308.

DREW, P.; HERITAGE, J. *Talk at work*: interaction in institutional settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GAFARANGA, J.; BRITTEN, N. Patient participation in formulating and opening sequences. In: COLLINS, S. et al. *Patient participation in health care consultations*. Maidenhead: Maidenhead Open University Press, 2007. p.104-120.

_____. Formulation in general practice consultations. *Text: Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse*, Berlin, v.24, n.2, p.147-170, 2004.

GARCEZ, P. M.; LODER, L. Reparo iniciado e levado a cabo pelo outro na conversa cotidiana em português do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v.21, n.2, p.279-312, 2005.

GARFINKEL, H.; SACKS, H. On formal structures of practical actions. In: MCKINNEY, J. C.; TIRYAKIAN, E. A. *Theoretical sociology*: perspectives and developments. New York: Appleton-Century-Crofts, 1970. p.337-366.

HAK, T.; DE BOER, F. Formulations in first encounters. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam v.25, n.1, p.83-99, 1996.

HEPBURN, A.; POTTER, J. Crying receipts: time, empathy, and institutional practice. *Research on Language and Social Interaction*, Edmonton, v.40, n.1, p.89-116, 2007.

HERITAGE, J. C.; WATSON, D. R. Aspects of the properties of formulations in natural conversations: some instances analysed. *Semiotica*, The Hague, v.30, p.245-262, 1980.

_____. Formulations as conversational objects. In: PSATHAS, G. *Everyday language: studies in ethnomethodology*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1979. p.123-162.

HUTCHBY, I. Active listening: formulations and the elicitation of feelings-talk in child counseling. *Research on Language and Social Interaction*, Edmonton, v.38, n.3, p.303-329, 2005.

_____. *Conversation and technology: from the telephone to the internet*. Cambridge: Polity Press, 2001.

JEFFERSON, G. Transcript notation. In: ATKINSON, J.; HERITAGE, J. *Structures of social action: studies in conversation analysis*. New York: Cambridge University Press, 1984. p.ix-xvi.

JUNG LAU, C. R.; OSTERMANN, A. C. As interações no telemarketing ativo de cartões de crédito: da oferta velada à rejeição. *Alfa*, São Paulo, v.49, n.2, p.65-88, 2005.

LEPPÄNEN, V. Caller's presentations of problems in telephone calls to Swedish primary care. In: BAKER, C.; EMMISON, M.; FIRTH, A. *Calling for help: language and social interaction in telephone helplines*. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p.177-205.

LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

OLIVEIRA, M. C. L. Por uma linguística aplicada mais inclusiva. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v.7, n.2, p.93-96, mai./ago. 2009.

_____. Ethos interacional em situações de atendimento. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Juiz de Fora*, Juiz de Fora, v.4, n.1, p.59-65, 2000.

OSTERMANN, A. C.; SILVA, C. R. A formulação em consultas médicas: para além da compreensão mútua entre os interagentes. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v.7, n.2, p.97-111, mai./ago. 2009.

_____. *Gênero, violência e sexualidade: uma investigação sociolinguística interacional dos atendimentos à saúde da mulher*. São Leopoldo, 2005. Projeto de Pesquisa CNPq apresentado à Unisinos. No prelo.

OSTERMANN, A. C.; SOUZA, J. Contribuições da análise da conversa para os estudos sobre o cuidado em saúde: reflexões a partir das atribuições feitas por pacientes. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.25, n.7, jul. 2009.

PERÄKYLÄ, A.; VEHVILÄINEN, S. Conversation analysis and the professional stocks of interactional knowledge. *Discourse and society*, London, v.14, n.6, p.727-750, 2003.

POMERANTZ, A. Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred/dispreferred turn shapes. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. *Structures of social action: studies in conversation analysis* (studies in emotion and social interaction). Paris: Cambridge University Press, 1984. p.57-101.

SACKS, H. *Lectures on conversation*. Oxford: Blackwell, 1992. v.1 e 2.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. The simplest systematics for turn-taking in conversation. *Language*, Baltimore, v.50, n.4, p.696-735, 1974.

SCHEGLOFF, E. A. Sequencing in conversational openings. In: GUMPERZ, J.; HYMES, D. *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972. p.346-404.

SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G.; SACKS, H. The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. *Language*, Baltimore, v.53, n.2, p.361-382, 1977.

SCHEGLOFF, E. A. *Sequence organization in interaction: a primer in conversation analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. v.1.

SCHNACK, C. M.; PISONI, T. D.; OSTERMANN, A. C. Transcrição de fala: do evento real à representação escrita. *Entrelinhas*, São Leopoldo, v.2, n.2, 2005. Disponível em: <<http://www.entrelinhas.unisinos.br/index.php?e=2&s=9&a=12>>. Acesso em: 30 set. 2010.

SHAW, R.; KITZINGER, C. Problem presentation and advice-giving on a home birth helpline: a feminist conversation analytic study. *Feminism Psychology*, London, v.17, n.2, p.203-213, 2007.

SILVA, J. R. G. et al. Operadores de *call center*: inconsistências e desafios para a gestão de pessoas. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. *Anais...* Salvador, ANPAD, 2002. p.1-16.

SVENNEVIG, J. Other-repetition as display of hearing, understanding and emotional stance. *Discourse Studies*, Abingdon, v.6, n.4, p.489-516, 2004.

ZIMMERMAN, D. H. Talk and its occasion: the case of calling the police. In: SCHIFFRIN, D. *Meaning, form, and use in context: linguistic applications*. Washington: Georgetown University Press, 1984. p.210-228.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

HERITAGE, J. Conversation analysis at century's end: practices of talk-in-interaction, their distributions, and their outcomes. *Research on Language and Social Interaction*, Edmonton v.32, n.1-2, p.69-76, 1999.

SVENNEVIG, J. Echo answers in native / non-native interaction. *Pragmatics*, San Diego, v.13, n.2, p.285-309, 2003.

CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

[texto]	Falas sobrepostas
=	Fala colada
(1.8)	Pausa
(.)	Micropausa
,	Entonação contínua
.	Entonação ponto final
?	Entonação de pergunta
-	Interrupção abrupta da fala
:	Alongamento de som
>texto<	Fala mais rápida
<texto>	Fala mais lenta
°texto°	Fala com volume mais baixo
TEXTO	Fala com volume mais alto
<u>Texto</u>	Sílaba, palavra ou som acentuado
(texto)	Dúvidas
XXXX	Texto inaudível
((texto))	Comentários da transcritora
@@@	Risada
↓	Entonação descendente
↑	Entonação ascendente
hhh	Expiração audível
.hhh	Inspiração audível

Regras de atendimento encontradas no Roteiro Padrão de Atendimento do Disque Saúde (BRASIL, 2004)

GESTÃO DE CONTEÚDO

Recepção da ligação:

“Disque Saúde, nome (pseudônimo) do teleatendente, bom dia/ boa tarde! Posso ajudar?”.

Captação da mensagem:

Fazer perguntas de sondagem e confirmação para captar a necessidade do cidadão.

Pesquisa:

Antes de realizar a pesquisa informar: “Por favor, aguarde enquanto realizo a pesquisa”. Caso haja mais de uma pergunta: “Sr.(a), vou pesquisar e responder uma pergunta por vez”. Enquanto realiza a pesquisa, é importante comunicar-se com o cidadão: “Sr.(a) continuo realizando a pesquisa, por favor aguarde”.

Resposta:

Após pesquisar e fornecer a resposta, utilizar a frase: “Posso ajudar em mais alguma coisa?”. Acrescentar informações sobre PREVENÇÃO.

Coleta de dados estatísticos:

“O(a) sr.(a) pode responder algumas perguntas para estatísticas do Disque Saúde?”. Se necessário, explicar ao cidadão: “As perguntas são rápidas e estes dados são para a avaliação do nosso serviço”, e continuar a coleta. Ver orientações na página 18.

Encerramento da ligação:

“O Ministério da Saúde agradece sua ligação, ligue sempre que necessário, tenha um(a) bom dia/ boa tarde”.

Observação: o teleatendente pode adaptar a linguagem, evitando utilizar expressões que determinem tempo, como: um momento, um minuto, etc.

Recebido em setembro de 2010.

Aprovado em outubro de 2010.

USOS E SENTIDOS DA VOZ NO DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL BRASILEIRO

Carlos PIOVEZANI*

- **RESUMO:** A partir de considerações sobre a possibilidade, a especificidade e a produtividade de uma abordagem discursiva das relações entre sons e sentidos, o trabalho reflete, inicialmente, sobre algumas funções da voz na constituição de efeitos de sentido no discurso político eleitoral brasileiro. Mais especificamente, são analisadas sequências discursivas extraídas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) das eleições presidenciais de 2002, por meio da descrição e interpretação de certos usos e efeitos dos segmentos, suprassegmentos e elementos prosódicos empregados em determinadas passagens de programas dos então candidatos, Lula e José Serra. Após essas análises, o estudo encerra-se com uma reflexão sobre um traço antropológico inscrito na voz humana, que congrega a razão e a sedução em suas modulações e com uma hipótese sobre uma espécie de nostalgia da voz ante a emergência de determinadas tecnologias de linguagem que supostamente a ameaçam. As reflexões e análises aqui desenvolvidas fundamentam-se na Análise do discurso, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Análise do discurso. Discurso político. Voz.

Introdução

A voz é um indicador privilegiado dos estados de alma dos interlocutores e das relações interpessoais numa interação. Em consonância com o verbo e o corpo, as modulações vocais expressam emoções, regulam o sistema de turnos de fala e produzem intimidade ou distanciamento, simetria ou dissimetria, consenso ou conflito entre os falantes. Por essa razão, além do estrito critério da pertinência no nível fonológico, constatamos facilmente a existência de relações variadas entre o som e o sentido na produção discursiva. Com efeito, as funções desempenhadas pelos elementos prosódicos dependem dos sentidos que o discurso visa a produzir. Mediante a entoação, por exemplo, agregam-se à língua as dimensões ilocucionária e perlocucionária, marca-se o foco do enunciado e estruturam-se pressupostos argumentativos do discurso; já a tessitura frequentemente indica, em níveis baixos, “razão” e “autoridade” e, em níveis agudos, “contestação” e “excitação”, além de assegurar o turno de fala, ao ser elevada ou reduzida

* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas – Departamento de Letras. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – cpiovezani@uol.com.br.

consideravelmente; por seu turno, a manipulação das pausas e do tempo de fala pode representar uma tentativa de restrição interpretativa e/ou uma atitude de reforço da autoridade e do que é dito pelo falante; as variações do volume, enfim, ocorrem no intuito de ajustar a fala ao ambiente físico, às condições culturais e ao contexto histórico em que ela se desenvolve. Em suma, as modulações da voz contribuem decisivamente para a construção das imagens dos interlocutores e para a manutenção de suas “faces”, no interior de relações interpessoais condicionadas pelos valores, ritos e costumes de uma sociedade.

Considerando esses princípios a partir de uma abordagem discursiva, pretendemos apresentar determinadas funções de alguns segmentos, suprasegmentos e elementos prosódicos que incidem na constituição dos sentidos no discurso político brasileiro. Mais especificamente, analisaremos sequências discursivas extraídas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral das eleições presidenciais de 2002, descrevendo certos usos da voz nos programas de Lula e de José Serra. Após essas análises, finalizaremos nosso texto com uma reflexão sobre um traço antropológico inscrito na voz humana e com uma hipótese sobre uma espécie de nostalgia da voz ante a emergência de determinadas tecnologias de linguagem.

Som e sentidos no discurso

Em seus segmentos, suprasegmentos e elementos prosódicos, a voz humana sugere-nos imagens que produzimos em nossos espíritos. Trata-se de um elemento invisível que tanto nos dá a ver: é espelho, eco e avesso de nossas identidades. A voz se dá no instante, mas repercute o que fomos, o que somos e o que queremos ser. Indica, simula e dissimula a imagem daquele que fala e daquele a quem se fala. Por essas razões, a voz é signo da exterioridade e da interioridade do sujeito, pois indica feições do corpo e estados da alma implicados necessariamente na constituição e na circulação dos sentidos na sociedade.

Quando de seu advento, a Análise do discurso, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo (PÊCHEUX, 1990; PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 1971), conheceu um momento em que as maneiras de dizer praticamente não importavam diante da premência de se identificar e de se desvelar a ideologia que determina o que é dito; passou posteriormente a considerar as relações intrínsecas que existem entre o inter e o intradiscurso; é relativamente recente sua consideração dos dispositivos discursivos que condicionam o que se diz, as modalidades desse dizer e seu regime de circulação: todo enunciado diz algo e necessariamente o faz de certo modo, valendo-se de certo meio. Já é hora de intensificarmos o exame das homologias e dos eventuais desencontros entre o *dictum*, o *modus* e os *media*. Orlandi (2001) sustenta que o processo de produção

dos discursos implica a constituição, a formulação e a circulação do dizer e advoga a necessidade de que essas três instâncias sejam contempladas pelos analistas. Nessa direção, consideramos que os usos da voz no discurso político parecem ser um sítio privilegiado para a observação desses fenômenos: os discursos autoritários e democráticos distinguem-se ou, ocasionalmente, aliam-se não apenas pelos conteúdos de seus enunciados, mas também por suas maneiras de dizer. Tende a parecer mais democrático aquele discurso que condicionar seus enunciados a materializar a ideia de que todos são iguais e usufruem os mesmos direitos, redundando-a com marcas linguísticas ilocucionais e com modulações vocais (volume, tempo, entoação) apropriadas às relações de força permeadas pelos valores igualitários.

A despeito de seus desenvolvimentos, as ciências da linguagem ainda não exploraram como poderiam, ora por razões epistemológicas ora por motivos institucionais, o complexo e instigante domínio dos usos e efeitos da voz no campo político. Por essa razão, a precariedade dos diálogos entre diferentes campos da Linguística contribui decisivamente para postergar outras abordagens sobre os fenômenos que, não se limitando ao critério da pertinência no nível fonológico, envolvem som e sentido na produção discursiva.

Grosso modo, poderíamos dizer que as relações entre som e sentido parecem ter sido concebidas, ao menos, de três maneiras distintas, no decurso da linguística moderna até nossos dias:¹

1) A Fonologia estrutural: o advento da fonologia de Praga confunde-se com os primeiros passos rumo à consolidação da linguística moderna, à medida que identifica com precisão o objeto de um dos ramos da linguística e demonstra a possibilidade da composição de um inventário bem definido: é o fonema e não o som que deve interessar ao linguista; trata-se de algo da *langue* e não da *parole*. Aqui, diz-se que tão somente são fonológicas as diferenças de representação do som que desempenham a função de distinguir significações morfológicas: o “som” produz, portanto, sentido, mas apenas sentido lexical;

¹ Nossa breve enumeração evidentemente não se pretende exaustiva. Além das três perspectivas que mencionamos, as associações entre sons e sentidos podem ser pensadas, por exemplo, pela fonoestilística (postulada inclusive pelo próprio Círculo de Praga) ou, conforme a designa Bally, pela fonologia da expressão (MARTINS, 2008). Para essa abordagem interessam as homologias existentes entre as dimensões sonora e significativa, desde o nível segmental até o prosódico: “Adaptando a explicação dada por Morier para o vocábulo francês *siffle* ao nosso *assobio*, podemos dizer que as noções de ruído agudo, de produção de sopro e de nota aguda encontradas no significado, correspondem à consoante de ruído agudo [s], ao fonema produtor de sopro [v], e à vogal de nota aguda [i] do significante.” (MARTINS, 2008, p.45) e ainda “O acento de intensidade ou de energia, comumente chamado acento tônico, constitui um recurso estilístico quando: ● A sílaba em que recai é pronunciada com intensidade e duração exageradas, produzindo um efeito de ênfase ou de descarga emocional. “Que **desgraça!**” “Isto é **fantástico!**” [...]. ● Uma sílaba normalmente átona ou subtônica é pronunciada com uma energia e duração inusitadas: “É um **bandido!**” “Que **miserável!**” “Ela é **maravilhosa!**” (MARTINS, 2008, p.82-83).

2) A Sociolinguística variacionista: na medida em que lhe interessa a variação, ela contempla as diferenças de sons linguísticos que provêm de diferenças sociais. Não estamos mais na *langue*, mas tampouco na radicalização da *parole* ou da pura substância fônica da expressão, estamos, antes, na *norma*, nas regularidades linguísticas dos grupos sociais; aqui as diferentes atualizações de um fonema, por exemplo, as distintas variações de uma variável criam o prestígio e o estigma e instauram outro tipo relação entre o som e o sentido: as unidades fônicas derivadas de fatores sociais constroem certas identidades dos falantes;

3) A fonética contemporânea: os foneticistas não são insensíveis às relações entre som e sentido e buscam-nas principalmente na dimensão dos elementos supressegmentais prosódicos, ou seja, na melodia, na dinâmica e na qualidade da voz. A posição da sílaba tônica saliente, por exemplo, indica o foco das sentenças e apresenta distintos pressupostos argumentativos (CAGLIARI, 1992). A abordagem padece, porém, de uma separação estrita entre significado estrutural e significado interpretativo, difícil de ser sustentada em uma abordagem pragmática e, *a fortiori*, discursiva. Aqui os sons mudam os sentidos linguísticos, de acordo com a atitude individual e livre de condicionamentos sociais do falante.

Ora, cremos que a perspectiva discursiva pode congrega aportes da sociolinguística, da fonética e ainda da retórica, no intuito de pensar discursivamente as relações entre os sons e os sentidos. Assim, os elementos vocais podem agregar-se às paráfrases e aos “efeitos metafóricos” (PÊCHEUX, 1990, p. 96), que, constituídos no interior de uma formação discursiva, produzem os efeitos de sentido do discurso. A variação linguística cria ou corrobora uma identidade social do falante, mas também pode incidir sobre a produção de efeitos de verdade de um conjunto de enunciados, na medida em que estabelece imagens do enunciator e o inscreve em determinada posição num campo institucional. Entre os efeitos de sentido produzidos por esses usos da voz que identificamos (PIOVEZANI, 2009), mencionaremos apenas quatro, detendo-nos particularmente nos três primeiros e somente aludindo ao último.

No primeiro programa do PT da última semana do segundo turno das eleições presidenciais de 2002, reapresenta-se um debate entre Lula e os jornalistas da tevê Bandeirantes. O debate não permite que o candidato faça longos pronunciamentos, nem tampouco que ele monopolize a fala. Essa situação caracteriza-se pelas trocas conversacionais, pelo princípio da alternância e pelos assaltos aos turnos de fala, enfim, pela constante passagem da condição de locutor para a de ouvinte. No discurso político, o aspecto conversacional é, ao mesmo tempo, mas possivelmente não na mesma medida, uma simulação da propaganda eleitoral e uma conquista das sociedades democráticas. Diferentemente de outrora, quando o orador político usufruía grande prestígio e gozava de uma hegemonia da fala e da autoridade pública, atualmente, em tese, os adversários, os jornalistas e a sociedade, de modo

geral, podem interrompê-lo, questioná-lo e, até mesmo, refutá-lo publicamente. O próprio cenário do debate impõe outra configuração para a prática de fala pública desempenhada nesse contexto: se, das assembleias homéricas até os comícios nos palanques de nossos dias, o orador tem uma posição de destaque, manifestando seu engajamento com a *res publica* pela energia de seu corpo ereto e altivo, de seus gestos largos e de sua voz potente, diante das massas que o ouvem e o veem, no debate com os jornalistas, o entrevistado e os entrevistadores sentam-se todos civilizadamente ao redor de uma mesa, em um estúdio inacessível à multidão. Sentados, equitativamente, todos falam, ninguém discursa, ainda que frequentemente o candidato seja o centro das atenções. As conquistas inegáveis de um longo processo histórico apresentam-se, quando todos dialogam e ninguém mais detém a exclusividade da palavra.

Mas não nos enganemos com as aparências dessa justa e tranquila distribuição da fala, não nos esqueçamos que o discurso é objeto de desejo, de saber e de poder, mesmo nas sociedades mais democráticas, mesmo nas situações discursivas aparentemente mais igualitárias. No debate, em questão, existe, decerto, a presença do caráter conversacional e democrático, mas há também a disputa pelo direito de fala. Observamos que os jornalistas e, sobretudo, o candidato utilizam-se do corpo e da voz para tentar manter ou assaltar o turno de fala. Tomemos como exemplo desse fenômeno a seguinte passagem, em que Lula era o locutor, considerando que, onze segundos antes, ele já havia sido interrompido pelo jornalista Fernando Mitre, e que, seis segundos, após essa interrupção, depois de duas insistentes tentativas, Lula retomava o turno:

Nós não podemos *a priori* dizer: “Fulano de tal não presta ou cicrano não presta. Eu não vou conversar.” Não existe isso no meu dicionário, meu caro. Eu vou conversar com todas as pessoas, vou tentar juntar todos os homens e todas as mulheres de bem do nosso querido Brasil [...]. (LULA, 2002).

Enquanto o candidato falava, a expressão *meu caro* fora quase totalmente encoberta pela sobreposição de voz do jornalista Fábio Pannunzio que, mesmo não sendo o destinatário direto de Lula, tentava interrompê-lo, interpelando-o pelo vocativo *Candidato*... e valendo-se, para tanto, de uma maior altura e velocidade de voz do que as que eram naquele momento utilizadas por Lula. Nesse exato instante, o candidato reage do seguinte modo: eleva consideravelmente o volume de sua voz, produzindo uma tessitura de nível alto, e diminui sensivelmente seu ritmo de fala, além de fazer um gesto enfático, levantando e abaixando a mão direita espalmada, e de orientar seu corpo e olhar na direção oposta àquela em que se encontrava o jornalista que queria assaltar seu turno. Aqui, não se trata somente de uma busca pelo reconhecimento da pertinência do ponto de vista do enunciador por meio de uma modulação melódica de sua voz, mas, antes ou

ao menos principalmente, de uma variação de intensidade vocal cujo objetivo é a preservação do direito de fala (MOREL, 2004).

Outro uso da voz apresenta-se na intensificação de um efeito de verdade numa sequência discursiva de um programa de José Serra do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, cuja temática era a agricultura, por intermédio do gênero discursivo, do registro e da norma linguísticos e de aspectos segmentais e prosódicos da fala de um agricultor:

O Serra é um candidato correto pra agr[...] por ser um economista, entender da atividade e ser uma pessoa honesta. Isso é o principal fato e ter serviços prestado à economia e principalmente à saúde do país. E eu espero que o José Serra faça pela agricultura o que fez na saúde. (SERRA, 2002a).

Certos fatores fazem dessa intervenção de um produtor rural uma atestação de verdade de tudo o que fora dito sobre a agricultura ao longo do programa, enquanto outros contribuem para a sua própria veridicção. Trata-se, inicialmente, de um “depoimento”, da delegação de voz a uma terceira pessoa, ou seja, da projeção de uma enunciação, que, em tese, não se confunde com o discurso da própria propaganda eleitoral do candidato. Seu enunciador é um sujeito “real”, visto que tem nome, *José Carlos Belese*, procedência, *Brodosqui/SP* e profissão, *Produtor rural*. A enunciação de um “verdadeiro” agricultor, do interior do Estado de São Paulo, região reconhecidamente forte na produção rural, é uma fala crível, legitimada e legitimante. Se a presença dessa fala tenta produzir o efeito de um certificado de verdade em relação ao que se afirmou sobre a agricultura, ela mesma carrega índices que buscam atestar sua própria autenticidade. Como poderíamos saber que se trata, de fato, de um produtor rural? Simplesmente acreditamos na informação da legenda, produzida pelo discurso eleitoral? Para evitar essa fragilidade, outros dados apresentados pelo depoimento do agricultor tornam-se fundamentais, tais como uma norma linguística que emerge insidiosamente em alguns pontos e a prosódia que atravessa toda a intervenção de José Carlos Belese. Sabemos de algumas representações que incidem sobre “o produtor rural”: sua aparência, roupas, pele, norma e registro linguísticos e certas inflexões de sua voz. Aparentemente o enunciador que aqui se apresenta poderia exercer qualquer profissão, mas a legenda que informa tratar-se de um “produtor rural” pretende ser confirmada pelo “dialeto caipira” que se atualiza em um enunciado como *Isso é o **principal** fato e ter serviços **prestado** à economia e principalmente à saúde do país*. A atualização do fonema /l/ sob a forma do alofone /r/, com o som de [ɾ], o chamado “r” caipira, e a omissão do morfema indicador de plural no segundo termo do sintagma nominal “serviços prestado” são característicos de uma norma linguística não padrão e de um registro informal, que se coadunam com um imaginário corrente sobre o habitante da zona rural paulista.

Além disso, outro fator interessante, ainda que não se relacione a uma particularidade prosódica d’“o agricultor”, consiste em uma relativa singularidade das pausas e dos grupos tonais. O enunciador vale-se de uma marcação bastante nítida da entoação, indicando não somente a dinâmica da respiração e a qualidade de voz do falante, mas também a distribuição do fluxo da informação e a orientação argumentativa do enunciado. Por exemplo, no segmento *O Serra é um candidato correto pra agr[...] por ser um economista, entender da atividade e ser uma pessoa honesta.*, temos, respectivamente, a seguinte distribuição: *O Serra / é um candidato correto pra agr[...] / por ser um economista / entender da atividade / e ser uma pessoa honesta*, e a ênfase dos sons em: “Serra” [‘sɛ:Xa], “correto” [ko‘Xɛ:tU], “entender” [ɛtɛ‘deɪ] e “honesto” [o‘nɛ:sta]. Assim, podemos observar uma convergência entre o fluxo da informação e a lógica argumentativa, quando, por um lado, o primeiro sintagma nominal apresenta-se como tema e o sintagma verbal, como rema, e, por outro, as sílabas tônicas salientes, caracterizadas pelas vogais estendidas, marcam a organização lógica do argumento, ou seja, a intrínseca relação entre o sujeito e as características que o constituem. Busca-se ressaltar, inicialmente, uma substância e, em seguida, seus atributos, considerando que esses últimos não são apresentados como contingentes, mas como constitutivos do próprio ser de quem se fala.

A voz é ainda empregada num programa de José Serra com vistas à constituição de um *ethos* descentralizador mediante o cotejamento entre um “grau zero da prosódia” nas falas do locutor da campanha de José Serra e nas do próprio candidato e as pronúncias carregadas de índices diatópicos provenientes de uma série de depoimentos de políticos e de populares que sintetizam a grande heterogeneidade regional brasileira.

Depois de um depoimento do então prefeito de Teresina, Piauí, segue uma intervenção da apresentadora do programa:

Eu não sei de onde o senhor e a senhora estão me assistindo agora, mas seja de onde for, **com certeza**, a sua cidade já foi beneficiada por José Serra. Ele foi um dos poucos políticos neste país que tiveram a oportunidade de atuar em todos os cinco mil e setecentos municípios do Brasil. **Não tem um lugar, de Norte a Sul do país, que não tenha sido beneficiado por ele:** ou como ministro do Planejamento ou como ministro da Saúde. (SERRA, 2002b, grifo nosso).

A modalização epistêmica e a assertiva categórica dessa declaração poderiam tornar-se facilmente passíveis de descrédito sem a presença de outros recursos que lhes dessem fundamento. É justamente na tentativa de ratificar essa descentralização do poder federal que o programa exhibe a longa sequência seguinte que traz uma espécie de “reportagem”, narrada pela voz do locutor da campanha e entrecortada por depoimentos populares:

Locutor: *No Ministério da Saúde, José Serra trabalhou para **todos os municípios, em cada canto do Brasil. De Norte a Sul**, os resultados aparecem. Em Carazinho, no Rio Grande do Sul, saúde para quem acabou de nascer e para quem quer viver muito mais.*

“Enfermeira”: *Treze por nove; tá boa também.*

Locutor: **Na outra ponta do país**, em Ananindeua, no Pará, o médico também examina a criança em casa.

“Médico”: *Bem, vamo fazer uns exames; principalmente de sangue e de fezes, mas já vai tomar uma medicação pra ir melhorando dessa dor.*

Maria Josefa Gonçalves, Ananindeua/PA: *Depois que foi inaugurado o Posto da Família melhorou cem por cento pra mim, né? Pra mim e pra todos.*

Locutor: *Melhorou **em todos os lugares**. Em Monteiro, na Paraíba, seu João, de 98 anos, consultou o médico pela primeira vez, graças ao programa Saúde da Família.*

João Alves da Cruz, Monteiro/PB: *Oia, eu nunca vi tanta felicidade.*

Locutor: **Longe dali**, em Saudade do Iguaçu, no Paraná [a imagem mostra o que supostamente seria a cidade mencionada e, depois, o interior da casa de senhor Ângelo Posso, sugerindo um efeito de localização e pertença], *seu Ângelo teve um atendimento tão bom que não consegue esquecer o trabalho de Serra.*

Ângelo Posso, Saudade do Iguaçu/PR: *Quando vejo ele, eu já lembro da saúde, né?!*

Locutor: **Regiões diferentes**, uma só certeza:

Maria José da Silva, Recife/PE: *É... Serra, ele como ministro foi ótimo.*

Edinei Maria Araújo, São Sebastião/DF: *O Serra pensou nas mães.*

Sebastião da Silva, Promissão/SP: *Foi o ministro da Saúde, que não teve outro igual.*

Cícero Lopes dos Santos, São José da Tapera/AL: *Fez tudo quanto é bom.*

Irmã Rita Cecília, Anápolis/GO: *Reconduziu o povo à dignidade.*

Maria José da Silva: *Serra, que seja o presidente da República, pra gente ter mais uma vida melhor. (SERRA, 2002b).*

Nesse simulacro de uma reportagem, o conteúdo e a expressão parecem coadunar-se perfeitamente. A alusão a oito Estados, além do Distrito Federal, tenta comprovar a tese de que *No Ministério da Saúde, José Serra trabalhou para todos os municípios, em cada canto do Brasil. De Norte a Sul, os resultados aparecem*. Ainda que a maioria das declarações das pessoas “comuns” possa ser considerada vaga, podendo ser inseridas em várias situações enunciativas, cada uma delas contribui decisivamente para a produção de efeitos de verdade, pelo

contexto que as envolve e pelas propriedades que as caracterizam. Antecedendo ou sucedendo as falas “populares”, o locutor sugere uma interpretação e orienta a produção dos sentidos, quando faz suas intervenções, carregando-as de advérbios espaciais e de locuções adverbiais que intensificam as distâncias e, por conseguinte, a amplitude do raio das ações já empreendidas pelo candidato. Por seu turno, os depoimentos são dados por pessoas “reais”, dotadas de rosto e voz, de nome e procedência. E é justamente sua procedência que nos remete a um aspecto que lhe é correlato e que concorre para esse mesmo fim. O contraste entre a reprodução das declarações populares e as intervenções do locutor atesta, mediante, por exemplo, as diferenças prosódicas, a pretensa ubiquidade do trabalho de Serra. Tenta-se, portanto, corroborar esse conteúdo por meio da substância fônica da expressão, das marcas discursivas de identificação contidas nas diferentes pronúncias que materializam o discurso. Além de algumas particularidades lexicais, os diferentes sotaques expressos nas falas “populares” ratificam a onipresença da atuação do candidato e têm sua singularidade regional reforçada, à medida que contrastam com a pronúncia “padrão” das intervenções do locutor do programa, que as intermedeiam, e da fala de Serra, que as segue imediatamente.

A título de ilustração, poderíamos comparar rapidamente a última declaração “popular” e o primeiro enunciado do pronunciamento de Serra, exibido logo na sua sequência, considerando alguns fatores prosódicos que os distinguem. Alguns traços da voz, tais como a mobilidade articulatória, a velocidade da elocução e o volume, indicam algumas características físicas do falante, tais como o sexo e a idade. Nesse sentido, a diferença entre os dois fragmentos comparados é manifesta: esses traços, mesmo que não tivéssemos acesso à imagem do locutor, revelariam que, em um caso, se trata de uma mulher idosa e, em outro, de um homem adulto. Por outro lado, existe um conjunto de propriedades singulares que caracteriza o timbre e a qualidade da produção vocal dos sujeitos, fazendo com que a voz, assim como o rosto, expresse sua identidade individual. Entre esses dois polos – um, das necessidades físicas e fisiológicas, e, outro, das contingências individuais –, podemos identificar uma zona limítrofe, na qual se situam, por exemplo, os falares regionais e, particularmente, as pronúncias características de diferentes recortes geográficos. É em função da existência dessa norma linguística regional que depreendemos algumas marcas na voz que não são nem inteiramente individuais nem completamente nacionais, mas locais. Ao ouvirmos suas vozes, sabemos que se trata de uma mulher idosa nordestina e de um homem adulto do Sudeste. Além disso, alguns fatores como a entonação e o ritmo da fala expressam, em consonância com os gêneros discursivos, um determinado investimento volitivo e um tipo de orientação argumentativa das formulações linguísticas. Assim, a entonação pausada e o tempo compassado da fala de dona Maria José sugerem, em harmonia com as formas linguísticas, antes um desejo do que uma asseveração.

Por sua vez, o enunciado de Serra consiste em uma declaração peremptória, mediante sua entonação dinâmica e seu tempo cadenciado.

Além desses usos da voz no discurso político eleitoral brasileiro, nele ainda identificamos a produção de efeitos de franqueza do dito e autenticidade do dizer pelas modulações vocais dos candidatos que buscavam constantemente apagar quaisquer indícios da prévia formulação de seus pronunciamentos (PIOVEZANI, 2009).

Assim procedendo, cremos ser possível conceber os elementos da voz como indícios que caracterizam física, individual, social, geográfica e volitivamente seus produtores. Pela voz, sabemos ou intuimos a idade, o sexo, o estrato social, a pertença regional, o investimento volitivo, a caracterização do enunciador e certa orientação argumentativa em seu enunciado. Ora a ordem do discurso, que controla o dito e as formas do dizer, certamente há de controlar as modulações vocais mediante as quais esse dito/dizer ganha corpo e faz sentido.

Razão, sedução e saudades da voz

Com vistas a finalizar nossa reflexão, lançaremos alguns comentários que se inscrevem nessa tradição discursiva, para a qual a dimensão antropológica e a natureza histórica das manifestações simbólicas são indissociáveis e incontornáveis. Começemos pela relação entre a voz, o corpo e a sedução, para que, em seguida, encerremos com a apresentação de uma hipótese, à qual denominamos “saudades da viva voz”.

Aprendemos com o livro do *Gênesis*, que só há voz, onde há corpo, escuta e sedução do homem. Se, antes da queda, nos seis primeiros dias, Deus diz, faz e legifera, seus atos parecem dispensar a voz, visto que não há carne, nem escuta e nem resposta. É somente depois da tentação de Eva e da perdição do homem que surge a materialidade da voz divina e do corpo humano, da escuta tímida e da resposta envergonhada (PARRET, 2002):

E ouviram a voz do Senhor Deus [...] e escondeu-se Adão e sua mulher da presença do Senhor Deus, entre as árvores do jardim.

E chamou, o Senhor Deus, a Adão, e disse-lhe: Onde estás?

E ele disse: Ouvi a tua voz soar no jardim, e temi, porque estava nu, e escondi-me. (BÍBLIA, Gênesis, 3, 8-10).

Depois disso, Deus ainda fala à mulher e à serpente, antes de dirigir-se novamente a Adão:

E a Adão disse: Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher [...].”
(BÍBLIA, Gênesis, 3, 17).

Eis aqui a escuta de uma voz sedutora, que é princípio de Eros e de Tânatos: o prazer da conjunção da carne encontra a dor do parto (*com dor terás filhos*), do trabalho (*No suor do teu rosto comerás o teu pão*) e da morte (*porquanto és pó, e em pó te tomarás*). À tragédia judaica do homem que cede à sedução feminina opõe-se a epopeia da razão ocidental que assegura o esclarecimento viril². Ante a tentação das sereias,

Vem para perto, famoso Odisseu, dos Aquivos orgulho,
traz para cá teu navio, que possas o canto escutar-nos.
Em nenhum tempo ninguém por aqui navegou em nau negra,
sem nossa voz inefável ouvir, qual dos lábios nos soa.
Bem mais instruído prossegue, depois de se haver deleitado.
Todas as coisas sabemos, que em Tróia de vastas campinas,
pela vontade dos deuses, Troianos e Argivos sofreram,
como, também, quanto passa no dorso da terra fecunda. (HOMERO,
Odisseia, XII, 184-191).

Ulisses não resiste à beleza de suas vozes nem à promessa de seu conhecimento:

Dessa maneira cantavam, belíssima. Mui desejoso
de as escutar, fiz sinal com os olhos aos sócios que as cordas
me relaxassem [...]. (HOMERO, Odisseia, XII, 192-194).

Porém, a sagacidade e a astúcia que lhe tornaram célebre haviam de uma vez mais se manifestar, fazendo de Ulisses homem providente que, seguindo os conselhos de Circe (XII, 37-52), já tomara os cuidados devidos para encantar-se com a beleza da voz das sereias, sem o ônus da perdição:

[...] mas eles remaram bem mais ardorosos.
Alçam-se, então, Perímedes e Eurícolo e deitam-me logo
novos calabres, e os laços e as voltas mais firmes apertam. (HOMERO,
Odisseia, XII, 194-196).

Diferentemente da enunciação divina ou angélica a fala humana é essencialmente vocal... Pela voz, nos sabemos homens, pois a onisciência de Deus, bem como a transparência dos anjos, dispensa a opacidade material da linguagem. Mas se não somos deuses ou anjos tampouco somos meros animais. Sabemos desde Aristóteles que os homens exercem sua condição de animal político por

² “As medidas tomadas por Ulisses quando seu navio se aproxima das Sereias pressagiam alegoricamente a dialética do esclarecimento” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.44-45).

meio da voz articulada (*phoné* + *logos*), com a qual constituem sons, sentidos e sociedades (ARISTÓTELES, *Política*, I, 2). Desde sua origem, a voz humana é posta a serviço da interlocução e ela só existe onde há escuta, que ora instaura o consenso ora estabelece o conflito em nossos corações e mentes.

No *Gênesis*, a sedução da voz sobrepõe-se à razão; na *Odisseia*, o entendimento sobrepuja a tentação melódica; e na *Política*, a voz é veículo do juízo racional. Assim, a voz congrega para o homem duas facetas que sintetizam sua humanidade: a beleza que seduz e a razão que esclarece. Diante da falta da voz, parece que somos frequentados pela ameaça de ausência do *pathos*, do *ethos* e do *logos*, que, por seu turno, se confunde com a própria presença do ser.

Eis aqui a hipótese que gostaríamos de aventar e com a qual encerramos nossa intervenção: parece-nos que, em determinados contextos da cultura ocidental, a cada vez que a voz falta ou ameaça faltar, surge entre nós uma manifestação em benefício da presença vocal. Sentimos saudades da viva voz, projetamos uma nostalgia da voz ao vivo, a cada vez que uma tecnologia de linguagem parece poder prescindir da dimensão vocal da linguagem humana:

- a) da invenção da escrita, surgiu a posição platônica em defesa da oralidade:

A escrita apresenta, meu caro Fedro, um grave inconveniente, que observamos também na pintura. Com efeito, os seres criados por esta última aparentam ter vida, mas, se lhes lançamos uma questão, eles permanecerão dignamente em silêncio. A mesma coisa ocorre com os discursos escritos: poderíamos crer que eles falam como seres racionais; mas se os interrogamos com a intenção de compreender o que eles dizem, eles se limitam a significar sempre uma única e mesma coisa. Uma vez escrito, cada discurso vai correr para todos os lados, e será dirigido indiferentemente àqueles que o conhecem e àqueles que não lhe dizem respeito; ele ignora a quem ele deve ou não se dirigir. Se vozes discordantes se fazem ouvir a seu respeito, se ele é injustamente injuriado, ele necessita sempre da ajuda de seu pai. Sozinho, com efeito, ele é incapaz de refutar um ataque e de se defender por si mesmo. (PLATÃO, 2002, p.275).

- b) da invenção da prensa e dos tipos móveis, emergiu *le culte de la voix à l'âge de l'imprimé*, no século XVII (SALAZAR, 1999), e se estendeu no século seguinte na postura de Rousseau (2008, p.116) em prol da fala contra a escrita:

Ao escrever, somos obrigados a tomar todas as palavras na acepção comum, porém aquele que fala varia as acepções através dos tons, determina-os como deseja; menos obrigado a ser claro, confere maior importância à força e não é possível que uma língua que se escreve conserve por muito tempo a vivacidade daquela que é somente falada.

- c) da invenção das várias tecnologias de linguagem, a partir do último quarto do século XIX (telégrafo, microfone, telefone, rádio e, talvez sobretudo, o cinema mudo, que desde o princípio parece ter sido frequentado pela nostalgia da viva voz), surgiram a posição Jean Cocteau (2002, p.54):

Antes, a gente se via. A gente podia perder a cabeça, esquecer as promessas, arriscar o impossível, convencer quem a gente ama, se abraçando, se agarrando. Um olhar podia mudar tudo. Mas, com este aparelho, o que acabou, acabou...

e a de Manoel de Barros (1996, p.57-67):

Prefiro as máquinas que servem para não funcionar. [...] Não pode haver ausência de boca nas palavras: nenhuma fique desamparada do ser que a revelou.

PIOVEZANI, C. Uses and meanings of the human voice in Brazilian electoral discourse. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.1, p.163-176, 2011.

- *ABSTRACT: Based on considerations about the possibility, the specificity, and the productivity of a discourse analysis of the relationships between sound and meaning, this study starts up with the analysis of some functions of the human voice in meaning construction in the Brazilian electoral discourse. More specifically, we analyze discourse sequences extracted from the Television Electoral Free Time Slot assigned to the candidates during the 2002 Brazilian presidential elections, by means of the descriptions and interpretations of certain uses and effects of the discourse segments and suprasegments, and the prosodic elements employed in certain passages of Lula's and Serra's speeches. We conclude the investigation by evaluating an anthropological trait inscribed in the human voice, which binds reason and seduction in its modulations, and by hypothesizing a sense of human voice nostalgia due to the emergence of certain language technologies that seem to threaten it. Our studies are based on discourse analysis as developed by Michel Pêcheux and his followers.*
- *KEYWORDS: Discourse analysis. Political discourse. Human voice.*

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARROS, M. *Livro sobre o nada*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966. p.678-686.

CAGLIARI, L. C. Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n.23, p.137-151, 1992.

COCTEAU, J. *La voix humaine*. Paris: Stock, 2002.

HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

LULA: campanha eleitoral. *Propaganda eleitoral gratuita*. [S.L]: [s.n.], 21 out. 2002.

MARTINS, N. S. *Introdução à estilística*. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

MOREL, M.-A. Intonation, regard et genres dans le dialogue à batons rompus. *Langages*, Paris, n.53, p.15-27, 2004.

ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PARRET, H. *La voix et son temps*. Bruxelas: De Boeck Université, 2002.

PIOVEZANI, C. *Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

PLATÃO. *Phèdre*. Paris: Belles Lettres, 2002.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990, p.61-161.

PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, Paris, n.24, p.93-106, 1971.

ROUSSEAU, J-J. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008.

SALAZAR, P-J. La voix au XVII^e siècle. In: FUMAROLI, M. (Org.). *Histoire de la rhétorique dans l'Europe: 1450-1950*. Paris: PUF, 1999. p.787-821.

SERRA: campanha eleitoral. *Propaganda eleitoral gratuita*. [S.L]: [s.n.], 22 out. 2002a.

_____: campanha eleitoral. *Propaganda eleitoral gratuita*. [S.L]: [s.n.], 23 out. 2002b.

Recebido em junho de 2010.

Aprovado em novembro de 2010.

NASCIMENTO E MORTE DA LEI DE IMPRENSA NO BRASIL: REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE AUTORIA EM JORNALISMO

Anderson Salvaterra MAGALHÃES*

- **RESUMO:** Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em torno da trajetória histórico-discursiva da imprensa no Brasil. O objetivo é demonstrar como as relações intersubjetivas empreendidas nas diferentes reformulações da lei de imprensa apontam a construção de um estatuto autoral na imprensa. De um ponto de vista dialógico bakhtiniano de linguagem, discute-se a organização da imprensa como esfera discursiva e problematiza-se a questão da autoria em jornalismo. Os construtos teóricos de *sujeitos enunciativos* e *autoria* são tomados como categorias de análise e de interpretação das tramas discursivas flagradas na legislação sobre a imprensa. Para este artigo, foram analisadas sete versões da lei de imprensa desde o primeiro decreto baixado no Brasil, em 1823. A discussão mostra como as transformações na legislação revelam a interdependência entre a imprensa e o funcionamento cultural e descreve parte do processo de estruturação discursiva da imprensa no Brasil, a partir do estabelecimento de referencial de valor necessário para a consolidação da esfera e do estatuto autoral em jornalismo.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Dialogismo. Esfera discursiva. Autoria. Enunciado. Ética. Lei de imprensa.

Introdução

Dada a complexidade envolvida, nos dias de hoje, na produção de um texto jornalístico impresso, que pode mobilizar, entre outros, pauteiro, repórteres, fotógrafos, diagramadores, editores, revisores e diretores, a discussão em torno da autoria de uma matéria veiculada por uma empresa jornalística e das responsabilidades nela implicadas não é de fácil resolução. Como medir a contribuição de cada elemento essencial para a construção de uma matéria? Até que ponto o nome do jornalista (ou jornalistas) e do(s) fotógrafo(s) dão conta dos sentidos postos em circulação pelo enunciado emoldurado por uma assinatura editorial?

A relação de tensão entre o profissional e o editorial flagrada na atualidade resulta de um processo histórico que, no contexto brasileiro, pode ser resgatado a partir da chegada da família real em 1808. A circulação do *Correio Brasileiro*,

* UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras – Departamento de Letras Vernáculas. Campus José Mariano da Rocha Filho. Santa Maria – RS – Brasil. 97015-900 – eumagalhaes@yahoo.com.br

editado por Hipólito da Costa, e o estabelecimento da Impressão Régia, que publicava a *Gazeta do Rio Janeiro*, inauguraram um conflito ético que possibilitou à imprensa se organizar como uma arena discursiva de confirmação ou transformação de valores. Construída esse espaço, a imprensa no Brasil vai se consolidando, ganhando força e assumindo seu lugar no funcionamento sócio-histórico a ponto de aumentar a vulnerabilidade do sistema monárquico e mobilizar o sistema jurídico. Após o fim da edição dos dois jornais que fundaram a esfera discursiva da imprensa no Brasil, teve início sua prescrição jurídica. Acreditamos, então, que a formulação, em 1823, da primeira versão da lei de imprensa no Brasil e as reformulações subsequentes até sua revogação integral em 2009 tenham estabelecido uma cadeia de ações que constitui importante núcleo para investigação do alcance de atuação da esfera e da construção de um estatuto autoral jornalístico.

Partimos da hipótese de que, se a trajetória da lei de imprensa no Brasil conta a história de como o escopo de atuação jornalística se desdobra, as representações do fazer jornalístico resgatadas a partir das relações intersubjetivas empreendidas na produção dos textos legais revelam os fundamentos das possibilidades autorais no jornalismo brasileiro.

Neste trabalho, rastreamos as representações do exercício jornalístico nos textos das diferentes reformulações da lei de imprensa no Brasil e buscamos demonstrar como as relações intersubjetivas referendadas nesses textos apontam a construção de um estatuto autoral próprio da imprensa. Assim, identificamos que responsabilidades os textos jurídicos reconhecem e descrevemos os mecanismos discursivos que desenham um perfil autoral para analisar e interpretar o modo como a prescrição da imprensa corrobora a ética jornalística.

A fim de guiar o fio argumentativo deste artigo, levantamos as seguintes perguntas: a) quais posicionamentos éticos são revelados na trama enunciativa do contexto de produção das diferentes versões da lei de imprensa? b) quais as responsabilidades na imprensa são reconhecidas nos textos legais e como os sujeitos enunciativos são representados nas reformulações a partir das responsabilizações jurídicas? e c) o que provocam, no estatuto autoral na imprensa, os posicionamentos ideológicos referendados nas reformulações legais?

Para responder a essas indagações, partimos de uma discussão sobre dois pontos teóricos, ambos orientados pelo pensamento dialógico bakhtiniano: 1) a construção da imprensa como *esfera discursiva* e 2) a noção de *autoria*. Em seguida, descrevemos os procedimentos metodológicos que orientaram a seleção do *corpus* e o tratamento da análise, detalhando as categorias discursivas mobilizadas. Por fim, descrevemos e analisamos as relações intersubjetivas empreendidas no texto das diferentes versões da lei de imprensa no Brasil para interpretar a articulação ética que molda possibilidades autorais no material jornalístico.

Imprensa como esfera discursiva no Brasil

O desenvolvimento da imprensa sempre marcou e foi marcado por grandes acontecimentos históricos, como a queda da monarquia na França, as transformações políticas na Inglaterra etc. Isso significa dizer que se trata de uma instituição que, ao mesmo tempo, alimenta questões sócio-históricas e delas se alimenta. Para a compreensão de sua dimensão sociopolítica e discursiva, o mais importante marco é a periodicidade no século XVII, quando a regularidade na circulação do jornal instituiu um contrato interacional entre editores, redatores, jornalistas e público-alvo, inaugurando uma referência na transformação das ideias de *público* e de *privado* (WARD, 2004). A imprensa trouxe para o plano público o que antes era reservado a câmaras privadas. Fazer política, administrar um reino, entre tantas outras atividades institucionais que operavam quase como segredo, passaram a ser mediadas pela visibilidade de gestos, atitudes, escolhas. Estabelecida a periodicidade, a imprensa ganha força discursiva, tornando-se importante núcleo de construção e divulgação de sentidos e de conhecimento.

A questão do aparato técnico é igualmente relevante para a consolidação do poder da imprensa, uma vez que o suporte também desempenha função crucial na instauração de uma rotina que estabelece interação entre diferentes camadas da sociedade e entre instituições. No caso dos primórdios da imprensa, o papel configurava instrumento de mediação entre aquilo tomado como fato jornalístico e o público-alvo e a escrita, a forma verbo-visual de linguagem que viabilizava a interação. Assim, o impresso divulgado periodicamente institui determinadas possibilidades de relação social, alterando o funcionamento de diferentes contextos. Aqueles tomados como objeto noticioso ganhavam uma visibilidade que transformava o estatuto de seus atos, enquanto aqueles que recebiam o objeto noticiado, de algum modo, acessavam circunstâncias de outro modo inatingíveis. Esse processo interacional dependia dessa relação, de maneira que um constituía o outro.

Seguindo essa maneira de ponderar a organização da imprensa, reconhecemos que o que efetivamente põe em circulação é da ordem da palavra. A construção de um fato noticioso é um ato de natureza preponderantemente discursiva e, por isso, centrado na palavra. Isso não significa dizer que mobilize apenas a materialidade verbal, mas que sua constituição se dá fundamentalmente por meio de signos (no caso, verbo-visuais, embora outros meios desenvolvidos depois da imprensa tenham se valido de materialidade sonora) circunscritos em determinado funcionamento sociocultural. Assim, a configuração da imprensa se deu por meio da estabilização de atos discursivos que instaurou um espaço para negociação de valores, seja para consolidá-los, seja para questioná-los ou refratá-los. Para descrever a construção da esfera discursiva, pensemos com certo vagar sobre as noções de *signo* e a de *ideologia*.

O primeiro traço que caracteriza um signo é o fato de não coincidir consigo mesmo. Um signo sempre aponta para algo que não ele próprio. Aquilo que aponta para si e coincide consigo pode ser um artefato, um instrumento, um objeto concreto empírico, palpável, com uma função e finalidade, mas não um signo. O martelo, por exemplo, na condição de ferramenta tem uma materialidade e forma específicas, atende a determinada finalidade, serve a um propósito, mas nada disso altera sua condição de ferramenta provida de uma cabeça de material forte e pesado, como ferro, presa a um cabo pelo qual é manuseada para a ação de bater, quebrar, pregar etc. Diferentemente, o item lexical *martelo* não é ele mesmo a ferramenta que serve a tal finalidade, mas um construto que remete a algo situado fora de si. *Martelo*, na condição de item lexical, configura uma imagem acústica que, junto com um conceito, constrói uma ideia da ferramenta. Essa trama empreendida no vocábulo *martelo* garante-lhe estatuto de signo, no caso, linguístico, já que seu valor vincula-se ao funcionamento do sistema de uma língua (SAUSSURE, 1995). Se, de uma outra perspectiva, pensarmos no martelo como emblema político, por exemplo, convocamos o funcionamento sociocultural para construção de um outro tipo de signo, o ideológico (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1999), em que o martelo, na condição de emblema, atualiza um discurso, uma ideologia. Desse ponto de vista, podemos assumir que “[...] tudo que é ideológico é um *signo*. Sem *signo* não existe *ideologia*” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1999, p.31, grifo do autor).

Essa abordagem sugere que qualquer construção social implica o processo de semiotização. Ainda de acordo com os próprios autores, não basta colocar dois *homo sapiens* juntos para se estabelecer um grupo; é preciso que compartilhem de um eixo valorativo a partir do qual possam se posicionar e, assim, assumir uma postura ética. O estabelecimento dessa referência é condição para a organização cultural que, desse ponto de vista, define-se pelo estabelecimento de signos que mobiliza formas de discurso e formas de saber e projeta-lhes valores. Por isso, entendemos que as relações sociais não prescindem de uma moldura ideológica que deflagra possibilidades éticas. Havendo um referencial, é possível aderir ao instituído, opor-se a ele ou agir para sua transformação. Sem uma referência que fundamente possibilidades éticas, a ação humana desarticula-se, desestruturando a interação.

Fundamentado nessa perspectiva semiotizada e valorada das relações sociais, os autores distinguem dois níveis em que o eixo axiológico organiza as interações discursivas. Há um plano em que os signos não se encontram estabilizados a ponto de constituir um sistema, mas que regem as atividades cotidianas. Nesse plano, Bakhtin e Volochinov (1999) identificam a *ideologia do cotidiano*, que confere valor aos atos e gestos num plano mais pontual. Quando certa ideologia do cotidiano cristaliza-se e estabiliza-se num plano mais abrangente e configura um sistema

a partir da moral social, da ciência, da arte, da religião, os autores identificam-na como *ideologia oficial*.

A questão chave dessa postulação teórica está no fato de não conceber *ideologia*, independente do plano em que seja considerada, como falsa consciência que mascara as forças sociais que organizam as relações humanas, mas como o conjunto de representações, interpretações e, portanto, ações que implicam tomada de postura ética. No nível do cotidiano ou do instituído socialmente, a ideologia funciona a partir de um eixo axiológico que regula as relações sociais e destitui a ação humana de qualquer álibi (BAJTIN, 1997). Não há como o ser humano prescindir de um lugar social e de uma postura ética ao se engajar na relação com outro, de maneira que não há como interagir sem a orientação ideológica. E tudo isso acontece por meio de processos de semiotização. Tomando novamente a tradução das palavras dos autores, destacamos que “[...] a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir de seu próprio interior, a estrutura da enunciação.” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1999, p.113). Qualquer produção discursiva, desse ponto de vista, é organizada na interseção dos planos ideológicos cotidiano e oficial, num permanente dinamismo de valores. Aqueles estabilizados e cristalizados estruturam a interação verbal e social sem ser tomada como objeto da interação, ao passo que aquelas que se desestabilizam e colocam em xeque algum valor aparecem em negociação na própria relação social (VOLOSHINOV; BAJTIN, 1997).

Especificamente no âmbito da discussão deste artigo, esse postulado tem grande importância, porque permite a descrição e análise dos aspectos que consolidaram o jornal como uma instituição ideológica e a imprensa como uma esfera discursiva. A periodicidade trouxe regularidade ao funcionamento da imprensa e possibilitou a estabilização interacional a ponto de movimentar sentidos e discursos da ordem ideológica oficial, tomando a imprensa espaço para confirmação, refuta ou transformação de valores sociais. Ao construir um objeto noticioso, a imprensa recorta um evento interacional e, ao publicá-lo, faz circular em outra dimensão esse evento interacional, alterando as relações primeiramente empreendidas. Mas não é só isso. Conquistar um lugar no funcionamento cultural faz com que a imprensa influencie uma série de setores de atividades. Se anteriormente, por exemplo, as discussões e decisões políticas operavam como segredo de Estado, a presença de representantes dos jornais nas câmaras governamentais redimensionou as relações sociais ali estabelecidas (WARD, 2004). De algum modo, o público em geral penetrou o espaço institucional reservado, redesenhando os participantes desse processo interacional.

A organização como esfera discursiva provocou a consolidação de uma ética própria que, de início, vinculava-se à adesão ou não ao discurso hegemônico e, depois, articulou-se por meio do discurso de fatos, como se o jornalismo capturasse

a realidade objetiva tal como é (WARD, 2004). Sem entrar na discussão acerca da pertinência ou não da noção de *realidade objetiva tal como é*, a estruturação da ética jornalística sobre o pilar da objetivação em detrimento da subjetivação atendia à demanda moderna por romper com laços e valores tradicionais (LYOTARD, 1979, 1986) e afirmar um funcionamento cultural centrado na verdade como aquilo que se opõe ao falso (AMORIM, 2007). Isso significa dizer que a atualização do discurso de fatos não foi fortuita; resultou de transformações na história da cultura ocidental.

No contexto brasileiro, a vinda da família real favoreceu e viabilizou o desenvolvimento dos aparatos técnicos necessários para o estabelecimento da imprensa no Brasil. Criou-se, em 1808, a Impressão Régia, que publicava a *Gazeta do Rio de Janeiro*. A despeito do nome do primeiro periódico editado no Brasil, a política monárquica não vislumbrava aqui uma nação. A *Gazeta do Rio de Janeiro* se ocupava, basicamente, do funcionamento europeu.

No mesmo ano, entretanto, Hipólito da Costa edita um jornal efetivamente brasileiro em Londres. Como a proposta fugia à subserviência aos interesses da Coroa e buscava tematizar o contexto brasileiro, o *Correio Braziliense* não poderia ser referendado pela Impressão Régia. Principalmente por isso, reconhecemos nesse periódico um caráter notadamente nacionalista brasileiro, cuja oposição à monarquia não apenas marcou, mas ajudou a construir a história de um Brasil. A tensão política estabelecida entre os periódicos revelava um eixo axiológico que permitia diferentes atualizações éticas. A imprensa nacional nasceu, então, da tensão de ideais, ideias e discursos especialmente em torno de representações de Brasil.

Daí por diante, a esfera jornalística foi transformando o contexto social brasileiro e sendo por ele transformada. Como outros trabalhos de cunho histórico demonstram (SODRÉ, 1999; BARBOSA, 2007; MARTINS; LUCA, 2008), a tensão ética desse período foi peça fundamental na construção da República, abolição dos escravos, mudança da maioria, entre tantos outros temas. Isso porque os impasses políticos que se restringiam aos gabinetes e recantos palacianos passaram a habitar o jornal, que instaurava outros interlocutores, trazendo a discussão político-administrativa para os leigos. A imprensa deflagrou novas possibilidades de interação, criou verdadeiros eventos de letramento, no qual analfabetos ouviam a leitura do jornal e discutiam questões brasileiras, provocou diversas mudanças comportamentais na sociedade.

O jornal ganhou sentido cultural a ponto de provocar o Imperador a baixar um decreto em 1823 para cercar as possibilidades de ação discursiva dos periódicos. Mesmo de caráter coibente, o que podemos considerar como primeira Lei de Imprensa no Brasil trouxe importante marco para a esfera jornalística: a discussão em torno da responsabilidade. É fato que o Imperador

visava controlar o meio de comunicação, mas os desdobramentos de seu ato atingiram dimensões bem mais amplas, embora também sutis, como veremos adiante. Legislar sobre a liberdade de imprensa conferiu visibilidade àqueles que nela trabalhavam e implicou o reconhecimento de atividades específicas. Imprimir deixou de ser um gesto amador e começou a figurar como nicho de trabalho especializado.

O tempo passou, novos periódicos surgiram, de maneira mais ou menos efêmera, mas a esfera se consolidava e continuava influenciando e sendo influenciada pela história brasileira, e as reformulações legais continuaram pontuando seu crescimento. Até bem recentemente, as alterações na Lei sinalizaram os avanços e recuos políticos, mas sempre contribuíram para o fortalecimento de um espaço de construção de sentidos e de conhecimento, porque referendavam atividades profissionais ao buscar responsáveis pelo impresso. Nessa trama, a questão autoral tem um papel fundamental e merece ser destacado. Ponderemos um pouco sobre a autoria na trajetória histórica da imprensa no Brasil antes de analisarmos o percurso da legislação.

Uma perspectiva dialógica de autoria: o que a legislação nos diz da esfera da imprensa

Tomando como base a configuração da imprensa contemporânea, a autoria na imprensa não pode ser definida simplesmente pelos créditos dados aos produtos jornalísticos. A assinatura empírica de um artigo ou reportagem, a identificação de quem fez uma entrevista, bem como a transparência dos créditos dos fotogramas não garantem o reconhecimento do autor do projeto textual-enunciativo de uma edição. Mesmo segmentando a edição em seções, cadernos, colunas, seria, no mínimo, contraintuitivo imaginar um fragmento textual como autônomo, desligado do todo da edição. Basta pensar no ato de comprar um jornal. Compramos o jornal W, e não o Z. Concordamos com uma linha editorial e discordamos de outra. Mesmo o leitor não comprometido com um processo de descrição e análise discursiva identifica um acabamento da editoria que não se restringe ao trecho editorial propriamente dito. O processo de leitura – como ato cognitivo – pode até ser paratático, seletivo, fragmentador, mas a interação com os fragmentos selecionados não prescinde do contexto editorial daquele material. Ainda que escolhamos comprar uma edição por conta de uma coluna específica assinada por alguém em particular, não o fazemos em detrimento de um acabamento daquela empresa de informação que engloba a coluna.

Além disso, a multimaterialidade do impresso, especialmente na atualidade, não permite reduzir ao jornalista redator a autoria dos sentidos construídos no produto editorial. Entre a escolha da pauta e a publicação de uma matéria,

identificamos a presença necessária de vários profissionais que trabalham para a construção e divulgação de um todo marcado pela logomarca de uma empresa de informação que é efetivamente recebido pelo público. É autor quem elege o fato a ser noticiado ou o assunto da reportagem? Ou seria o editor da matéria? O diagramador que organiza a página pode ser considerado autor? Quem responde pela autoria dos sentidos deflagrados na inter-relação entre a visualidade da página e o assunto abordado na matéria jornalística? De toda essa complexidade, resgatamos dois pontos-chave: 1) a autoria, na condição de princípio organizador do projeto ideológico de uma produção jornalística, escapa os limites da empiria física de indivíduos; 2) a autoria é validada pela ética que estrutura a produção.

Nos primórdios da periodicidade, como já apontado neste artigo, o fazer jornalístico se dava por meio do engajamento político e, portanto, de modo dissonante com as noções de *objetivo* e *imparcial* valoradas na atualidade. Naquele momento, a assinatura de um jornal dependia da posição assumida diante do contexto em que funcionava. Na Inglaterra, por exemplo, a coerção da imprensa procurava garantir o lugar da Coroa, que se via cada vez mais vulnerável à atuação dos jornais (WARD, 2004). Tal cercear, porém, alimentava a então ética jornalística, uma vez que reafirmava um eixo axiológico a partir do qual o fazer jornalístico se posicionava. Operar clandestinamente, naquele contexto, podia ser também condição para o exercício responsável do jornalismo. O rigor legal deixava clara a valoração que o poder instituído atribuía à imprensa e, assim, viabilizava uma oposição e resistências igualmente claras. No Brasil, não foi diferente, como recuperamos nas representações legais, principalmente se estivermos atentos à autoria como um princípio organizador do enunciado que define e se define pela responsabilidade ética que sustenta a produção e circulação do jornal.

Para demonstrar o modo como compreendemos a construção da autoria na imprensa, recorremos a três textos da obra de Bakhtin e o Círculo que discutem a organização do enunciado como um processo interacional. Propomos o seguinte percurso de leitura e discussão: *Marxismo e filosofia da linguagem – problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem* (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1999) e “Discurso na vida e discurso na arte: sobre a poética sociológica” (VOLOCHINOV; BAJTIN, 1997), ambos de autoria disputada por Volochinov, e “O autor e a personagem”, escrito por Bakhtin na primeira metade da década de 1920, porém publicado originalmente em 1979 (BAJTIN, 2003). Este último consiste de um trabalho não concluído de Bakhtin e editado postumamente para publicação. O texto de arquivo, sem título no original, traz contribuições para as discussões filosóficas sobre a atividade estética que nos auxiliam a pensar os sujeitos implicados no enunciado.

Dentre as contribuições teóricas de Bakhtin e Volochinov¹ (1999), para a discussão em torno da noção de *autoria*, destacamos o modo como concebem a interação verbal. Ao formular sua postulação, os estudiosos russos diferem duas orientações do pensamento filosófico linguístico – o subjetivismo individualista e o objetivismo abstrato – para situar sua postura teórica – a dialógica. Os pensadores não localizam o sentido no indivíduo e, por isso, não coadunam com a ideia de que possa ser expressado – como num movimento de exteriorização. Daí não subscreverem à orientação subjetivista individualista, associada a Wilhelm Wundt, Karl Vossler e Benedetto Croce (CLARK; HOLQUIST, 1998) e que compreende o sentido de um ponto de vista individual, psicologizante. Por outro lado, também não aderem irrestritamente ao pensamento objetivista abstrato, associado, basicamente, às contribuições de Saussure (1995), que concebe a linguagem como um sistema abstrato, social, porém, despersonalizado.

Conforme discutem Clark e Holquist (1998), o pensamento de Bakhtin e o Círculo reformula as perspectivas *personalista* e *desconstrucionista* da linguagem ao apresentar sua maneira *dialógica* de entender a interação verbal, que localiza o sentido na relação estabelecida e ação entretecida entre sujeitos. Bakhtin/Volochinov (1999) argumentam que o funcionamento da linguagem se dá por meio da comunicação discursiva. Seja na oralidade ou na escrita, não há como prescindir da noção de endereçamento, que instaura dois sujeitos em diálogo: aquele que dirige a palavra ao outro (locutor) e aquele a quem é dirigida a palavra (auditório, interlocutor, representante médio, entre outros). A noção de *endereçamento*, entretanto, não deve fazer supor que o sentido é transmitido de um indivíduo para o outro. Diferentemente, é construído na relação necessária entre sujeitos.

No ensaio de 1926, Voloshinov e Bajtin (1997) esmiúçam tal concepção ao defender que a interação verbal é resultado da articulação de três sujeitos: o autor (enunciador), o destinatário (coenunciador) e o herói (objeto do enunciado/enunciação). Qualquer que seja a instância de interação verbo-social (artística ou não, oral ou escrita), é preciso que haja um núcleo temático de sujeitos que compartilhem de um mesmo eixo axiológico a partir do qual se posicionem. Considerando a não isenção de responsabilidade inerente a essa formulação teórica, compreendemos que a distância guardada entre o enunciador, o coenunciador e o objeto do discurso constitui marca da orientação ideológica do enunciado. Não há, portanto, como enunciar em um vácuo social; há sempre um convite de um “eu” a um outro para partilharem da avaliação de um objeto.

É importante notar que o objeto do discurso não configura um elemento estático, que existe em algum lugar e do qual os enunciadores se apropriam.

¹ Neste artigo, optamos por variar a grafia dos nomes dos autores conforme a obra consultada. Assim, ao nos referirmos a textos traduzidos para o português, utilizamos “Bakhtin” e “Volochinov”; para os textos em espanhol, seguimos a grafia “Bajtin” e “Voloshinov”.

Trata-se de um conteúdo cuja forma modelada pelos enunciadores desvela a referência de valor que organiza o processo interacional. Desse ponto de vista, a interação constitui-se nessas relações intersubjetivas que se dão num núcleo ternário, mas não necessariamente num trio. Isso porque há desdobramentos desses sujeitos.

Uma importante contribuição teórico-metodológica trazida por Bakhtin (2003) para entender essa concepção de interação é a diferenciação entre o *autor-criador* e o *autor-pessoa*. Enquanto este constitui uma unidade da realidade biossocial, um ser humano concreto, aquele configura uma posição na produção discursiva no âmbito da estética geral, e não da estética do material. Isso significa dizer que o lugar enunciativo do autor-criador é definido pelo modo como se insere na cadeia comunicativa, e, por mais que haja correspondência entre um ser físico e o produtor de um texto, a posição do autor-criador escapa dos limites de um ser humano cognoscente. Para acessá-lo, é preciso recuperar os movimentos sociodiscursivos flagrados nas relações intersubjetivas que compõem um fenômeno discursivo. Mesmo que não nos atenhamos a obras de arte neste artigo, percebemos que essa abordagem estética traduz uma postura epistemológica que, conseqüentemente, orienta procedimentos metodológicos. Dessa perspectiva discursiva, a aproximação estética configura um gesto de análise.

Recolhendo em uma proposta de nomenclatura os termos *locutor/autor/autor-criador/autor-pessoa*, de um lado, e *interlocutor/ouvinte/destinatário/representante médio/auditório*, de outro, designações que circulam nas traduções de Bakhtin e o Círculo, propomos o desdobramento da relação intersubjetiva ternária da seguinte maneira: a figura do enunciador pode apontar para o sujeito marcado naquilo que está dito, no enunciado, o que chamamos *locutor*, ou para o princípio organizador da enunciação, que denominamos *autor*. Paralelamente, distinguimos na figura do coenunciador, o *destinatário real*, aquele que presencia a enunciação, e o *destinatário pressuposto*, que motiva a estrutura da enunciação e, portanto, provoca marcas no enunciado. Também os conceitos de *herói/personagem/objeto* serão aqui sintetizados como *objeto*, embora reconheçamos que cabe uma reflexão teórica mais elaborada que dê conta das implicações de tal variação na designação conceitual. Para o objetivo deste artigo, essa proposta de nomenclatura para a multiplicidade de dimensões constituintes da relação ternária estruturante de qualquer enunciação/enunciado permite problematizar a questão da autoria no jornalismo impresso e também sua representação nos textos legais que regulamentam o exercício profissional.

Outro aspecto que perpassa o quadro teórico de Bakhtin e o Círculo é a questão do valor. As relações intersubjetivas são costuradas por um referencial

a partir do qual os sujeitos podem se posicionar. Aí vale um destaque. Como pontuam Voloshinov e Bajtin (1997), a trama axiológica da enunciação não é explicitada. Enquanto referencial de valor, ela permanece no nível da organização interacional, e não no nível do conteúdo explicitado. Uma vez explícitos, temos indícios de que esses valores estão sendo postos em xeque, são negociados, estão em transformação. Nesse caso, a produção de uma lei ou decreto aponta para um núcleo de instabilidade, já que é motivada por uma demanda social de regulamentação num núcleo de conflito. As representações da autoria jornalística nas reformulações da lei de imprensa revelam, então, movimentos sociodiscursivos na esfera da imprensa. Isso posto, detalhamos os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa.

Procedimentos metodológicos

O *corpus* selecionado para análise neste artigo é o conjunto de cópias das reformulações da Lei de Imprensa desde o decreto baixado por D. Pedro I em 1823 até a Lei nº 5.250/67 – a última vigente –, disponíveis no sítio do Senado Federal. Foram levantados os seguintes textos legais: a) Decreto de 22 de novembro de 1823; b) Lei de 20 de setembro de 1830; c) Lei de 16 de dezembro de 1830; d) Constituição Federal de 24 de fevereiro 1891; e) Decreto nº 24.776, de 14 de julho de 1934; f) Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953; g) Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967. Não incluímos no *corpus* as decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal de 28 de fevereiro de 2008 e de 30 de abril de 2009 que, respectivamente, suspendeu artigos da última versão da lei de imprensa e a revogou inteiramente, por considerar que a supressão da lei instaura um novo enquadre discursivo que demanda uma análise particular.

O processo de análise seguiu três principais etapas: descrição do objeto, análise dos dados e interpretação dos fenômenos discursivos que constituem o objeto. A primeira etapa, a de descrição, consistiu de leitura global dos textos legais para identificação de seus elementos constituintes: sua natureza – decreto ou lei – e redação – parte preliminar, normativa e final. Em seguida, procedemos à análise dos dados propriamente dita. A partir da noção de relações ternárias constituintes da interação verbal, identificamos como a noção de *autoria jornalística* é empreendida em cada reformulação legal, por meio do modo como a questão da responsabilidade é tratada. Por fim, interpretamos a orientação ideológica da regulamentação da imprensa para projetar a maneira como esta se estruturou como esfera discursiva ao longo do percurso histórico no Brasil e para descrever as possibilidades autorais deflagradas.

Representações do fazer jornalístico na trajetória histórico-discursiva da lei de imprensa no Brasil: tensões éticas como fundamento de possibilidades autorais

Para refazer o percurso sócio-histórico-discursivo da lei de imprensa no Brasil, pensemos, antes de tudo, sobre dois aspectos importantes do funcionamento dos textos legais: aspectos distintivos da produção, que determinam a diferença entre uma lei, um decreto, um decreto-lei etc., e princípios de técnicas de redação jurídica – legística –, que orientam as possibilidades formais de construção de sentido e de leitura dos textos legais.

No caso da lei de imprensa, há de se diferenciar entre decreto e lei, porque foram essas as principais atualizações da legislação. Cada tipo de produção indica um processo interacional relevante para a descrição e análise do texto legal e interpretação das representações do fazer jornalístico consolidadas ou refutadas ao longo do trajeto da jurisprudência para o jornalismo no Brasil. Uma lei tem como ponto de partida o poder legislativo, ao passo que o decreto parte do poder executivo. Isso significa dizer que a regulamentação da imprensa por meio de uma lei implica a ação do poder responsável por legislar e segue o fluxo convencional da produção e implementação de uma nova norma. Um decreto, por outro lado, implica um quadro interacional em que o autor não é aquele primeiramente responsável por legislar e envolve um processo de produção que altera o trâmite convencional de um texto legal. O que cada contexto de produção significa na trajetória da lei de imprensa?

O primeiro texto que regulamenta a imprensa no Brasil consta de 1823 (BRASIL, 1823) e constitui uma demanda do Imperador, ou seja, do poder executivo, e não da ação ordinária do poder legislativo. O decreto é assinado pelo então Ministro dos Negócios do Império do Brasil, João Severiano Maciel da Costa, apresenta a rubrica de Sua Majestade Imperial e foi baixado dez dias após o Imperador dissolver a Assembleia Constituinte por estar insatisfeito com a redução do poder imperial pretendida pelos constituintes (NUNES, 2003). Concluímos que a motivação para regulamentar a imprensa era cercar o poder legislativo em favor da manutenção do poder executivo, e não organizar e orientar a imprensa em si. O que foi prescrito nessa ocasião revelou a força sociopolítica que o jornalismo conquistava e os valores em negociação no processo de estruturação da esfera discursiva. Analisemos a organização textual do decreto para verificar de que maneira o projeto enunciativo imperial desenha a responsabilidade na imprensa e, assim, aponta indícios das possibilidades éticas no fazer jornalístico no Brasil.

A técnica de redação jurídica prevê a organização textual de uma lei em três partes principais: a preliminar, a normativa e a final. A parte final trata, em geral, dos dispositivos de transição e, para o caso aqui analisado,

não apresenta nenhum aspecto significativo. A parte preliminar apresenta os seguintes elementos: a) epígrafe, que configura a identificação numérica singular da lei; b) ementa, que discrimina o objeto, o tema e a finalidade da lei; c) preâmbulo, que indica o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal com o nome da autoridade, seu cargo e atribuição legal para promulgar a lei.

A parte normativa é o corpo da lei propriamente dita e apresenta a matéria do objeto legislativo e as disposições legais que inovam a ordem jurídica. Essa parte é organizada em artigos, que podem se subdividir em parágrafos e incisos. Estes podem ser subdivididos em alíneas e itens. Os artigos funcionam como unidade básica de apresentação de assuntos no texto normativo e os artigos e incisos, disposição secundária de um artigo, têm como finalidade explicar ou modificar o enunciado principal. A princípio, cada artigo deve tratar de um único assunto; exceções e complementações devem ser discriminadas em parágrafos e incisos. As alíneas constituem o desdobramento dos incisos e dos parágrafos e, em geral, apresentam enumerações que os detalham. Não trataremos, neste artigo, das mudanças na maneira de numerar os artigos e parágrafos por escapar à proposta da presente discussão. Consideramos apenas a hierarquia das categorias da legística para descrever e analisar a composição formal dos textos legais.

Os textos mais elaborados podem ser organizados com diferentes agrupamentos dos artigos, distribuídos em seções, capítulos, títulos e livros. As seções são o conjunto de artigos que versam sobre um mesmo tema; os capítulos, um conjunto de seções; os títulos, de capítulos; os livros, um conjunto de títulos. A legislação brasileira reúne em “códigos” o conjunto de leis que tratam de determinado ramo do Direito, de maneira que esses agrupamentos se tornam essenciais para a organização dos textos legais.

Retomando a discussão específica deste artigo, identificamos no decreto de 22 de novembro de 1823 uma redação simplificada da parte normativa, constituída de quarenta e seis artigos, sem qualquer discriminação ou detalhamento de parágrafos ou incisos. A parte preliminar, entretanto, apresenta um detalhamento não comum se comparada aos textos atuais. A epígrafe sinaliza a natureza do ato, que se trata de um decreto. A ementa ratifica a ação do poder executivo que manda executar o projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, e o preâmbulo traz a característica mais marcante do texto. Além da identificação do órgão competente pelo ato – a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império – e da autoridade que o assina – João Severiano Maciel da Costa, Ministro dos Negócios do Império do Brasil –, o preâmbulo apresenta um longo texto que versa sobre as considerações sociais e políticas que supostamente justificam a promulgação do decreto. Citamos alguns trechos:

Considerando que, assim como a liberdade da imprensa é um dos mais firmes sustentáculos dos Governos Constitucionaes, também o abuso della os leva ao abysmo da guerra civil, e da anarchia, como acaba agora mesmo de mostrar uma tão funesta, como dolorosa experiência: E sendo de absoluta necessidade empregar já um prompto, e effcaz remédio, que tire aos inimigos da Independência deste Império toda a esperança de verem renovadas as scenas, que quasi o levaram a borda do precipício, marcando justas barreiras a essa liberdade de imprensa, que longe de offenderem o direito, que tem todo cidadão, de comunicar livremente suas opiniões, e idéas, sirvam sómente de dirigi-lo para o bem, e interesse geral do Estado, único fim das sociedades políticas (BRASIL, 1823).

A peculiaridade desse preâmbulo evidencia o eixo de valor que estrutura o todo do decreto. Com a crise vivida pela monarquia, o texto assume um ponto de vista defensivo que visa salvaguardar garantias de um funcionamento político e cultural em decadência ou, pelo menos, em profundas transformações. Na primeira frase do preâmbulo, encontramos uma referência específica à influência da imprensa na ordem social estabelecida na época e, diante do reconhecimento do escopo de sua ação efetiva, o poder executivo procura legislar a fim de moldá-la como instrumento de seu interesse. O decreto, portanto, visa à manutenção do poder imperial tal como já estabelecido. Antes de uma preocupação com a liberdade de imprensa, há um objetivo político preciso manifesto na própria justificativa do decreto. “Dirigir o uso da imprensa para o bem e interesse do Estado” (BRASIL, 1823) significava garantir os valores referendados pelo Imperador e o sistema em que se enquadra, e não os valores republicanos que se consolidavam. Por isso, não é de se estranhar que, nos dez primeiros dos quarenta e seis artigos que constituem o texto do decreto, estejam protegidas a religião professada pelo Imperador e a forma de governo monárquico. Em contrapartida, os dois primeiros garantem a liberdade de expressão sem nenhum tipo de censura.

Ainda no fragmento do preâmbulo, identificamos outro importante índice do modo como as relações intersubjetivas são organizadas no texto do decreto: as designações dos cidadãos. Se entendemos que o poder executivo é quem fala no decreto, reconhecemos a sociedade brasileira como destinatário pressuposto no processo interacional. A rubrica imperial e a assinatura do ministro configuram marcas dos locutores no enunciado e apontam para a autoridade institucional do autor do decreto – o poder instituído em transformação. Nessa trama enunciativa, as duas designações dos cidadãos no preâmbulo do decreto indicam a posição ideológica que sustenta a interação. A menção aos “inimigos da Independência deste Império” e ao “cidadão” revela uma relação semântica em quem este funciona como hiperônimo daquele, isto é, “cidadão” designa os membros da sociedade e “inimigos da Independência deste Império” restringe a designação

a uma parcela desses membros. A relação intersubjetiva empreendida permite identificar que o destinatário pressuposto na formulação legal são os desviantes, aqueles que se opõem ao poder instituído. Por isso, o tom sustentado no decreto é repressor.

Dessa perspectiva áulica, no artigo 16, encontramos discriminada a questão da responsabilidade sobre o impresso:

XVI. Pelo abuso, em qual destes casos será responsável o autor, ou o traductor, quando, ou não constar quem estes sejam, ou contando, si se verificar que residem fora do Império, cahirá a responsabilidade sobre o impressor; e pelos abusos commettidos nos escriptos impressos em paizes estrangeiros responderão os que os publicarem, ou venderem neste Império (BRASIL, 1823).

A trama da responsabilidade parece ter início na pessoa que redige o impresso. Entretanto o decreto atribuía também ao ato de imprimir uma responsabilidade. Já no artigo 3º, ficava expressa a obrigatoriedade de constar em todo impresso o nome do impressor, o lugar e o ano de impressão, havendo penas previstas para quem infringisse a lei e também para quem comprasse exemplares infratores desse artigo. Assim, o impressor tendia a estar sempre identificado, de modo que, assinado empiricamente o texto ou não, alguém responderia pelo impresso. A primeira pessoa a responder por qualquer ato considerado abusivo de acordo com o decreto era aquela que tivesse assinado o texto e, em seguida, quem o tivesse imprimido e, por fim, quem o tivesse comercializado. Na tentativa de rastrear alguém a quem pudesse ser imputado um crime em suposto caso de abuso da liberdade de imprensa, o decreto estabelece uma hierarquia de responsáveis que indica a mobilização de um núcleo suficientemente estabilizado, dando indícios do que se firmava como nicho de trabalho e cultura organizacional jornalísticos.

Apesar de a legislação não parecer atentar para as possibilidades mais sutis de construção de sentido, como as relações inter e intraeditoriais, por exemplo, o texto prevê um processo de transferência de responsabilidade que não permite isenção na imprensa. Seja qual for o contexto interacional, alguém responde pelo veiculado. Isso implica dizer que não pode haver indiferença no funcionamento da esfera, que necessariamente se constitui por atos, de algum modo, assinados. Desse modo, é validado um referencial que deflagra diferentes possibilidades de posicionamento ético. Na maneira como a lei impulsiona o funcionamento da imprensa, o anonimato, no sentido de ausência de algumas das identificações exigidas pela jurisprudência, passa a figurar como uma assinatura que marca uma postura ética de resistência.

Ainda no período do Império, é promulgada uma lei que, grosso modo, mantém o prescrito anteriormente. O artigo 179, parágrafo 4º da Constituição de

1824 (BRASIL, 1891) garantia liberdade a todos para comunicarem pensamentos e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, excetuando os casos detalhados pela lei, que seria promulgada em 20 de setembro de 1830 (BRASIL, 1830).

Naquele momento, a técnica legislativa já havia sido refinada, e a lei que trata do abuso da liberdade da imprensa de 20 de setembro de 1830 já apresenta uma organização formal mais detalhada que a anterior. A epígrafe sinaliza o caráter de lei, e não de decreto, e a ementa é concisa: “sobre o abuso da liberdade da imprensa” (BRASIL. Lei 0, de 20 de setembro de 1830). Na parte normativa, redigida de modo mais rebuscado que as fórmulas precedentes, os artigos são numerados como na técnica atual, ou seja, em números ordinais até o décimo e em cardinais a partir daí, e apresentam detalhamentos em parágrafos. Além disso, os artigos estão agrupados em seis títulos. O primeiro versa sobre aquilo que constitui crime, o que evidencia a responsabilização criminal quanto a determinados atos na imprensa. O segundo trata dos responsáveis pelos atos e traz uma inovação em relação ao texto legal anterior. Do terceiro ao sexto títulos, são descritos os procedimentos do processo legislativo.

Delineado esse contexto, atenhamo-nos ao título II. A lei de 1830 (BRASIL, 1830a) manteve a exigência de constar o nome do impressor nos textos e previa responsabilidade criminal semelhante àquela descrita no decreto de 1823 (BRASIL, 1823). Citamos o artigo 7º:

Art. 7º É responsável pelos abusos de qualquer impresso ou gravura:

1º O impressor; o qual ficará isento de responsabilidade, mostrando por escripto obrigação de responsabilidade do editor, sendo esta pessoa conhecida, residente no Brazil, que esteja no gozo dos direitos politicos, salvo quando escrever em causa propria.

2º O editor, que se obrigou; o qual ficará isento da responsabilidade mostrando obrigação, pela qual o autor se responsabilise, tendo este as mesmas qualidades exigidas no editor para escusar o impressor.

3º O autor, que se obrigou.

4º O vendedor, e o que fizer distribuir os impressos, ou gravuras, quando não constar quem é o impressor (BRASIL, 1830a).

Novamente a responsabilidade criminal recaía primeiramente sobre a pessoa que tivesse redigido o material impresso, mas essa regulamentação incluiu também a figura do editor. A hierarquia da responsabilidade induzia a assinatura empírica dos impressos de modo que nem o suposto anonimato ficaria impune. Independente de haver uma assinatura explícita, o próprio ato de imprimir configurava, nos termos da lei, uma assinatura. O texto legal, que previa penas de

prisão e multa, ratificava o reconhecimento da questão criminal no suposto abuso da liberdade de imprensa, assim como no Decreto de 1823 (BRASIL, 1823). Apesar de constituir uma lei, e não mais um decreto, essa nova regulamentação ainda respondia a uma preocupação do Imperador em manter o sistema monárquico, o que justifica a inclusão de artigos que visavam proteger o sistema político salvaguardando a figura do Imperador, da sua família e dos demais membros dos poderes tais como estavam estruturados na época. Para citar apenas um dos itens, atentemos para o artigo 2º, parágrafo 1º do título I, segundo o qual abusavam da liberdade de imprensa aqueles que emitissem “ataques dirigidos a destruir o Systema Monarchico Representativo, abraçado e jurado pela Nação e seu Chefe” (BRASIL, 1830a).

A materialidade linguística do trecho que determina a responsabilidade sobre o impresso mostra outro aspecto relevante da trama interacional. O artigo sétimo se organiza por meio de um predicado nominal, cujo verbo de ligação sinaliza a apreciação discursiva sobre aqueles tomados como sujeitos da oração. Os parágrafos que seguem enumeram os sujeitos da oração, que designam aqueles comprometidos pela jurisprudência ali instaurada. A presença do verbo de ligação, em detrimento de verbos deônticos, por exemplo, demonstra o reconhecimento da responsabilidade como inerente ao funcionamento da imprensa, e não uma obrigação ética a ela extrínseca. Identificar uma responsabilidade como intrínseca ao funcionamento da imprensa implica reconhecê-la como um espaço articulado e consolidado. A opção pelo verbo de ligação instaura esse ponto de vista, que se confirma nas orações subordinadas adjetivas explicativas (e não restritivas) que modificam os sujeitos oracionais que atualizam os terceiro e quarto parágrafos. Essa perspectiva, apesar do tom coibente e repressor, reconhece a imprensa como um espaço de ação social e política, ou, tomando as palavras de Bakhtin e Volochinov (1999), como uma instituição ideológica. Assim, o decreto revela o estabelecimento de uma esfera discursiva e de um espaço para exercício autoral.

Considerando a motivação política de execução da lei, interpretamos a organização legal até então como um movimento sociodiscursivo de luta pela manutenção dos privilégios monárquicos, e não de cuidado com a expressão responsável na imprensa. Mesmo assim, a regulamentação desvela a representação de um fazer jornalístico potente, que envolve um nicho de profissionais trabalhando em prol da interação com determinado público-alvo. As modificações na jurisprudência mostram como paulatinamente essas relações que atravessavam o funcionamento da imprensa consolidavam-na como um núcleo ideológico. Além disso, o esforço por nomear responsáveis pelo material impresso dá indícios de como a questão autoral estava sendo entendida. Por conta da percepção criminal dos atos descritos no corpo da lei, não é estranho identificar uma tentativa permanente no texto por associar a responsabilidade

pelo impresso a uma pessoa física, empírica, como se os sentidos e discursos postos em circulação na e pela imprensa fossem apenas fragmentados, e nunca construídos na interação do todo de uma matéria e/ou edição. Entretanto, a hierarquia de tais responsáveis e suas designações acabam contando a história da organização das editorias e das primeiras equipes de produção jornalística, demonstrando como o acabamento autoral na imprensa já perpassava por uma trama intersubjetiva eticamente comprometida. Aderir ou não às prescrições jurídicas e as consequências daí oriundas já indicava o tom apreciativo assumido pela autoria de um texto e, assim, ratificavam o funcionamento da esfera.

Ainda em 1830, é promulgada uma nova lei regulamentando o Código Criminal (BRASIL, 1830b), que reafirmava, dentre tantos itens, a obrigatoriedade de identificação das oficinas impressoras. A questão da responsabilidade ficou garantida como na lei de setembro daquele mesmo ano. São basicamente essas reformulações da lei que regulamentaram a imprensa até o período republicano, quando outras mudanças políticas são projetadas.

O período republicano passou por transformações marcadas desde a primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891 (BRASIL, 1891). Dentre os vários aspectos relevantes para caracterizar a ordem social da época, destacamos o título IV, que versa sobre os cidadãos brasileiros, mais especificamente a seção II, que trata da declaração dos direitos dos cidadãos. No primeiro artigo dessa seção, o artigo 72, lemos:

A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes [...]. (BRASIL, 1891).

A partir daí, seguem os parágrafos que detalham o enunciado legal. Dentre as especificações dos parágrafos, ressaltamos o segundo, que reconhece a todos como iguais perante a lei, destituindo qualquer cidadão de privilégios de nascimento, foros de nobreza ou de ordens honoríficas. No mesmo contexto da Constituição de 1891, encontramos o parágrafo 12, cujas palavras transcrevemos:

Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela **imprensa** ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. **Não é permitido o anonimato.** (BRASIL, 1891, grifo nosso).

Continuou garantida a liberdade de manifestação do pensamento pela imprensa sem dependência de censura, bem como foi mantida a proibição do anonimato. A Constituição inovou no término dos privilégios monárquicos. Se a lei de imprensa no período imperial salvaguardava os privilégios da família real e

do funcionamento monárquico, a inauguração do período republicano é marcada por um sentimento de vitória sobre o antigo sistema. A proteção do novo regime está expressa justamente nessa ênfase do fim de privilégios da nobreza, e não na limitação da expressão na imprensa. Os cidadãos são, dessa vez, designados como “brasileiros” e “estrangeiros”, confirmando outra apreciação nas relações intersubjetivas travadas com o destinatário pressuposto da lei. Nesse momento, a liberdade de imprensa funcionava como carro-chefe da nova ordem social. Essa alteração no tom valorativo do texto legal sinaliza que os princípios ideológicos que regiam a imprensa continuavam ativos e se consolidavam a ponto de não serem tomados como objeto do enunciado.

A lei que destrinchava a regulamentação constitucional foi significativamente modificada em 1934, durante o Governo de Getúlio Vargas. Novamente, é baixado um decreto, e não promulgada uma lei. O Decreto nº 24.776, de 14 de julho de 1934, isto é, dois dias antes da promulgação da Constituição do mesmo ano, trouxe alterações importantes para o desenho da liberdade de imprensa e da responsabilidade sobre os impressos. Dos detalhamentos relevantes para esta discussão, destacamos: a inclusão da censura na vigência do estado de sítio que, de algum modo, repete a preocupação com a manutenção da ordem governamental instituída como no caso do Império, e as especificidades quanto à autoria de acordo com a composição do impresso.

A ementa do decreto traz um prenúncio do tom assumido no texto legal: “regula a liberdade de imprensa e dá outras providências” (BRASIL, 1934). A noção de liberdade regulada mostra que a perspectiva desse período republicano não é o mesmo de antes. Reafirmar o fim de privilégios monárquicos não parece configurar mais um artifício eficaz de consolidação do sistema, de modo que a imprensa começa a ser novamente cerceada. No capítulo I, a introdução, no artigo primeiro, lemos:

Em todos os assuntos é livre a manifestação do pensamento pela imprensa, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que este decreto prescreve.

Parágrafo único. A **censura**, entretanto, será permitida, na vigência do **estado de sítio**, nos limites e pela forma que o Governo determinar (BRASIL, 1934, grifo nosso).

A liberdade prevista em 1891 foi restringida pelo parágrafo único desse artigo. O estado de sítio instaura uma ordem diferenciada e funciona como justificativa para a censura. A imprensa, portanto, não é mais tão livre. Se não precisa temer a monarquia, o poder republicano se impôs como regulador da liberdade de expressão, e a responsabilidade na imprensa, outra vez, foi entendida de uma perspectiva criminal. O artigo segundo determina: “É proibido o anonimato,

ressalvando, em se tratando de imprensa política ou noticiosa, o segredo de redação, observado o disposto nos artigos 27 e 28” (BRASIL, 1934). O normatizado por tais artigos, de modo geral, manteve a responsabilidade criminal já prevista pela lei de 20 de setembro de 1830, ou seja, sustentava que devia responder pelos abusos cometidos na liberdade de imprensa as seguintes pessoas, nesta ordem: o autor do texto, o editor, o dono da oficina e os vendedores ou distribuidores. Até aí não houve nenhuma alteração significativa em relação à lei imperial. Entretanto, vale citar o artigo 27 do capítulo IV, que trata da responsabilidade criminal na imprensa:

Art. 27 Tratando-se de imprensa periódica, será, para o efeito de responsabilidade criminal estabelecida no artigo anterior [que discriminava a hierarquia dos responsáveis tal como já mencionamos], considerado autor de todos os escritos não assinados da parte editorial ou de redação, o diretor ou redator principal; e da parte ineditorial, o gerente, pelos artigos não assinados, salvo se provar quem é o verdadeiro autor. [...] O gerente será ainda considerado editor, e o proprietário do jornal ou periódico equiparado ao dono da oficina, se na realidade não o forem (BRASIL, 1934).

O artigo tende para maior detalhamento da questão da autoria, indicando o reconhecimento de uma composição textual heterogênea, em que há partes de manifestação editorial e outras de maior objetividade, ou seja, que não correspondem necessariamente à postura daqueles responsáveis pelo impresso. Esse detalhamento aponta para a instauração de tensões éticas internas ao material de uma editoria. O decreto reconhecia uma diferença ética entre o editorial e o ineditorial. Vale ressaltar, porém, que a postulação dessa responsabilidade é linguisticamente atualizada pela voz passiva: “será considerado autor”. A organização material da linguagem mostra um projeto enunciativo-discursivo sustentado por uma postura ideológica diferente daquela marcada no período monárquico. As responsabilidades, desse ponto de vista, são projetadas por alguém extrínseco ao funcionamento da imprensa. Independente de como ela se configurava, o poder instituído se vale da jurisprudência para determinar-lhe responsabilidades e, assim, tentar moldá-la ao seu fundamento ideológico. Isso confirma como a imprensa havia conquistado força sociopolítica e espaço de ação discursiva. Se, por um lado, o fato de a imprensa na condição de instituição ideológica não figurar como objeto do enunciado legal ratificava os valores que a definiam como tal, por outro, a regulamentação em torno da autoria demonstrava a instabilidade que ainda cercava a questão. Enquanto a imprensa se firmava como esfera discursiva, a complexidade do fenômeno autoral nessa esfera permanecia em negociação. Daí a relevância sociodiscursiva da distinção entre aquilo que é de responsabilidade editorial e aquilo que lhe escapa.

A despeito das diferenças na apreciação do funcionamento da imprensa, a trajetória histórico-discursiva de sua legislação específica sinalizava a consolidação de uma percepção do texto de uma editoria como fragmentado. Reconhecia-se a arena de valores, mas não o modo como os discursos eram negociados. Dessa maneira, os responsáveis pelos sentidos produzidos na interação entre os diferentes fragmentos que compunham uma edição escapavam à regulamentação, e a preocupação criminal favorecia a observação de autores empíricos, indivíduos que assinavam o texto em questão, em detrimento de uma percepção autoral discursiva de caráter marcadamente institucional. Mesmo assim, o texto legal construía uma representação do fazer jornalístico e da imprensa articulados por múltiplos agentes implicados no funcionamento de uma esfera consolidada e atravessada por uma tensão ideológica fundadora de possibilidades autorais: legitimadoras – conformadas com o instituído e agentes de manutenção da hegemonia – ou de resistência – organizadas como espaço de negociação e transformação de valores. A jurisprudência configurava um referencial que possibilitava o posicionamento ético, o que fortalecia o jornal como instituição ideológica e a imprensa como esfera discursiva.

Três anos mais tarde, a Constituição de 1937 (BRASIL, 1937) apresentaria uma alteração sensível no que diz respeito à responsabilidade sobre os textos impressos. Além de proibir o anonimato, atribuía a responsabilidade sobre o impresso ao diretor da redação e previa aplicação de pena pecuniária à empresa. A regulamentação que traria maiores detalhamentos, entretanto, viria alguns anos depois da promulgação da Constituição de 1946, mais precisamente, na promulgação da Lei nº 2.083 de 12 de novembro de 1953 (BRASIL, 1953). Nessa lei, havia a referência explícita às empresas jornalísticas, políticas ou simplesmente noticiosas que, segundo a lei, não poderiam ser de propriedade nem de responsabilidade principal de estrangeiros. Isso demonstra o reconhecimento de que a imprensa estava incluída no funcionamento empresarial, implicando seu devido registro com todo o detalhamento necessário para tanto, e de que havia conquistado um lugar importante no funcionamento social da república, não podendo, então, ser propriedade estrangeira. Atentemos para os dois primeiros artigos da lei, inseridos no capítulo I, intitulado “a liberdade de imprensa”:

Art. 1º É livre a publicação e a circulação no território nacional de jornais e outros periódicos.

§ 1º Só é proibida a publicação e circulação de jornais e outros periódicos quando **clandestinos**, isto é, sem **editores, diretores** ou **redatores conhecidos**, ou quando atentarem contra a moral e os bons costumes.

§ 2º Durante o estado de sítio, os jornais ou periódicos ficarão sujeitos a censura nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida.

Art. 2º É vedada a propriedade de **empresas jornalísticas**, políticas ou simplesmente noticiosas, a estrangeiros e a sociedades anônimas por ações ao portador.

Parágrafo único. Nem os estrangeiros, nem as pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas, ou não, proprietárias de **empresas jornalísticas** (BRASIL, 1953, grifo nosso).

Na tentativa de controlar a imprensa, desde o primeiro artigo da lei, fica clara a existência de uma hierarquia de responsabilização pelo impresso. A menção à clandestinidade ratifica a proibição do anonimato, bem como a obrigatoriedade de serem conhecidos editores, redatores e diretores. Assim, mesmo que algum texto não fosse empiricamente assinado, alguém responderia criminalmente por ele. Outro ponto importante evidenciado no segundo artigo é o reconhecimento das empresas jornalísticas. Todavia, mais uma vez, o foco do enunciado legal é a pessoa, ainda que institucionalizada; a pessoa detentora da ou responsável pela empresa, e não a instituição como centro organizador daquele enunciado, delineando uma responsabilidade individual, que não acessa os sentidos construídos no entrelaçamento dos textos que constituem uma edição. A questão da responsabilidade individual está detalhada no capítulo IV, intitulado “dos responsáveis”, nos artigos 26, 27 e 28:

Art. 26. São responsáveis pelos delitos de imprensa, sucessivamente:

- a) o autor do escrito incriminado;
- b) diretor ou diretores, o redator ou redatores-chefes do jornal ou periódico, quando o autor não puder ser identificado, ou se achar ausente do país, ou não tiver idoneidade moral e financeira;
- c) o dono da oficina se imprimir o jornal ou periódico;
- d) os gerentes dessas oficinas;
- e) os distribuidores de publicações ilícitas;
- f) os vendedores de tais publicações.

Art. 27. Não é permitido o anonimato. O escrito, que não trouxer a assinatura do autor, será tido como redigido pelo diretor ou diretores, pelo redator-chefe ou redatores-chefes do jornal, se publicado na parte editorial, e pelo dono da oficina, ou pelo seu gerente, se publicado na parte ineditorial.

Parágrafo único. Se o jornal ou periódico mantiver seções distintas sob a responsabilidade de certos e determinados redatores, cujos nomes nelas figurem permanentemente, serão estes os responsáveis pelo que sair publicado nessas seções.

Art. 28. O ofendido poderá provar, perante qualquer juiz criminal, que o autor do escrito incriminado não tem idoneidade financeira para responder pelas **consequências civis e penais** da condenação; feita a prova em processo sumaríssimo não caberá recurso da decisão que se

proferir. Poderá o ofendido exercer a ação penal contra os responsáveis sucessivos, enumerados nesta lei (BRASIL, 1953, grifo nosso).

Nessa versão da lei de imprensa, identificamos, no artigo 26, uma organização linguística que, novamente, evidencia o reconhecimento de responsabilidades intrínsecas ao funcionamento da imprensa. O predicado nominal outra vez atualiza uma apreciação da imprensa como instituição consolidada, e os sujeitos da frase designam aqueles que exercem as responsabilidades próprias da esfera. No artigo 27, porém, o projeto enunciativo-discursivo da lei é manifesto, outra vez, na voz passiva. “será tido como redigido” aponta para uma responsabilização extrínseca à imprensa e que revela uma determinação a ela imposta. Mais tipos de responsabilidades foram discriminadas e mais pessoas postas em cena, embora a multiplicidade de responsáveis não apontasse para o lugar institucional mais amplo que organiza a interação instaurada por meio de um texto jornalístico. Um material jornalístico não é o enunciado de um editor ou diretor particular, mas de uma editoria, uma empresa, com nome, linha política etc. O não reconhecimento dessa complexidade enunciativa deixava desapercibida parte da tensão ética que se construía e consolidava na imprensa, o que ratifica a força ideológica que sustentava a esfera.

A lei mantinha, como na legislação precedente, a distinção entre a autoria da parte editorial e a não editorial, mas sempre apontando para indivíduos e desconsiderando a editoria como princípio organizador do material impresso, articulador dos conflitos éticos inerentes ao material jornalístico. O estatuto enunciativo era reconhecido de maneira fragmentada, e os sentidos construídos no acabamento estético das tensões éticas eram ignorados pela legislação, deixando escapar a responsabilidade sobre os sentidos e discursos que circulavam por meio do todo editorial.

No período da ditadura militar, a lei de imprensa apresentou um desdobramento marcante na direção de cercear a atuação dos jornais, embora ainda tenha deixado escapar a natureza institucional do todo enunciativo. Na Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, foi explicitada, além da responsabilidade criminal (ou penal como passa a ser chamada na legislação), a responsabilidade civil. Entender que o abuso da liberdade de imprensa pode não constituir crime em certos casos, mas gerar prejuízos de cunho patrimonial ou pessoal implica admitir a amplitude que a imprensa conquistara. A distinção das responsabilidades penal e civil aponta para o reconhecimento da complexidade, alcance e intervenção da imprensa, o que ratifica sua condição de esfera discursiva.

Outra mudança foi a menção dos meios de radiofusão e agências noticiosas. O crédito às agências de notícia passou a ser regulamentado por lei como reconhecimento de fonte e autoria. Todavia a responsabilização por qualquer abuso ainda recai primeiramente sobre os redatores dos textos. O que a lei parece

não alcançar, apesar de reconhecer o funcionamento empresarial jornalístico, é o caráter institucional que emoldura o enunciado. Mais do que pessoas, o que fundamenta a força discursiva na imprensa são as instituições que enquadram as ações individuais de profissionais e gerem as tensões éticas inerentes à arena. Ainda que assinados por determinados profissionais, um texto jornalístico precisa ser referendado por uma editoria, isto é, o texto do jornalista X não é autônomo, mas se inscreve na produção de uma empresa Y. Em última instância, quem está falando: o jornalista X ou a empresa Y? Nos termos previstos pela lei, a responsabilidade autoral recai sobre indivíduos, sugerindo que a prescrição legal do fazer jornalístico projeta lugares para múltiplos locutores, e não sinaliza uma sensibilidade ao dizer e ao dito institucionais. No âmbito enunciativo institucional, a assinatura empírica de jornalistas configura apenas mais um elemento de sentido que constrói a identidade do autor.

Não é surpresa que uma lei promulgada em pleno regime militar tivesse um tom repressor e discriminatório quanto à liberdade de expressão. Por isso, após o fim da ditadura e com a Constituição de 1988, muitos de seus dispositivos se tornaram anacrônicos. Em 2008, por meio de liminar concedida pelo Ministro Carlos Ayres Brito, na ADPF 130, ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista, foram suspensos 20 dos 77 artigos da Lei nº 5.250/67. Os dispositivos suspensos, basicamente, implicavam o tratamento dos crimes e delitos cometidos via imprensa a partir do Código Penal e Civil, conforme o caso, deixando de valer as penalidades específicas até então discriminadas na lei de imprensa. Outra grande mudança foi a supressão de qualquer modo de censura, com garantia aos espetáculos e diversões públicas da livre e plena manifestação do pensamento. Quanto aos responsáveis pelo que circula na imprensa, não houve alterações no entendimento. Em suma, o caráter repressor da lei foi revogado, mas a representação discursiva da imprensa no que diz respeito aos sujeitos que falam por meio dela permaneceu.

Em 30 de abril de 2009, o Supremo Tribunal Federal julga definitivamente o caso e revoga integralmente a lei, acalorando discussões em torno da ética no fazer jornalístico. O fim da lei implica fim dos limites na imprensa ou significa efetiva liberdade de expressão? Os Códigos Penal e Civil dão conta das ações mediadas pela imprensa?

Certamente, o fim da validade da lei não vai fazer cessar o debate acerca do que se faz na e por meio da imprensa. O que testemunhamos, na verdade, é a mudança social em relação ao que a lei representava sociopoliticamente. Para a presente discussão, importa atentar que o estatuto enunciativo de um jornal, com a revogação total da lei, torna-se livre das amarras ditatoriais e, assim, enfrenta um rearranjo ético. Dissolvem-se resquícios de uma tensão estabelecida desde 1823, com o Decreto de D. Pedro I, e posicionar-se na

imprensa deixa de implicar posicionar-se em relação à prescrição legal específica orientada para privilégios do regime político instituído. O eixo axiológico tem uma relevante transformação. Como o fim dos dispositivos legais próprios para cercear o fazer da imprensa e do jornalismo influencia os valores da esfera? Se na prática muitos dispositivos da lei já não tinham força nem validade, sua revogação integral confirma um novo tempo. Resta saber como tais transformações têm se atualizado.

Reflexões finais

Entendendo que este artigo não encerra a discussão em torno de como a legislação reflete e refrata os valores que organizam atividades de linguagem, como a prática jornalística, retomamos as três indagações que orientaram o fio argumentativo deste artigo para ponderar sobre as contribuições conquistadas. Assim, quais posicionamentos éticos são revelados na trama enunciativa do contexto de produção das diferentes versões da lei de imprensa? Verificamos que, desde o primeiro decreto no Brasil, a formulação legal revelava tensões sociodiscursivas que escapavam o objeto do ato jurídico. Tanto no período monárquico quanto no republicano, a legislação específica sobre a imprensa tornava patente os conflitos políticos e transformações culturais que o Brasil experimentava. Ao trazer para o objeto do texto da lei a questão da liberdade de imprensa, o poder instituído demonstrava reconhecimento de sua dimensão e temor de seu escopo de atuação, confirmando a consolidação da imprensa como esfera discursiva. Verificamos, também, que a percepção de como os sentidos e discursos podiam (e podem) ser postos em movimento na esfera que se afirmava não parecia atentar para uma noção de autoria responsável pelo todo de um produto jornalístico. Aí, esbarramos na segunda indagação norteadora deste artigo.

Quais as responsabilidades na imprensa são reconhecidas nos textos legais e como os sujeitos enunciativos são representados nas reformulações a partir das responsabilizações jurídicas? A trajetória da legislação sinaliza alterações na concepção das responsabilidades na imprensa. No período monárquico, são reconhecidas responsabilidades intrínsecas ao seu funcionamento, ao passo que, no período republicano, altera-se essa perspectiva em favor de uma responsabilização extrínseca. Isso permite identificar uma tensão entre responsabilidade e responsabilização ao longo dos desdobramentos da legislação. Em ambos os casos, entretanto, independente da maneira de conceber a natureza da responsabilidade, a tentativa de cercear a imprensa confirma a articulação de esfera discursiva em que os valores podem ser validados, revogados ou transformados. Nesse contexto, as dimensões enunciativas que entrelaçam

ações individuais, profissionais e institucionais têm sua complexidade flagrada na legislação na busca por nomear aqueles que podem ser responsabilizados como autores do material veiculado na imprensa.

Diante disso, o que provocam, no estatuto autoral na imprensa, os posicionamentos ideológicos referendados nas reformulações legais? Essa é a terceira questão levantada para nortear a presente discussão. A partir da trajetória da legislação, recuperamos um processo de consolidação ética próprio da imprensa que viabiliza a tomada de posição que garante o exercício de autoria na imprensa. Isso permite dizer, então, que a imprensa, na condição de esfera discursiva, figura como espaço para posicionamentos éticos singulares, embora não solitários, que extrapolam os limites das ações individuais, garantindo possibilidades autorais (no sentido de princípio organizador da interação instaurada pela e na imprensa).

Dessa maneira, este artigo contribui demonstrando, de um ponto de vista discursivo, a não isenção na imprensa como elemento constitutivo do funcionamento da esfera que deflagra possibilidades autorais. Isso pode orientar a discussão contemporânea em torno da objetividade e imparcialidade como pilares do exercício ético profissional na imprensa, no sentido de sinalizar que tais conceitos não apagam a responsabilidade dos sujeitos, apenas norteiam uma maneira de atualizar posicionamentos. Assim, a própria noção de autoria pode ser repensada de modo a considerar o lugar social que viabiliza a interação pela e na imprensa.

MAGALHÃES, A. S. Birth and death of the press law in Brazil: discourse representations of authorship in journalism. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.1, p.177-204, 2011.

- *ABSTRACT: This paper presents partial results of research into the historical trajectory of the press discourse in Brazil. The goal is to demonstrate how intersubjective relations undertaken in different reviews of the press law points out the construction of the press authorship status. From a Bakhtinian dialogical point of view of language, the press organization is conceived of as a “discourse sphere”, and the issue of authorship in journalism is raised. The theoretical concepts of “utterance subjects” and “authorship” are taken as categories of analysis and of interpretation of the discourse threads woven in the legal texts that regulate the press. For this paper, seven versions of the press law since the first decree issued in Brazil, in 1823, were analyzed. The discussion demonstrates how changes in legislation reveal the interdependence between the press and cultural dynamics, and describes part of the process of discourse arrangement of the press in Brazil by establishing a referential value necessary to consolidate the sphere and the authorship status in journalism.*
- *KEYWORDS: Dialogism. Discourse sphere. Authorship. Utterance. Ethics. Press law.*

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. *Raconter, démontrer... survivre: formes de savoirs et de discours dans la culture contemporaine*. Ramonville Saint-Agne: Éditions Èrès, 2007.

BAJTIN, M. M. O autor e a personagem. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.03-194.

_____. Hacia una filosofía del acto ético. In: _____. *Hacia una filosofía del acto ético: de los borradores y otros escritos*. Traducción de Tatiana Bubnova. Barcelona: Anthropos; San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1997. p.7-81.

BAKHTIN, M. M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARBOSA, M. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BRASIL. Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. DOFC PUB 10/02/1967 001657 1. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo. Brasília, DF, 10 fev. 1967. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117132>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

_____. Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953. Regula a liberdade de imprensa. DOFC PUB 13/11/1953 019321 1. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 13 nov. 1953. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=109360>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

_____. Decreto nº 24.776, de 14 de julho de 1934. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. CLBR PUB 31/12/1934 004 001171 1. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1934. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=31890>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

_____. Constituição (1891). Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. DOFC PUB 25/02/1891 000777 1. *Diário Oficial da União*, 25 fev. 1891. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=94947>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

_____. Lei 0, de 20 de setembro de 1830. Sobre o abuso da liberdade da imprensa. CLBR PUB 31/12/1830 001 000035 1. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 set. 1830a. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=81650>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

_____. Lei 0, de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. CLBR PUB 31/12/1830 001 000142 1. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 dez.

1830b. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=81882>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

_____. Decreto 0, de 22 de novembro de 1823. Manda executar provisoriamente o projeto da lei da Assembleia Constituinte sobre liberdade de imprensa. CLBR PUB 31/12/1823 001 000089 1. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1823. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/ListaPublicacoes.action?id=85339>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

CLARK, K; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LYOTARD, J.-F. *Le postmoderne expliqué aux enfants*. Paris: Galilée, 1986.

_____. *La condition postmoderne*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. G. (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

NUNES, L. Lei de Imprensa, 180 anos – a controvérsia, do Império aos nossos dias. *Observatório da Imprensa*, Campinas, ano 15, n250, 18 nov. 2003. Disponível em: <http://www.observatoriодаimprensa.com.br/artigos/ipub_181120031.htm>. Acesso em: 26 fev. 2009.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 20.ed. Editora Cultrix: São Paulo, 1995.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VOLOSHINOV, V.; BAJTIN, M. M. La palabra en la vida y la palabra en la poesía: hacia una poética sociológica. In: BAJTIN, M. M. *Hacia una filosofía del acto ético: de los borradores y otros escritos*. Traducción de Tatiana Bubnova. Barcelona: Anthropos; San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1997. p.106-137.

WARD, S. J. A. *The invention of journalism ethics: the path to objectivity and beyond*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2004.

Recebido em junho de 2010.

Aprovado em outubro de 2010.

COMO É POSSÍVEL VIVERMOS E CONVIVERMOS EM UM MUNDO REAL E NOS COMUNICARMOS EXCLUSIVAMENTE NO ÂMBITO DE UM UNIVERSO DISCURSIVO?

Jussara ABRAÇADO*

- **RESUMO:** O fenômeno da dêixis tem merecido pouca atenção dos estudos linguísticos. Não é de se estranhar que assim seja, uma vez que a noção de dêixis está atrelada à própria noção de língua e admitir a existência da dêixis implica rejeitar as noções de sistema linguístico abstrato ou de universo discursivo, ambos separados do mundo ambiental, conforme se postula. A questão que discutimos aqui é: Como é possível vivermos e convivemos em um mundo real, e nos comunicarmos através de um sistema linguístico abstrato ou no âmbito de um universo discursivo? Respaldados em estudos sobre a linguagem humana de base evolucionista e cognitivista, nossa proposta é apresentar evidências de que nos comunicamos em um mundo real e de que a dêixis constitui um elo entre o mundo ambiental e a gramática de uma língua.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Dêixis. Referência. Cognição. Gramática.

Introdução

Este trabalho é resultado de indagações, de natureza teórica, surgidas no decorrer de pesquisa sobre a dêixis. Constitui-se, portanto, uma reflexão – e não, um estudo de caso – sobre o fenômeno, implicando uma discussão acerca de como o ser humano se relaciona com o mundo ambiental através da linguagem. Sua organização é a seguinte: primeiramente apresentamos o fenômeno em discussão; em seguida, abordamos questões que envolvem a fronteira entre o real e o linguístico, recorrendo sobre evidências que favorecem a hipótese funcionalista de que a pragmática é o berço da sintaxe (SANKOFF; BROWN, 1976) e, por implicação, as demais hipóteses decorrentes: (a) os recursos formais existentes nas línguas naturais para indicar o marco de referência (quando este não coincide com o EU/TU-AQUI-AGORA da enunciação) seriam resultantes da sintaticização de recursos pragmático-discursivos e (b) observar-se-ia, portanto, um contínuo entre dêixis e referenciação e, conjuntamente, entre o real, o discursivo e o gramatical; Na seção seguinte, tratamos da inter-relação entre linguagem e cognição, no que

* UFF – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Letras – Departamento de Ciências da Linguagem. Niterói – RJ – Brasil . 24210-200 – almeidamja@globo.com

se refere à emergência da gramática e à expansão das conexões cerebrais; e, por fim, fechamos o texto apresentando nossas considerações finais.

A dêixis e a teorização linguística

Segundo Fonseca (1996, p.438),

Apesar de ter sido aplicada à descrição das línguas desde a Antiguidade (como termo metalinguístico, dêixis foi usado, pela primeira vez, pelos gramáticos gregos), só muito mais tarde a noção de dêixis passou a ocupar o lugar que hoje lhe é atribuído na teorização linguística.

Numa primeira acepção – próxima do seu sentido etimológico – dêixis tem o sentido de indigitação, mostração; usado no âmbito da descrição gramatical, o termo refere uma mostração de caráter verbal, o <<gesto verbal>> de apontar, chamando a atenção, por exemplo, para um elemento do contexto evidente pela sua proximidade.

Lyons (1979) define dêixis a partir da noção de enunciação. Para o autor, todo enunciado linguístico se realiza num lugar particular e num tempo particular, sendo produzido por um falante e dirigido a, no mínimo, um ouvinte. Na realização do enunciado, ocorrem situações de localização e identificação de pessoas, objetos, eventos, processos e atividades das quais se fala ou se faz referência em relação ao contexto espaçotemporal criado e sustentado pelo ato do enunciado. Assim sendo,

A propriedade essencial da dêixis [...] é que ela determina a estrutura e a interpretação dos enunciados em relação à hora e ao lugar de sua ocorrência, à identidade do falante e do interlocutor, aos objetos e eventos, *na situação real* de enunciação. Por exemplo, o referente de “aquele homem lá” só pode ser identificado com relação ao uso da expressão por alguém que se encontra em determinado lugar, em determinada ocasião. O mesmo se dá com “ontem” e muitas outras expressões dêíticas. (LYONS, 1987, p.163, grifo nosso).

Embora seja um fenômeno já há muitos séculos conhecido, em geral, nossas gramáticas ou não mencionam a dêixis ou dispensam a ela uma abordagem ligeira e, portanto, superficial, o que é, no mínimo, curioso, uma vez que, conforme afirma Martins (2000):

Mais de noventa por cento das unidades frásicas de uma língua natural apresentam unidades lexicais de função deíctica (VIDAL, 1993, p.26). Estas organizam-se em paradigmas gramaticais fulcrais em qualquer

abordagem linguística: os pronomes, os artigos, os advérbios, todas as variações do paradigma verbal, designadamente a de tempo, fórmulas de tratamento, determinados lexemas correspondentes a verbos de movimento. Esta constatação não funciona por si como móbil para o estudo da dêixis, mas como consequência de fatores a que a linguística contemporânea não pode ficar alheia.

Ao que tudo indica, o pequeno espaço dedicado à dêixis nas gramáticas está ligado à pouca atenção que lhe tem sido dispensada pelos estudos linguísticos, apesar dos protestos de alguns estudiosos como, por exemplo, o de Fillmore (1997) que tem argumentado haver princípios da descrição linguística que deveriam ser orientados, de alguma forma, para sentenças ancoradas deiticamente.

Em sua obra dedicada ao fenômeno da dêixis, Fillmore (1997) comenta três casos famosos de sentenças que foram objetos de discussão linguística: (1) *The bill is large*, (KATZ; FODOR, 1963), (2) *The box is in the pen* (BAR-HILLEL, 1960), (3) *Sincerity may frighten the boy* (CHOMSKY, 1965).

Fazendo especial referência à sentença *Sincerity may frighten the boy*, Fillmore (1997) diz que Chomsky (1965) a utilizou para demonstrar os tipos de informação gramatical com os quais a linguística moderna tem de lidar. Fillmore (1997, p.7, tradução nossa) apresenta algumas dessas informações:

(1) a informação categorial de que “*sincerity*” e “*boy*” são nomes, “*may*” é um auxiliar modal, “*frighten*” é um verbo e “*the*” é um artigo, (2) a informação relacional de que sujeito/predicado asseguram a relação entre a palavra “*sincerity*” e a frase “*may frighten the boy*” e de que verbo/objeto direto asseguram a relação entre a palavra “*frighten*” e o sintagma nominal “*the boy*”, (3) a informação lexical inerente de que, por exemplo, “*sincerity*” é um nome singular, abstrato, enquanto que o nome “*boy*” é animado, masculino, e contável, etc., (4) a informação subcategorial estrita de que o verbo “*frighten*” requer um objeto direto e de que o nome “*boy*” requer um determinante precedente, no singular, e (5) a informação seletional de que o verbo “*frighten*” requer um objeto direto animado, mas é muito menos restritivo em relação à classe de entidades que seriam bem aceitas como seu sujeito.

Conforme destaca Fillmore (1997), seria possível acrescentar uma lista de informações adicionais da mesma natureza. Contudo o que chama atenção do autor é um aspecto que sequer foi considerado:

É surpreendente que em todas estas demonstrações, o escopo da descrição e explicação tenha se limitado ao que pode ser dito sobre as sentenças no abstrato. Em nenhum caso a sentença é vista como tendo o que psicolinguista norueguês Ragnar Rommetveit chama de ancoragem dêitica. Em nenhum caso se prestou atenção para como

a sentença pode ser usada, para as condições sob as quais um falante do inglês pode escolher utilizá-la, para o papel que a sentença pode desempenhar no decorrer de uma conversação, ou coisa do gênero. (FILLMORE, 1997, p.8, tradução nossa).

O autor acrescenta que, mesmo se tratando de sentenças cujas contextualizações podem não ser particularmente interessantes, alguma coisa, pelo menos, poderia ter sido dita sobre as condições de utilização do determinante definido empregado em todas elas. Mais adiante, reclama do fato de as teorias linguísticas até então não terem prestado a devida atenção à dêixis, uma vez que os fenômenos da dêixis impõem uma série de problemas graves, em termos empíricos, conceituais e notacionais para a teoria gramatical.

Embora grande parte dos estudos contemporâneos se preocupe mais com o papel do usuário e faça referência aos aspectos pragmáticos que envolvem os enunciados linguísticos, observamos haver ainda uma tendência a se desconsiderar o contexto situacional ou o mundo ambiental no que concerne ao uso da língua. Ancorados em um constructo teórico, o denominado “universo discursivo”, muitos estudiosos fazem referência a objetos do discurso e a contextos discursivos que se encontrariam no âmbito do universo postulado. E, considerando que os atos comunicativos se desenvolvem também no âmbito desse universo, simplesmente ignoram a possibilidade de referência ao mundo ambiental e, por conseguinte, ignoram também a dêixis. Sob tal ponto de vista, os atos linguísticos se dariam sempre numa espécie de universo paralelo desvinculado do mundo ambiental.

Tal noção de universo discursivo, no que se refere à questão de que estamos tratando, não nos parece tão distante da noção tão difundida de sistema linguístico abstrato e autônomo que pressupõe a subtração, da análise linguística, de todos os fatores ligados à realização da língua. A principal diferença entre os dois, a nosso ver, está no fato de que, na postulação do universo discursivo, considera-se a realização linguística e a influência do contexto nos atos comunicativos; ficando claro, entretanto, que uma coisa e outra também fazem parte do universo discursivo mencionado, conforme será detalhado mais adiante. Assim sendo, o mundo ambiental fica completamente à parte, sem que seja explicado como é possível vivermos e convivermos em um mundo real e nos comunicarmos exclusivamente no âmbito de um universo discursivo.

Considerando o que acabamos de dizer e entendendo que a dêixis constitui um elo entre o mundo ambiental e a gramática de uma língua, temos como proposta discutir aqui a demarcação entre o “real” e o “linguístico” ou entre o mundo ambiental e a gramática.

A fronteira entre o real e o linguístico

Halliday e Hasan (1976), ao estudarem a propriedade intrínseca a alguns itens da língua que não podem ser interpretados semanticamente sem estarem relacionados a outros, definem referência como um movimento de recuperação de elementos. A partir de então, separam a referência da substituição, alegando que a substituição mantém as características gramaticais dos itens substituídos, enquanto que a referência não possui esse tipo de restrição, já que sua finalidade consiste em recuperar as características semânticas do item referido¹. Em seu estudo, Halliday e Hasan (1976) discorrem ainda sobre a possibilidade de a referência estar relacionada a elementos que não foram codificados no texto. A este respeito, Borba (2005, p.17, grifo do autor), investigando as possíveis contribuições da teoria da enunciação para o conceito de exófora, diz o seguinte:

Para encontrar o termo referido, neste caso, devemos recuperar essa informação na situação em que o texto foi realizado. Quando a música *Parabéns para você* é cantada, numa festa de aniversário, conseguimos apreender, no *mundo das coisas*, o elemento específico a que o pronome *você* faz referência.

Para separar esses dois tipos de referência, os autores [Halliday e Hasan (1976)] denominaram exófora as referências situacionais e endófora as textuais. As referências endofóricas se subdividem em aquelas que se referem a elementos anteriores – denominadas de anáforas –, e aquelas que se referem a elementos posteriores – catáforas.

Como podemos observar, Halliday e Hasan (1976) estabelecem, através da referência exofórica, uma relação entre o sistema linguístico e o “mundo das coisas”. No entanto o estabelecimento dessa relação é a maior prova de que o sistema linguístico e o “mundo das coisas” são concebidos pelos autores como sendo universos separados.

Marcuschi e Koch (2006), por sua vez, já adotando a noção de universo discursivo, desvinculam-no completamente do mundo ambiental. Nas preliminares de seu texto sobre referenciação, buscam distinguir e separar o que se considera real do que se denomina discursivo. Começam por rechaçar a noção tradicional segundo a qual a referência é entendida como designação extensional de entidades do mundo ambiental:

Não iremos adotar aqui esse sentido que lhe é comumente atribuído. Consideramo-la, isto sim, como aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva

¹ Outra particularidade, esta de natureza formal, que, segundo os autores, distingue referência de substituição seria a realização da primeira, através de formas pronominais, e da segunda, através formas nominais.

referencial com essa finalidade: as entidades designadas são vistas como objetos-de-discurso e não como objetos-do-mundo. (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p.381-382).

Esclarecendo que não negam a existência da realidade extramente nem estabelecem a subjetividade como parâmetro do real, os autores postulam a necessidade de uma ontologia “não ingênua” e “não realista”. De acordo com eles:

Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico no mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Nosso cérebro não é uma “polaroide semântica”. Ele reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p.382)

A partir de então, os autores esclarecem ser a noção de referência por eles adotada o aspecto fundamental em suas análises:

[...] os referentes são vistos não como algo que deve necessariamente existir (na condição de indivíduo) no mundo extratexto ou extramente, mas são aqui considerados como “objetos-de-discurso”. É a isso que chamamos de referencição.

Esse ponto de vista implica uma noção de língua que não se esgota no código, nem num sistema de comunicação que privilegia o aspecto informacional ou ideacional. A língua não é um simples instrumento de transmissão de informação. A discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração informacional, mas de construção, estruturação e fundação do próprio real. (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p.382).

Sob tal perspectiva, a referencição só possui os movimentos anafórico e catafórico, estando, portanto, excluídas as referências exofóricas. Para os autores, a referencição remete a inferências textuais, a informações que foram constituídas textualmente. Assim sendo, não preveem a ocorrência de uma referência que ultrapasse o cotextual.

Na mesma linha, Neves (2006, p.75) afirma:

É ao estabelecer a interação linguística, compondo seus enunciados, que os falantes instituem os objetos-de-discurso, isto é, as entidades que constituem termos das predicções, entidades oriundas de uma construção mental, e não de um mundo real, o que significa que a primeira noção de referência é a de construção de referentes.

Mesmo concordando que nosso cérebro não é uma “polaroide semântica” e que a língua não é um simples instrumento de transmissão de informação, entendemos

que, semelhantemente à maneira como nos orientamos no mundo ambiental e nos adaptamos a novas situações enfrentadas – por exemplo, buscando caminhos que nos livrem de pedras, espinhos, lugares escuros e situações de perigo –, também nos orientamos nos atos de comunicação, adaptando-nos aos contextos comunicativos em que ocorrem. E, ainda, semelhantemente à maneira em que, dependendo das circunstâncias, uma pedra em nosso caminho pode representar um obstáculo ou uma arma com a qual podemos nos defender de possíveis ataques, nos atos comunicativos, inferimos posições, condições, intenções, perspectivas etc. nossas e de nossos interlocutores, com base no contexto comunicativo em que nos encontramos. Em outras palavras, o que queremos dizer é que, em vez de se postular um universo à parte (como se cérebro e corpo fossem independentes um do outro), é preferível buscarmos explicitar o modo como o ser humano se relaciona com o mundo ambiental através da linguagem.

Ponte entre o mundo ambiental e a gramática

Com o propósito de elucidar a relação referida (mundo ambiental/gramática), passamos a discorrer sobre estudos que buscam articular as condições de vida e a evolução do corpo humano ao desenvolvimento da linguagem.

O corpo e a linguagem

Armstrong, Strokoe e Wilcox (1995), objetivando destacar o papel dos gestos no desenvolvimento da linguagem humana, começam fazendo referência à publicação de Pike (1993). Dizem os autores que Pike (1993) tomou emprestado parte do princípio de complementaridade do trabalho do físico Niel Bohr. Conforme enunciam:

Desde Heisenberg, os físicos sabem que, se se consegue localizar uma partícula com precisão, sua ação (como parte de uma onda de partículas semelhantes) escapa da detecção e que, se se estuda a ação das ondas, as partículas individuais desaparecem. (ARMSTRONG, STROKOE; WILCOX, 1995, p.1, tradução nossa).

Tomando como base tal princípio, os autores afirmam que, no que diz respeito aos estudos da linguagem, as atenções têm se concentrado em partículas (como palavras, morfemas, segmentos e, por fim, traços distintivos), tendendo-se, por conseguinte, a se discutir menos acerca de: (1) como essas partículas se misturam, perdendo suas identidades distintas, (2) como elas funcionam nas ondas dos contínuos sons da fala e movimentos das línguas de sinais, (3) como elas funcionam nas ondas da atividade neural e muscular que as produzem.

Assumem, então, os estudiosos o propósito de demonstrar que as línguas de sinais primárias das comunidades surdas, bem como as línguas de sinais alternativas utilizadas por pessoas que podem ouvir estão relacionadas a uma prática comum aos humanos em geral: a de se comunicar através de gestos. Sob esse viés, os gestos visíveis das línguas de sinais correspondem à prática humana de fazer gestos invisíveis, mas audíveis, na garganta e na boca. Para além disso, os autores se propõem a apresentar evidências de que, em termos evolutivos, a linguagem gestual teria representado importante papel na história da humanidade, principalmente no que se refere ao desenvolvimento da linguagem vocal.

Na seção que se segue, resumiremos o encadeamento das evidências apresentadas pelos autores, buscando validar o seguinte pressuposto: a linguagem provém do corpo.

A importância do componente social

Contrapondo-se à hipótese inatista defendida pelos gerativistas, Armstrong, Strokoe e Wilcox (1995, p.143, tradução nossa) dizem que:

Estudos de aquisição da linguagem mostram que a linguagem não se desenvolve por meio da interação do indivíduo com o meio ambiente natural. Ela emerge somente da interação social, mas interação social, dentro de limites restritos. Nós não saberíamos o que significa uma palavra se não tivéssemos ouvido, ou visto a palavra sendo usada por outra pessoa em um contexto que fizesse a relação razoavelmente inequívoca entre palavra e significado.

Os autores também asseveram que, uma vez adquirida a linguagem em um nível suficiente, o indivíduo é capaz de usar a língua e a ajuda por ela fornecida, para determinar, por inferência, a partir do contexto, o significado de uma palavra até então desconhecida. Porém, conforme enfatizam, sem a introdução de palavras e das ideias seminais que as palavras simbolizam – ou seja, sem o processo de aquisição inicial, que é social –, não haveria nenhum equipamento que possibilitasse ao indivíduo fazer inferências linguísticas. Resumindo, a associação de uma palavra com um significado torna possível a conversa e o pensamento verbal, mas o pensamento verbal precisa de linguagem, e linguagem precisa da interação de, pelo menos, dois seres humanos.

A importância do componente social é demonstrada e destacada pelos autores, quando tratam da emergência da linguagem na espécie humana, embasados, sobretudo, na teoria biológica da mente de Edelman (1987, 1988, 1989, 1992). Segundo essa teoria, animais superiores que possuem cérebro são capazes de categorizar percepções, ter lembranças, formar conceitos e ter, pelo menos

vagamente, consciência de si mesmos. Contudo, conforme alegação da mesma teoria, uma espécie em que a consciência primária tenha evoluído precisa também ter adquirido uma língua, para atingir uma consciência de ordem superior:

Um cérebro capaz de correlacionar as informações provenientes do exterior com informações obtidas de dentro do organismo não precisa de linguagem ou de consciência superior para gerar certos tipos de mapeamentos globais; estes, se nós pudéssemos colocá-los em linguagem, são mapeamentos que significariam, por exemplo: “Esta coisa, ou ação, é boa para mim”. “Isso é algo que seria melhor eu evitar ou se não...” Mas para adquirir linguagem, em primeiro lugar, uma criatura com cérebro capaz das funções que acabamos de descrever precisa de algo mais do que o conhecimento vindo de dentro [...] e do conhecimento vindo da [...] percepção acerca do mundo exterior. Essa criatura precisa ser capaz de reconhecer uma categoria intermediária entre si e tudo o mais, uma nova categoria que não seja o ‘eu’ nem o ‘não eu’, mas uma parte especial do ‘não eu’ que contém muitos outros como o ‘eu’ – outros com os quais a própria vida e o bem-estar estão ligados. (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995, p.144, tradução nossa).

Conforme advogam os autores, o aspecto social estaria intimamente ligado ao desenvolvimento da linguagem humana, uma vez que possuir um cérebro que tenha evoluído até a capacidade de ter uma consciência primária não garantiria à espécie o desenvolvimento da linguagem. Indivíduos de uma espécie com consciência primária podem ser bem sucedidos na luta para sobreviver e, assim, promoverem a sobrevivência de sua espécie. Tais indivíduos devem ter redes neurais extensivas e complexas bem ajustadas ao seu habitat e estilo de vida. Os chimpanzés, por exemplo, têm meios de comunicação razoavelmente sofisticados que não se desenvolveram em linguagem. E criaturas proximamente relacionadas aos chimpanzés, os primeiros hominídeos, também teriam cérebros complexos. Contudo a vida social diferenciada dos hominídeos teria ocasionado um tipo de linguagem meio comportamental e a consciência de ordem superior necessária para desenvolvê-la, uma vez que:

[...] é a vida do grupo, e não vidas de indivíduos sozinhos, que adapta uma espécie social ao seu meio ambiente; ou, de outro ponto de vista, para o indivíduo, o grupo é [a porção mais significativa do] meio ambiente. (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995, p.144, tradução nossa).

Referindo-se ao trabalho de Kendon (1991), os autores ressaltam a diferença substancial entre os chimpanzés e os hominídeos, no que concerne à estrutura social, o que pode ter levado os gestos visíveis e vocais utilizados pelos hominídeos, do tipo usado também pelos chimpanzés, a se tornarem verdadeiros símbolos da linguagem. Para Kendon (1991), os chimpanzés

pareciam estar em vias de desenvolver uma linguagem, entretanto isso não aconteceu. Depois de se perguntar o que teria faltado para tal, Kendon (1991) conclui que os chimpanzés não desenvolveram um sistema de linguagem, simplesmente porque não precisaram de um, já que, na vida social dos chimpanzés, é praticamente inexistente a cooperação, envolvendo uma relação de complementaridade entre o comportamento de dois ou mais indivíduos. Ainda segundo Kendon (1991), no que se refere aos hominídeos, a vida social teria começado com o surgimento de uma diferenciação entre os sexos. Teria havido também um prolongamento da dependência infantil e o desenvolvimento sustentado de relações consorte, estando associada a isto a contínua receptividade sexual feminina.

No desenrolar desse processo evolutivo descrito por Kendon (1991), a linguagem teria emergido.

Para Armstrong, Stokoe e Wilcox (1995), durante os milhões de anos de evolução dos hominídeos, a cooperação, envolvendo uma relação de complementaridade (presente em sua estrutura social e ausente na dos chimpanzés), teria uma participação determinante no desenvolvimento da linguagem. Segundo explicam, a diferenciação dos papéis – os machos atuando como caçadores e as fêmeas, como coletoras – teria ocasionado separações e reencontros:

Tal estilo de vida faria útil, mesmo vital, a capacidade de usar signos referindo-se a coisas e eventos não presentes, mas em outros tempos, em outros lugares, ou presentes para um, mas não para o outro. A emergência desses signos não só reforçaria a estrutura social existente, como também permitiria diversificá-la ainda mais, com o consequente alargamento do cérebro e de seu sistema de signos, agora possuindo características fundamentais da linguagem. (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995, p.145, tradução nossa).

Embora concordem com o quadro descrito, no que se refere à evolução da espécie humana e da emergência da linguagem, Armstrong, Stokoe e Wilcox (1995) consideram que a explicação sobre o desenvolvimento da sintaxe e da gramática, em termos vocais, apresenta problemas. A questão central que levantam é: “Como poderiam os sinais feitos por fonação, para indicar *pessoas* e *objetos* e *eventos*, ter se combinado para representar as relações entre tais conceitos?” (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995, p.158, tradução nossa). Conforme argumentam, sendo palavras e sentenças tipos lógicos muito diferentes, a resposta para tal pergunta não é tão óbvia. Diante da consciência primária dos primatas sociais e de sua capacidade para conceituar, a evolução de um vocabulário de signos relacionados a “coisas” pode constituir um passo relativamente simples, mas a habilidade para significar “relações” não se segue a esse passo automaticamente:

Edelman (1992, p.127), na seção que estamos examinando, oferece esta sugestão:

Nós podemos assumir razoavelmente que a fonologia surgiu em uma comunidade de fala que usou frases primitivas (talvez semelhantes as das línguas pidgins atuais) como principais unidades de troca. Em uma comunidade primitiva, expressões correlacionaram nomes com objetos e levaram ao início da semântica... Verbos em seguida. Note-se que a capacidade pré-existente para conceituar constitui a base necessária para esta evolução semântica. Nos primeiros seres humanos, a organização pré-sintática de gestos pode ter permitido uma simples ordenação de nomes e verbos. (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX. 1995, p.158, tradução nossa).

Fazendo considerações sobre a pesquisa de Edelman (1987), que atribui aos gestos a organização pré-sintática, Armstrong, Strokoe e Wilcox (1995) se perguntam sobre a natureza das sentenças primitivas e de onde elas teriam vindo. De acordo com os autores,

Exemplos de pidgin atual e de falantes de crioulo não fornecem respostas inequívocas, para o exemplo de Bickerton (1985, p.11): ‘tumach mani mi tink kechi do’. Tradução [para o inglês]: ‘I think he earns a lot of money though’. A palavra ‘think’ é claramente um verbo em uma sentença encaixada, ‘mi think’; mas não há como determinar que esta ou outras palavras verbais tenham seguido a emergência de substantivos; além disso, uma sentença encaixada numa sentença complexa maior não é o que vem à mente como uma característica de gramática primitiva. Se as sentenças primitivas postuladas por Edelman fossem visivelmente gesticuladas, contudo, – possivelmente com acompanhamento de ruídos vocais – a emergência da fonologia para a produção de sinônimos vocais para as palavras gesticuladas se tornaria muito mais provável. (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995, p.159, tradução nossa).

Alegam os autores que, também nos termos de Kendon (1991), uma comunidade primitiva (mas não ainda uma comunidade falante) pode ter usado muitos substantivos gestuais, como os chimpanzés o fazem de forma limitada, apontando, tocando objetos, fazendo mímica acerca de seu uso ou forma, usando metáfora e metonímia. Armstrong, Strokoe e Wilcox, então, buscando reconstruir o percurso da pré-sintaxe em direção à sintaxe, postulam terem sido os gestos a ponte entre uma e outra: um braço e a respectiva mão usados para designar uma pessoa ou um objeto é livre para se mover e ainda assumir a movimentação de um outro gesto manual já usado para descrever um movimento. Essa combinação em uma ação de substantivo gesticulado mais verbo gesticulado, realizada por ações motoras, e vistas por “criaturas de olhos afiados”, seria um forte estímulo para novas conexões cerebrais e mapeamentos reentrantes mais complexos. Dessa forma, a capacidade preexistente para expressar conceitos em gestos

manuais levaria a uma capacidade maior, que seria a de representar correlações entre conceitos com a combinação motora natural e visível de substantivo e verbo (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995).

Como se pode constatar, indo além de Kendon (1991) e Edelman (1987) que também atribuem aos gestos um papel fundamental no desenvolvimento da gramática, Armstrong, Strokoe e Wilcox (1995) postulam que a linguagem gestual constitui a chave da explicação, ou melhor, o elo que teria viabilizado a progressão da linguagem humana da palavra para a sentença ou da pré-sintaxe para a sintaxe. De acordo com eles, os gestos teriam estabelecido as relações entre conceitos, teriam representado movimentos e ações, possibilitando a expansão das conexões entre os termos e também das conexões cerebrais, levando, assim, à emergência da gramática: “[...] estruturas cognitivas que subjazem à linguagem emergem perceptualmente de gestos guiados, prototipicamente aqueles feitos pelas mãos.” (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995, p.52, tradução nossa).

Conforme vimos, portanto, a emergência da gramática, seja no processo evolutivo da espécie humana, seja no processo de aquisição da língua materna, numa perspectiva não inatista, não pode ser explicada sem se considerar a relação entre o mundo ambiental e os seres humanos que nele habitam. O papel decisivo dos gestos nos dois processos mencionados, como ficou evidente, também não pode ser desconsiderado. Outro aspecto igualmente importante, e do qual falaremos um pouco mais a seguir, é o que diz respeito à inter-relação entre a emergência da gramática – considerando-se a expansão das relações entre conceitos e do entrelaçamento de palavras para formar sentenças – com a expansão das conexões cerebrais.

Linguagem e cognição

Para tratarmos da inter-relação entre a emergência da gramática e a expansão das conexões cerebrais, pinçamos momentos diferentes do desenvolvimento dos estudos acerca da cognição linguística.

Conforme relata Salomão (2009, p.23),

Até muito recentemente, a abordagem da cognição linguística ostentava um caráter marcadamente não evolucionário, negligenciando a relação da linguagem seja com os demais sistemas animais de comunicação, seja com os estágios pré-linguísticos do desenvolvimento humano – a não ser numa perspectiva dissociacionista.
[...]

Nos últimos anos, entretanto, a crescente expressividade do legado darwinista levou a um rearranjo nos estudos cognitivos, de tal modo

que pensadores de persuasão tão diversa quanto Bickerton, Pinker, Jackendoff e Fauconnier passaram a tematizar a questão da origem da linguagem, com óbvio impacto nas suas hipóteses sobre a natureza da gramática e das categorias linguísticas.

Ainda de acordo com a autora,

Numa chave bastante diferente, e anterior de há pelo menos duas décadas, a linguística cognitiva reivindicava uma essencial continuidade entre as categorias cognitivas humanas – fossem estas linguísticas, perceptuais ou culturais.

A distinção entre figura e fundo, remissiva dos estudos da psicologia de *gestalt* sobre a cognição visual, torna-se constitutiva de postulação do par cena/enquadramento, tão saliente na semântica filmoreana, que o propõe como homólogo no plano linguístico do conceito de *frame*, usado por Minsky, na psicologia cognitiva, e por Goffman, na sociologia da interação comunicativa. (SALOMÃO, 2009, p.23).

Interessa-nos destacar que, a partir de então, abriu-se o caminho para a consideração de diferentes perspectivas dentro de uma cena comunicativa² e para a aproximação de categorias linguísticas das demais categorias cognitivas e sociais, em termos de sua organização interna. Em suma, observou-se o rompimento com a tradição formalista e com seu postulado sistema linguístico autônomo:

Ao romper com a tradição formalista fortemente ancorada na suficiência do significante e no relevo da forma como objeto de análise, a Linguística Cognitiva insere em seu escopo, em posição central, a categoria da CONSTRUÇÃO, postulando, assim, um trato integrador da estrutura conceptual e formal.

A construção gramatical é uma unidade básica e singular da língua, definida nos termos de Lakoff (1987, p.467), como “um par forma-sentido (F,S), onde F é um conjunto de condições da forma sintática e fonológica e S é um conjunto de condições de significado e uso”. Nos termos de Goldberg (1995, p.4), “C é uma construção se C é um par forma/sentido <Fi, Si> de forma que algum aspecto de Fi ou algum aspecto de Si não seja estritamente preditível das partes componentes da construção ou de outras construções previamente estabelecidas.” (JESUS; MIRANDA, 2003, p.267).

O alçamento da categoria da Construção à posição central do escopo da Linguística Cognitiva deve-se, sobretudo, ao trabalho de Goldberg (1995, p.5,

² Salomão (2009, p.23) apresenta exemplos de distinções relacionadas com a adoção de diferentes perspectivas: “a) Rodrigo é filho de César vs César é pai de Rodrigo; b) O sol secou a roupa no varal vs A roupa secou no varal e c) Caminhei na praia de manhã vs Dei uma caminhada na praia de manhã.”

tradução nossa) que, por sua vez, faz referência à contribuição prestada por pesquisas anteriores sobre a aquisição da linguagem:

Com base na investigação sobre a aquisição da linguagem de Clark (1978), Slobin (1985) e Bowerman (1989), juntamente com os resultados apresentados aqui, defende-se a hipótese de que

Construções simples estão diretamente associadas a estruturas semânticas que refletem cenas básicas da experiência humana.

Em particular, as construções que envolvem a estrutura argumental básica são mostradas como estando associadas a cenas dinâmicas: gestalts experimentalmente fundamentadas, tal como alguém volitivamente transferindo alguma coisa para alguém, alguém fazendo algo se mover ou mudar de estado, alguém vivenciando algo, algo se movendo, e assim por diante. Propõe-se que os tipos básicos de cláusula de uma língua formem uma rede inter-relacionada, com estruturas semânticas emparelhadas a formas particulares de uma maneira tão geral quanto possível.

Goldberg (1995, p.3, tradução nossa) apresenta alguns exemplos de estruturas argumentais em construções do inglês, que podem ser conferidos a seguir:

1. Bitransitiva (X causa Y para receber Z):
Subj V Obj Obj₂: *Pat faxed Bill the letter.*
2. Movimento causado (X causa Y para mover Z):
Subj V Obj Obl: *Pat sneezed the napkin off the table.*
3. Resultativa (X causa Y para tornar-se Z):
Subj V Obj Xcomp: *She kissed him unconscious.*
4. Intransitiva de movimento (X move Y):
Subj V Obl: *The fly buzzed into the room.*
5. Conativa (X dirige a ação a Y):
Subj V Obl_{at}: *Sam Kicked at Bill.*

Ainda em referência à aquisição da linguagem, Goldberg (1995) discute o trabalho de Landau e Gleitman (1985) segundo o qual a criança adquire os significados de verbos de forma surpreendentemente fácil, porque fazem uso de conjuntos de *frames* sintáticos:

Por exemplo, eles observam que seu informante cego congênito aprendeu o significado de *look* e *see* sem grandes dificuldades, apesar do fato de esses significados não serem físicos e, para essa criança, não serem diretamente baseados na experiência. [...] Alguns trabalhos experimentais de outros pesquisadores, substanciam a ideia de que *frames* sintáticos auxiliam na aquisição do significado das palavras. (GOLDBERG, 1995, p.19).

Para Landau e Gleitman (1985), o uso de um verbo num *frame* sintático indica que o verbo tem um componente particular de significado associado ao respectivo *frame*. Contudo Pinker (1989) critica a proposta dos autores, alegando que a aquisição baseada unicamente em *frames* sintáticos incorreria em erros. A este respeito, Goldberg (1995, p. 19, tradução nossa) faz a seguinte observação:

Este é de fato um problema geral para a formulação de Landau & Gleitman. A ocorrência de *kick* em construção bitransitiva (ex., *Joe kicked Mary a ball*) não pode ser tomada como evidência de que o significado de *kick* tem um componente de transferência, como a alegação deles parece implicar. [...] *Kick* pode ocorrer em oito padrões sintáticos diferentes, a maioria dos quais não envolve transferência.

Goldberg se propõe, então, a reinterpretar o postulado de Landau e Gleitman (1985). Para a autora, a criança, ao ouvir um verbo em uma construção particular previamente adquirida, não depreenderia que o verbo por si só tenha o componente do significado associado com a construção, mas sim que o verbo ocorre em um dos grupos verbais convencionalmente associados com a construção. Para além disso, a autora destaca a importância da informação contextual e da experiência no processo:

[...] a aquisição de uma língua não ocorre num vácuo. É geralmente aceito que a primeira compreensão das crianças de um significado lexical está ligada a situações em que uma palavra ouvida é utilizada.

Uma vez já sendo reconhecidas as construções, a idéia de que um verbo ouvido em um *frame* sintático possa ajudar na determinação do seu significado torna-se coerente. No entanto, dessa forma, pressupõe-se que a criança já saiba que certas classes de verbos são convencionalmente associadas a certas construções, isto é, pressupõe-se que um número razoável de verbos já tenha sido adquirido, e por isso não constituiria uma operação se iniciando do zero. As Construções ajudariam na aquisição de novos significados de verbos, uma vez que um grande número de verbos já teria sido apreendido, mas não seriam úteis na aquisição dos significados dos primeiros verbos [...]. (GOLDBERG, 1995, p.20).

Neste ponto da discussão, Goldberg (1995, p.230, tradução nossa) busca ancoragem para suas alegações, remetendo o leitor ao trabalho de Fisher et al. (1991, p.2):

Fisher et al. enunciam esta ideia sucintamente: “/ touch / é mapeado para ‘tocar’, porque (a) a criança pode representar cenas observadas como ‘cenas de tocar’ e (b) a forma de onda / touch / é provavelmente ouvida

quando a ação de tocar está acontecendo. Que isto tem que ser pelo menos uma parte da verdade sobre a palavra aprendizagem é tão óbvio o quanto é aceito por todos os teóricos, apesar de suas diferenças em todos outros aspectos (ver, por exemplo, Locke 1690 e Chomsky 1965 – e todos os outros que comentaram o tema). Você não pode aprender uma língua simplesmente ouvindo o rádio.”

Não vamos nos alongar em explicações sobre a Gramática das Construções.³ Expusemos aqui apenas as partes importantes para compor o contínuo (em oposição à separação em geral postulada) entre o mundo ambiental e a gramática de uma língua. Entendemos que a relação com o mundo ambiental se mantém, mesmo em se tratando de línguas já constituídas, como as línguas de nossos dias. Entendemos ainda que, embora a aquisição e o uso que fazemos de uma língua se apoiem em grande parte na gramática ou na rede de Construções que compõem a gramática dessa língua, o elo com o mundo ambiental é mantido, na medida em que todo enunciado linguístico se realiza num lugar particular e num tempo particular, sendo produzido por um falante e dirigido a, no mínimo, um ouvinte; e em que, na realização de um enunciado, ocorrem situações de localização e identificação de pessoas, objetos, eventos, processos e atividades. Em outras palavras, entendemos que em cada ato de comunicação, ocorre, por parte dos interlocutores, um processo de perspectivização que se baseia em situações reais – previsíveis ou completamente inesperadas, semelhantes a outras já vivenciadas ou não – que, embora possam gerar (ou ser apreendidas através de) Construções, ocorrem no mundo ambiental e não, no âmbito da gramática ou de um universo paralelo. Como já expusemos, acreditamos que, semelhantemente à maneira como nos orientamos e nos posicionamos, por exemplo, diante de situações de perigo (conhecidas ou não) também nos orientamos nos atos de comunicação, adaptando-nos aos contextos comunicativos em que ocorrem. Assim sendo, o processo de perspectivização não seria exclusividade dos atos comunicativos, correspondendo, antes, à refinada capacidade do ser humano de percepção do mundo exterior e à consequente consciência da diversidade relacionada aos aspectos físicos, sociais, culturais, religiosos e comunicativos do mundo que o cerca.

Em consonância com Varela, Thompson e Rosch (1991, p.173, tradução nossa), entendemos que: “(1) cognição depende do tipo de experiência que provém de se ter um corpo com várias capacidades sensorio-motoras, e (2) de essas capacidades sensorio-motoras individuais serem elas mesmas incorporadas em um contexto biológico, psicológico e cultural mais abrangente.”

³ Discussão mais detalhada a respeito pode ser encontrada em Goldberg (1995, 2006) e em Miranda e Salomão (2009), entre outros.

Considerações finais

Retomando o postulado de que a dêixis constitui um elo entre o mundo ambiental e a gramática, chamamos a atenção para o fato de que a própria evolução do conceito do termo *dêixis* parece delinear o possível percurso da linguagem humana da pré-sintaxe à sintaxe:

Sabemos, pois, que a raiz etimológica do vocábulo “deixis” remete para a noção de mostração, ostensão, indicação ou indigitação, sendo que da tradução do vocábulo grego para o latim resultou a generalização do termo “demonstrativo” na terminologia clássica. Porém, se é certo que, em termos restritos, o dêictico subsume um ato de mostração corporal num apontar verbal, a referida noção de função dêictica deverá albergar igualmente a vocação do dêictico para a referenciação de uma malha alargada de pessoas, objetos, fatos, espaços, tempos, processos, atividades cuja significação só pode ser calculada a partir de uma indigitação primordial: a de um sujeito que ao designar-se por EU, aponta para si próprio num ato particular, discreto, único de produção discursiva. (MARTINS, 2000).

Como se pode verificar, de um conceito de dêixis mais restrito, o de um ato de mostração corporal em um apontar verbal, foi se passando para um outro mais amplo de referenciação. Contudo, mais do que isso, ou seja, mais do que um contínuo cuja aparência pode remeter a uma linha reta, o fenômeno da dêixis, conforme é sabido, serve de ponte de ligação entre os diversos domínios nos quais pode se desdobrar um contexto comunicativo:

[...] o desdobramento do contexto comunicativo em diferentes domínios e o entendimento de que o contexto pode organizar-se em diversos planos de atenção são as evidências que nos levam a assumir que a relação entre dêixis e contexto é muito mais refinada do que possa parecer à primeira vista. É pois, nesse refinamento que reside a riqueza dessa relação, uma vez que é a natureza multifacetada do contexto comunicativo que a dêixis nos ajuda entender. (LIMA, 2009, p.336).

O papel da dêixis no desdobramento do contexto comunicativo em diferentes domínios, no entanto, é matéria para um trabalho futuro.

Concluindo, cremos ter encontrado evidências que vão ao encontro da hipótese funcionalista (SANKOFF; BROWN, 1976), segundo a qual a pragmática é o berço da sintaxe. Implicativamente, tais evidências também favorecem duas outras hipóteses desta decorrente: (i) os recursos formais existentes nas línguas naturais para indicar o marco de referência (quando este não coincide com o EU/TU-AQUI-AGORA da enunciação) seriam resultantes da sintaticização de recursos pragmático-discursivos; e (ii) observar-se-ia um contínuo entre dêixis e referenciação e, conjuntamente, entre o real, o discursivo e o gramatical.

ABRAÇADO, J. How can we live in a real world and communicate by means of an abstract system or within the bounds of a discourse universe? *Alfa*, Araraquara, v.55, n.1, p.205-224, 2011.

- **ABSTRACT:** *The phenomenon of deixis has received little attention in the linguistic studies. This is not surprising, since the notion of deixis is linked to the notion of language, and accepting the existence of deixis means rejecting the notions of an abstract linguistic system or discourse universe, both separated from the real world, as generally postulated. The question we discuss is: How can we live in a real world and communicate by means of an abstract system or within the bounds of a discourse universe? Our proposal, based on research on human language from an evolutionary and cognitive perspective, is to present evidence that we communicate in a real world, and that deixis is a link between world and grammar.*
- **KEYWORDS:** *Deixis. Reference. Cognition. Grammar.*

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, D. F.; STOKOE, W. C.; WILCOX, S. *Gesture and the nature of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BAR-HILLED, Y. The present status of automatic translation of language. *Advances in Computers*, New York, 1, p.158-163, 1960.

BORBA, P. L. Contribuições da teoria da enunciação para o conceito de exófora. *Guaricá*, Paraná, n.21, p.15-27, 2005.

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT, 1965.

CLARK, E. V. Discovering what words can do. In: FARKAS, D.; JACOBSEN, W. M.; TODRYS, K. W. (Ed.). *Papers from the parasession on the lexicon*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1978. p.34-57.

EDELMAN, G. M. *Bright air, brilliant fire: on the matter of mind*. New York: Basic Books, 1992.

_____. *The remembered present: a biological theory of consciousness*. New York: Basic Books, 1989.

_____. *Topobiology*. New York: Basic Books, 1988.

_____. *Neural darwinism: the theory of neuronal group selection*. New York: Basic Books, 1987.

FILLMORE, C. J. *Lectures on dêixis*. Califórnia: CSLI Publications, 1997.

FONSECA, F. I. Dêixis e pragmática linguística. In: FARIA, I. H. et al. (Org.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996, p.437-445.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. New York: Oxford University Press, 2006.

_____. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University Press, 1995.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

KATZ, J.; FODOR, J. A. The structure of a semantic theory. *Language*, v.39, n.2, p.170-210, 1963.

KENDON, A. Some considerations for a theory of language origins. *Man*, London, v.26, n.2, p.199-221, June 1991.

LANDAU, B.; GLEITMAN, L. R. *Language and experience: evidence from the blind child*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

LIMA, C. R. G. M. de. Os dêiticos espaciais como instrumento de orientação da atenção. In: SALOMÃO, M. M. M.; MIRANDA, N. S. (Org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009. p.331-353.

LYONS, J. *Lingua(gem) e linguística*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

_____. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

MARCUSCHI, L. A.; KOCH, I. G. V. Referenciação. In: JUBRAN, C.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006. v.1. p.381-399.

MARTINS, A. C. O lugar da dêixis na descrição da língua. *Forum Media 2*, Instituto Politécnico de Viseu, n.2, 2000. Disponível em: <<http://www.prof2000.pt/users/anamartins/ArtigoFIF.html>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

MIRANDA N. S.; SALOMÃO, M. M. M. (Org.) *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

PIKE, K. L. 1993. *Talk, thought and thing: the emic road toward conscious knowledge*. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1993.

PINKER, S. *Learnability and cognition: the acquisition of argument structure*. Cambridge: MIT, 1989.

SALOMÃO, M. M. M. Teorias da linguagem: a perspectiva sociocognitiva. In: SALOMÃO, M. M. M.; MIRANDA, N. S. (Org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009. p.20-32.

SLOBIN, D. Crosslinguistic evidence for the language-making capacity. In: _____. (Ed.). *A crosslinguistic study of language acquisition*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1985. v.2.

SANKOFF G.; BROWN, P. The origins of syntax in discourse. In: *Language*, v.52, n.3, p.631-666, 1976.

VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *The embodied mind: cognitive science and human experience*. Cambridge: MIT, 1991.

Recebido em setembro de 2010.

Aprovado em novembro de 2010.

AQUISIÇÃO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS: MARCAS DE UMA ESCRITA HETEROGENEAMENTE CONSTITUÍDA

Sanderléia Roberta LONGHIN-THOMAZI*

- **RESUMO:** Neste trabalho, partindo do pressuposto de que os esquemas de junção de um texto, com suas possibilidades variáveis de realização quanto à arquitetura sintática e relações semânticas, constituem um fenômeno privilegiado para apreensão da Tradição Discursiva em que o texto se insere (KABATEK, 2005), investigo em que medida a junção contribui para elucidar o processo de aquisição de Tradições Discursivas na modalidade de enunciação escrita. Para tanto, adoto um modelo de junção de base funcionalista (HALLIDAY, 1985), fundado na não discretude dos processos, e analiso uma amostra longitudinal de textos produzidos por duas crianças durante as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Defendo que a aquisição de tradições da escrita se faz de forma constitutiva com as tradições da oralidade e que essa constituição heterogênea fica particularmente clara quando se atenta às decisões no domínio da junção, em que a criança faz escolhas sobre como juntar, no eixo sintagmático, e escolhas no conjunto dos juntores, no eixo paradigmático, deixando transparecer a natureza composicional das tradições.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Tradições discursivas. Escrita. Aquisição. Junção.

Introdução

A noção de Tradição Discursiva (TD, daqui em diante), desenvolvida no âmbito da romanística alemã, na Universidade de Tübingen, a princípio sob a influência dos trabalhos de Coseriu (1958, 1981) e de Schlieben-Lange (1993), e mais recentemente refinado por Koch (1997), Oesterreicher (1997) e Kabatek (2005, 2006), permite vislumbrar uma perspectiva teórico-metodológica diferenciada de abordagem de fenômenos em mudança linguística. Kabatek (2005, 2006) argumenta que, para condução dos estudos em mudança, o investigador deve ter em conta o peso que as tradições dos textos têm sobre o fazer-se constante da linguagem, uma vez que as tradições predis põem o uso de certas estratégias de verbalização e de variedades linguísticas que podem determinar uma menor ou uma maior abertura aos fatos de variação e mudança.

* UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Estudos Linguísticos e Literários. São José do Rio Preto –SP – Brasil. 15054-000 – thomazi@ibilce.unesp.br

Em outro trabalho, intitulado *Junção, tradição discursiva e mudança linguística*, discuti aspectos da interdependência entre condições de produção, TDs e arranjos linguísticos. A partir da análise de um conjunto de textos representativos de diferentes maneiras de escrever cartas, praticadas em sincronias pretéritas do português, mostrei que a combinação de certos parâmetros das condições de produção, principalmente o papel social do missivista e a finalidade comunicativa da carta, ajudam a definir diferentes variedades de TDs que, por sua vez, mobilizam escolhas no nível da linguagem. Tais escolhas foram observadas prioritariamente no domínio da junção e serviram para reforçar dois dos pressupostos de Kabatek (2006) sobre TDs: (i) o de que há uma correlação entre o tipo e a frequência dos juntores presentes no texto e a TD na qual esse texto se insere; e (ii) o de que processos de inovação e adoção linguística no campo dos juntores encontram liberdade em certas tradições, mas não em outras.

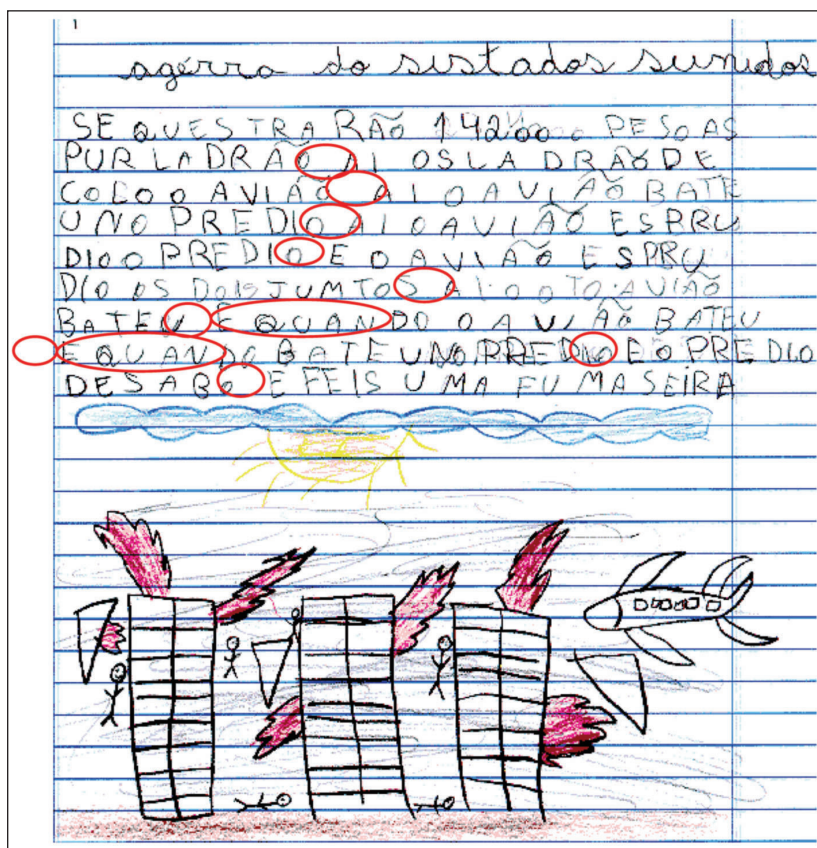
Neste trabalho,¹ meu objetivo é analisar a referida correlação entre TD e junção em um lugar em que nos confrontamos muito fortemente com a instabilidade e com a polissemia. Esse lugar é aquele da inserção dos sujeitos nas práticas formais de letramento, onde é possível refletir sobre questões de aquisição e uso de TDs. Para tanto, analiso uma amostra longitudinal de textos produzidos por duas crianças durante as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, o que permite flagrar, entre outras coisas, aspectos da natureza composicional e não homogênea das TDs.

A singularidade do dado e as questões

A análise preliminar dos dados de escrita infantil possibilitou o levantamento de questões, especialmente a partir da percepção de dois traços muito recorrentes: um deles é o contar, que é a essência da atividade linguística desses sujeitos; e o outro é que esse contar é preferencialmente realizado por meio da repetição de juntores, muitas vezes de significação imprecisa e flutuante, que unem recortes ou fragmentos de outros textos pertencentes a gêneros de uma oralidade informal (gêneros primários como diálogo familiar, cotidiano) como também de uma oralidade formal (a oralidade letrada da professora, em ambiente escolar, que é uma forma de transmissão de conhecimentos). Ou seja, os textos das crianças parecem registrar, de maneira singular, a convivência entre diferentes fontes de saber, provenientes de práticas sociais orais e letradas, como mostra exemplar abaixo, em que os esquemas de junção baseados em *e* e *aí*, o conteúdo veiculado e as imagens trazem marcas do contato do escrevente com práticas diversas.

¹ Este trabalho traz parte dos resultados da pesquisa de pós-doutoramento que realizei na Universidade de Tübingen, sob orientação do Prof. Dr. Johannes Kabatek (CNPq: 302670/2008-4/ Fapesp: 09/53614-0).

Figura 1 – Exemplar representativo dos textos de aquisição de escrita.



Para abordagem dessa convivência, que não é óbvia, fundamentome em Corrêa (2004, 2007), para quem fala e escrita são modalidades de enunciação relacionadas à circulação dos sujeitos pelas práticas sociais, historicamente instauradas, havendo entre elas uma indissociabilidade que licencia a apreensão de características de enunciados falados no produto escrito. Seguindo essa perspectiva, rejeito explicações fundadas em possíveis relações de interferência da fala na escrita e assumo que, no processo inicial de inserção na escrita convencional, a criança já traz na “memória comunicativa” (OESTERREICHER, 1997) esquemas textuais, adquiridos nas práticas sociais orais e letradas até então experimentadas, i.e, a criança tem um grau de letramento. Assumo, portanto, uma concepção de letramento que extrapola o contexto educacional e que, à maneira de Marcuschi (2003), equivale a um processo mais amplo de natureza sócio-histórica relacionado às práticas de leitura e de escrita. Essa visão se compatibiliza com aquela de Street (2006),

no campo da antropologia, para quem as práticas de letramento são modos variados e complexos de representar os significados de ler e escrever, em diferentes contextos sociais, em meio a relações de poder e ideologia. São, para o autor, práticas constitutivas da identidade dos indivíduos, associadas papéis sociais assumidos ou recusados.

Dado esse posicionamento teórico, minhas expectativas são a de que na aquisição de escrita, tradição letrada e tradição oral apareçam mescladas, constituindo-se mutuamente, e a de que pistas dessa constituição heterogênea possam ser apreendidas no material escrito. Dessas expectativas decorrem as duas questões que norteiam este trabalho: (i) até que ponto a junção, fator essencial para delinear as tradições discursivas, é índice do modo como as práticas orais e as práticas letradas (considerando também o letramento formal, i.e., a alfabetização) se encontram nas produções escritas dos sujeitos da pesquisa? Ou, dito de outro modo, a junção permite reconhecer marcas da heterogeneidade da escrita? (ii) que evidências a mescla traz sobre o caráter processual de aquisição de tradições discursivas?

Tradições Discursivas

Dos trabalhos de Schlieben-Lange (1993), que aliaram questões de sociolinguística e pragmática com a teoria de Coseriu (1958, 1981), derivaram importantes discussões que, mais tarde, ajudaram a elaborar o conceito de TD. Uma delas decorre da percepção de que *existe uma história dos textos independente da história das línguas*. É nessa linha que Koch (1997) e Oesterreicher (1997), ampliando o nível histórico coseriano, mostraram o lugar da TD num modelo de produção verbal. Conforme o Quadro 1, adaptado de Koch (1997), a reduplicação do nível histórico levou à distinção entre o domínio da língua histórica particular (sistema e norma²) e o domínio das tradições discursivas (atos de fala, gêneros, estilos, formas conversacionais, formas literárias), entendidas, em sentido amplo, como *modelos linguísticos normativos convencionalizados de transmissão do sentido, que dirigem a produção e a recepção do discurso* (OESTERREICHER, 1997).

² As noções de *sistema* e *norma* recebem aqui um entendimento particular, nos moldes propostos por Coseriu (1958). O sistema compreende um conjunto de possibilidades técnicas do falar, em que somente parte é realizada. A norma, por sua vez, restringe as possibilidades do sistema. Compreende a escolha usual entre as opções oferecidas pelo sistema.

Quadro 1 – Níveis³ e domínios do linguístico.

Nível	Domínio	Tipo de regra
Universal	Atividade do falar	Regras elocucionais
Histórico	Língua histórica particular	Regras idiomáticas
	Tradição discursiva	Regras discursivas
Individual	Discurso	

Fonte: Koch (1997).

A segmentação do nível histórico prevê, portanto, que a produção do sentido passa necessariamente por dois filtros, que levam a uma “adequação” a dois tipos de regras: as idiomáticas e as discursivas. Neste trabalho, focalizo discursos individuais concretos, em que são aplicados os três tipos de regras, para refletir sobre o modo como as crianças em fase de desenvolvimento e construção da escrita lidam, sobretudo, com as regras idiomáticas e discursivas para a produção dos textos. Como se verá, na aquisição de escrita, a relação dos escreventes com as regras é cambiante.

No que toca à aquisição e uso de TDs, Oesterreicher (1997) argumenta que o vínculo do indivíduo com as tradições é sempre gradual e que a aquisição de TDs é processual, incluindo eventos comunicativos de identificação, habituação e legitimação. Nesse processo, o discurso individual não se conforma às tradições de modo mecânico, com a simples transposição de regras. Há sempre um “núcleo duro”, com propriedades bastante fixadas, articulado com variações e deslocamentos, os quais podem resultar em modificação das TDs. Assim, o discurso individual, nível das realizações concretas, é o domínio em que convivem lado a lado as possibilidades de permanência e de transformação⁴, que apontam para o caráter composicional das TDs, que é verificável, segundo Kabatek (2005, 2006), nos eixos sintagmático e paradigmático, pelo reconhecimento de elementos textuais que evocam tradições diversas.

³ A distinção entre esses três níveis, proposta por Coseriu (1981), decorre de sua concepção de linguagem enquanto atividade humana universal, que se realiza individualmente, por meio de técnicas historicamente determinadas (as línguas). Assim, todo enunciado pode ser considerado à luz dos níveis universal, individual e histórico (KABATEK, 1996; KOCH; OESTERREICHER, 2007). O nível universal refere-se, entre outras, às operações linguísticas de referência, predicação, orientação dêitica, distribuição de papéis comunicativos e contextualização. O nível histórico refere-se às línguas (português, espanhol, francês, alemão, etc.) como produtos histórico-culturais da atividade humana, e o nível individual refere-se à enunciação, sempre particular e única, que traz material para o descobrimento de regras e de normas, pressupondo ambos o universal e histórico.

⁴ A esse respeito, Kabatek (1996, p.22) afirma que “Os signos linguísticos passam através da tradição de falante em falante, mas não como unidades fixas e pré-existent, mas como unidades abstratas que cada falante de novo põe relação com o mundo de sua experiência em atos criativos.”

Proponho estender o princípio da composicionalidade das TDs para o âmbito específico da junção, em que estão em pauta as opções que as crianças fazem sobre como juntar, i.e., por que meios sintático-semânticos (eixo sintagmático) e escolhas no conjunto dos jutores (eixo paradigmático). Essas escolhas se implicam mutuamente e são sempre perpassadas por alguma percepção da criança acerca do que é fixo e do que é lacunar na tradição. Assim, na elaboração de uma narrativa recontada, as relações temporais em geral são percebidas como inerentes, tipicamente da face fixa da TD; mas o modo como essas relações temporais são construídas no texto, em termos da seleção do jutor e da arquitetura sintática instaurada, é algo variável, tipicamente da face lacunar da TD. É nesse cenário que, subsidiada pelo mapeamento dos esquemas de junção dos textos, mostro como a criança lida com a composicionalidade das tradições, fazendo transparecer o caráter processual da aquisição de TDs escritas, que se faz de forma constitutiva com as TDs faladas, tese que defendo aqui.

Apreensão das TDs pela junção

Biber (1988) propôs uma metodologia estatística que considera conjuntamente traços linguísticos e situacionais, para identificação e comparação entre diferentes gêneros textuais. Além disso, a proposta do autor permitiu apurar, por meio da variação quantitativa, a maior ou menor proximidade entre os gêneros dispostos em um contínuo. Inspirada no modelo de Biber (1988), a metodologia utilizada em Kabatek (2005, 2006) e Vincis (2009) consiste em reduzir a quantidade de elementos a medir e em eleger a junção como eixo de caracterização e distinção das TDs. Segundo os autores, os esquemas de junção de um texto, avaliados em termos dos tipos de jutores e da frequência relativa, são sintomas para determinar a TD a que pertence. Os jutores são classificados à luz do modelo de Raible (2001), que prevê o cruzamento entre dois parâmetros, a arquitetura sintática e as relações semânticas, em que uma mesma relação semântica pode encontrar possibilidades variadas de expressão na arquitetura sintática, que se desdobra pelos polos da *agregação* e *integração*⁵. Tão relevante como a frequência e os tipos de jutores são para o desenho das TDs, também o é a complexidade das construções de junção, que pode ser avaliada tanto em termos de maior dependência e/ou integração, quanto em termos de maior complexidade cognitiva das relações de sentido.

Adoto a essência desse modelo de junção, que está na codificação das relações semânticas em qualquer ponto do contínuo sintático, distanciando-me

⁵ À semelhança do que propõem Hopper e Traugott (1993), em termos de *parataxe* > *hipotaxe* > *subordinação*, Raible (2001) entende que as estratégias de *agregação* e de *integração* (eixo vertical) devem ser entendidas, ao longo de um contínuo, como pontos extremos em uma escala que reúne construções mais e menos dependentes e/ou encaixadas.

assim da tradição gramatical, em que são associadas, por exemplo, adversidade e coordenação, condição e subordinação. Contudo, diferentemente de Kabatek (2005), priorizo neste trabalho os mecanismos de *relação* entre orações e excluo os mecanismos de *constituência* do tipo encaixamento, que são de outra natureza (HALLIDAY, 1985; NEVES, 2006). A análise se fundamenta num modelo funcionalista de ‘modificação’ de orações (HALLIDAY, 1985; MARTIN; MATTIESSEN; PAINTER, 1997), que pressupõe: a não discretude dos processos de junção; o cruzamento entre informações sintáticas e semânticas; e uma essência sistêmica, com uma rede de opções para cada parâmetro.

Analiso os juntores a partir do encontro entre duas dimensões: (i) o sistema de *taxe*, que diz respeito às relações de interdependência entre as unidades gramaticais que formam o complexo; e (ii) o sistema *lógico-semântico*, que diz respeito às relações de sentido que legitimam a junção. As opções do sistema de *taxe* são *parataxe* e *hipotaxe*, cuja distinção repousa, em princípio, no estatuto gramatical das unidades envolvidas: se as orações têm mesmo estatuto, a construção é paratática; por outro lado, se os estatutos são desiguais, uma unidade é modificadora e dependente de outra que é nuclear, nesse caso, a construção é hipotática. As opções do sistema lógico-semântico são diversas, mas organizadas por Halliday (1985) em um número de categorias típicas mais gerais. Descarto os rótulos do autor como *elaboração*, *extensão*, *realce*, etc., estranhos à literatura corrente, e adoto uma terminologia mais consensual, conforme segue:

Esquema 1 – As relações semânticas.

Adição	Alternância	Modo	Tempo	Contraste	Causa	Condição	Concessão
--------	-------------	------	-------	-----------	-------	----------	-----------

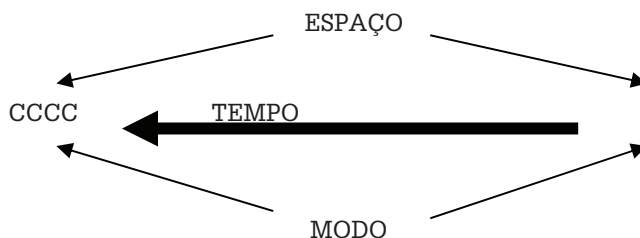
Fonte: Kortmann (1997).

A ordem de apresentação das relações é significativa, pois sinaliza um aumento crescente na complexidade cognitiva⁶. O critério para avaliação da complexidade das relações é sintetizado no Esquema 2 abaixo, extraído de Kortmann (1997). Investigando a gramaticalização de conjunções, o autor mostrou que, do ponto de vista diacrônico, a mudança semântica é unidirecional e aponta sempre para um aumento de complexidade, em que as relações temporais podem derivar das espaciais e modais,⁷ e as relações CCCC derivam essencialmente das temporais.

⁶ Essa representação linear é problemática para as relações cognitivamente mais complexas: Contraste, Causa, Condição e Concessão. Dadas as relações de derivação verificadas nas línguas, ‘Contraste’ e ‘concessão’ deveriam estar contíguas, assim como tempo/condição, tempo/concessão, tempo/causa.

⁷ O macrosistema de Modo, segundo Kortmann (1997), inclui as noções de comparação, similaridade, finalidade e proporção.

Esquema 2 – Universo semântico das relações.



Fonte: Kortmann (1997, p. 178).

Material e métodos

Utilizo parte de um banco de dados⁸ que reúne produções textuais de alunos de duas escolas públicas de São José do Rio Preto, localizadas em bairros de periferia. As coletas foram feitas quase que quinzenalmente, nas aulas de língua portuguesa, ao longo dos anos de 2001 a 2004, a partir da aplicação de propostas que visavam à obtenção de textos de tipologias e gêneros diversos. Assim, os mesmos alunos foram acompanhados durante as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, o que permite estudos longitudinais. Para esta pesquisa, selecionei as produções textuais de dois sujeitos, E1 e E2, com base nos critérios: (i) maior frequência na realização das propostas; e (ii) condições iniciais de escrita próximas às convenções. Portanto o *corpus* é constituído de 102 textos:

Quadro 2 – Número de textos produzidos pelos sujeitos nos 4 anos do Ensino Fundamental.

Sujeitos	2001	2002	2003	2004	TOTAL
E1: PHP	14	15	11	13	53
E2: AGS	11	14	11	13	49

Quanto ao método, conjugo as abordagens quantitativa e qualitativa, percorrendo duas etapas principais: (i) mapeamento dos esquemas de junção dos textos, com a caracterização qualitativa dos juntores baseada no cruzamento entre os parâmetros sintático e semântico já esboçados; e (ii) submissão dos dados ao programa estatístico TraDisc,⁹ para obtenção das frequências e posterior análise.

⁸ O banco de dados sobre aquisição de escrita infantil foi constituído para subsidiar as pesquisas do Grupo de Pesquisa *Estudos sobre a linguagem* (GPEL/CNPq processo 400183/2009-9), coordenado pelo Prof. Dr. Lourenço Chacon. As propostas de produção textual foram elaboradoras e aplicadas pela pesquisadora Cristiane Carneiro Capristano, na época pós-graduanda do IBILCE/ UNESP.

⁹ O TraDisc, desenvolvido por Christoph Malisi, é um programa computacional para anotação de *corpora* em formato XML. Foi inicialmente desenvolvido para identificar e anotar juntores em um *corpus*, contudo sua

Junção e(m) aquisição

O levantamento dos dados mostra que os sujeitos optam preferencialmente por determinados esquemas de junção, revelando tendências. Conforme o Quadro 3, a justaposição, sinalizada aqui por Ø, atua na codificação de quase todas as relações de sentido, assim como juntor *e*, altamente polissêmico, combinado ou não com advérbios juntivos. As maiores frequências estão relacionadas a *e* em adição neutra e em adição temporal. Juntor morfológicamente complexo como perífrases conjuncionais são restritos¹⁰ e, em vários contextos, certos advérbios são suficientes para a junção como, por exemplo, *primeiro*, *antes*, *depois*. Usos não convencionais de jutores, que poderiam ser considerados ‘erros’, não foram mostrados.

Quadro 3 – Frequência (1000 palavras) dos jutores nos textos de aquisição de escrita infantil.

	Adição	Alt.	Modo	Tempo	Contraste	Causa	Cond.
Parataxe	Ø (12,3)	Ou	e assim (0,51)	Ø (4,8)	Ø (0,4)	Ø (0,8)	Ø (0,1)
	e (54,04)	(4,15)		e (54,1)	e (1,23)	e (6,07)	e (0,24)
	e também			(e) aí (4,18)	mas (5,69)	porque (7,45)	
	(0,98)			(e) depois (5,14)	só que	então (0,98)	
	e ainda			(e) então (0,24)	(1,28)	aí (0,50)	
	(0,26)			e enfim (0,26) antes	já (0,51)	e por isso (0,26)	
	e aí (0,26)			(0,1) primeiro (1,22)	e já (0,51)	e agora (0,26)	
Hipotaxe			como (0,72)	quando (5,08)		porque (3,21)	se (3,92)
			gerúndio	gerúndio (5,33) hora		por causa que	
			(0,24)	que (0,51)		(0,26)	
			mais do que	antes de (0,26)		como (0,24)	
			(0,75)	depois de (0,51)		por (0,96)	
			menos do que				
			(0,24)				
			para (16,92)				

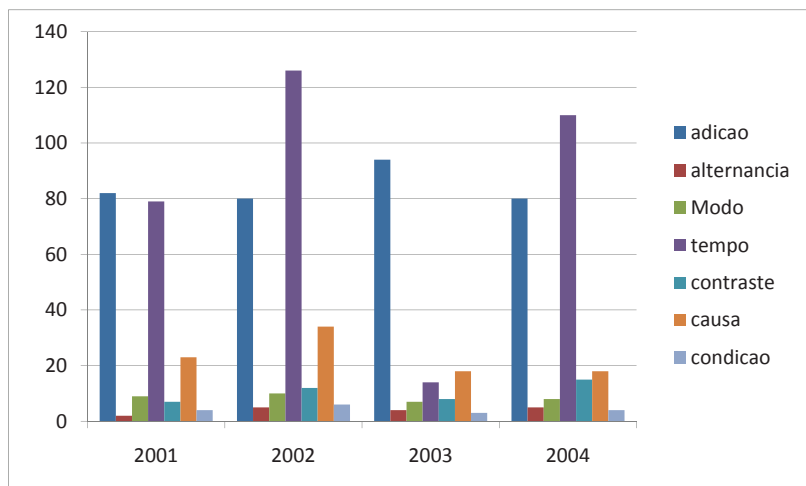
O gráfico 1 a seguir mostra a frequência (a cada 1000 palavras) dos esquemas de junção no que se refere às relações semânticas ao longo dos quatro anos de letramento formal. A situação é similar nos quatro anos, exceto para os textos

utilização pode ser estendida para qualquer outro traço linguístico que tenha uma ou duas dimensões. No caso dos jutores, as duas dimensões são *arquitetura sintática* e *relações semânticas*.

¹⁰ As perífrases que aparecem no *corpus* – “só que”, “por causa que” e “hora que” – resultam de processos de gramaticalização recentes na língua.

de 2003, o que se justifica em função de certas propostas que não favoreceram o emprego de juntores¹¹.

Gráfico 1 – Relações de sentido em perspectiva longitudinal (1000 palavras).

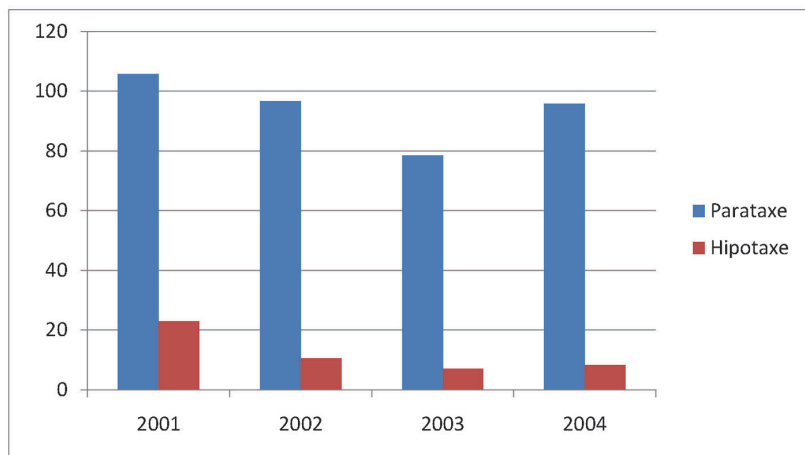


De modo geral, o Gráfico 1 sinaliza que a adição neutra e a relação temporal são as mais frequentes. Todas as demais relações de sentido, exceto concessão, são mostradas nos textos, em maior ou menor frequência. Cruzando essas informações com aquelas do Gráfico 2 abaixo, que registra os resultados para o eixo tático, é possível afirmar que a produção de sentido nos textos infantis, durante todo o percurso, se faz por meio de uma considerável complexidade de relações semânticas que se resolve quase que invariavelmente com o mesmo recurso: a parataxe¹².

¹¹ A discrepância no cômputo dos dados se deve em grande parte aos tipos textuais pedidos pelas propostas 32 e 34 (anúncios de compra e venda), 30 e 31 (horóscopo), 33 (resumo de novela), 38 (dicionário) e 41 (poesia), todas aplicadas em 2003.

¹² A superposição da semântica sobre a morfossintaxe não é surpresa nos estudos em aquisição, sobretudo em aquisição de fala, em que as crianças desenvolvem desde muito cedo potenciais de significado, que a princípio ficam sem correspondência no nível estrutural (HALLIDAY, 1980).

Gráfico 2 – Eixo tático em perspectiva longitudinal.



Diante desses resultados, recupero uma discussão antiga, um tanto cercada de estereótipos, que consiste em atribuir simplicidade à parataxe e complexidade à hipotaxe e em sustentar que entre elas haveria uma passagem progressiva – da composição menos para a mais complexa – observável na filogênese e na ontogênese (LA FAUCI, 2007). Desses pressupostos derivam as afirmações de que a parataxe é um traço da sintaxe da língua falada, da língua das crianças e dos aprendizes, e também das línguas históricas em suas fases pretéritas. Juntamente com La Faucci (2007), entendo que a fragilidade dessas afirmações e que o tipo de contraste que elas alimentam entre parataxe (sintaxe menos rica) e hipotaxe (sintaxe mais rica) se devem, em grande parte, à desconsideração das tradições textuais e à correlação equivocada que se estabelece entre simplicidade e oralidade.

Mas como explicar os resultados esboçados pelo Gráfico 2? O fato de a parataxe ser o mecanismo privilegiado nos quatro anos de letramento formal estaria apontando justamente para o que julgo ser lugar comum, i.e., que a parataxe é uma construção sintática mais simples, típica da oralidade e da linguagem infantil? Para encaminhamento de uma resposta, apresento de (a) a (d) a análise de aspectos das construções paratáticas dos textos infantis, com o intuito não de negar que a parataxe é característica de vários gêneros da oralidade, porque este é realmente o caso, mas para argumentar que a parataxe está longe de ser uma composição sintática e semanticamente simples e que, portanto, não é o traço ‘simplicidade’ que a aproxima da oralidade.

(a) *Parataxe por justaposição.* Seguindo Taboada (2009), admito que mesmo na ausência de juntor há sempre pistas de natureza morfológica, sintática ou semântica que indiciam o sentido. O desafio maior é descobrir as pistas. Nos

dados investigados, as pistas mais frequentes são: (i) a ordem das orações para sinalização de tempo e causa, como nas ocorrências¹³ em (01) e (04); (ii) a semântica dos verbos para indicação de sequenciamento no tempo, como em (01); (iii) a negativa explícita aliada ao paralelismo sintático para marcação de contraste, como em (02) e (03). Já em (05), a leitura de condição é indiciada pelo contexto prévio em que há presença explícita de *se*.

(01) [E2/P46:A4] Para chegar a minha casa passa pela farmácia, pelo bar, Ø atravessa um caminho de terra Ø passa pelo bar Delei Ø pelo Bazar Primavera Ø vai um pouco mais Ø verá e vai até lá em baixo e entra na Natalia Tebar 235, casa.

(02) [E2/P2:A1] Não pode limpa o ouvido com cotonete Ø é com toalha

(03) [E2/P8:A1] Não deixe a garrafa com a boca para cima Ø o certo é para baixo. Não deixe a caixa da água sem tampa Ø o certo é com tampa

(04) [E2/P17:A2] Sai preguiça Ø eu preciso trabalhar

(05) [E2/P26:A2] E só vai para algum lugar se falar a primeira letra do seu nome. Exemplo: Adielle é meu nome Ø eu falo abacaxi eu vou.

(b) *A polifuncionalidade de 'e'*. As ocorrências de *e* foram analisadas segundo uma tipologia de valores relacionada à construção que o juntor ajuda a formar, de modo que os vários padrões estabelecidos não tratam do valor de *e* isolado, mas sim articulado com todos os demais correlatos linguísticos. O quadro abaixo ilustra a tipologia:

Quadro 4 – Proposta de tipologia para *e*.¹⁴

Padrões	Ocorrência
Adição neutra ¹	(06) [E2/P34:A3] A mulher dá aulas na escola e faz tudo em casa, lava louça, lava roupa, lava a casa e cozinha e cuida de bebês.
(a) sequência aberta: <i>e.. e... e...;</i>	
(b) ordem menos rígida.	

¹³ Para apresentação dos exemplos, sigo a seguinte convenção: indico primeiramente o escrevente (E1 e E2), depois o número da proposta (P1 a P55), e então o ano de realização (A1 a A4).

¹⁴ Na adição neutra, *e* não estabelece propriamente relações semânticas, mas atua – assim como certos usos de *ai* e *então* – na progressão discursiva, num contínuo movimento de avanço pelo acréscimo constante de informação nova. Por isso, semanticamente a ordem não sofre restrições. Contudo, admito a interferência de fatores pragmáticos para a determinação da ordem como, por exemplo, a questão da relevância e escalas argumentativas.

Padrões	Ocorrência
Tempo (a) sequência aberta; (b) ordem rígida.	(07) [E1/P11:A1] Primeiro pegue a panela jogue a pipoca e adicione o óleo e tampe a panela e acenda o fogão e deixe por cinco minutos e pode comer a pipoca.
Contraste (a) binarismo; (b) ordem rígida.	(08) [E2/P52:A4] ela gosta de brincar e não de estudar.
Causa (a) binarismo; (b) ordem rígida.	(09) [E1/P24:A2] a mãe pensou que o extra-terrestre era uma gelatina de limão e comeu o extra-terrestre.
Condicional (a) binarismo; (b) ordem rígida.	(10) [E1/P8:A1] Dengue. Ajude e você não pega.

(c) *Relações múltiplas e hierárquicas*. A ocorrência em (10) é um exemplo de como em uma mesma construção podem estar presentes as leituras de tempo, causa e condição, e de como há entre essas leituras uma relação hierárquica, que se estende por uma escala variável de complexidade cognitiva. Assim, em (10), a ordem icônica das orações aponta para uma sucessão dos eventos no tempo; essa relação temporal entre o que vem antes e depois, por sua vez, sustenta um vínculo do tipo causa e efeito, que é por seu turno a relação que sustenta a leitura condicional [nesse caso, condicional de *conteúdo*, nos moldes de Sweetser (1991)]. Em todo *corpus*, as polissemias são mais frequentes no trânsito entre Tempo e Causa. Para a classificação dos casos ambíguos, o critério foi sempre o nível hierárquico mais alto.

(d) *Recursividade*. Nos textos infantis, as sequências paratáticas são construídas frequentemente em recursividade, com movimentos de retroação e projeção, conforme exemplificam as ocorrências (11) e (12), em que um mesmo segmento atua como Efeito de uma Causa, e como Causa para o acréscimo de um novo Efeito. Trata-se de um argumento em favor de que as construções paratáticas são fundadas na articulação em tema e rema, conforme defendi em trabalhos anteriores (LONGHIN-THOMAZI, 2004; 2010; LONGHIN-THOMAZI; RODRIGUES, 2010), e de que o segundo membro da parataxe está, nesses termos, em posição de relevância.

(11) **[E1/P40:A3]** A Simone ouviu um acidente de carro que ficou tetraplégica e isso mudou a vida dela. Foi quando foi buscar frutas e as frutas que estavam no lado voaram para cima dela **e** ela perdeu o controle do carro **e** capotou.

As frutas voaram para cima dela ela perdeu o controle do carro ela capotou

CAUSA	EFEITO
	CAUSA
	EFEITO

(12) **[E1:P24:A2]** o extra-terrestre chegou na casa da mãe dela e a mãe pensou que o extra-terrestre era uma gelatina de limão **e** comeu o extra-terrestre **e** ela ficou verde.

A mãe pensou que era gelatina de limão comeu o extra-terrestre ficou verde

CAUSA	EFEITO
	CAUSA
	EFEITO

A análise apresentada contribui para desvincular a parataxe e simplicidade e para elencar propriedades que fazem dela uma construção de ‘complexa’ e apropriada a uma variedade de tradições, muitas delas da oralidade. Uma dessas propriedades é, conforme discutido, que a ordem das orações na parataxe, fundada em restrições tempo-causais e na relevância remática, é invariável, o que não se aplica à hipotaxe, cuja liberdade relativa pode gerar diferentes efeitos de sentido¹⁵. Uma segunda propriedade é a *implicitude* da construção. Se, como constatei nos dados, a parataxe se realiza mais frequentemente por meio de justaposição e do polifuncional *e*, então trata-se de uma construção que certamente exige mais cálculo de sentido. E, seguindo o raciocínio de La Fauci (2007), quanto menos um processo ou construção é evidente (formal e/ou semanticamente), mais sua determinação é difícil. Sendo necessária a mobilização de inferências, a construção paratática pode ser entendida como um convite a uma colaboração mais ativa do interlocutor. E o trabalho de elaboração mental, exigido por uma sintaxe menos explícita, tende a resultar em uma maior fixação de fatos na memória se comparado à simples recepção de algo alguém que nos apresenta como explícito. Nessa perspectiva, a parataxe pode ser vista como uma *estratégia de memorização*, propriedade que pode explicar sua recorrência em tradições da oralidade.

¹⁵ Por exemplo, a anteposição de hipotáticas temporais e condicionais está fortemente relacionada com a função de reorientação temática (HAIMAN, 1978; GIVÓN, 1990; TRAUGOTT, 1985).

A aquisição de uma tradição: o relato de procedimento

O diálogo cotidiano – enquanto forma clássica e primária de comunicação por meio da qual a criança conta, pede, convence, reclama – é muito frequente nos textos da amostra, e parece funcionar como ponto de partida para a aquisição das tradições mais complexas. Percorro, a título de exemplo, a aquisição da tradição ‘relato de procedimento’, que inclui textos de gênero prescritivo, instrucional, tais com receitas culinárias, descrição de experiências científicas, descrição de etapas de uma brincadeira, etc. A primeira produção textual dessa natureza resultou da aplicação da Proposta 11 (de 17/10/2001), intitulada, ‘Receita de Bolo’. No dia da coleta dos textos, com um bolo em mãos, a pesquisadora perguntou inicialmente às crianças sobre os ingredientes necessários para preparação do bolo e sobre o modo de manusear esses ingredientes. Depois de muita discussão (prática oral), a pesquisadora apresentou a receita do bolo (prática letrada), fez a leitura (prática oral/letrada) e solicitou que os alunos escrevessem a receita de algo que gostassem. Segue abaixo o texto utilizado em sala de aula:

BOLO “NEGA MALUCA”

2 xícaras de farinha de trigo
1 xícara de açúcar
1 xícara de água fervente
1 pitada de sal
3 ovos
1 xícara de óleo
1 colher de fermento em pó
1 xícara de chocolate em pó

Modo de fazer:

Misture todos os ingredientes secos. Logo após adicione os ovos inteiros, o óleo, a água fervente e, por último, o fermento em pó. Coloque em uma assadeira untada e, quando o bolo estiver pronto, cubra com a calda de chocolate.

Ingredientes para a calda

1 xícara de açúcar
1 xícara de chocolate em pó
1 colher (sopa) de manteiga
1 colher (sopa) de leite

Leve todos os ingredientes ao fogo até formar uma calda e, depois, jogue sobre o bolo ainda quente.

A tradição receita culinária, como conhecemos hoje, tem por traços linguísticos principais o uso de verbos de ação no imperativo (*leve, ligue, desligue, adicione, acrescente, misture, coloque, polvilhe*) e a sequencialidade temporal dos eventos marcada comumente por meio da justaposição, de certos juntores adverbiais e conjuncionais, e do conteúdo semântico dos verbos.

Retomo a história da receita culinária, nos moldes de Goody (1977), que fornece argumentos importantes para a presente discussão. Num contexto em que aborda questões de fala e escrita, Goody investiga a história das listas – seus vários tipos e finalidades como, por exemplo, as rotas, os itinerários, os planos para ação futura – e enumera as vantagens advindas do surgimento da tecnologia da escrita. Segundo o autor, a escrita das listas possibilitou, entre outras coisas, a inspeção, a manipulação, a categorização, a hierarquização, além de maior visibilidade. Do conjunto de listas discutido por ele, interessa aqui a receita.

Goody (1977) mostra que a história da receita culinária seguiu em paralelo com a história da receita no âmbito da medicina. Ambas as receitas compreendem duas dimensões, que são caracterizadoras da tradição: (i) a lista dos ingredientes e (ii) os procedimentos ou ações para elaboração. Crucial na obra de Goody (1977) é a avaliação do que se ganha e do que se perde com a escrita das receitas: “As receitas são coligidas num local e classificadas, para virem a servir de livro de referência ao médico ou ao cozinheiro, ao doente ou ao esfomeado.” (GOODY, 1977, p.153-154).

As receitas passaram a ser escritas, a princípio as receitas médicas, depois as culinárias, em função da necessidade de testagem. A escrita trouxe a vantagem da identificação, separação e organização dos ingredientes, mobilizando planos que permitiram desenvolvimentos associados à armazenagem, à experimentação e à avaliação de efeitos: “[...] uma vez testadas e fixadas, descobre-se que umas [receitas] são melhores, ou mais apreciadas, que outras.” (GOODY, 1977, p.153). Acrescente-se a isso dois outros benefícios que, segundo Goody (1977), são trazidos pela prática escrita: a receita ganha uma existência independente do instrutor, há, portanto, uma espécie de ‘despersonalização’, e, ao mesmo tempo, a receita fica circunscrita apenas aos iniciados no assunto, o que confere um secretismo desejável para preservação de informações profissionais.

A respeito da primeira dimensão da receita, a lista de ingredientes, Goody (1977) argumenta que o arranjo vertical dos itens é essencial para estabelecer uma hierarquia. Embora sequências horizontais, da esquerda para a direita, recapitulando a linearidade da linguagem, também mostrem uma relação de precedência ou prioridade, o movimento de cima para baixo, a hierarquia vertical, é, segundo ele, muito mais atrativa e determinante.

O autor demonstra que, nas culturas orais, o quadro é diferente. Há procedimentos relativamente padronizados, tendo em vista as finalidades da receita culinária na comunidade. Por exemplo, a aprendizagem e a transmissão de receitas se dão em situações face a face (instrutor/aprendiz, mãe/filha), num processo de socialização, calcado na observação, na participação e na improvisação, em que o foco recai mais propriamente na ação do que nos tipos de ingredientes e em suas quantidades precisas. À luz da despersonalização da receita, referida antes, Goody (1977, p.16) afirma que:

[...] receita [escrita] permite preencher a lacuna criada pela ausência da Mãe ou da Avó (que deixávamos na aldeia ou na última cidade onde estivemos), pela frágil transmissão cultural entre mãe e filha (porque ambas, ou uma delas, têm outras atividades) [...]. Ao preencher estas funções, o livro de receitas é um meio de alargar o âmbito da cozinha própria de uma sociedade, assim como a do indivíduo.

Com base nessas considerações, discuto os textos produzidos pelos dois escreventes, a partir da aplicação da proposta 11:

Figura 2 – Produção de E1 a partir da proposta 11 [E1/P11:A1].

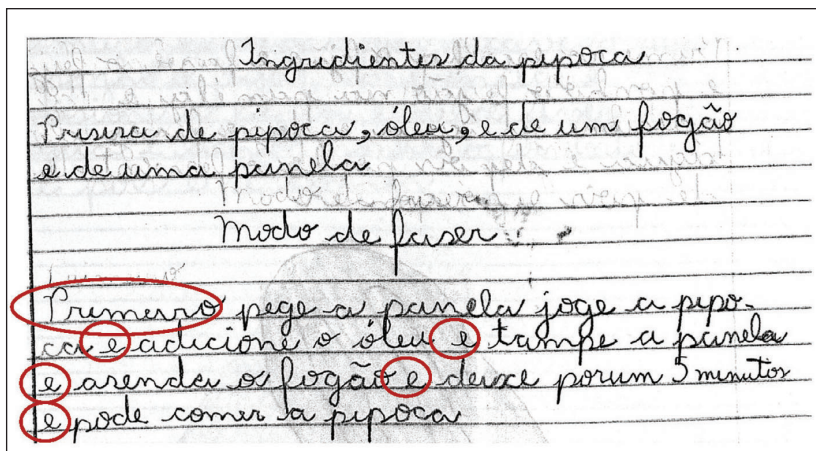
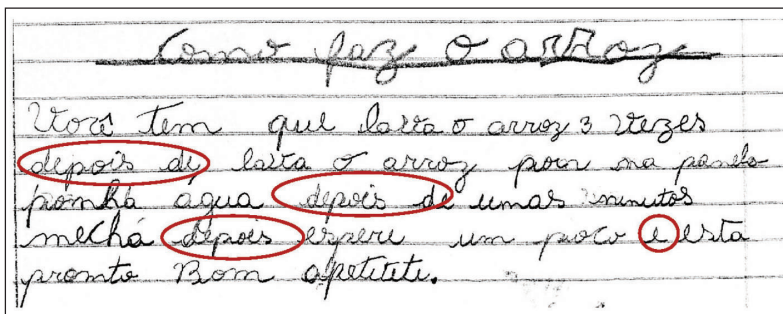


Figura 3 – Produção de E2 a partir da proposta 11 [E2/P11:A1].



Os textos revelam pistas de que as crianças circulam pelas regras discursivas de forma cambiante: há o encontro entre oral e letrado. De um lado, decidem pelos verbos de ação no modo imperativo e marcam a temporalidade na ordem das orações; por outro, reforçam essa temporalidade pela repetição de jutores em quase todas as fronteiras oracionais, recorrência que pode ser interpretada como marca dos rituais da oralidade, a saber, a encenação do diálogo de passar a receita para o outro (nesse caso, talvez a reprodução das palavras ditas pela mãe, no ambiente familiar), um ritual com propósitos de aprendizagem, de memorização. Particularmente, no texto de E2, além da repetição dos esquemas paratáticos de junção, há outras marcas evidentes desse diálogo como, por exemplo, *você tem que, espere um pouco, bom apetite*.

Outro aspecto que também sinaliza a convivência entre oral e letrado diz respeito à disposição estrutural dos textos. O texto base da proposta, a receita do bolo Nega Maluca, mostra uma distinção clara entre as partes componentes da tradição, a lista de ingredientes com as respectivas quantidades, e as ações para produção do bolo. E2 não tem a percepção da listagem, já E1 tem, mas ainda não segue as convenções: diz o que 'precisa', mas por meio de uma lista horizontal (*precisa de pipoca, óleo e de um fogão*). Fundamentada em Goody (1977), entendo que a lista vertical, ainda não assimilada pelas crianças nessa produção textual, é o traço característico da prática letrada. Fica evidente que, nos textos, as crianças priorizam mais as ações, o processo de fazer, do que os ingredientes e as quantidades precisas, o que também pode ser interpretado como traço da oralidade.

A segunda produção textual do tipo de relato de procedimento resultou da proposta 19, de 02/05/2002, que tratou da descrição da experiência de purificação da água. A pesquisadora reproduziu em sala de aula um dos procedimentos de purificação da água, explicando passo a passo as etapas da experiência, e posteriormente solicitou às crianças que produzissem um texto de forma que uma terceira pessoa pudesse ler, repetir as etapas e chegar ao resultado esperado. Os textos resultantes são:

Figura 4 – Produção de E2 a partir da proposta 19 [E2/P19:A2].

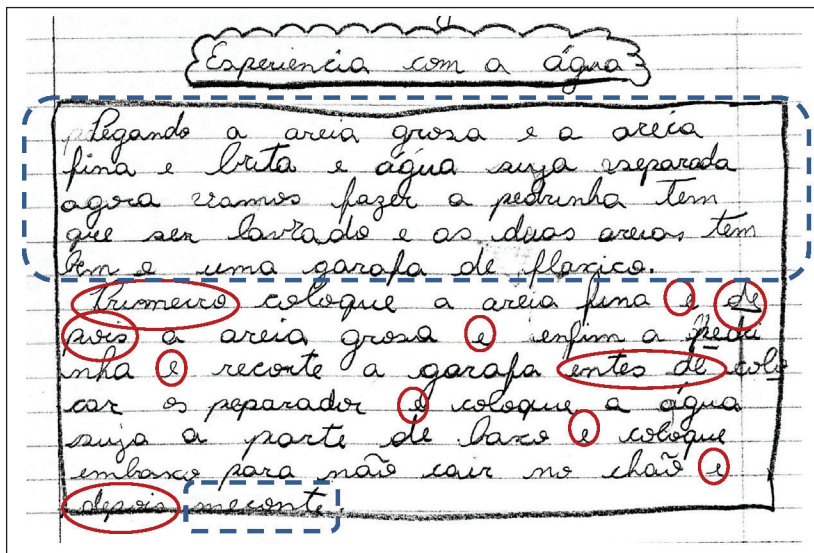
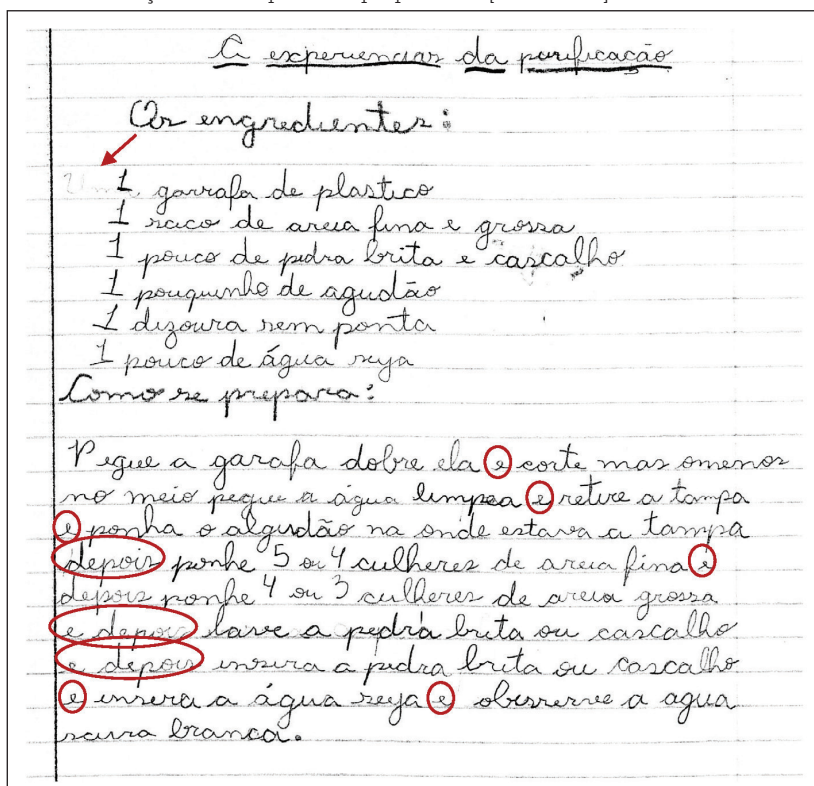


Figura 5 – Produção de E1 a partir da proposta 19 [E1/P19:A2].



No texto de E2, há ainda marcas do diálogo concreto, do dia a dia, tanto no modo não convencional de apresentar os ingredientes, como nos esquemas paratáticos de junção e na última expressão do texto, *e depois me conte*. Já no texto de E1 as marcas do diálogo concreto são menos evidentes, ficam mais restritas à repetição dos esquemas de junção. O letramento se faz mais presente, inclusive no aspecto estrutural do texto, com a separação clara entre os ingredientes e as ações, e a inserção da lista vertical. Além disso, a rasura presente antes da expressão 'garrafa de plástico', sinaliza que E1 havia escrito *uma*, e a seguir corrige, colocando o numeral 1, inserindo-se ainda mais na tradição.

Conclusão

Parti do princípio de que, antes da inserção nas práticas formais de letramento, as crianças já circulavam por tradições textuais da oralidade, e que essa oralidade é sempre atravessada, em maior ou menor grau, por letramentos, a depender da vivência dessas crianças. A criança se insere nos novos modos de dizer frequentemente pela apropriação e reprodução de fragmentos da fala do outro: o já ouvido da mãe ou de outro familiar, do amigo ou da professora. Tais 'palavras alheias' são reorganizadas e com o tempo acabam configurando o próprio discurso da criança. Nessa perspectiva, o outro tem um papel fundamental a cada novo tipo de discurso aprendido.¹⁶

Sobre a composicionalidade das TDs, no sentido que atribui a ela, em que escolhas dos sujeitos escreventes sobre como juntar (eixo sintagmático) e escolhas no conjunto dos juntores (eixo paradigmático) são sempre perpassadas por alguma percepção do que é fixo (invariável) na tradição e do que é lacunar (variável), é possível afirmar que a junção tem vieses tanto no fixo, como no lacunar. Pertence ao fixo, já que assumi que são as TDs que condicionam o tipo e a frequência dos esquemas de junção e, pertence ao lacunar, já que a opção pelo esquema de junção, na diversidade de possibilidades de articulação sintático-semântica, é sempre uma escolha individual.

Na produção dos primeiros textos escritos, a criança vai lidar com o fixo e com o lacunar de modo particular, fazendo transparecer o caráter processual da aquisição da tradição textual, que se revela:

(i) na transposição que é feita da modalidade de enunciação que domina (nesse caso, as tradições de textos orais) para uma modalidade em aquisição (a escrita), o que equivale a dizer que a aquisição de tradições escritas se faz

¹⁶ Tomo aqui a expressão "palavra alheia" dos trabalhos de Claudia Lemos, especialmente Lemos (1994), que investiga de um ponto de vista bakhtiniano a aquisição de fala infantil.

de forma *constitutiva* com as tradições orais, corroborando os pressupostos de Street (2006), para quem a escrita se desenvolve no interior de um sistema oral de pensamento, que permanece dominando os usos do letramento; e

(ii) nas escolhas dos esquemas de junção, em que a criança faz uma razoável diferenciação semântica por meio de recursos mínimos. Os esquemas de junção empregados representam marcas da experiência que as crianças tiveram com a linguagem, especificamente com tradições da oralidade. O esquema por excelência é a parataxe, que é um recurso bastante característico de enunciações faladas (e também escritas!), por se tratar de uma forma de composição fundada num dialogismo que incita e exige do outro uma participação maior na construção do sentido, i.e., traz um traço mais saliente de diálogo, traduzindo, desse modo, os rituais do falado, com a ordenação de encadeamento de cenas que favorece a memorização.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Acquisition of discursive traditions: marks of a heterogeneously constituted writing. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.1, p.225-248, 2011.

- **ABSTRACT:** *In this paper, starting from the presupposition that the junction schemes of a text, with their varied syntactic and semantic possibilities, constitute a privileged phenomenon for apprehending the Discourse Tradition into which a text is inserted (KABATEK, 2005), I investigate to what extent the junction contributes to elucidate the acquisition process of Discursive Traditions in the written text production. For that purpose, I have adopted the functional-based junction model (HALLIDAY, 1985), grounded on the non-discreteness of the processes, and analyze a longitudinal sample of texts produced by children during the first four grades of Elementary School. I claim that the acquisition of writing traditions occurs in a constituent manner with oral traditions and that this heterogeneous constituency is particularly clear when we consider the decisions in the junction dominion, in which the child makes choices on how to join elements, on the syntagmatic axis, and on how to choose elements from the set of junctions, on the paradigmatic axis, making the compositional nature of traditions visible.*
- **KEYWORDS:** *Discourse traditions. Writing. Language acquisition. Junction.*

REFERÊNCIAS

BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CORRÊA, M. L. Heterogeneidade da escrita: a novidade da adequação e a experiência do acontecimento. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v.8, p.269-286, 2007.

_____. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- COSERIU, E. Creatividad y técnica lingüística. Los tres niveles del lenguaje. In: _____. *Lecciones de lingüística general*. Madrid: Gredos, 1981. p.269-286.
- _____. *Sincronia, diacronia e história*. Montevideo: Universidad de la República, 1958.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1990. v.2.
- GOODY, J. *The domestication of the savage mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- HAIMAN, J. Conditionals are topics. *Language*, New York, v.54, p.565-589, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- _____. *Three aspects of children's language development: learning language, learning through language, learning about language*. Austrália, 1980. Paper presented in Master Education Course, Sydney University.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T. et al (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: Ed. da UFBA, 2006. p.505-527.
- _____. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis*, Lima, v.29, n.2, p.151-177, 2005.
- _____. *Os falantes como lingüistas: tradición, innovación e interferencias no gallego actual*. Salamanca: Edicions Xerais de Galicia, 1996.
- KOCH, P. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK et al. (Edd.). *Gattungen mittelalterlicher schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997. p.43-79.
- KOCH, P; OESTERREICHER, W. *Lingua hablada en la romanía: Español, Francés, Italiano*. Madrid: Editorial Gredos, 2007.
- KORTMANN, B. *Adverbial subordination: a typology and history of adverbial subordinators based on European languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. (Empirical approaches to Language Typology, 18).
- LA FAUCI, N. Paradoxes de la parataxe. In: BÉGUELIN, M.; AVANZI, M; CORMINBOEUF, G. (Ed.) *Actes du colloque international "la parataxe"*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 2007. p.91-111

LEMOS, C. de. A função e o destino da palavra alheia: três momentos da reflexão de Bakhtin. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*: em torno de Bakhtin. São Paulo: EDUSP, 1994. p.37-43.

LONGHIN-THOMAZI, S. Junção, tradição discursiva e mudança linguística. In: SANTIAGO-ALMEIDA, M. M.; LIMA-HERNANDES, M. C. (Org.). *Para história do português paulista*. (Série Estudos, v.3). No prelo.

_____. Vai que eu engravidado de novo?: gramaticalização, condicionalidade e subjetivização. *Lusorama*, Frankfurt, 81, p.135-150, 2010.

_____. Uma proposta semântica para a combinação de orações: resgatando os critérios de Bally. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, v.16, p.321-348, 2004.

LONGHIN-THOMAZI, S. R.; RODRIGUES, A. T. C. *Coordination in focus*: focus pragmatic relations in complex predicate constructions, 2010. To appear.

MALISI, C. *TraDisc*. Versão 1.0, 2006. 1 CD-ROM.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita*: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M.; PAINTER, C. *Working with functional grammar*. London: Auckland Arnold, 1997.

NEVES, M. H. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

OESTERREICHER, W. Zur Fundierung von Diskurstraditionen. In: HAYE, T.; TOPHINKE, D. (Ed.). *Gattungen mittelalterlicher schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997. p.19-41.

RAIBLE, W. Linking clauses. In: HASPELMATH, M. et al. (Ed.) *Language typology and language universals*: an international handbook. Berlin: Walter de Gruyter, 2001. p. 590-617.

SCHLIEBEN-LANGE, B. *História do falar e história da linguística*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

STREET, B. Perspectivas interculturais sobre o letramento. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v.8, p.465-488, 2006.

TABOADA, M. Implicit and explicit coherence relations. In: RENKEMA, J. (Ed.). *Discourse, of course*: an overview of research in discourse studies. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 127-140.

TRAUGOTT, E. C. On conditionals. In: HAIMAN, J. (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.289-307.

VINCIS, V. Describir textos a partir de estructuras de ilación oracional: un corpus de romanceamientos bíblicos medievales. In: ENRIQUE-ARIAS, A. (Ed.). *Diacronía de las lenguas iberorrománicas*: nuevas aportaciones desde la lingüística de corpus. Madrid: Iberoamericana, 2009. p.285-304. (Lingüística iberoamericana, v.37).

Recebido em setembro de 2010.

Aprovado em novembro de 2010.

(RE)LER E (RES)SIGNIFICAR PÊCHEUX EM RELAÇÃO A ALTHUSSER

Ismael FERREIRA-ROSA *

Diana Pereira Coelho de MESQUITA **

Sônia de Fátima Elias Mariano CARVALHO ***

- RESUMO: O trabalho ora proposto objetiva analisar os fundamentos da teoria marxista na teoria materialista do discurso, proposta por Michel Pêcheux, quando da instauração de outro campo de estudos dentro da Linguística – a Análise do Discurso –, por meio de uma análise interfacial entre os pressupostos teórico-conceptuais de Louis Althusser e as noções propostas por Pêcheux. Nesse sentido, problematizaremos alguns elementos da episteme desse campo teórico que se inaugurou no imo dos terrenos da Linguística, procurando perceber em que medida Michel Pêcheux (res)significou, (re)leu o que Althusser preconizou a respeito do materialismo histórico. Para realizar esse intento, estabeleceremos uma análise da obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, com o fito de mapear as retomadas que o autor faz das noções defendidas por Althusser e como ele as (res)significa e promove deslocamentos conceptuais que vão compor o construto teórico da Análise do Discurso. Tal mapeamento revelou a preocupação de Pêcheux em buscar uma teoria que demonstrasse o lugar da materialidade dos processos políticos, econômicos e ideológicos que tecem a trama da luta de classes, ressaltando um lugar que instaura efeitos desses processos.
- PALAVRAS-CHAVE: Michel Pêcheux. Louis Althusser. Ideologia. Discurso. (Re)Tomadas. (Res)Significação.

Introdução

Baseados na possibilidade de proceder a uma análise interfacial entre os fundamentos teóricos althusserianos e os pressupostos teóricos preconizados por Michel Pêcheux sobre a Análise do Discurso Francesa, pretendemos problematizar elementos da episteme desse campo teórico-conceptual no que se refere à questão de (re)leituras e (res)significações que Pêcheux

* UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística. Uberlândia – MG – Brasil. 38408-100 – ismfero@gmail.com

** UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística. Uberlândia – MG – Brasil. 38408-100 – dianamesquita@msn.com

*** UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística. Uberlândia – MG – Brasil. 38408-100 – soniafelias88@gmail.com

constrói em relação ao pensamento de Althusser, reputando as colaborações do pensamento de ambos sobre o marxismo, mais especificamente, sobre o materialismo histórico na formação do campo conceitual da Análise do Discurso (AD).

Para tanto, analisaremos, sobretudo, a obra pecheuxtiana *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (SD) em busca de considerações feitas pelo próprio autor que nos permitam promover uma discussão acerca dos aspectos que o mesmo retoma sobre o pensamento de Althusser e em que medida releituras, ressignificações e deslocamentos conceituais são feitos no campo teórico da AD.

Sabemos que os dois autores estão inscritos ideologicamente no marxismo e este é o ponto que os aproxima, entretanto Pêcheux demonstrou, ao longo de seus estudos, grande inquietação em buscar uma forma de construir uma materialidade que pusesse em funcionamento os primados e princípios da teoria marxista-leninista, fato que o interpelava intensamente. Para ele, o marxismo, muito mais que uma prática – social, política, antropológica, etc. –, que muitas vezes se dispersava na utopia e no idealismo, era materializado em práticas discursivas, subsistindo às intempéries críticas de projeções de um conhecimento teórico-científico, sobre o qual eram levantadas muitas questões. Algumas dessas questões se configuram em SD, as quais servirão de sequências discursivas tomadas como *corpus* para a análise a que nos propomos.

A preocupação aqui, contudo, não é a de investigar os sujeitos empíricos Pêcheux e Althusser ou mesmo o lugar social que ocupam. Essas questões deixaremos para os estudiosos que exaustivamente se dedicam à criação de uma exegese da obra de tais autores. O objetivo deste trabalho é perceber em que medida Pêcheux (re)toma, (re)lê e (res)significa os fundamentos do marxismo-leninismo na perspectiva teórica em que são tomados por Althusser sobre sujeito, ideologia, aparelhos ideológicos de Estado, luta de classes e relações de poder. Para tanto, trabalharemos mormente com as obras *Aparelhos Ideológicos de Estado*, *Réponse a John Lewis*, de Louis Althusser, e *Semântica e Discurso*, de Michel Pêcheux.

Não é intento desta reflexão analisar as citações e discussões de Althusser ou de Pêcheux tendo como aparato teórico básico o marxismo. É claro que reconhecemos o lugar discursivo do marxismo como acontecimento que perpassa a obra de ambos os autores, mas a proposta é separar o que é de Althusser e o que é de Pêcheux e perceber em que medida as reflexões teóricas de ambos se atravessam, imbricando-se e confluindo para o esboço de uma teoria materialista do discurso.

Uma palavra sobre a (re)significação das teorias

Para iniciarmos o trabalho, tencionamos primeiramente fazer algumas reflexões sobre como uma teoria se constitui a partir de outras teorias anteriormente propostas, no intuito de facilitar a compreensão do sentido em que Pêcheux (re)toma a teoria de Althusser sobre o marxismo e os aparelhos ideológicos de Estado, como ele a (re)lê e a (re)significa, instaurando a base teórico-conceitual da Análise do Discurso.

Observa-se que uma teoria é produzida por um trabalho de movência conceitual no interior de um campo epistemológico específico. Essa movência ocorre em relação ao que o propositor de uma teoria outra toma, em um dado referencial teórico, o que deseja problematizar, construindo um distanciamento de sua significação inicial. A partir daí, esse referencial teórico outro (ou a teoria (re)significada) se desloca da base teórica anterior e passa a compor uma base epistemológica de conceitos que podem ser transpostos do referencial teórico, tomado como suporte para serem incorporados a esta “teoria outra”.

Assim, constitui-se, pouco a pouco, um referencial teórico outro cuja finalidade é configurar-se como aporte epistemológico a uma demanda que já se configurava na teoria existente. O conjunto desses dispositivos teóricos e práticos constitui, em seu conjunto, segundo Pêcheux, sob o pseudônimo de Herbert (1995), uma “matéria-prima” ideológica que pode e deve ser teoricamente transformada. Quando nos referimos à ideologia, queremos ressaltar que toda teoria é inicialmente atravessada pela ideologia daquele que a propõe. Assim, a ideologia, enquanto referida ao processo de produção de conhecimentos, aparece, de acordo com Pêcheux, “[...] como o processo original pelo qual conceitos operatórios técnicos, tendo sua função primeira no processo de trabalho, são destacados de sua sequência operatória e recombinações em um discurso original.” (HERBERT, 1995, p.67).

Cabe ressaltar que, quanto mais uma teoria explicar de forma pertinente e coerente aquilo que se propõe, ultrapassar o limite daquilo que é conhecido sobre sua área de conhecimento e fizer previsões verificáveis, mais aceita ela será por uma comunidade científica.

O aparecimento de práticas teóricas não acontece de forma inusitada, sem exaustivos estudos; ao contrário, resulta de um trabalho de pesquisa, de (re) formulações, de (re)significações, de atravessamentos e outras conclusões.

Segundo Pêcheux (1997, p.190).

[...] a produção histórica de um conhecimento científico dado não poderia ser pensada como uma “inovação nas mentalidades”, uma “criação da imaginação humana”, um “desarranjo dos hábitos do pensamento”, etc.

(cf. T. S. Kühn), mas como o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica.

Em outras palavras, na perspectiva marxista apresentada por Pêcheux (1997), as condições da produção dos conhecimentos científicos estão circunscritas às condições econômicas e não econômicas da reprodução/transformação das relações de produção. Assim, as condições de aparição de uma teoria outra estão ligadas a outras formas de organização do processo de trabalho, impostas pela instauração do modo de produção capitalista, e a outras condições de reprodução da força de trabalho, que correspondem a essas formas de organização.

Pensando em Pêcheux e Althusser, podemos dizer que seus pensamentos teóricos não estão separados da história (da luta de classes), uma vez que “[...] constituem compartimentos especializados das ideologias práticas sobre o terreno da produção dos conhecimentos, com discrepâncias e autonomizações variáveis.” (PÊCHEUX, 1997, p.191).

Assim,

[...] o sistema das ideologias teóricas, próprio a uma época histórica dada, com as formações discursivas que lhes são correspondentes, é, em última instância, determinado pelo todo complexo com dominante das formações ideológicas em presença (isto é, o conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado). (PÊCHEUX, 1997, p.191).

Uma outra proposta teórica, ao ser fundada, sofre uma ruptura em dado momento com as teorias que lhe serviram de suporte fundador, para, assim, constituir-se efetivamente como teoria. O momento histórico dessa ruptura inaugura um outro campo epistemológico. Nesse sentido, os conceitos que compõem essa nova teoria se deslocam da figura do seu sujeito-fundador¹ para fazer parte de um arsenal teórico e histórico acessível a outros sujeitos. Esses sujeitos vão se inscrever ou não nessa formação discursiva, a depender de sua identificação ou desidentificação com as proposições do aparato conceptual dessa teoria outra. Afinal, já mencionamos anteriormente que a criação teórica é atravessada pela ideologia na qual aquele que a propõe está assujeitado.² Além disso, não há discurso de uma ciência ou de uma teoria.

¹ Sujeito-fundador não se refere ao sujeito empírico, enquanto pessoa-indivíduo, mas a um sujeito constituído a partir de sua inscrição no discurso científico que lhe autoriza fundar ou inaugurar uma outra teoria, tendo por base campos teórico outros. Com efeito, um sujeito, circunscrito a uma cientificidade, que instaura uma outra episteme, cuja esteira conceptual se distancia do suporte teórico no qual baseou-se. Portanto, não pode ser entendido aqui como um sujeito senhor e proprietário de um discurso, mas um sujeito constituído no e pelo discurso científico que funda e instaura discursividades.

² Assujeitamento, em nossa concepção, não é visto no sentido althusseriano ou marxista de submissão do indivíduo à ideologia dominante, mas como o mecanismo pelo qual indivíduos constituem-se sujeitos, pois é no seio de uma ideologia que o indivíduo torna-se sujeito, não existindo ideologia sem sujeitos, nem sujeitos

Assim, ainda em consonância com Pêcheux (1997), o processo de produção dos conhecimentos é um “corte continuado”, pois não para de *se separar*, de forma que não se pode afirmar que há um puro “discurso científico” sem ligação com alguma ideologia. A criação de uma outra teoria resulta sempre de um deslocamento e não de um apagamento do sujeito-fundador ou da ideologia em que ele está inserido.

Diante do exposto, pensamos que mesmo que uma teoria seja aceita pelos sujeitos em geral, ela nunca estará completa. Estará constantemente em processo de movências e deslocamentos epistemológicos, portanto não pode ser tida como uma verdade definitiva. Isso ocorre especialmente com as teorias do discurso, que têm como característica fundamental a proposição de não fixidez e da heterogeneidade como traço constitutivo da linguagem.

Feitas essas considerações sobre a constituição de um campo teórico outro que não pode ser tomado como uma inovação autêntica e original nas mentalidades científicas, passaremos à discussão da relação dialógico-fundante Pêcheux/Althusser na constituição da teoria materialista do discurso. Nessa perspectiva, ressaltamos que um campo teórico outro não pode ser considerado como o resultado de um ato criador da imaginação humana, mas como um efeito de um processo histórico, balizado pelas condições de reprodução/transformação das relações de produção que parte de uma teoria precedente e instaura-se em um corte continuado.

Sobre as (re)leituras, (re)tomadas e (res)significações de Pêcheux sobre Althusser

Althusser é conhecido como um teórico das ideologias e um de seus trabalhos mais ressaltantes é *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado* (2003).³ Nesta obra é estabelecido o conceito de ideologia e definidos o que são e quais são os aparelhos ideológicos de Estado (AIE), relacionando-os à teoria marxista. Assim, podemos afirmar que os Aparelhos Ideológicos de Estado constituem a “espinha dorsal” da teoria althusseriana.

A ideologia, para Althusser, é a relação imaginária transformada em práticas, reproduzindo as relações de produção vigentes. Em sua tese sobre a Ideologia, é constante a preocupação em encontrar o lugar da submissão espontânea, o seu funcionamento e suas consequências para o movimento social. Para ele, a dominação burguesa só se estabiliza pela autonomia dos aparelhos ideológicos

sem ideologia. Dessa forma, leia-se assujeitamento como “tomado sujeito por”, devir da relação ideologia/indivíduo.

³ Obra publicada originalmente em 1970.

de Estado. Estes promovem uma organização social rigidamente estabilizada, planejada e definida pelo Estado, em que não há espaço para os cidadãos, que devem manter-se resignados ao poder do Estado, onipotente, onipresente e dominante.

Pêcheux, em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1997),⁴ por sua vez e em seu tempo, estuda a base dos conceitos marxistas e da teoria althusseriana sobre os aparelhos ideológicos de Estado e avança no sentido de promover um estudo materialista do discurso.

A partir da interface entre esses dois autores e suas respectivas obras, partiremos para uma análise das (re)leituras, (re)tomadas e (res)significações de Pêcheux em relação às teorias de Althusser sobre a Ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado.

Em princípio, Althusser reconhece que a “teoria marxista” concebe o Estado como aparelho repressivo e, a partir desse reconhecimento, procura retificá-la, acrescentando-lhe a metáfora do aparelho ideológico de Estado. É relevante ressaltar que, para este autor, “a teoria de Marx sobre a ideologia não é marxista!” (ALTHUSSER, 2003, p.38). E ele explica:

[...] a teoria da ideologia formulada na Ideologia Alemã não é marxista, pois é encarada como uma justaposição “imaginária”, um puro sonho, vazio e vão, constituído pelos “restos diurnos” da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos, materiais, que produzem materialmente sua própria existência. Portanto, trata-se de uma formulação positivista. (ALTHUSSER, 2003, p.38).

O objetivo de Althusser, então, era criar uma teoria da ideologia em geral, de modo que a mesma não exprimisse pura e simplesmente posições de classe, como o fazem as ideologias particulares que possuem uma história e cuja determinação está nas relações de produção.

Na tradição marxista, o Estado é concebido como um aparelho repressivo que permite às classes dominantes assegurar a sua dominação sobre a classe operária. Ele é designado como o aparelho de Estado (AE). Althusser coloca que, para os marxistas, é esse AE que define o Estado como força de execução e de intervenção repressiva a serviço das classes dominantes, ou seja, é ele que designa o aparelho repressivo de Estado (ARE). O ARE tem caráter repressivo e funciona, primeiramente, por meio da violência, inclusive física, e, secundariamente, por meio da ideologia, uma vez que não existe aparelho unicamente repressivo. Nesse ponto, ele difere do Aparelho Ideológico de Estado que funciona por meio da ideologia, em primeiro lugar, e por meio

⁴ Obra publicada originalmente em 1975.

da repressão, em segundo lugar, seja ela bastante atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica.

Para os marxistas clássicos, o objetivo da luta de classes é fazer com que o proletariado tome o poder de Estado para destruir o aparelho burguês existente e substituí-lo por um aparelho de Estado proletário, no intuito de pôr fim ao poder do Estado e a todo aparelho de Estado.

Althusser retoma a teoria marxista de Estado e constrói uma (re)leitura a partir do momento em que propõe a distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado, apresentando uma outra visão dessa “realidade” por meio do conceito de aparelhos ideológicos de Estado (AIE).

No entanto críticas, notadamente de historiadores econômicos, são feitas à sua teoria sobre os AIEs, e a principal delas diz respeito ao seu funcionalismo, ou seja, a teoria de Althusser seria uma tentativa de recuperar, em favor do marxismo, uma interpretação que definisse os órgãos somente por suas funções imediatas, fixando a sociedade no interior de certas instituições ideológicas. Dessa crítica Althusser (2003, p.110) se defende dizendo que

[...] não é possível concebermos o sistema de direção ideológica da sociedade pela classe dominante, ou seja, os efeitos de consenso da ideologia dominante (“que é a ideologia da classe dominante”, Marx) como um puro e simples dado, como um sistema de órgãos definidos que decorrem automaticamente da dominação violenta da própria classe, ou que foram erigidos, pela clarividência política dessa classe, com determinados fins, definidos por suas funções.

O autor coloca que a luta de classes não é o resultado da rebelião da classe operária contra a injustiça social, a desigualdade ou a exploração capitalista, pois isso a reduziria à luta da classe operária contra certas condições de exploração dadas, funcionando como uma réplica da burguesia a essa luta. Destarte, seria esquecido que o processo de constituição das condições de exploração operária é a forma fundamental da luta de classe burguesa. Nesse sentido, a exploração já é luta de classe.

Pêcheux, por sua vez, reconhece que Althusser consegue absorver o essencial da tese materialista que consiste em colocar a independência do mundo exterior (e do conhecimento objetivo de suas leis) em relação ao sujeito e a dependência do sujeito com relação ao mundo exterior.

Entretanto, o precursor da AD, preocupado em construir uma teoria materialista do discurso, prioriza o questionamento sobre como conceber a intervenção da filosofia materialista no domínio da ciência linguística. Essa intervenção, para ele, consiste em “[...] abrir campos de questões, em dar trabalho à Linguística

em seu próprio domínio e sobre seus próprios ‘objetos’, por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: a ciência das formações sociais.” (PÊCHEUX, 1997, p.90).

Althusser, todavia, não se preocupou com a Linguística ao estudar os aparelhos de Estado e a Ideologia. Por isso talvez tenha partido de Pêcheux o reconhecimento de que é necessária a articulação da Linguística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos e que o sistema da língua é o mesmo para qualquer um, seja ele materialista ou idealista, revolucionário ou reacionário, dotado ou não de um conhecimento dado. Pêcheux (1997, p.91) ressalta que “[...] a língua se apresenta como a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos.”

Assim, para ele, uma teoria materialista dos processos discursivos, ao se constituir, não pode reproduzir, como um de seus objetos teóricos, o “sujeito” ideológico como “sempre-já dado”.

Pêcheux aborda ainda outro ponto: o da prática política revolucionária na união do movimento operário com a teoria marxista. Ele ressalta que os interesses teóricos do materialismo histórico e os interesses práticos (políticos) do movimento operário são indissociáveis. Por isso afirma que “[...] não há, pois, e não poderia existir, ‘ciência burguesa’ da História.” (PÊCHEUX, 1997, p.203). Para ele, o materialismo histórico é a ciência experimental da história. Assim, a prática marxista-leninista da política constitui uma “experimentação histórica”, mas apesar de os conceitos serem os do marxismo-leninismo, “[...] os dispositivos (não confundi-los com ‘instrumentos’, ‘sistemas’ ou ‘montagens’) são as organizações do movimento operário e, sobretudo, os ‘partidos do tipo novo’, no sentido leninista do termo.” (PÊCHEUX, 1997, p.205). Dessa forma, a transformação das relações de produção, que vai desde a tomada do poder político pelos trabalhadores à ocupação-transformação-destruição da “máquina do Estado”, na transição socialista para o modo de produção comunista, é o objeto dessa prática, caracterizada por uma “transformação da luta em não luta pelo desenvolvimento de uma luta nova.” (PÊCHEUX, 1997, p.207).

E essa prática, segundo Pêcheux, inclui um trabalho político sobre o aparelho de Estado e um trabalho político-ideológico sobre os aparelhos ideológicos de Estado, propostos por Althusser.

Para este último, toda formação social é resultado de um modo de produção dominante e, para existir, ao mesmo tempo em que produz, deve reproduzir as condições de sua produção, ou seja, ela precisa reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes. Assim, é a qualificação do trabalho que se constitui em condição necessária à reprodução das forças produtivas.

É necessário que se assegure, também, a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção. Essa reprodução não se dá no nível da empresa, mas, sim, fora dela. A reprodução da força de trabalho é assegurada ao se dar à força de trabalho o meio material de se reproduzir: “o salário” (ALTHUSSER, 2003, p.56). Essa reprodução evidencia, além da reprodução de sua “qualificação”, a reprodução de sua submissão à ideologia dominante.

Para Pêcheux, a reprodução, bem como a transformação das relações de produção, é um processo objetivo cujas especificidades é preciso desvendar, e não um simples estado de fato que bastaria ser constatado.

Para Althusser (2003), numa sociedade de classes, as relações de produção são relações de exploração, ou seja, relações entre classes antagônicas. A luta de classes nos AIEs é apenas um aspecto de uma luta de classes que os ultrapassa, pois ela não se origina neles. Da mesma maneira, a ideologia que uma classe dominada defende dentro de e contra os AIEs os ultrapassa, pois também não se origina neles. O autor afirma que a luta de classes nunca acaba e que o combate da classe dominante, que tenta unificar os elementos e as formas ideológicas existentes, não finaliza. A ideologia dominante “nunca chega a resolver, totalmente, suas próprias contradições” (ALTHUSSER, 2003, p.111-112), uma vez que essas são o reflexo da luta de classes.

Assim, os aparelhos ideológicos de Estado são o lugar e o marco de uma luta de classes que prolonga, nos aparelhos da ideologia dominante, a luta de classes geral que domina a formação social em seu conjunto. Dentro desse contexto de tentativa de imposição da ideologia dominante, há uma “resistência”. Se há resistência, há luta e essa luta é o eco da luta de classes.

A partir dessa concepção, Althusser distingue o aparelho político de Estado (chefe de Estado, governo, administração) do aparelho ideológico de Estado político. O primeiro pertence ao aparelho de Estado (repressivo), e o segundo, ao aparelho ideológico de Estado. A expressão “[...] aparelho ideológico de Estado político” refere-se ao “sistema político ou a constituição de uma formação social dada.” (ALTHUSSER, 2003, p.115).

Os princípios do regime parlamentar possuem um caráter ideológico. Toda a ideologia burguesa sustenta essa evidência dos direitos do homem, que determina que cada indivíduo seja livre para escolher, em política, suas ideias e o âmbito de sua atuação (seu partido). A matriz dessa ideologia dominante é a ideologia jurídica, indispensável ao funcionamento do direito burguês. Estamos aí frente a uma ideologia dominante.

Segundo Althusser (2003, p.125), cada classe se reconhece a si mesma numa ideologia particular e não arbitrária, aquela que está enraizada em sua prática estratégica e que é capaz de unificá-la e orientar sua luta de classe:

A classe operária, ainda que seja sensível a elementos de ideologia religiosa, moral e jurídica, reconhece-se, antes de mais nada, numa ideologia de natureza política, não na ideologia política burguesa (domínio de classe), mas na ideologia política proletária, a da luta de classes para a supressão das classes e para a instauração do comunismo. É essa ideologia, espontânea em suas primeiras formas (o socialismo utópico), e instruída desde a fusão do movimento operário e da teoria marxista, o que constitui o núcleo da ideologia proletária.

Pêcheux vai (re)tomar as discussões propostas por Althusser sobre a luta de classes para discutir a questão da língua. Segundo ele, a língua é indiferente à divisão de classes e à sua luta, mas as classes não são indiferentes à língua. Pelo contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política. Essa “indiferença” da língua em relação à luta de classes caracteriza a autonomia relativa do sistema linguístico.

Para Pêcheux, a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, no campo da ideologia, significa que a luta de classes “passa por” aquilo que Althusser chamou de aparelhos ideológicos de Estado. Nesse sentido, a luta do proletariado no interior dos aparelhos ideológicos de Estado é uma luta contra sua estrutura e seu funcionamento, pois a apropriação subjetiva da política do proletariado supõe uma desidentificação, ligada a uma transformação subjetiva da imputação, da representação e do sentido. A relação com a história, com as massas e com o partido comunista como organização política é uma relação de desidentificação.

Segundo Althusser, não é no campo das ideias que as ideologias existem e, portanto, não é aí que se encontra seu interesse teórico. As ideologias têm existência material, e é nesse domínio que devem ser estudadas, não enquanto ideias. Devem-se estudar as ideologias como conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção.

A ideologia utiliza a sujeição como mecanismo para levar o agente social a reconhecer o seu lugar. Essa sujeição Althusser entende como um mecanismo de duplo efeito: “[...] o agente se reconhece como sujeito e se sujeita a um Sujeito absoluto.” (ALTHUSSER, 2003 p.08). Em cada ideologia, o lugar do sujeito é ocupado por entidades abstratas (Deus, a Humanidade, o Capital, a Nação, entre outros) que, mesmo sendo específicas em cada uma, são perfeitamente equivalentes nos mecanismos da ideologia em geral. Esse mecanismo de sujeição existe num conjunto de práticas, de rituais situados em um conjunto de instituições concretas e não apenas nas ideias, e sua unidade lhe é conferida pela ideologia dominante. Portanto, esse conjunto de instituições concretas é composto pelos aparelhos ideológicos de Estado.

Em seu trabalho, Althusser questiona o papel da ideologia na reprodução imediata das relações de produção e das forças produtivas. Ele procura demonstrar que, na própria reprodução das forças produtivas, existem, em jogo, mecanismos ideológicos. E o papel da ideologia, portanto, é fazer reconhecer a equivalência entre o trabalho humano qualitativo e a quantidade de força de trabalho empregada no processo de produção. Assim, a teoria da ideologia althusseriana não admite que exista uma ideologia e que esta seja dominante no sentido de determinar a unificação dos aparelhos ideológicos.

Althusser apresenta a tese de que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Dessa forma, ela não é uma representação imaginária do mundo, invertida, deformada e de que baste interpretar tal inversão e deformação para resgatar o seu conteúdo verdadeiro. Para ele, o objeto da ideologia é a relação do “sujeito” com o mundo ou, mais precisamente, com suas condições reais de existência. O autor defende que o indivíduo é produto das relações sociais e que a ideologia é dada a ele nessas relações. Pêcheux (1997, p.73) acrescenta que o ideológico, enquanto “representação” imaginária, está subordinado às forças materiais “que dirigem os homens”, reinscrevendo-se nelas.

Outra tese de Althusser (2003, p.41) é a de que a “ideologia tem uma existência material”. Essa tese aponta para a existência não espiritual, mas material das “ideias” ou outras “representações”. As “ideias” de um sujeito existem em seus atos, ou devem existir em seus atos, inscritos em práticas. E estas práticas se inscrevem no seio da existência material de um aparelho ideológico. Em outros termos,

[...] a ideologia não é um ato de pensamento solitário do “indivíduo”, mas uma relação social que tem por objeto representações; e, além disso, que o objeto da representação não é a materialidade dos homens e da natureza, mas sim as relações sociais “reais”, isto é, as relações práticas que põem em relação os homens entre si e com a natureza. (ALTHUSSER, 2003, p.41).

Essa ideologia é material no sentido de que suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, práticas estas que são reguladas por rituais materiais, definidos pelo aparelho ideológico material pertinente às ideias desse sujeito. A partir disso, Althusser define que “não existe prática senão através de e sob uma ideologia” e “não existe ideologia senão através do sujeito e para sujeitos” (ALTHUSSER, 2003, p.42). Segundo o autor “A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”. Ela existe para sujeitos concretos, o que só é possível por meio da categoria sujeito e do modo de funcionamento dessa categoria. Assim, segundo o autor, toda ideologia tem por função, e é isso que a define, constituir indivíduos concretos enquanto sujeitos. Com isso, ele propõe duas teses: “só há

prática através de e sob uma ideologia” e “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 2003, p.93).

Pêcheux, com a contribuição de Haroche e Henry, complementa a discussão althusseriana sobre o fato de o indivíduo ser interpelado pela ideologia, dizendo que o funcionamento da ideologia em geral, como interpelação dos indivíduos em sujeitos, realiza-se por meio das formações ideológicas, caracterizadas como “[...] um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica de uma formação social em um momento dado.” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007, p.26). Sendo assim, “[...] cada formação ideológica constitui [...] um complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras [...]”, fornecendo “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas.

Althusser (2003, p.93) defende que as ideologias “têm uma história sua”, mas que “a ideologia em geral não tem história”, não em uma acepção negativa (o de que sua história está fora dela), mas num sentido totalmente positivo. Isso porque a ideologia tem uma estrutura e um funcionamento próprios que fazem dela uma realidade não histórica, no sentido em que essa estrutura e esse funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história.

A ideologia dominante, segundo Althusser, é também o resultado de uma luta de classes, por meio da qual a burguesia só conseguiu seu objetivo sob a condição de lutar simultaneamente contra a antiga ideologia dominante, que sobrevive nos antigos Aparelhos, e contra a ideologia da nova classe explorada, que busca suas formas próprias de organização e de luta. E essa ideologia se estabelece por meio de uma luta externa contra essas duas classes e também por meio de uma luta interna, destinada a superar as contradições dentro da própria classe burguesa e a realizar a unidade da burguesia como classe dominante.

Esse combate pela unificação da ideologia dominante é sempre inacabado devido à persistência das formas ideológicas e dos aparelhos ideológicos de Estado da antiga classe dominante, que se mantêm sob forma de resistência à luta de classe, que ela precisa dirigir contra as formas nascentes da ideologia da classe dominada.

Pêcheux contradiz Althusser quando este demonstra que cada classe possui sua ideologia (a classe burguesa, o proletariado, etc.). Na concepção pecheuxtiana é impossível atribuir a cada classe sua ideologia, como se cada uma delas vivesse “previamente à luta de classes”, em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas. A esse respeito, afirma que se trata de uma relação em constante assimetria, “[...] sendo a luta de classes

ideológica o encontro de dois mundos distintos e preexistentes, cada um com suas práticas e suas ‘concepções de mundo’, seguindo-se a esse encontro a vitória da classe ‘mais forte’, que imporá, então, sua ideologia à outra.” (PÊCHEUX, 1997, p.144).

Segundo Pêcheux, a ideologia da classe dominante não se torna dominante “pela graça do céu”; os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da dominação da ideologia da classe dominante. Eles são seu lugar e meio de realização, isso quer dizer que é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado que essa ideologia é realizada e se realiza, e, portanto, torna-se dominante. Entretanto Pêcheux ressalta que os AIEs não são meros instrumentos da classe dominante, simples máquinas ideológicas que reproduzem as relações de produção existentes. E aí o autor (re)toma Althusser dizendo que o estabelecimento dos AIEs ocorre no palco de uma dura e ininterrupta luta de classes.

Pêcheux coloca que as condições ideológicas da reprodução/trans formação das relações de produção são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado. Cada aparelho ideológico de Estado não contribui de maneira igual para a reprodução das relações de produção e para sua transformação. Suas propriedades “regionais” é que condicionam sua relevância no interior do conjunto dos AIE, e isso em função do estado da luta de classes na formação social considerada.

Nesse sentido, o autor afirma que a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada. Esta estrutura é a da contradição reprodução/trans formação que constitui a luta ideológica de classes. Assim, ele propõe que “só há prática através de e sob uma ideologia” e que “só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (PÊCHEUX, 1997, p.149), citando na íntegra e anuindo às proposições althusserianas.

Segundo Althusser (2003, p.13), o processo de reprodução da força de trabalho “[...] não é exclusivamente econômico, mas social, combinando efeitos de reprodução material, de reprodução da submissão e de reconhecimento da ordem.” Assim, de acordo com a metáfora espacial apontada por ele, o Estado se fixa à infraestrutura econômica e é determinado por ela, daí sua concepção de “comitê diretor” da classe dominante. O Estado seria, portanto, instrumento de dominação de uma classe, e não lugar de contradição e de luta de classe.

O funcionamento, tanto coercitivo quanto ideológico do aparelho de Estado, não é neutro ou instrumental, nem unidirecional, mas, sim, contraditório. Assim, não basta que uma determinada classe ou partido “tome” o poder do Estado para que a situação mude, pois isso não eliminaria o caráter contraditório do Estado, nem a luta de classes em seu seio.

Para Althusser, o Estado só tem sentido em função do poder de Estado, portanto, é necessário distinguir o poder de Estado do aparelho de Estado. Propondo-se a definir poder de Estado, limita-se a distinguir Estado e detenção do poder de Estado:

[...] o Estado (e sua existência em seu aparelho) só tem sentido em função do poder de Estado. Toda a luta de classes gira em torno do Estado. Entenda-se: em torno da detenção, isto é, da tomada e da conservação do poder de Estado, por uma certa classe, ou por uma aliança de classes ou de frações de classe. (ALTHUSSER, 2003, p.24).

Para o autor, todos os aparelhos ideológicos “[...] concorrem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas [...]” (ALTHUSSER, 2003, p.34). Observa-se, portanto, que o aparelho de Estado concorre para reproduzir a ideologia que convém às relações de exploração capitalista e não às relações de exploração propriamente ditas.

É relevante ressaltar que Althusser (1996, p.114) coloca que, “[...] enquanto o Aparelho (repressivo) – unificado – de Estado pertence inteiramente ao domínio *público*, a grande maioria dos Aparelhos Ideológicos do Estado (em sua aparente dispersão) pertence, ao contrário, ao domínio privado.” Além disso, conforme já apresentamos anteriormente, os aparelhos repressivos do Estado funcionam por meio da violência, inclusive física, e da repressão, e também pela ideologia. Os Aparelhos Ideológicos do Estado, por sua vez, funcionam por meio da ideologia e, em segundo plano, pela repressão, seja ela atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica. Assim, constata-se que não existe aparelho puramente ideológico ou puramente repressivo.

A ideologia na qual funcionam os AIEs está sempre unificada sob a ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante. Esta classe dominante detém o poder do Estado e dispõe do Aparelho (repressivo) do Estado, portanto, ela está ativa nos dois tipos de aparelhos.

Segundo Althusser, a reprodução das relações de produção é assegurada pelo exercício do poder do Estado nos Aparelhos de Estado: o Aparelho Repressivo do Estado, por um lado, e os Aparelhos Ideológicos do Estado, por outro. No entanto, todos os aparelhos do Estado funcionam, ora por meio da repressão, ora por meio da ideologia. A diferença é que o Aparelho repressivo do Estado funciona principalmente por meio da repressão enquanto que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente por meio da ideologia.

A partir disso, Althusser (2003, p.78) coloca as seguintes teses:

1 – Todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas.

2 – Cada um deles concorre para este fim único na maneira que lhe é própria.

3 – Este concerto é regido por uma única partitura, por vezes perturbada por contradições [...] a Ideologia da classe atualmente dominante.

Enfim, o filósofo marxista afirma que os AIEs representam a forma pela qual a ideologia da classe dominante deve se realizar e a forma com a qual a ideologia da classe dominada deve medir-se e confrontar-se. Segundo ele, as ideologias não nascem dos/nos AIEs, mas das classes sociais em luta: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta.

Ele também destaca que a burguesia estabeleceu como seu aparelho ideológico de Estado nº. 1, e, portanto, dominante, o aparelho escolar, que substituiu, ao longo dos anos, o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, a Igreja, em suas funções.

Assim, Althusser defende que todos os aparelhos ideológicos de Estado concorrem para um mesmo fim, que é a reprodução das relações de produção capitalista. Cada um deles faz isso submetendo os indivíduos a uma ideologia, a ideologia da classe dominante. Isso é feito, sobretudo, por meio da Escola. Esta, ao mesmo tempo em que cumpre sua função de transmitir conhecimentos aos indivíduos, também ensina, de forma “mascarada e silenciosa”, as regras do bom comportamento e as conveniências sociais, ou seja, inculca nos indivíduos a submissão à ideologia dominante.

Para Pêcheux, os aparelhos ideológicos de Estado constituem o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção, isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista. Daí a expressão reprodução/transformação por ele empregada.

Destarte, o autor diz que se poderá

[...] dar mais um passo no estudo das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção dizendo que essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta [...] na verdade, seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os aparelhos ideológicos de Estado* contribuem *de maneira igual* para a reprodução das relações de produção e para sua transformação. De fato, suas propriedades “regionais” [...] condicionam sua importância relativa (a desigualdade de suas relações) no interior do conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado, e isso em função do estado da luta

de classes na formação social considerada (PÊCHEUX, 1997, p.145, grifo do autor).

Nesse sentido, Pêcheux aponta que uma instância ideológica tem sua materialidade concreta sob a existência de formações ideológicas que, concomitantemente, possuem um caráter regional e comportam posições de classe, nas quais reside o vínculo contraditório entre reprodução e transformação das relações de produção encadeadas ao nível ideológico.

A luta de classes é, segundo Althusser (1973, p.28, tradução nossa), “o motor (conceito novo) da história – que move, que faz avançar, ‘mexer’ a história.”⁵ Pêcheux (1997, p.152) complementa explicando que a história é a história da luta de classes, “a reprodução/transformação das relações de classes – com os caracteres infraestruturais (econômicos) e superestruturais (jurídico-políticos e ideológicos) que lhes correspondem”. E assim, a história constitui-se enquanto um imenso sistema natural-humano no interior do qual “a Ideologia é eterna (omni-histórica) – enunciado esse que faz eco à expressão de Freud: ‘o inconsciente é eterno’.”

Com isso, surgem duas categorias aparentemente contraditórias e excludentes: ideologia e inconsciente. Porém, é pautado na vinculação entre essas duas categorias que Pêcheux proporá um outro olhar teórico para a reprodução/transformação das relações de classe. Segundo o autor, é uma articulação conceptual de grande peso que ainda está “no estágio dos ‘vislumbres’ teóricos penetrando a obscuridade.” (PÊCHEUX, 1997, p. 152).

Contudo pode-se perceber o caráter comum das estruturas-funcionamentos da ideologia e do inconsciente que “[...] é o de dissimular sua própria existência no interior do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’.” (PÊCHEUX, 1997, p.153).

Foi pelo viés dessa evidência subjetiva que Althusser (2003, p.94) concebeu o sujeito como uma categoria, como uma evidência primeira. Para ele todos são sujeitos (livres, morais, etc.). Isso levou Pêcheux (1997), conforme ele próprio disse, a ver a necessidade de uma teoria materialista do discurso, em que essa evidência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) se vinculasse a outra evidência: a do sentido.

Pêcheux, dessa forma, construirá uma teoria do discurso, tendo por objeto teórico o discurso enquanto o lugar da constituição do sujeito e da constituição do sentido, constituições essas mediadas pela materialidade da língua. Conforme já

⁵ *[c'est la lutte des classes] qui est le moteur (nouveau concept) de l'histoire – qui meut, qui fait avancer, «bouger» l'histoire* (ALTHUSSER, 1973, p.28).

dissemos, o autor, diferentemente de Althusser, preocupou-se com os estudos da linguagem, fazendo uma articulação entre a língua e os processos sócio-históricos e ideológicos, em que concebe o sistema linguístico como uma base material comum sobre a qual desenrolam processos discursivos variados.

Assim, a teoria do discurso, enquanto um campo outro de saber, projeta a constituição dos sujeitos e sentidos na relação da língua com a ideologia e o inconsciente, colocando “[...] que, sob a *evidência* de que ‘eu sou realmente eu’ [...], há o processo de interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio [...]” (PÊCHEUX, 1997, p.159, grifo do autor). É a ideologia que fornece essas evidências, as quais fazem com que um enunciado “queira dizer” o que “realmente” o sujeito quer dizer, mascarando-se, assim, sob a transparência da linguagem, o caráter material do sentido.

Segundo Pêcheux (1997, p.160.), esse caráter material do sentido “[...] consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo das formações ideológicas’.” Ele esclarece que

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). [...] *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, 1997, p.160, grifo do autor).

Destarte, as palavras, expressões, proposições etc. produzem sentidos no âmbito das formações discursivas nas quais foram concebidas, pois não possuem “um” sentido que lhe seja próprio, inerente a sua literalidade. Ao contrário, os sentidos se constituem no seio de cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões, ou proposições da mesma formação discursiva.

Além disso, o autor coloca que “[...] *toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’, das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas definido mais acima.*” (PÊCHEUX, 1997, p.162, grifo do autor).

Dito de outra forma, toda formação discursiva camufla sua dependência ao interdiscurso que se refere a esse todo complexo com dominante e assim o faz pela transparência de sentido que nela se forma, levando-a a dissimular a objetividade material contraditória do interdiscurso que “[...] reside no fato de que ‘algo fala’ [ça parle] sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.” (PÊCHEUX, 1997, p.162).

Assim sendo, por meio dessa compreensão teórica da constituição do sujeito e do sentido, na articulação da ideologia e do inconsciente, Pêcheux (1997) concebe que o que pode ser observado é uma ilusão dos sujeitos que se veem como a fonte, a origem do seu discurso (esquecimento nº 1) e como mestres e dominadores do seu dizer (esquecimento nº. 2), ilusões essas que são estruturantes, pois são apodíticas para a existência de sentidos e sujeitos e necessárias para que a linguagem funcione na produção de sentidos e na constituição dos sujeitos.

É, pois, na conjuntura desse trabalho político-ideológico sobre o complexo dos aparelhos ideológicos de Estado e, portanto, sobre as formações ideológicas e as formações discursivas que lhe são coextensivas, que a teoria do discurso emerge, enquanto uma prática discursiva. Conforme Pêcheux (1997, p.213, grifo do autor),

[...] toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado nas *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. Essas formações discursivas mantêm entre si relações de determinação dissimétricas (pelos “efeitos de pré-construído” e “efeitos-transversos” ou “de articulação” [...]) de modo que elas são o lugar de um *trabalho de reconfiguração* que constitui, segundo o caso, um trabalho de redescobrimto-reprodução-reinscrição ou um trabalho politicamente e/ou cientificamente produtivo.

Isso demonstra a acuidade epistemológica do autor por meio da qual propôs o discurso como outro objeto teórico, cujo funcionamento assenta-se na articulação ideologia/inconsciente e nos complexos mecanismos da constituição do sujeito no engendramento da natureza social e individual. Sendo um trabalho de (re)tomadas, (re)produção, (re)inscrição, Pêcheux resgata Freud via Lacan, (re)tomando e (re)inscrevendo a noção de inconsciente. É por meio dessa noção que se coloca o sujeito, pois sua consciência está descentrada pelo inconsciente. Além disso, Pêcheux retorna a Marx via Althusser, ao retomar uma noção de ideologia por meio da qual se sabe que o sujeito não age sob sua intencionalidade, mas pelo viés de uma ideologia, sendo essa constituição do sujeito estabelecida no e pelo discurso, instaurado a partir de mecanismos linguísticos.

Resumindo, podemos dizer que Pêcheux, (re)retomando e (res)significando as noções de ideologia e inconsciente na língua, reproduz um campo teórico

outro na construção de pressupostos que passam a servir de suporte para uma teoria do discurso.

Considerações finais

Depois dessa breve incursão por alguns dos caminhos epistêmicos da constituição conceptual do campo teórico proposto por Pêcheux, em que buscamos estabelecer (re)tomadas e (res)significações de Pêcheux sobre Althusser, acreditamos ter problematizado alguns aspectos da teoria althusseriana, (re)inscritos na esteira conceptual de uma teoria materialista do discurso. Além disso, aventamos a possibilidade de termos delineado o processo pelo qual uma teoria se constitui enquanto um campo epistemológico outro, promovendo uma relação de (des)continuidade.

Ficou-nos evidente que Pêcheux admite que Althusser contribuiu para reconhecer a legitimidade da luta política e social no conjunto da sociedade, transbordando os limites da luta sindical e parlamentar em que o pensamento oficial enredava a luta de classes. Entretanto, coloca que o compromisso político de Althusser, que era o de apenas ampliar a estratégia oficial e não de romper com ela, faz com que seu compromisso teórico consista em acrescentar uma outra relação de/entre órgãos àqueles já propostos pela teoria marxista. Pêcheux destaca que Althusser não priorizou a análise dos processos políticos, econômicos e ideológicos que tecem a trama da luta de classes.

Dessa forma, uma visão extremamente simplista dos aparelhos ideológicos como meros agentes para garantir o desempenho do Estado e da ideologia atraiu para Althusser as frequentes críticas de funcionalismo. Isso se deve ao fato de que ele não inclui nas suas preocupações questionamentos sobre o surgimento desses aparelhos ideológicos e sobre sua lógica, conforme a época. Não há a noção de continuidade histórica e cada fase é uma fase em si, dentro da qual as diferentes instituições se articulam, sempre de forma relativa.

Nessa perspectiva, Pêcheux, ao se preocupar com a análise dos processos políticos, econômicos e ideológicos que tecem a trama da luta de classes, vislumbrou a necessidade de instituir uma teoria do discurso que demonstrasse o lugar da materialidade desse processo sócio-histórico-ideológico e político-econômico, um lugar em que se instaurasse efeitos dessas práticas. A partir dessa necessidade, (re)tomando noções da teoria althusseriana como ideologia, aparelhos ideológicos de Estado, luta de classes, relações de poder, sujeito, interpelação, aliciadas às noções de língua e inconsciente, o autor funda um campo teórico outro, que (re)lê, (re)toma e (res)significa Althusser, na medida em que (re)monta e (re)articula a conjuntura conceptual do que foi tomado como esboço epistemológico para uma teoria do discurso.

FERREIRA-ROSA, I.; MESQUITA, D. P. C. de; CARVALHO, S. F. E. M. (Re-)visiting and (re-)signifying Pêcheux in relation to Althusser. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.1, p.249-269, 2011.

- **ABSTRACT:** *This paper aims to analyze the underpinnings of Marx theory on the materialist theory of discourse proposed by Pêcheux, when he inaugurates a new field of study in Linguistics, his Discourse Analysis – by proposing an interface analysis of the theoretical and conceptual assumptions put forth by Louis Althusser's and the theoretical notions put forth by Pêcheux. Thus, we will discuss some elements of this theoretical episteme which has been inaugurated in the Linguistics realm, and by evaluating how Pêcheux (re)signified and (re)read Althusser's claims about historical materialism. To accomplish this purpose, we will discuss a specific reference on language, semantics and ideology to map Althusser's notions Pêcheux (re)visits and (re-)signifies, processes the results of which account for the conceptual displacements that integrated the theoretical framework of Discourse Analysis. Our mapping reveals the scholar's concern with constructing a theory that demonstrates both the locus where materiality of political, economic, and ideological processes are intertwined in the class struggle fabric, and the locus where the effects of those processes are instantiated.*
- **KEYWORDS:** *Pêcheux. Louis Althusser. Ideology. Discourse. (Re-)Visited, (Re-)signification.*

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 9.ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

_____. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In: ŽIŽEK, S. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.105-142.

_____. *Réponse à John Lewis*. Paris: François Maspero, 1973.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso*: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p.13-31.

HERBERT, T. Observações para uma teoria geral das ideologias. *Rua*, Campinas, n.1, p.63-89, 1995.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

PÊCHEUX, M. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. 4.ed. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. Tradução de Celene N. Cruz e Clémence Jouët-Pastré. In: _____. *Línguas e instrumentos linguísticos*. São Paulo: Pontes, 1998. p.7-32.

_____. Análise automática do discurso. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p.61-161.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p.163-253.

Recebido em setembro de 2010.

Aprovado em dezembro de 2010.

SAUSSURE, O DISCURSO E O REAL DA LÍNGUA: ENTRE LINGÜÍSTICA E PSICANÁLISE

Bruno Focas Vieira MACHADO*

- **RESUMO:** A aproximação entre Freud e Saussure foi promovida a partir do encontro de Lacan com o texto freudiano na década de cinquenta pela via do Estruturalismo Linguístico. Lacan (2009) afirma que o “signo de percepção” é o que Freud pôde encontrar de mais próximo do significante de Saussure, em uma época em que o mesmo ainda não havia sido elaborado. Este artigo pretende estabelecer algumas aproximações entre as doutrinas lacanianas e saussurianas, tomando como centrais os conceitos de sujeito, discurso e real da língua, ainda que os mesmos não se encontrem claramente elaborados na obra de Saussure. Para almejar esse objetivo, utilizou-se bibliografia específica da interface linguagem e psicanálise, principalmente Michel Arrivé (2001), e referências de Pêcheux e Gadet (2004) em *Análise do Discurso*. De forma semelhante, buscou-se cernir de que maneira o tema da linguagem se encontra na obra de Freud e a maneira como Lacan (2009) se apropriou do termo “significante” de Saussure. Como resultado foi possível concluir que os conceitos de “inconsciente” e “real da língua” já se encontram de forma embrionária na obra de Saussure, a despeito de sua ênfase na língua como estrutura.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Sujeito. Inconsciente. Linguagem. Discurso. Significante.

Freud e a questão da linguagem

As articulações e as indagações sobre a linguagem se encontram na base e na origem da prática psicanalítica de Sigmund Freud. De fato, Freud, por sua descoberta clínica e teórica, pode ser visto como aquele que antecipou a teoria da lingüística e as indagações sobre a estrutura do discurso. Seu ensino, desde os primórdios, focou sobre a questão da palavra e de seus efeitos na formação do sintoma, nos estratos do aparelho psíquico, no próprio inconsciente e na constituição do sujeito. Essas relações intrínsecas entre linguagem e Psicanálise, que são postas por Freud, podem ser ilustradas partindo de uma citação de Arrivé (1999, p. 23), que coloca muito mais uma questão do que uma resposta:

* UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – b_machado@uol.com.br

A psicanálise não é nada mais do que um exercício de linguagem. Todos os psicanalistas, finalmente, concordam implícita ou explicitamente com isso, embora se sinta com estranheza que alguns deles resistem a reconhecê-lo. Resistência cujas próprias forças é proporcional à evidência dos fatos. Como evitar, então, uma conexão entre linguagem e inconsciente? E como dispensar o encontro entre linguística e psicanálise?

Miller (1996) aponta o campo da psicanálise como o “campo da palavra”, reivindicando, assim, a exigência de uma posição nova no campo da linguagem. De acordo com sua proposição, um campo que comporta como pertinência cardeal a cientificidade ou não, deve se constituir como um campo do discurso.

O sentido presente no sintoma, uma das fundamentais descobertas freudianas, apresenta-se como uma dimensão semântica cifrada no inconsciente. Isso é legitimado pelo fato de a tríade freudiana *A Interpretação dos Sonhos*, *A Psicopatologia da vida Cotidiana* e *Os Chistes e suas relações com o Inconsciente* ter sido posteriormente batizada por Lacan (1998) de “a trilogia do significante”, termo cunhado em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*. São textos que tratam eminentemente da própria estrutura da palavra no inconsciente e que provocam os mais variados efeitos sobre um sujeito: os sonhos, os sintomas, os atos falhos e os chistes, que configuram as formações clássicas do inconsciente. Essa tríade de textos pode ser encarada como a linguística e a “teoria discursiva” de Freud, apresentando uma infinidade de exemplos retirados do cotidiano, de como o sujeito é afetado pela linguagem em período integral e de como operam as associações linguísticas no inconsciente através de homônimas, associações, homofonias e aglutinações de sílabas. O funcionamento discursivo é igualmente tratado, ao demonstrar que o sintoma e o lapso frequentemente se dirigem a “outro interlocutor”. A noção de *significante*, dessa forma, introduzida no campo psicanalítico por Jacques Lacan (1998) a partir da linguística saussuriana, está implícita em todo o percurso freudiano e fornece uma chave de leitura para sua obra. É a partir da noção de significante que Lacan (1998) pôde formular outro fundamental conceito que une os estudos psicanalíticos aos estudos linguísticos e discursivos: o sujeito. Pode-se recorrer a Milner (2008) para precisar um pouco melhor a maneira como Lacan compreende o termo *significante*, ainda que esse termo seja multifacetado em sua obra: se compreendemos que a estrutura é um sistema qualquer, considerar um elemento qualquer somente sob o ângulo das propriedades mínimas que o fazem elemento de um sistema é, em linhas gerais, o que se chama, em Lacan (1998) de significante.

Nesse ponto, podemos dizer que Lacan (1998) é bastante saussuriano, pois parece também endossar que o significante é um elemento mínimo que possui um caráter puramente posicional e apenas demarca uma diferença com outro

significante em uma cadeia linguística. A *doutrina do significante* em Lacan (1998), em contrapartida, possui uma fundamental distinção do significante como é utilizado em Saussure (2006) e na linguística em geral que é a emergência do sujeito na estrutura. A definição lacaniana do significante necessariamente inclui essa emergência do sujeito, o que é sintetizado em seu repetido axioma que diz que “um significante representa um sujeito para um outro significante” (LACAN, 1985a, p. 197) Lacan (1998) articula assim as teorias da estrutura e do significante com a teoria do sujeito que, como expressa Milner (2002), constitui junto às duas primeiras teorias um *caroço duro*.

De fato, as questões linguísticas estão presentes de forma evidente na obra freudiana, principalmente em sua citada tríade de textos e nos *Estudos sobre a histeria*, redigidos a quatro mãos com Breuer. Posteriormente, em 1910, em *O significado antitético das palavras primitivas*, Freud se ancorará no linguista Carl Abel para traçar uma analogia entre linguagem onírica e linguagem primitiva. Apesar de algumas evidências, Arrivé (2001), em sua pesquisa sobre as teorias linguísticas em Freud, chama atenção para o fato de que a formalização explícita de uma teoria da linguagem se encontra apenas nas primeiras obras freudianas. Em contrapartida, a linguagem, de uma maneira mais ampla, está em toda parte de sua obra, tornando até mesmo uma tarefa difícil fazer um apanhado mais preciso. A despeito desse fato e de suas descobertas claramente linguísticas no que diz respeito à estrutura e à dinâmica do inconsciente, não há nenhuma evidência do conhecimento de Freud sobre a linguística de Saussure, apesar de ambos terem vivido e produzido parte de seus trabalhos na mesma época e no mesmo continente. É conveniente lembrar que o *Curso de linguística geral*, regido em 1916 por dois discípulos de Saussure após sua morte, teve como base anotações feitas a partir de três cursos dados por Saussure entre 1906 e 1911, época em que os três grandes trabalhos de Freud sobre linguagem e inconsciente já haviam sido publicados. Arrivé (1999) chama a atenção para esse fato, ao constatar que Freud e Saussure pertencem à mesma geração e, nessa mesma época, viu-se a fundação da Psicanálise através de Freud e a refundação da Linguística através de Saussure. Apesar da proximidade geográfica (Freud residia em Viena, e Saussure, em Genebra) e cronológica que aproximava intimamente os dois pensadores, cada um deles permaneceu aparentemente alheio ao trabalho do outro. Nesse contexto de estranho desconhecimento mútuo, é um pouco mais compreensível que Saussure, que faleceu precocemente em 1913, tenha se mantido desconhecedor dos fundamentos da Psicanálise. A mesma justificativa não é aplicável a Freud, que se manteve surpreendentemente ignorante sobre as questões da Linguística, a despeito de ter trabalhado intensamente até o ano de sua morte em 1939.

Freud e Saussure: um encontro mediado por Lacan

A aproximação entre Freud e Saussure foi promovida a partir do encontro de Lacan com o texto freudiano na década de cinquenta pela via do estruturalismo linguístico. Lacan (1985a) aproxima o conceito freudiano de *Vorstellungsrepräsentanz*, o representante psíquico das pulsões no inconsciente, do significante saussuriano. De forma semelhante, relaciona o significante saussuriano com o *Wahrnehmungszeichen*, o signo de percepção, presente na famosa carta 52 de Freud a Fliess. Em *Lição sobre Lituraterra*,¹ Lacan (2009) afirma que o signo de percepção é o que Freud pôde encontrar de mais próximo do significante no sentido de Saussure, em uma época em que o mesmo ainda não havia sido elaborado. No meio psicanalítico, por sua vez, o termo *significante* já foi absorvido de modo a significar tudo aquilo que pode ser entendido como linguagem, representação e o registro do simbólico. A origem linguística do termo parece ter perdido sua importância para os psicanalistas. Arrivé (2001, p.96), em contrapartida, não se furta da questão, ao enunciar que:

[...] a linguagem com a qual está estruturado o inconsciente não se confunde com a linguagem tal como a concebem os linguistas. Contrapartida obrigatória dessa primeira verificação: o significante lacaniano não se confunde com o seu homônimo (e epônimo) saussuriano. Donde a necessidade da pesquisa de que hoje dou os tardios resultados: que há de comum entre o significante saussuriano e o lacaniano?

O próprio Lacan não se mostra indiferente a esses limites entre a linguagem do inconsciente e a linguagem dos linguistas, sem pretender negar uma aproximação possível. No final de seu ensino, após haver se distanciado do Estruturalismo, Lacan (1985b, p.25) então enuncia, em uma aula de seu Seminário 20, *Mais, ainda*: “Meu dizer que o inconsciente está estruturado como uma linguagem não é do campo da linguística.” Lacan (2009, p.43) tampouco se mostra indiferente às particularidades do uso do termo “significante” no campo linguístico e psicanalítico, inclusive reconhecendo que o uso que faz do termo não é exatamente aquele do campo da Linguística: “Faço desse significante um uso que incomoda os linguistas.” Com o objetivo de manter certa distância entre as duas disciplinas, Lacan (1985b), no Seminário 20, forja o conceito de *linguisteria* (neologismo criado mais sobre o termo “linguista” do que “linguística”) para se referir à linguística que se trata no inconsciente, uma linguística que toca a dimensão do sujeito e do gozo. A despeito de tal afastamento, Lacan (1985b) não deixa de testemunhar na mesma lição que um dia percebeu que era difícil não entrar na linguística, a partir do momento em que o inconsciente estava descoberto. Mas faz uma importante

¹ Confira LACAN (2009).

objeção que justifica seu neologismo da *linguisteria*: nem tudo da linguagem depende da linguística ou do linguista. A *linguisteria*, termo cunhado em uma aula dedicada ao linguista Roman Jakobson representa, usando uma expressão de Milner (2008), um “adeus à Linguística” e outro adeus ao paradigma estruturalista por parte de Lacan. A referência onde é situado o inconsciente é precisamente aquela a qual escapa à Linguística: relação com o real e o fora de sentido. Já em *Radiofonia* (LACAN, 2003, p. 403), encontramos uma surpreendente formulação: “o inconsciente é a condição da linguística.” O afastamento e a crítica de Lacan em relação à Linguística antecedem o surgimento da *linguisteria* no seminário 20. Em seu seminário 18, *De um discurso que não fosse semblante*, encontramos uma lição que Miller (2009), ao estabelecer o seminário, denominou de “contra os linguistas”, na qual Lacan (2009) se posiciona frente a críticas que os próprios linguistas faziam de seu uso da Linguística. Trata-se de uma lição paradigmática para ilustrar as relações conflituosas existentes entre a Linguística e a Psicanálise ou, melhor dizendo, entre os linguistas e os psicanalistas. Nessa lição, Lacan (2009) lança uma importante pergunta a sua plateia: “Será que se é estruturalista ou não, quando se é linguista?” O psicanalista se defende da crítica por parte dos linguistas sobre o uso que o mesmo faz da Linguística em seu ensino. De acordo com eles, Lacan faz, no campo psicanalítico, um uso metafórico da Linguística. Esses linguistas, segundo o próprio Lacan (2009), pretendiam reservar-se o privilégio de falar da linguagem. É ao questionar esse suposto privilégio reivindicado pelos linguistas que Lacan (2009) justifica a importância da linguagem para o edifício teórico da Psicanálise, ao articulá-la com o campo do inconsciente. O que define o conceito de inconsciente é o fato de que um sujeito possa dizer o que quiser, de que posição for, mas não saberá o que diz. O “sei o que eu digo”, como atesta Lacan (2009) é o que não posso dizer. E essa relação entre o dizer, o inconsciente e a linguagem é buscada no próprio Freud:

Mesmo que eu não saiba o que digo – só sei que não o sei, e não sou o primeiro a dizer algo nessas condições, isso já foi ouvido – digo que a causa disso só deve ser buscada na própria linguagem. O que eu acrescento a Freud – ainda que isso esteja em Freud, patente, pois o que quer que ele demonstre do inconsciente nunca é senão material de linguagem-, o que acrescento é isso: que o inconsciente seja estruturado como uma linguagem. Qual? Pois bem, justamente, procurem-na. (LACAN, 2009, p.42).

O fragmento acima antecipa algo que Lacan (2009) dirá com todas as letras no prosseguimento de sua lição: em Psicanálise podemos dispensar a Linguística como uma ciência (sem entrar aqui no mérito da polêmica que essa assertiva encerra), mas jamais podemos dispensar as indagações sobre a linguagem. O psicanalista, nesse momento de seu ensino, já disjunto da Linguística Estrutural (sem pretender negar que a ciência Linguística fora uma interlocução fundamental

em seu primeiro ensino), valoriza a linguagem em detrimento da Linguística até com certo desprezo e rispidez:

Consegui fazer os ignorantes se interessarem por algo a mais, o que não era o meu objetivo, porque, para a linguística, devo dizer-lhes, estou pouco me lixando. O que me interessa diretamente é a linguagem, porque penso que é com ela que lido quando tenho que fazer uma psicanálise. (LACAN, 2009, p.43).

O que soa fundamental nessa distinção é ter em mente que, na Psicanálise, podemos até dispensar a Linguística como um sistema teórico e científico, mas a linguagem está solidificada na própria prática analítica. Isso significa que, além de a linguagem não poder ser dispensada, não pode ser um privilégio dos linguistas discursar e produzir saber a partir da mesma. Encontra-se, assim, um ponto de contato com o Lacan do Seminário 20, que profere que seu dizer de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem não é do campo da Linguística, mas sim da *linguisteria*. No decorrer de sua lição “contra os linguistas” Lacan (2009) justifica o seu uso metafórico da Linguística ao dizer que o inconsciente não pode conformar-se à pesquisa linguística que é, em suas palavras, insustentável. Dizer que a Linguística é insustentável não significa que não se deve fazer uma aposta sobre ela, assim como sobre a própria Psicanálise que, nas conhecidas palavras de Freud em *Análise Terminável e Interminável*, é uma profissão impossível e, por que não dizer, insustentável. A Linguística e a Psicanálise assim convergem para um ponto: ambas são metáforas que se fabricam e são feitas para não funcionar. Pode-se, como sugere Lacan (2009) ao final de sua lição, tirar proveito da Linguística e retirar coisas importantes da mesma para um estudo da linguagem articulado à Psicanálise.

Santiago (1995) aponta que o encontro lacaniano com o estruturalismo linguístico de Saussure retirou do inconsciente freudiano o seu caráter de substância, tendo sido o mesmo banalmente interpretado como uma “caixa de Pandora”, um objeto obscuro que esconde segredos em sua profundidade. A Linguística Estrutural permitiu recuperar a rica simbologia presente no inconsciente freudiano, por partir de um ponto de vista não substancial, mas diferencial. Para Saussure, na língua há apenas diferenças, tudo é marcado por um sistema de oposições entre signos, representações, palavras, etc. Santiago (1995) aponta como o antissubstancialismo linguístico é uma aquisição fundamental para a pesquisa psicanalítica contemporânea. O estruturalismo possibilitou desvanecer o caráter misterioso do inconsciente, retirando do mesmo a ideia de ser algo abissal, profundo e oculto, características consideradas por muitos iminentes a ele. O popular termo *subconsciente*, rejeitado pelo próprio Freud (1974), denuncia essas concepções. A partir do momento em que se conceitua que o inconsciente é estruturado como uma linguagem se permite trazer a tona o seu material. A

complexidade do inconsciente se encontra nas regras de combinação do seu material linguístico, sem precisar relegá-lo ao pressuposto da profundidade.

A posição lacaniana dentro do Estruturalismo encerra um paradoxo que o coloca em um lugar atípico, ao manter os conceitos de estrutura e de sujeito, aparentemente inconciliáveis. Pinto (1995) chega mesmo a questionar se Lacan não teria sido um antiestruturalista, já que, em um período final de seu ensino, chegou a dizer que o Outro não existe. O próprio Lacan (2009, p. 14) chega a ironizar aqueles que tendem a interpretar seu ensino sobre a égide plena do Estruturalismo: “O significante, há quem acredite que ele é essa coisinha boa que foi domesticada pelo estruturalismo, que é o Outro como Outro, ora a bateria significante, ora tudo que eu explico.” O Estruturalismo, em linhas gerais, é um movimento que, no campo da Linguística, rechaça o lugar do sujeito e se ocupa da linguagem em seus aspectos formais e gramaticais. Ao se referir ao algoritmo saussuriano como um paradigma da noção de estrutura, Garcia (1995) aponta o Estruturalismo como um “tapa-buraco” para aquilo que falha no campo da linguagem e do discurso: o sujeito. O algoritmo é feito para dar soluções, para funcionar de maneira harmônica. Ele parte da univocidade, enquanto o sujeito é sempre uma contingência. O Estruturalismo, dessa forma, é um movimento que visa mascarar aquilo que na linguagem se apresenta como ruptura e desarmonia. De acordo com Garcia (1995, p. 189): “O algoritmo era eficaz, seu sucesso foi grande; porém, com tantos exemplos de polissemia, criatividade na língua, deslizamento semântico, algo ficava de fora.” O que ficava de fora é precisamente o sujeito e os efeitos de real que permeiam todo e qualquer sistema linguístico.

Saussure e Lacan: o inconsciente e o real da língua

Saussure (2006), conhecido como o pai da linguística moderna, concebia a língua como um sistema dual marcado por uma relação dicotômica e indissociável entre um *significado* e um *significante* na constituição do *signo*. Saussure (2006) propunha também uma distinção entre *língua* e *fala*; sendo a primeira o próprio aspecto estrutural da linguagem como um sistema semiótico, e a segunda, o modo particular e singular como a fala se articula em relação à língua. Porém a *fala*, conceito de onde podemos tomar como ponto de partida para se pensar o sujeito, se mantém como um ponto de menor ênfase em seu ensino, pois o linguista se interessou mais em privilegiar os aspectos formais da língua. Saussure é explícito e claro ao dizer que o estudo da linguagem comporta duas partes, a *língua* e a *fala*, sendo que a primeira é a sua parte essencial e a segunda a sua parte secundário. A despeito de seu privilégio sobre a língua em detrimento da fala, é fundamental destacar que na perspectiva de Saussure ambas são interdependentes e indissociáveis, formando uma dicotomia semelhante à do signo

linguístico que se assenta sobre o significante (imagem acústica) e o significado (conceito). O próprio privilégio conferido à *língua* aparece como um elemento paradoxal na elaboração de Saussure, pois o linguista aponta que a *língua* não é apenas necessária para que a *fala* seja inteligível, mas também necessária para que a própria língua se estabeleça. Saussure (2006, p.27) privilegia a *língua*, mas simultaneamente coloca a *fala* e o uso particular da língua em primeiro plano, o que não deixa de ser um interessante paradoxo: “historicamente o fato da fala vem sempre antes. Como se imaginaria associar uma ideia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início esta associação num ato de fala?” Dessa forma, podemos afirmar que a noção de discurso já está colocada na linguística estrutural de Saussure, chegando o mesmo a afirmar que é a fala que faz evoluir a língua, e que são as impressões recebidas ao se ouvir o outro que possibilitam a mudança dos hábitos linguísticos. A distinção entre os estudos linguísticos e discursivos é, inclusive, o título do quarto capítulo da introdução de seu *Curso de linguística geral*: “Linguística da língua e linguística da fala”, sendo a língua a manifestação do que há de coletivo na linguagem, e a fala do que há de individual e momentâneo na mesma. Para Saussure (2006), pode-se se chamar de Linguística cada uma dessas duas disciplinas, mas há de se escolher uma das vias dessa bifurcação mutuamente excludente ao se estabelecer a teoria da linguagem.

Saussure (2006) se refere ao significante como uma imagem acústica, em si esvaziada de sentido e sem ligação *a priori* com o seu significado, que é um conceito. O significante, ainda em sua conceituação, possui uma natureza auditiva e um caráter psíquico, constituindo representações psíquicas para o falante. De acordo com Saussure (2006), o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade. Trata-se de um dos princípios fundamentais do signo enunciado por Saussure (2006). Uma imagem acústica apenas produzirá um sentido a partir de sua vinculação com um conceito que a retifique dentro de determinado ordenamento linguístico e social.

Ao inverter a relação de Saussure (2006) e colocar o significante em uma posição privilegiada em relação ao significado, Lacan (1998) ressalta que, no inconsciente, as representações têm sempre de ser tomadas como significantes. Uma palavra em si não tem sentido algum, sem um sujeito que se responsabilize e responda por ela, de acordo com a representação que tal palavra tem para si em sua história particular. O significante é algo contingente que um sujeito toma como necessário. O significado, por sua vez, não é nada mais que o resultado da articulação entre dois significantes que, juntos e por efeito de retroação, produzem um efeito de sentido que irremediavelmente se remete a outro significante. O significado e o efeito de sentido se dão sempre a partir de uma articulação binária entre os significantes, esses em oposição. Muito se fala e se discute na literatura analítica a respeito desta “inversão do algoritmo saussuriano” operada por

Lacan (1998). A despeito da inquestionável e evidente verdade dessa afirmativa, a leitura do capítulo *O valor linguístico* do *Curso de linguística geral* nos mostra Saussure (2006) conferindo um privilégio ao significante (a imagem acústica) em detrimento do significado (o conceito). Três passagens do *Curso de linguística geral* permitem melhor apreender isso. Na primeira delas, diz Saussure (2006, p.137): “O que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam a significação.” Na segunda, Saussure (2006, p. 138) assim se expressa sobre o significante linguístico: “[...] em sua essência, este não é de modo algum fônico; é incorpóreo, constituído, não por sua substância material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras.” E, por fim, na terceira, acrescenta ainda: “Cada idioma compõe suas palavras com base num sistema de elementos sonoros cada um dos quais forma uma unidade claramente delimitada e cujo número está perfeitamente determinado.” (SAUSSURE, 2006, p. 138). Vemos Saussure (2006), nessas passagens, enfatizando as diferenças fônicas nas palavras, as diferenças entre as imagens acústicas para a definição do significante e definindo a língua primordialmente pelos seus elementos sonoros. Isso permite concluir que a inversão promovida por Lacan (1998) no algoritmo saussuriano é bastante relativa, pois o próprio Saussure (2006) privilegia o significante em detrimento do significado ao tratar da noção de valor. Lacan (1998), ao privilegiar o significante, está em uma sintonia maior com o pensamento de Saussure do que se costuma crer.

A própria noção saussuriana de arbitrariedade do signo linguístico coloca a língua à margem de uma possibilidade efetiva de ser ativamente modificada: o que é arbitrário não está calcado em uma razoabilidade e em uma norma que justifique o seu emprego e sua discussão. A causalidade do signo linguístico é real (no sentido lacaniano), não está suportada em um saber simbolicamente passível de ser enunciado e localizado. A arbitrariedade do signo linguístico, por sua ancoragem em um real inassimilável, não pode ser demonstrada, ao contrário do que pensara Saussure. Essa ausência de uma norma, e de uma base sólida e razoável para justificar a escolha de um significante em detrimento do outro faz ser impossível discuti-lo e de colocá-lo em questão: ele sempre escapa ao falante. Para Maliska (2003), a questão sobre a arbitrariedade é da ordem de um mito, de um não senso irresolúvel, ela é uma característica radical da língua que é submetida apenas à sua própria ordem. Maliska (2003, p.34) radicaliza a sustentabilidade da arbitrariedade na obra de Saussure, ao postular que:

Reconhecer e suportar essa “irracionalidade”, presente na arbitrariedade de modo específico e no CLG de modo geral, é a única possibilidade de sustentar esse termo dentro dos postulados saussurianos, e não ostentar a posição de uma ciência positivista despida de contradições e

impossibilidades, pois o real – marca da impossibilidade – se faz presente no âmago de toda ciência.

A questão sobre a origem da linguagem é, então, descartada por Saussure (2006), assim como é descartada por Lacan (2009). A renúncia saussuriana sobre a questão das origens se encontra em sua própria textualização, ao afirmar que seu objeto de interesse é a língua constituída, e mais amplamente justificada por uma releitura pelo viés do real da Psicanálise: a origem é um mito, um real impossível que podemos aproximar do que Freud, em *O Recalque*, nomeou de *recalque originário*, um núcleo inassimilável do inconsciente simbólico. O reconhecimento sobre esse real, sobre a impossibilidade se cunhar uma origem, um ponto apreensível para a arbitrariedade do signo linguístico, encontra-se no próprio *Curso de linguística geral* de uma maneira muito evidente. Ao discutir sobre a mutabilidade e a imutabilidade do signo, Saussure (2006) é enfático ao afirmar que a qualquer época que remontemos, por mais antiga e primitiva que ela seja, a língua sempre aparece como uma herança da época precedente. Isso já coloca uma inquietante questão: se a língua é sempre uma herança de uma época anterior, como se deu a fundação da língua? Seguindo as palavras de Saussure (2006), não há uma resposta elaborável para esse fato, pois, o ato pelo qual em dado momento os nomes teriam sido distribuídos às coisas, um contrato teria sido estabelecido entre os conceitos e imagens acústicas, esse ato podemos imaginá-lo, mas jamais foi comprovado. A hipótese de Saussure (2006) sobre essa origem inassimilável e não comprovável é ancorada na própria hipótese do arbitrário do signo.

Saussure: um sujeito dividido

O posicionamento ambíguo e paradoxal de Saussure a respeito dessa questão da subjetividade na linguagem e de seu inexorável real, simultaneamente desprezada e valorizada em seu *Curso de linguística geral*, é um reflexo do próprio Saussure como sujeito. É sabido que havia um Saussure diurno, voltado para o *Curso de linguística geral*, e um Saussure noturno, interessado pela poesia latina e pelos anagramas. Essa dualidade, que não se inscreve apenas em uma obra, mas igualmente no homem por trás dessa obra, repercutiu e determinou consequências na história da Linguística. Se brevemente foi possível demonstrar que uma abertura para o inconsciente e os estudos discursivos se inscreve na obra do próprio Saussure (2006), Pêcheux e Gadet (2004) argumentam como sendo contraditório para os estudiosos da obra saussuriana compreender que o saber sobre a relação entre real e equívoco inicia-se na obra do próprio Saussure. Essa contradição é sustentada pela conhecida leitura reducionista do projeto saussuriano, reconhecido por ser o fundador da Linguística Estrutural, doutrina

que exclui da linguagem a dimensão do sujeito. Os linguistas pós-saussurianos, ao sustentar o Estruturalismo, fecharam-se para as contradições e os conceitos muitas vezes irresolúveis presentes no *Curso de linguística geral*. Pêcheux e Gadet (2004) ressaltam que o núcleo irresolúvel dos conceitos presentes no *Curso de linguística geral* são geralmente tamponados pelos linguistas ao situar o centro do empreendimento saussuriano no arbitrário do signo, controlando a relação entre significante e significado. Essa leitura implica considerar que as relações de oposição de cada signo com outros elementos do plano linguístico formam uma rede que se constitui como uma estrutura equilibrada no modelo de uma *gestalt*. A fala, por sua vez, torna-se um conceito à parte da estrutura como língua, ao mesmo tempo interior e exterior a ela. De forma semelhante que os primeiros pós-freudianos buscaram suturar a hiância do inconsciente freudiano, os linguistas pós-saussurianos buscaram apagar as contradições do texto de Saussure e sua via aberta para o sujeito e o real da língua. Recusamos essa concepção da obra de Saussure e propomos uma articulação entre o Saussure diurno (o estruturalista) e o noturno (o dos anagramas). Lacan (1998, p.506) retira consequências dessa dualidade para o funcionamento da cadeia discursiva: se o discurso é situado linearmente no tempo e no espaço em termos do *Curso de linguística geral*, “[...] basta escutar a poesia, o que sem dúvida aconteceu com F. de Saussure, para que nela se faça ouvir uma polifonia e para que todo discurso revele alinhar-se nas diversas pautas de uma partitura.” A dualidade existente entre o *Curso de linguística geral* e o estudo sobre os anagramas é uma franca abertura na Linguística para a Psicanálise, mais propriamente para a simbólica do inconsciente e o real irredutível da língua. De acordo com Coutinho (2007), Saussure esteve bastante próximo do inconsciente e entreabriu suas portas ao estudar os anagramas, porém, por não ter a experiência da clínica, terminou por fechar essas mesmas portas e obstruir a via de acesso. Os manuscritos de Saussure e sua própria posição de clandestinidade no que se refere aos anagramas demonstram que ele nunca destacou e terminou por abandonar essa vertente de sua obra, que é a vertente que melhor insinua a trilha da relação entre inconsciente e linguagem. Ao comentar o interesse saussuriano pelos anagramas, Milner (1987, p.55) afirma que:

A partir daí, Saussure estava diante de um real incontornável, mas a filologia nada podia fazer com ele: não havia mais princípios não necessários, mas uma propriedade sempre localizável nos textos – não mais o saber obliterado de especialistas desaparecidos, mas o saber inconsciente da própria língua.

Esse saber inconsciente da própria língua, localizável no dualismo saussuriano é, nas palavras de Pêcheux e Gadet (2004), constantemente ameaçado de ser suturado pela tese da positividade da comunicação, pela racionalidade

operatória da pertinência, pela univocidade psicológica das escolhas e pelas intenções seletivas no interior de um determinado paradigma. O que pela obra de Saussure institui-se na língua uma relação com a *alíngua* ou com o real da língua é constantemente ameaçado de derivar para uma descrição semiológica da realidade e para a restauração do primado da significação, da positividade do signo e do fechamento de um sistema finito de elementos

Saussure, Lacan e o real da estrutura

Se a estrutura é uma redução a suportes elementares, é uma máquina que pretende funcionar, ela só conta com que é simbolizado em um funcionamento automático. Os efeitos de sujeito, que se prestam ao real que escapa ao simbólico, para essa máquina, não existem. Para Lacan (2009), por sua vez, há algo na estrutura da linguagem e no lugar do Outro que é irredutível e impossível de ser integrado ao campo do significante. Trata-se do objeto **a** e da dimensão de linguagem que ele denominou *alíngua*. É pela via do objeto **a** que a noção de Estrutura foi progressivamente se esgotando no ensino de Lacan. Se a Linguística adentrou a Psicanálise pela via do retorno a Freud promovido por Lacan nos anos cinquenta, a Psicanálise adentrou a Linguística por essas falhas irresolúveis no sistema linguístico. Essas falhas, essa impossibilidade de um discurso ou de uma estrutura discursiva se fazer consistente, é representada por Lacan (2009) pelo seu paradoxo do “discurso sem palavras”.

Se pensarmos em uma relação linguística sustentada pelo sujeito, ele não será um suporte indiviso da mensagem e do código e nem manterá com ambos uma relação idêntica de harmônica reciprocidade. O código é necessário à produção da palavra, mas está ausente da palavra enunciada pelo sujeito emissor e nem pertence a ele, assim como ocorre com o outro sujeito em posição de alteridade. Essa distribuição tópica separa o plano em que o sujeito da enunciação se efetua na primeira pessoa, como *eu*, do lugar onde o código é dado. A falta do código ao nível da palavra e a falta do sujeito no lugar do código abrem no interior da própria linguagem o que Miller (1996) denominou de *fissura do inconsciente*. Uma expressão é ainda cunhada: o sujeito é capaz de um inconsciente. As falhas da língua e da comunicação (dizer o que não se sabe, não saber o que se diz, falar para nada dizer, etc.) são propriedades não elimináveis e positivas do ato de falar, o que justifica o neologismo lacaniano de *alíngua*. Ainda sobre essa *fissura do inconsciente* aberta pela linguagem, encontramos na obra do próprio Saussure evidências de uma articulação entre os fenômenos linguísticos e os processos inconscientes. Em suas palavras, o signo é imotivado e algo dele sempre escapa à vontade individual ou social, o que possibilita interpretar que há algo na linguagem que escapa ao saber do

falante. Suas elaborações a respeito da mutabilidade e imutabilidade do signo linguístico fornecem outros elementos para justificar essa leitura; pois Saussure (2006) observa que a liberdade que um falante tem para escolher as palavras a fim de compor o seu discurso é apenas aparente, sendo que o significante escolhido pela língua não poderia ser substituído por outro: ele é imposto e não há soberania da massa falante sobre sua palavra. A língua é teorizada para Saussure (2006, p.23) como algo que se encontra além de um contrato puro e simples de comunicação entre sujeitos, mas apresentando um estatuto de lei, uma lei imposta que, curiosamente, nenhum falante é capaz de regular: “se quiser demonstrar que a lei admitida numa coletividade é algo que se suporta e não uma regra livremente consentida, a língua é o que oferece a prova mais contundente disso.” Essa capacidade do falante de intervir ativamente na língua é sustentada igualmente por sua percepção de que os indivíduos, de maneira geral, não têm consciência das leis da língua e não as percebem, logo como poderiam modificá-las? É possível perceber, novamente, rudimentos de uma teoria do inconsciente na linguística saussuriana. Esses rudimentos de uma teoria do inconsciente ganham contornos mais evidentes se nos lembrarmos de sua comparação estabelecida entre o jogo da língua e uma partida de xadrez. Ambos constituem um sistema em que cada termo (peça, no caso do xadrez) tem o seu valor por oposição aos outros termos, sendo que a mudança de um único termo afeta a totalidade desse sistema de uma forma cujos efeitos são impossíveis de se prever ou calcular. Para Saussure (2006), uma partida de xadrez é como uma realização artificial do que a língua apresenta de forma natural e espontânea. Ambos também possuem em comum o fato de funcionar sob um pano de fundo imutável que são as regras: as regras do jogo no xadrez e as regras da língua estabelecidas pelos princípios da semiologia. A despeito das diversas comparações, nos é particularmente importante a distinção que Saussure opera entre a partida de xadrez e o funcionamento da língua, que é a intenção, elemento existente somente na primeira. A língua, pois, não premedita nada, ela é espontânea, ela é submetida a uma causalidade fortuita que se encontra fora do que o falante pode saber sobre ela. Nesse momento de sua discussão, Saussure (2006, p.105) assimila a língua ao funcionamento de algo que ele mesmo denominou de inconsciente: “Para que a partida de xadrez se parecesse em tudo com a língua, seria mister imaginar um jogador inconsciente ou falto de inteligência.” A noção de uma abertura na linguagem da *fissura do inconsciente* já se encontra esboçada na linguística estruturalista saussuriana. O próprio recurso de comparação entre o funcionamento da linguagem com a partida de xadrez é igualmente utilizado por Freud no início de seu artigo intitulado *Sobre o início do tratamento* (1969), ao se referir às regras que governam o tratamento analítico. Freud (1969) observa que, semelhantemente ao que ocorre em uma partida de xadrez, apenas o início e o término do tratamento

oferecem uma apresentação mais sistemática; e que a infinidade de caminhos possíveis a se trilhar após seu início desafia qualquer previsão, havendo uma lacuna inteiramente aberta ao imponderável. Ao se colocar o sujeito para falar, está-se à mercê das formações do inconsciente e das diversas maneiras que a própria língua surpreende o falante, ao confrontar o inesperado na sua própria fala e enunciação.

A própria noção saussuriana de arbitrariedade do signo linguístico coloca a língua à margem de uma possibilidade efetiva de ser ativamente modificada: o que é arbitrário não está calcado em uma razoabilidade e em uma norma que justifique o seu emprego e sua discussão. A causalidade do signo linguístico é real (no sentido lacaniano), não está suportada em um saber simbolicamente passível de ser enunciado e localizado. Essa ausência de uma norma, e de uma base sólida e razoável para a escolha de um significante em detrimento do outro faz ser impossível discuti-lo e de colocá-lo em questão: ele sempre escapa ao falante. A descoberta inaugural de Freud (1976) é precisamente focada nesse reconhecimento de que um sujeito não controla sua enunciação, de que ele é assujeitado pela linguagem ou, empregando uma expressão de Lacan (2009), padece da linguagem. A tríade canônica freudiana dedicada a articular o inconsciente com o campo da linguagem (*A interpretação dos sonhos*, *A psicopatologia da vida cotidiana* e *Os chistes e suas relações com o inconsciente*) demonstra o tempo todo o caráter de alteridade e de estranheza que a língua e a linguagem tem para o próprio falante; a maneira como ela escapa à sua vontade, subverte e “traí” as intenções daquele que fala. O inconsciente pode, em uma vertente, ser compreendido dessa forma: como uma linguagem que fala no sujeito e apesar do próprio sujeito.

MACHADO, B. F. V. De Saussure, discourse and reality in language: between linguistics and psychoanalysis. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.1, p.271-286, 2011.

- **ABSTRACT:** *Lacan's reading of Freud's texts during the 50's fostered the links between Freud and Saussure via the Linguistic Structuralism. Lacan claims that Freud's "perception sign" is the closest notion to De Saussure's "significant", even though the latter notion was to be coined. With this backdrop, this paper intends to establish connections between Lacan's and De Saussure's doctrines, considering the subject, the discourse, and "the real in language" as key notions, even though they are not clearly elaborated in De Saussure's work. Accordingly, specific interface references between Linguistics and Psychoanalysis, i.e. Michel Arrivé, and references on Discourse Analysis, i.e. Pêcheux and Gadet, couch our analysis, which also discusses the way language themes are established in Freud's work, and the way Lacan appropriated De Saussure's notion of "significant". To conclude, we claim that the notions of "the unconscious" and "the real in language" were latent in De Saussure's work, despite his emphasis on language as structure.*
- **KEYWORDS:** *Subject. The unconscious. Language. Discourse. Signifier.*

REFERÊNCIAS

ARRIVÉ, M. *Linguística e psicanálise*: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. *Linguagem e psicanálise, linguística e inconsciente*: Freud, Saussure, Pichon, Lacan. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

FREUD, S. Sobre o início do tratamento. In: SALOMÃO, J. (Dir.). *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v.12. p.135-158.

_____. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Direção de Jayme Salomão. Tradução de Alan Tyson. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Psicopatologia da vida cotidiana, v.6.).

_____. O interesse científico da psicanálise. In: SALOMÃO, J. (Dir.). *Totem e tabu e outros trabalhos*. Tradução de Orizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p.195-226.

GARCIA, C. Graças à letra “soft”, a estrutura “hard” dura. In: HUGO, M. et al. (Org.). *Estruturalismo: memória e repercussões*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/ Diadorim, 1995. p.187-197.

JORGE, M. A. C. *Lacan, o grande freudiano*. Rio d Janeiro: Zahar, 2007.

LACAN, J. *Seminário 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. Radiofonia. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p.400-447.

_____. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p.496-533.

_____. *Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985a.

_____. *Seminário 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985b.

MALISKA, E. M. *Entre linguística & psicanálise: o real como causalidade da língua em Saussure*. Curitiba: Juruá, 2003.

MILLER, J. A. *Matemas I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MILNER, J. C. *Le périple structural: figures et paradigme*. Paris: Éditions Verdier, 2008.

_____. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

PÊCHEUX, M., GADET, F. Dois Saussure? In: _____. *A língua inatingível: o*

discurso na história da Linguística. Campinas: Pontes, 2004, p.55-60.

PINTO, J. M. Lacan e o ideal do Matema. In: HUGO, M. et al. *Estruturalismo: memória e repercussões*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1995. p. 209-216.

SANTIAGO, J. Jacques Lacan: a estrutura dos estruturalistas e a sua. In: HUGO, M. et al. *Estruturalismo: memória e repercussões*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1995. p.217-224.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

Recebido em agosto de 2010.

Aprovado em dezembro de 2010.

O PECADO ORIGINAL DA LINGÜÍSTICA COMPUTACIONAL

Ronaldo MARTINS*

- RESUMO: Este artigo explora algumas das questões epistemológicas envolvidas na demarcação do território da Linguística Computacional, mais especificamente do Processamento Automático das Línguas Naturais, quando concebido como região de interseção entre a Linguística Tradicional, de um lado, e as Ciências da Computação, de outro. O texto procura mapear a natureza dessa interseção e constata que os objetivos, os objetos e os métodos da Linguística Computacional não coincidem com os da Linguística Tradicional, razão pela qual o novo domínio constituiria não exatamente um subdomínio ou área de aplicação desta, mas um novo campo de exploração científica, colonizado ainda pelas práticas de análise e de investigação que caracterizam a Linguística Tradicional, mas cujas contradições internas conduziram progressivamente à formação de uma nova razão linguística, que envolveria a constituição de categorias menos antropocêntricas e antropomórficas de análise e de descrição linguística, mas que se revelariam mais adequadas para a emulação, pela máquina, do comportamento linguístico humano.
- PALAVRAS-CHAVE: Linguística Computacional. Processamento Automático das Línguas Naturais. Tradução Automática.

Introdução

A Tradução Automática (*Machine Translation*), ou Tradução Mecânica (*Mechanical Translation*), ostenta a dupla condição de ser, entre os aplicativos do processamento automático das línguas naturais, a mais antiga veleidade e a mais reiterada frustração. Nas mais recentes competições entre sistemas promovidas pelo *National Institute of Standards and Technology* (NIST, 2008), o melhor sistema de tradução automática (Google) não chegava a nem mesmo 50% da referência humana. Se considerarmos que as primeiras tentativas de construção de um sistema que traduzisse automaticamente os enunciados entre duas línguas naturais coincidem com o desenvolvimento da técnica de criptografia, logo após a Segunda Guerra Mundial, seremos forçados a admitir que todo o capital simbólico e científico acumulado pelos estudos da Tradução Automática nos últimos 50 anos não foi capaz, ainda, de produzir sistemas inteligentes que pudessem substituir o tradutor humano. Nenhum dos sistemas disponíveis, sejam

* UNIVÁS – Universidade do Vale do Sapucaí. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli. Pouso Alegre – MG – Brasil. 37550-000 – ronaldo.martins@uol.com.br

provenientes das iniciativas de mercado, sejam derivados da pesquisa acadêmica, produziu, até hoje, resultados que pudessem prescindir de edição humana. Pelo contrário: mesmo para línguas que têm concentrado uma soma considerável de investimentos, não foram observados resultados que permitissem, qual em um teste de Turing, confundir o desempenho do tradutor mecânico com a expectativa de desempenho de um tradutor humano.

O sempre renovado fracasso das inúmeras tentativas de automação vem conduzindo a uma revisão do processo de tradução, no sentido de serem redefinidos, principalmente, seus objetivos e seu escopo de atuação. Martin Kay (1995, p.247-248) sugere, em um texto sintomaticamente intitulado *“Machine Translation: the disappointing past and present”*, três possibilidades de encaminhamento da discussão:

First, in the long run, there is no alternative to continuing to build more faithful models of human behavior. The second alternative is to design systems involving both people and machines, assigning to each those parts of the task to which they are best suited. The third is to seek ways of modifying the task so that the machine will naturally have greater control over the context.

Essas sugestões parecem-me francamente equivocadas e inócuas. Não creio que o acúmulo gradual de informação proveniente de redemarkações da tarefa original conduzirá à revolução qualitativa que, espera-se, virá redimir o campo, oferecendo alguma real expectativa de produção de um sistema escalável, robusto, eficaz e eficiente, capaz de gerar resultados completamente automáticos e de boa qualidade. Em nenhuma das direções propostas, o problema da Tradução Automática é realmente enfrentado, procedendo-se a um recorte metodológico que, se tem, evidentemente, flagrante legitimidade científica, faz, porém, supor que o processo de produção do conhecimento se dá antes de forma gradual, pelo acúmulo de informações que, incorporadas a um sistema dotado de alguma elasticidade, permitiriam que fosse ampliada, contínua, progressiva e indefinidamente, sua capacidade de atuação. Não creio que seja o caso. O que se percebe, na prática, é que a complexidade do processo não está apenas ou diretamente relacionada à quantidade ou à qualidade de informação necessária, mas, sobretudo, às premissas sobre as quais toda a ciência do Processamento Automático das Línguas Naturais (PLN), de que a Tradução Automática é parte, está fundada.

O PLN parece (re)viver hoje o cenário de crise que, segundo Thomas Kuhn (1992, p.24-25, grifo nosso), também teria caracterizado, por exemplo, a história das ciências físicas:

A ciência normal, atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente quase todo seu tempo, é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo. Grande parte do sucesso do empreendimento deriva da disposição da comunidade para defender esse pressuposto – com custos consideráveis, se necessário. Por exemplo, a ciência normal frequentemente suprime novidades fundamentais, porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos. Não obstante, na medida em que esses compromissos retêm um elemento de arbitrariedade, a própria natureza da pesquisa normal assegura que a novidade não será suprimida por muito tempo. Algumas vezes um problema comum, que deveria ser resolvido por meio de regras e procedimentos conhecidos, resiste ao ataque violento e reiterado dos membros mais hábeis do grupo em cuja área de competência ele ocorre. **Em outras ocasiões, uma peça de equipamento, projetada e construída para fins de pesquisa normal, não funciona segundo a maneira antecipada, revelando uma anomalia que não pode ser ajustada às expectativas profissionais, não obstante esforços repetidos.** Desta e de outras maneiras, a ciência normal desorienta-se seguidamente. E quando isso ocorre – isto é, quando os membros da profissão não podem mais esquivar-se das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica – então começam as investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência.

Não se verificou ainda o episódio extraordinário – a “revolução científica” – em que se observaria a “alteração dos compromissos profissionais”, o “complemento desintegrador da tradição à qual a atividade de ciência normal está ligada”, a “[...] alteração nos problemas à disposição do escrutínio científico e nos padrões pelos quais a profissão determinava [determina] o que deveria ser considerado como um problema ou como uma solução de problema legítimo.” (KUHN, 1992, p.25). Não houve ainda a transformação da imaginação científica.

Mas a anomalia se faz presente em toda parte: as peças linguístico-computacionais, sejam recursos (o chamado *lingware*, como gramáticas e dicionários), sejam instrumentos (como *taggers*, *stemmers*, *splitters*, *parsers* etc.), sejam aplicativos de uso final (como aconselhadores ortográficos, revisores gramaticais e de estilo, tradutores, alinhadores de texto, sumarizadores, reconhecedores e sintetizadores de fala etc.), vêm teimando em não funcionar da maneira adequada. Seus resultados, ainda que possam ser extremamente úteis, especialmente quando envolvidas habilidades linguísticas mecânicas e repetitivas, longe estão de poder ser considerados verdadeiramente adequados.

Pode-se, evidentemente, e em muitos casos, alegar a relativa juventude do domínio, cuja exploração sistemática é realmente recente. Mas o argumento não vale para a Tradução Automática, cuja prospecção metódica teve início em 1949,

e que vem concentrando, ao longo desses mais de 50 anos, numerosos grupos de pesquisa e desenvolvimento. Parece mais razoável supor que o PLN nunca chegou a constituir propriamente uma “ciência normal”, assim entendida “[...] a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas [...] reconhecidas durante algum tempo pela comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior.” (KUHN, 1992, p.29). As realizações que poderiam nortear o desenvolvimento de novos projetos ou constituem tratados de Linguística pura, que tematizam a linguagem fora do escopo computacional, ou constituem trabalhos de Matemática Aplicada, nomeadamente de Inteligência Artificial, que abordam a linguagem de maneira muito superficial.

Não houve ainda um trabalho fundacional que definisse “implicitamente os problemas e métodos legítimos de um campo de pesquisa para as gerações posteriores de praticantes da ciência”, e cujas realizações tivessem sido: a) “suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científica dissimilares”; b) “suficientemente abertas para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo definido de praticantes da ciência.” (KUHN, 1992, p.30).

Uma evidência de que o PLN não se teria ainda “normalizado” é o fato de que parece não caber, dentro do campo, a noção de paradigma, definido como “[conjunto de] exemplos aceitos na prática científica real – exemplos que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação – [e que] proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica.” (KUHN, 1992, p.30). A comparação com a Óptica Física pré-newtoniana é, a essa altura, extremamente ilustrativa:

[...] qualquer um que examine uma amostra da Óptica Física anterior a Newton poderá perfeitamente concluir que, embora os estudiosos dessa área fossem cientistas, o resultado líquido de suas atividades foi algo menos do que ciência. Por não ser obrigado a assumir um corpo qualquer de crenças comuns, cada autor de Óptica Física sentia-se forçado a construir novamente seu campo de estudos desde os fundamentos. A escolha das observações e experiências que sustentavam tal reconstrução era relativamente livre. Não havia qualquer conjunto-padrão de métodos ou de fenômenos que todos os estudiosos da Óptica se sentissem forçados a empregar e explicar. Nestas circunstâncias o diálogo dos livros resultantes era frequentemente dirigido aos membros das outras escolas tanto como à natureza. Hoje em dia esse padrão é familiar a numerosos campos de estudos criadores e não é incompatível com invenções e descobertas significativas. Contudo, este não é o padrão de desenvolvimento que a Óptica Física adquiriu depois de Newton e nem aquele que outras ciências da natureza tornaram familiar hoje em dia. (KUHN, 1992, p.33).

O “campo de estudos” do PLN, embora evidentemente profícuo na produção de aplicativos de utilidade incontestável, constitui principalmente uma dispersão, sem que possa ser observada, nitidamente, a hegemonia de um corpo teórico sobre os demais. Trata-se, na verdade, de uma coleção de posturas difusas e fragmentárias (e inconsúteis) que orbitam um objetivo comum: ensinar a máquina a falar.

Convivem, por exemplo, no mesmo campo de investigação, abordagens simbólicas e subsimbólicas (estatísticas). As primeiras – chamadas “lógicas” ou “lógico-indutivas” –, organizadas em torno da ideia de “regra”, admitem a possibilidade de identificarem-se, explicita, declarativa, e introspectivamente, sob a aparente diversidade das ocorrências linguísticas, padrões regulares e computacionalizáveis de comportamento linguístico. As segundas – entre as quais as “conexionistas” – estão escoradas na chamada “aprendizagem de máquina” (*machine learning*), em algoritmos genéticos, no processamento de extensos *corpora*, na consideração de numerosos exemplários de ocorrências linguísticas, para a recuperação (induzida automaticamente) de regularidades subjacentes que, explicitadas, talvez não façam nenhum sentido para o observador, mas, adotadas, provocariam, do ponto de vista procedimental, os mesmos (?) resultados produzidos, em situações de uso da língua, pelo falante humano.

Este movimento pendular, do tráfego de teorias que avançam e recuam, nesta ou naquela direção, a depender das condições de produção da ciência e do discurso científico, e que repelem e imantam, de forma não necessariamente articulada – porque haverá sempre os “eccléticos” e os “híbridos” –, os vários grupos de pesquisa e desenvolvimento, parece confirmar que o PLN não se vem constituindo por meio do desenvolvimento linear do conhecimento – como podem supor, por exemplo, Popper (1963) e Hempel (1970) –, mas que também não caracteriza, pelo menos não ainda, uma “sucessão de descontinuidades relativamente bruscas”, como prevê Kuhn (1992).

Mais do que propriamente superposições de modelos de explicação científica, a Tradução Automática, e também o PLN, parecem confirmar a existência de justaposições (proliferações) de teorias que, competindo entre si, acabam prevalecendo antes por fatores extracientíficos (tenacidade, por exemplo) do que pelo caráter proibitivo e falseável das hipóteses que as compõem, sempre passíveis de contornos e adaptações auxiliares. Muitos dos aspectos relacionados ao domínio têm se revelado muito mais uma questão de propaganda, de poder de persuasão (e, seguramente, de estratégias de cooptação), de políticas de fomento que privilegiam esta ou aquela abordagem, este ou aquele objeto de estudo, do que o mero acúmulo de aproximações graduais (e desinteressadas) à Verdade.

Trata-se, portanto, de um terreno pantanoso, de limites movediços, cuja imaturidade é flagrante, mas que deve ser ocupado e desbravado, se estivermos

efetivamente dispostos a fazer do PLN e da Tradução Automática, mais do que uma técnica, mais do que uma coleção de relatos de experiência, mais do que um repertório de práticas desconcertadas, uma ciência normal no sentido kuhniano do termo.

Dos objetivos e das tarefas do PLN

Para que se possa normalizar o PLN, impõe-se, de partida, o imperativo de definir qual seria o seu objeto e quais seriam os seus objetivos. E parece-me pertinente tentar retrilhar o percurso argumentativo percorrido por Saussure (1973) para a demarcação científica da Linguística. Aqui como lá, o objeto de investigação não se revela, pelo menos não à primeira vista, autoevidente:

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. [...] Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras. (SAUSSURE, 1973, p.15).

Para Saussure (1973, p.13), as tarefas da Linguística seriam três:

- a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria.

Sua utilidade, no entanto, seria confusa: “bem poucas pessoas têm a respeito ideias claras: não cabe fixá-las aqui” (SAUSSURE, 1973, p.14).

Situação inversa pode ser observada no PLN, cuja utilidade parece não ser matéria de controvérsia, mas cujas tarefas são passíveis de discussão. A confiarmos em Grishman (1986, p. 4), “[...] embora os objetivos da pesquisa em Linguística Computacional sejam muito variados, uma motivação primária tem sido sempre o desenvolvimento de sistemas práticos específicos que envolvem línguas naturais.” O autor identifica três grandes classes de aplicações que têm sido centrais no desenvolvimento do domínio: a Tradução Automática (*machine translation*), a recuperação de informação (*information retrieval*) e as interfaces homem-máquina (*man-machine interfaces*). Mas ressalta que, “além dessas ‘engenharias’, desses

temas orientados para aplicações, muitos investigadores têm objetivos de pesquisa ‘científica’ que são independentes de uma aplicação em particular”. Cita, como exemplo, o uso da Linguística Computacional para testar as gramáticas propostas pela Linguística teórica. No entanto o próprio autor observa que isto não é algo que venha efetivamente ocorrendo.

Admitamos, por ora, que o PLN tenha efetivamente essa vocação prática, engenharia, de produção de *softwares* linguísticos, de desenvolvimento de sistemas especialistas que, ao fim e ao cabo, invejam e perseguem o desempenho observado para um falante humano, em suas várias formas de uso e manipulação da linguagem.

Se os objetivos são razoavelmente convergentes, o mesmo não se pode dizer das tarefas do PLN. Diferenciá-lo da Linguística me parece que seja, por exemplo, uma tarefa urgente, para que se possa justificar a necessidade e a pertinência de uma disciplina autônoma, com métodos e objeto próprios. No entanto não saberia dizer em que medida esta angústia é compartilhada pela comunidade de pesquisadores, que parece muitas vezes nutrir a esperança de um diálogo profícuo e interdisciplinar entre Linguística e Inteligência Artificial. Nessa linha, o que se observa, muitas vezes, é o desejo de que o PLN venha a constituir um domínio ponte, ou uma região de interseção, entre práticas linguísticas e computacionais já supostamente consolidadas.

Exemplo dessa expectativa pode ser encontrado em Reynolds (1954 apud HUTCHINS, 1997, p.222) que, ao reportar a sessão final do primeiro dia da primeira conferência sobre Tradução Automática realizada no MIT, observava:

There was general agreement on the part of both the panel and the audience that mechanical translation was feasible. It was interesting to note that the computer engineers present presented all of the difficulties standing in the way of producing a mechanical translator from the engineering standpoint; the linguist, from his standpoint; and the psychologists and philosophers from the standpoint of their respective disciplines. Each agreed, however, that, if the other two groups did their work, we could in the near future produce adequate and intelligible machine programmed translations.

O desejo deste inter-relacionamento pode ser justificado pelo fato de que a Linguística e o PLN têm realmente muitas tarefas comuns, como a de desenvolver um sistema formal de representação das línguas naturais, já que a matematização da linguagem é, com efeito, uma possibilidade teórica que afeta ambas as disciplinas. No entanto, em que pese a matriz muitas vezes compartilhada, os sistemas derivados desses mesmos compromissos em uma e outra disciplina são hoje razoavelmente distintos, principalmente porque o PLN tem negligenciado

atores extralinguísticos (como o falante, o ouvinte e o contexto, por exemplo) que, na Linguística, vêm participando dos modelos descritivos. Essa parece ser, aliás, a razão pela qual se diz, com frequência, que o PLN tem envolvido, à primeira vista, uma concepção muito ingênua e esquemática do funcionamento da linguagem.

No entanto – em defesa do PLN, é importante que o diga –, quase 100 anos após a realização do *Curso de linguística geral*, o conhecimento científico que os falantes têm a respeito da língua não atingiu ainda o estágio de permitir que pudessem ser replicadas, mesmo em modelos estritamente teóricos, sem vinculação imediata com a computação, atividades linguísticas mais sofisticadas, principalmente as de natureza semântica, como a tradução. A língua permanece uma esfinge a ser decifrada, e o processo de multiestratificação em diferentes níveis de análise, se permitiu, realmente, que um conjunto relativamente expressivo de informações fosse produzido, não gerou ainda a síntese necessária para que se tivesse, do funcionamento da linguagem, uma perspectiva mais geral e consolidada. Pelo contrário, a fragmentação da descrição linguística impediu que se constituísse uma teoria geral da linguagem, sem a qual qualquer tentativa de automação do comportamento linguístico se vê reduzida, principalmente, à experimentação cega de estratégias de validade limitada.

O fracionamento (ou a compartimentalização) da Linguística não pode constituir, porém, salvo-conduto para abordagens fragmentárias, e claro está que limitações operacionais não podem servir de álibi para que conceitos que se têm revelado pertinentes sejam rebaixados à condição de dispensáveis na descrição da linguagem. Observam-se, assim, entre linguistas e engenheiros da linguagem, acusações de parte a parte. De um lado, denuncia-se a ignorância de categorias descritivas da Linguística e rechaça-se o consequente subdimensionamento da complexidade dos problemas da linguagem; de outro, registra-se a dispersão e a volatilidade da Linguística e criticam-se categorias que não acompanham as exigências de formalização requeridas pela máquina. Em ambas as partes, a vívida consciência de uma desejável interdependência.

Os ataques recíprocos, da Linguística ao PLN, e do PLN à Linguística, podem ser particularmente ilustrados em fragmentos como o apresentado abaixo, extraído de um artigo intitulado “*Natural language parsing and Linguistic Theories: can the marriage be saved?*”, publicado, em 1991, em um periódico da área de Linguística (*Studies in Language*):

The fragmentation of the field of linguistics and the fuzzy philosophizing that passes for 'linguistic theory' among large segments of the linguistic population don't inspire much confidence among the language engineers, and the blissful ignorance about elementary facts of natural language that the engineers flaunt smugly in their publications does little to convince serious linguists that there is anybody out there

O texto de Stanley Starosta (1991) é emblemático não pela retomada dos argumentos que são cotidianamente esgrimidos em cada uma das duas trincheiras, mas principalmente pela indicação, implícita, de que a verdadeira fundação do PLN somente ocorreria quando fosse observada a desfragmentação (homogeneização?) da Linguística, de tal forma que se criassem as condições materiais para que pudesse ser superado o estado de ignorância sobre fatos elementares das línguas naturais que hoje acometeria os engenheiros da linguagem. À parte os problemas políticos e científicos associados à consignação de uma (utópica) unidade disciplinar à Linguística, entendo que se pode extrair do texto, como um de seus corolários principais, a proposição de que a distância que separa a Linguística do PLN seria consideravelmente menor do que a que a distinguiria da Psicologia, da Antropologia, da Gramática Normativa, da Filologia, “que separamos claramente da Linguística, mas que, por culpa de um método incorreto, poderiam reivindicar a linguagem como um de seus objetos” (SAUSSURE, 1973, p.16). A acompanhar essa linha de pensamento, o PLN, longe de constituir um domínio autônomo, seria uma instância de aplicação da Linguística, com a qual deveria “casar-se” ao invés de dela se separar.

Percebe-se, portanto, que a indicação das tarefas do PLN não é exatamente isenta de polêmica e passa, necessariamente, pela definição de seu estatuto como ciência, particularmente em relação à Linguística. Resta saber – e esta a principal questão aqui – se essa tão sonhada interdisciplinaridade tem efetiva validade epistemológica, principalmente se considerados os diferentes compromissos que Linguística e PLN estabelecem com a linguagem. Em última instância, poder-se-ia afirmar que a crítica que a Linguística faz às abordagens computacionais, acusando-as de excessiva simplificação, talvez não passem de “linguisticismo”, de “reducionismo linguístico”, da tentativa de apagamento de diferenças que podem ser constitutivas do novo domínio¹. Mas pode ser também que esses esquematismos sejam exatamente o que deles se diz: que representam simplificação grosseira e contraproducente dos fenômenos da linguagem.

¹ O termo “linguisticismo” faz aqui evidente alusão a “fiscalismo”, termo cunhado por Rudolf Carnap, em *Conceituação fiscalista*, de 1926, como expressão da ideia de que a física constituiria um paradigma a ser utilizado por todas as ciências, fossem elas naturais ou humanas: “Uma das tarefas mais importantes, relativas à lógica da ciência, será o desenvolvimento das operações que o fiscalismo sustenta que são possíveis: indicar as regras sintáticas para a inserção dos diferentes conceitos biológicos, psicológicos e sociológicos na linguagem física. Essa análise dos conceitos de linguagem parciais conduz à concepção de uma linguagem unitária que suprimiria o estado de dispersão que reina atualmente na ciência.” (CARNAP, 1937). Uma hipótese que mereceria ser considerada com muito mais profundidade do que este texto permite é a de que a Linguística, que já foi considerada “ciência-piloto” e emprestou o paradigma estruturalista a muitas outras ciências humanas, talvez guardasse a ilusão (totalitária) de que todas as ciências que tomam a linguagem por objeto (ainda que indireto) de exploração deveriam obrigatoriamente compartilhar de uma mesma metalinguagem.

Da matéria do PLN

As indefinições que marcam o programa teórico do PLN não derivam apenas da ausência de um núcleo de tarefas comuns em torno das quais possam se organizar pesquisadores e desenvolvedores. O objeto do PLN é igualmente proteiforme. Como o era, de resto, o próprio objeto da Linguística no início do século XX.

Para Saussure (1973, p.17), o objeto de estudo da Linguística seria a língua, o “produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”.

A opção de Saussure (1973) pela *langue* reveste-se de uma necessidade metodológica, mais do que de uma ingenuidade teórica acerca dos fatos da linguagem. Para ele, seja qual for a perspectiva que se adote para a consideração das manifestações da linguagem, “o fenômeno linguístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra.” (SAUSSURE, 1973, p.15). Haveria, assim, a face acústica e a face articulatória; a face fisiológica (acústico-vocal) e a face psicológica (mental); a face individual e a face social; a face estática e a face dinâmica:

Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. (SAUSSURE, 1973, p.17).

O problema da ideia de “linguagem”, segundo Saussure (1973), seria justamente esta dispersão. A linguagem, do ponto de vista do seu todo, seria “incognoscível”:

Dessarte, qualquer que seja o lado por que se aborda a questão, em nenhuma se nos oferece integral o objeto da Linguística. Sempre encontramos o dilema: ou nos aplicamos a uma lado apenas de cada problema e nos arriscamos a não perceber as dualidades assinaladas acima, ou, se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. (SAUSSURE, 1973, p.16).

A solução encontrada por Saussure (1973, p.16-17, grifo do autor) para evitar tamanha volatilidade e que se transformaria no divisor de águas da Linguística é bem conhecida:

Há, segundo nos parece, uma solução para todas essas dificuldades: *é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem*. De fato, entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito.

Saussure (1973, p.28) não ignora a irrecusável interdependência entre as várias faces da linguagem, mas não pode fugir à evidência de que a Linguística, se se pretende autônoma (diferente da Psicologia, da Antropologia, da Gramática Normativa, da Filologia), deve abstrair do todo heteróclito, inclassificável e intratável em função de sua parte mais sistemática, a língua:

Por todas essas razões, seria ilusório reunir, sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala. [...] Cumpre escolher entre dois caminhos [língua e fala] impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente.

No PLN, parece ocorrer problema semelhante, mas a solução de Saussure (1973) talvez não represente a melhor alternativa.

Se admitirmos que o objetivo último do PLN é desenvolver sistemas especialistas que repliquem habilidades linguísticas determinadas (como a de traduzir, a de revisar textos, a de produzir resumos etc.), seu objeto de investigação seria exatamente cada uma dessas habilidades que se pretende sintetizar: a tradução, a revisão, a sumarização e assim por diante². Embora todas essas habilidades sejam obviamente linguísticas, no sentido de envolverem conhecimento da linguagem, é importante salientar que: a) não são apenas linguísticas; b) não envolvem apenas o conhecimento, mas também o uso da linguagem.

O caráter extralinguístico das habilidades linguísticas pode ser particularmente ilustrado pela atividade de tradução, em que intervêm, de forma determinante, o contexto e os propósitos da tradução, sem o que, por exemplo, não fariam sentido as distinções normalmente estabelecidas entre “tradução literal” e “tradução

² A legitimidade desse repertório de “habilidades linguísticas” não será aqui posta em discussão, embora talvez merecesse uma consideração mais detalhada: será possível efetivamente pensar nessa especialização de habilidades linguísticas, diferenciando-as em “tradução”, “revisão”, “sumarização” e tantas outras, ou constituirão todas elas diferentes faces de uma mesma competência linguística subjacente e que não caberia segmentar? Acompanho aqui o senso comum, minha intuição de falante e minha experiência como professor, que tem percebido, com frequência, que há de fato diferenças (linguísticas?) importantes em cada uma dessas atividades. No entanto, devo confessar que escapa ao objeto da discussão tentar declinar quais seriam as habilidades linguísticas e investigar se estariam todas elas efetivamente, e da mesma forma, relacionadas a uma competência linguística mais geral. O fato é que, ainda que as diferenças entre elas possam ser de ordem apenas cosmética e accidental, tem sido observada uma divisão social do trabalho linguístico que, principalmente por meio de políticas de formação e de remuneração, tem confirmado a pertinência e a possibilidade dessa subclassificação.

livre”³. Da mesma forma, a habilidade linguística de tradução não supõe apenas o conhecimento passivo de duas línguas naturais, mas o movimento ativo de inter-relacionamento de estruturas linguísticas. Se pressupusermos que não haverá duas línguas completamente homólogas, ainda que historicamente aparentadas, seremos forçados a admitir que traduzir é, principalmente, operar escolhas léxicas e sintáticas que, em última análise, serão principalmente voluntárias.

Na medida em que considera, não apenas a linguagem, mas também o contexto em que é produzida, o mundo que é por ela falado (ou que é por meio dela constituído), e o uso que dela se faz, o PLN se vê novamente diante de um objeto multiforme e heteróclito, que conviria ser simplificado, sob o risco de permanecer incognoscível.

Consideremos, a título de ilustração, o desenvolvimento de um sistema especialista de Tradução Automática, cujo objetivo seria produzir em português um enunciado (1) *A neve é branca*, correspondente a (2) *Snow is white*, originariamente produzido em inglês. O objeto sobre o que nos debruçamos, o processo de transformação de (2) para (1), como a palavra *nu*, analisada por Saussure (1973), comporta múltiplas perspectivas de análise, o que faz que o fenômeno linguístico em questão – e admitamos que se trate de um fenômeno linguístico o que se está aqui observando – também se apresente dividido em faces contraditórias, a mais saliente das quais talvez seja o fato de que o processo de transformação é um processo de escrita (geração) do português mas é, ao mesmo tempo, um processo de leitura (análise) do inglês.

O dilema, novamente, se reinstalaria: o objeto do PLN nunca se nos ofereceria de forma integral. E a solução para essa nova dificuldade não poderia ser, agora, colocarmo-nos primeiramente no terreno da língua: trata-se de duas línguas diferentes (o inglês e o português) que devem ser consideradas simultaneamente. O objeto de investigação seria, na verdade, as relações que se estabelecem entre as duas línguas comparadas.

³ Num texto clássico, “On Linguistic Aspects of Translation”, Roman Jakobson (2000) deixa claro que a) há mais de um aspecto linguístico envolvido na tradução (o que é, aliás, confirmado pelo próprio título do texto) e b) há mais na tradução do que simplesmente Linguística. O mesmo ocorre em relação a Nida (1964), em que a tradução é concebida não apenas como equivalência formal (fidelidade à mensagem, i.e., à forma e à matéria do texto de partida), mas – talvez principalmente – como equivalência dinâmica (fidelidade à resposta do receptor do texto de partida). O autor considera, claramente, além dos aspectos linguísticos da tradução, os elementos contextuais e culturais, que seriam, em sua opinião, mais determinantes que os próprios elementos linguísticos: “*differences between cultures cause many more severe complications for the translator than do differences in language structure*” (NIDA, 2000, p.130). Mounin (1975, p.26-27), por fim, é categórico: “A tradução (sobretudo nas áreas do teatro, do cinema, da interpretação) comporta sem dúvida aspectos francamente não-linguísticos, extralinguísticos”. O autor afirma, com seus próprios grifos, que “os problemas teóricos suscitados pela legitimidade ou ilegitimidade da operação de traduzir, e por sua possibilidade ou impossibilidade, só podem ser esclarecidos *em primeiro lugar* no quadro da ciência linguística”. Mas é importante observar que “em primeiro lugar” não significa “exclusivamente” e que exerce, na sentença, o duplo papel de: a) afirmar a importância dos aspectos linguísticos da tradução; b) indicar que há outros aspectos a serem considerados.

Essas duas línguas compartilham, evidentemente, os mesmos atributos: ambas constituiriam sistemas de signos, entidades psíquicas de duas faces (o significante e o significado), vinculadas uma a outra por laços arbitrários, e que se organizariam por sobre o eixo das simultaneidades (a partir do qual poderiam ser observadas, entre os signos, relações associativas e sintagmáticas) e por sobre o eixo das sucessividades. No entanto, se considerarmos que “na língua só existem diferenças” (SAUSSURE, 1973, p.139, p.133, p.141 e p.131); que a língua é “um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão somente da presença simultânea de outros”; que “o que distingue um signo é tudo o que o constitui”; que a língua, enfim, é “uma forma, não uma substância”, seremos forçados a admitir que a única matéria efetivamente comparável entre duas línguas (ou dois estados de língua) seriam as relações negativas que opõem, dentro de cada uma delas, seus signos.

Trata-se de semelhanças que não poderiam ser expressas por meio do recurso consagrado a um estado comum das duas línguas cotejadas, associado à confecção de um dicionário bilíngue e de uma gramática contrastiva. A associação – eminentemente substantiva – de um signo linguístico do português a um signo linguístico do inglês é espúria e carente de fundamento, porque, em cada uma das duas línguas, os dois signos associados (positivamente) estabelecem, com os outros signos do mesmo sistema, outras relações, e assumem, por isso, cada um deles, diferentes valores. É importante assinalar que, historicamente, a Linguística, que “*tem por único e verdadeiro objetivo a língua considerada em si mesma e por si mesma.*” (SAUSSURE, 1973, p.271, grifo do autor), surge exatamente da recusa do método comparativo empreendido pelos neogramáticos, que buscavam encontrar, nas línguas românicas e germânicas, substâncias comuns, sem observar que o efetivo parentesco, para além de histórico, que as unia a todas, vinculava o conjunto de relações entre os signos que as definia, cada uma delas, e cada uma à sua maneira⁴. Desta forma, a topologia das duas línguas será principalmente dessemelhante, impedindo que seja observada a biunivocidade (ainda que parcial) entre os vocabulários e a intercambialidade entre construções sintáticas.

O que torna possível a tradução do inglês para o português não pode ser, portanto, a isotopia entre os dois sistemas semiológicos, mas exatamente o movimento pelo qual o caráter endovalorativo e autológico de cada uma dessas estruturas é exovalorizado e heterologicizado. Um movimento que, obviamente, não concerne à *langue*, mas à *parole*. Por esse motivo, uma descrição que privilegie apenas o aspecto social da linguagem, sem a consideração dos movimentos

⁴ “[...] acredita-se, quando se trata da técnica interna de comparação das línguas estar lidando com a própria língua, mas isto é ilusão. Não é a própria língua, mas seus *disiecta membra*, que não permitem apreender a totalidade que é a língua; um tal método alcança as contribuições físicas e fisiológicas, psicológicas e lógicas, sociológicas e históricas, mas não a própria língua.” (HJELMSLEV, 1978, p. 180-181).

realizados pelos falantes, se necessária, não será suficiente para a reprodução do comportamento esperado. Em algum momento, outro tipo de informação, de natureza não estritamente interna, deverá ser mobilizado e incorporado ao sistema⁵.

Percebe-se, nesse caso, que o objeto de investigação não é (apenas) o estado da língua, mas um evento linguístico específico, a língua posta em funcionamento. A linguagem, aqui, interessa principalmente como ato, não unicamente como potência. Mais do que o conhecimento da linguagem, importa, no exemplo considerado, o seu uso. Mais do que a estrutura linguística, importa ali o acontecimento, o fato linguístico.

O objeto do PLN não pode ser, pois, (apenas) a *langue*, que “não constitui [...] uma função do falante”, na qual a reflexão intervém “somente para a atividade de classificação” (SAUSSURE, 1973, p.22). O objeto do PLN deve ser (também) a *parole*, “o ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1) as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2) o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações.”

A questão que se instala é, pois, se a língua é realmente “necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos” (SAUSSURE, 1973, p.27). Se o PLN passa a ter, por objeto, “a) combinações individuais, dependentes da vontade dos que falam; b) atos de fonação igualmente voluntários, necessários para a execução dessas combinações” (SAUSSURE, 1973, p.28), resta saber se, assim como foi possível desenvolver uma teoria da língua sem que se fizesse referência à fala, se poderia igualmente postular uma teoria da fala que não fizesse referência à língua.

⁵ Considere-se, a este propósito, apenas um exemplo: a tradução, para o português, da sentença do inglês (1) *The police refused the students a permit because they feared violence*, de forma que a tradução portuguesa da sentença corresponda a (2) *A polícia recusou uma autorização para os estudantes porque e_i temia violência*. Instala-se um problema se se admite que (1) é ambígua do ponto de vista sintático e/ou semântico, e não ambígua do ponto de vista pragmático. Ou seja, se se admite que, embora sejam possíveis duas indexações para o pronome *they*:

(1a) *The police_i refused the students a permit because they_i feared violence*.

(1b) *The police refused the students_i a permit because they_i feared violence*,

apenas a primeira (1a) é autorizada no contexto do estado “normal” das coisas no mundo, em que (a) a polícia (inglesa) tem o poder de conceder ou negar autorizações para manifestações públicas (como passeatas estudantis, por exemplo); (b) os estudantes (na Inglaterra) são obrigados a solicitar permissão à polícia para a realização de manifestações; (c) as manifestações estudantis não raro (?) acabam em protestos violentos; e (d) a polícia, como agente estatal de manutenção da ordem, não deve medir esforços para a prevenção da violência. É importante observar que, no caso, para a resolução da anáfora endofórica representada por *they*, não apenas não são suficientes as relações léxico-gramaticais (a desambiguação envolve, inapelavelmente, a representação, para a máquina, de a+b+c+d indicados acima), mas talvez essas relações não sejam nem mesmo necessárias, já que a indexação refere-se antes ao compartilhamento de tópico (tema) do que ao compartilhamento do número gramatical, que é diferente para o pronome (plural) e seu antecedente (singular).

Do método do PLN

Tomar (também) a fala como objeto de investigação do PLN implica redefinir, em larga medida, o referencial teórico que vinha sendo até aqui considerado: não existe, na matriz saussuriana, uma teoria da *parole*:

Pode-se, a rigor, conservar o nome da Linguística para cada uma dessas duas disciplinas e falar numa Linguística da fala. Será, porém, necessário não confundi-la com a Linguística propriamente dita, **aquela cujo único objeto é a língua. Unicamente desta última é que cuidaremos**, e se por acaso, no decurso de nossas demonstrações, pedirmos luzes ao estudo da fala, esforçar-nos-emos para jamais transpor os limites que separam os dois domínios. (SAUSSURE, 1973, p.28, grifo nosso).

A matéria do PLN seria, portanto, mais afeita àquilo que Saussure (1973) entendia por Linguística da Fala, e que aqui associarei à Psicolinguística, embora a Psicolinguística não represente, no caso, senão parte de uma Linguística (externa) da Língua.

A Psicolinguística pode ser definida, grosseiramente, como um domínio ponte entre a Linguística, cujos conceitos ressignifica, e a Psicologia, cujos procedimentos refuncionaliza. Trata-se de uma área do conhecimento que, principalmente a partir da década de 1950, procura programaticamente realizar a síntese entre fenômenos linguísticos e fenômenos psicológicos.

A possibilidade dessa interdisciplinaridade entre Linguística e Psicologia emerge, no contexto do desenvolvimento das chamadas Ciências da Cognição, de um reposicionamento epistemológico que postula que a linguagem, mais do que um sistema exterior e anterior ao falante, é uma sua faculdade mental, é uma sua competência, em parte congênita, determinada (ou suportada) por uma estrutura biológica específica, de natureza neuroanatomofisiológica, que projeta uma organização psicológica universal, compartilhada, inevitavelmente, por todos os falantes humanos. Recusa-se, portanto, a autonomia da língua, e afirma-se que as estruturas linguísticas, em lugar de funcionarem à revelia do falante, só existem na medida em que são por ele materializadas e dele derivadas; que as categorias linguísticas, longe de representarem uma nomenclatura intersubjetiva da realidade, longe de servirem à simples transmissão do conhecimento, são, elas mesmas, parte desse conhecimento – na verdade, o resultado da própria organização psicológica do falante; que a linguagem, enfim, é sobretudo ação.

As implicações dessa concepção dinâmica da linguagem são principalmente duas: o privilegiamento, como objeto de estudo, das restrições de desempenho do falante, as quais invariavelmente condicionam a produção e a compreensão

dos enunciados linguísticos; e a rejeição da abordagem despsicologizadora dos fenômenos da linguagem empreendida pela definição (estática) de língua como sistema exógeno – rejeição que, em última instância, desautoriza a exclusão da *parole* do objeto de investigação da Linguística tradicional.

Esse redirecionamento epistemológico é resultado, principalmente, dos problemas relacionados à aquisição da linguagem. A solução (neo)behaviorista – mais afeita à concepção de linguagem como uma habilidade que se adquiriria socialmente, por meio de condicionamento operante, sem recurso a processos mentais internos – postulava que o comportamento verbal do falante adulto seria produto histórico de estímulos ambientais (externos, portanto) a que teria sido exposto desde a infância. No entanto vários dos fatos observados na fala de crianças durante o processo de aquisição de linguagem parecem não consistir, pelo menos não diretamente, de respostas a estímulos externos. O modelo não explica, por exemplo, como as crianças projetam qualitativa e quantitativamente os dados primários a que têm acesso (necessariamente finitos e relativamente simples) para produzir e compreender o conjunto infinito de expressões da língua. Assim como também não explica como, a partir de informação unicamente positiva, a criança desenvolve toda uma série de conhecimentos negativos sobre a língua (os chamados juízos de aceitabilidade).

O argumento da pobreza dos estímulos primários – como o define Chomsky (1965) – inviabilizaria, assim, uma descrição exclusivamente empirista do fenômeno da aquisição da linguagem e acusaria a existência de outros mecanismos mentais inatos, mais sofisticados do que os princípios indutivos simples repertoriados pelo comportamentalismo: se a aprendizagem de uma língua não se resume à repetição e à memorização, se não existe uma relação direta entre os dados de entrada e os dados de saída, a linguagem já não pode ser definida como produto de um condicionamento operante: os processos mentais internos tornam-se ativos e essenciais.

A ruptura com a tradição empirista e, por extensão, a recusa de um determinismo *tout-court* entre linguagem e sociedade (postulado, por exemplo, pela Sociolinguística), fazem reintroduzir os fenômenos linguísticos na discussão sobre o funcionamento interno da mente, velho problema filosófico que, a partir da incorporação da metodologia experimental, acabará recebendo novos contornos e novas cores. As relações entre linguagem e pensamento, na esteira dessa nova orientação teórica, passam novamente a ocupar um foco privilegiado de atenção nos estudos da cognição humana.

No entanto, a interdisciplinaridade que então se pronuncia não é propriamente equipolente: a Psicologia acaba muitas vezes importando acriticamente os conceitos da Linguística, sem se preocupar muito com sua realidade (e pertinência) psicológica. Ainda que muito frequentemente ocorram, no âmbito

da Psicolinguística, ressemantizações de categorias linguísticas, a ontologia dos elementos da linguagem não é exatamente o móvel e a preocupação central dos psicolinguistas, que herdaram muitos dos pressupostos das abordagens linguísticas tradicionais.

Um exemplo notável desta situação é o que Cláudia De Lemos (1982, p.98) referia como o pecado original das teorias sobre aquisição de linguagem:

Há, porém, a meu ver, na área de aquisição de linguagem, um dilema de base – seu dilema ou “pecado” original – que, por não ter sido até agora plenamente reconhecido, poucas destas questões ou riquezas têm propiciado. Trata-se da incompatibilidade entre os dois compromissos que o psicolinguista que se dispõe a investigar como as crianças adquirem sua primeira língua, tem que assumir – ou julga ter que assumir – para dar conta de sua tarefa.

Um desses compromissos é com a diacronia, a saber, com a identificação e a explicação das mudanças qualitativas que definiriam o processo de aquisição de linguagem, ou, em outras palavras, seu compromisso com a gênese das estruturas e categorias. O segundo compromisso parece ser o que ele assume com a sincronia e pelo qual se obriga a descrever, em termos de categorias e estruturas definidas no interior das teorias linguísticas vigentes, os enunciados representativos de cada momento do período que isola como objeto de estudo.

Na prática da pesquisa psicolinguística este dilema se concretiza na impossibilidade do investigador ser fiel a esses dois compromissos. Não há dúvida, porém, de que é pelo cumprimento do segundo que ele tem optado.

Embora recuse a perspectiva (estática) de língua, a Psicolinguística não prescinde, portanto, paradoxalmente, dos conceitos da Linguística, que frequentemente toma por primitivos. Embora se constitua como novo domínio, voltado para nova classe de problemas, a partir de novos princípios teóricos e metodológicos, a Psicolinguística importa, com os conceitos e as categorias da Linguística, toda uma concepção de linguagem que, em última análise, ainda não é psicológica. A rigor, não é incomum que a Psicolinguística seja encarada apenas como instância de teste de teorias linguísticas.

O exemplo da Psicolinguística é particularmente simbólico porque os pontos de coincidência com o PLN são flagrantes. Historicamente constituído por cientistas da computação que passam a se preocupar com a formalização da linguagem – bem mais do que por linguistas que procuram testar computacionalmente os formalismos desenhados –, o PLN tem frequentemente pecado por sua excessiva porosidade: quero crer que o domínio, como no caso da Psicolinguística, padece de um comportamento esponjoso e exageradamente permeável, que recolhe e mantém, de forma muitas vezes acrítica, os conceitos da Linguística teórica,

como se possuíssem validade intrínseca, que caberia apenas confirmar. Parece ser ainda ponto de vista hegemônico, no PLN, que as descrições da linguagem, se válidas para o homem, também o seriam para os computadores. Se conceitos como “morfema lexical”, “sintagma verbal” e “sinonímia” revelam-se, em algum momento, úteis para a descrição do conhecimento que os falantes têm da língua, então úteis também seriam para a máquina e ali deveriam ser introduzidos e representados.

Ocorre, porém, que os homens têm se revelado bem mais inexatos do que querem supor os matemáticos, e as semelhanças entre mente e máquina não podem ser admitidas senão em relação às similaridades de *input* e *output*. À luz do paradigma das ciências humanas – indisputavelmente desvinculado dos métodos das ciências naturais, ainda que não de seus objetivos –, as descrições linguísticas, via de regra, não alimentam qualquer preocupação formal com sua implementação computacional, tendo sido desenhadas para que os homens, e não as máquinas, entendessem e representassem o que sabem sobre a linguagem. Em se confirmando a não equivalência estrutural entre mente e máquina, torna-se extremamente frágil a pertinência (e mesmo a utilidade) para o PLN de boa parte dos constructos da Linguística teórica.

Em parte, poder-se-ia dizer, porque a linguagem humana não é lógica e, conseqüentemente, pouco passível de ser replicada a partir de modelos artificiais invariavelmente amparados na ideia (binária) do tudo ou nada. A univocidade, limitação física pressuposta por qualquer implementação computacional da língua, impediria o tratamento da irrecusável equivocidade emergente dos dispositivos linguísticos, reduzidos, na máquina, à mera caricatura do real.

No entanto, a confortável recusa da possibilidade de mecanização da linguagem é tão legítima quanto estéril. Se é indisputável que haverá, sempre, um intervalo intransponível entre homem e máquina, é também indiscutível que inúmeros dos comportamentos humanos ditos “inteligentes” têm sido satisfatoriamente emulados – embora não mimetizados – pela prática computacional.

Obviamente, há larga distância entre os resultados já alcançados e o processamento de alto nível da linguagem. A complexidade, que já não é pequena em níveis mais elementares, como a revisão ortográfica, revela-se inextricável quando se pensa, por exemplo, na construção de sumarizadores e tradutores automáticos. O que não pode significar que a máquina seja intrinsecamente incapaz de processar a linguagem humana. Quero crer que a frustração da agenda da Tradução Automática e, em certa medida, também do PLN, aponta para a impossibilidade, que será apenas procedimental, de a máquina falar (ou pensar) tal qual fazem os homens; não compreende, porém, sua capacidade de atingir alguns dos mesmos resultados de forma completamente diferente da realizada pelos humanos.

Como produto desta perspectiva – que será ainda uma profissão de fé, mais do que uma hipótese que tenha sido empiricamente (com)provada –, este texto deve propor uma fronteira semântica imaginária entre duas diferentes classes verbais do português: de um lado, “emular”, “sintetizar”, “replicar”; de outro, “copiar”, “imitar”, “mimetizar”, “simular”. No primeiro caso, o compromisso único com a produção dos mesmos resultados; no segundo, a fidelidade também ao processo. Em ambas as classes, a adesão ao paradigma do dualismo psicofísico, pedra angular da Inteligência Artificial: o pensamento humano – porque independente de sua extensão material, o corpo – poderia ser imitado ou sintetizado pela máquina.

É interessante ressaltar que a metáfora pouco tem a ver aqui com a concepção mecanicista da mente que inaugura a Inteligência Artificial. Não se trata, absolutamente, da mente como máquina, do cérebro como *hardware*, mas da mente e da máquina como meios diferentes para se atingirem os mesmos resultados. A ausência de qualquer especularidade entre a arquitetura da mente humana e a do computador, e a incomensurabilidade dos meios de expressão – bioquímico, de um lado; físico, de outro –, repelem, já de início, a possibilidade de qualquer paralelismo e aproximação entre desempenho humano e desempenho computacional.

É preciso, pois, pensar a formalização de um modelo de processamento não supervisionado da linguagem capaz de fundar suas próprias orientações de pesquisa e universos categoriais. Interessa não dotar a máquina de um aparato teórico pronto e acabado, mas investigar a possibilidade de investi-la de uma autonomia que a torne capaz de replicar o dinamismo e a instabilidade que são próprios da linguagem. Em última instância, interessa pesquisar a formulação de estratégias computacionalmente implementáveis de aquisição (e não de representação) da linguagem.

Será preciso, então, discutir a aplicabilidade dos conceitos e métodos da Linguística teórica para o desenvolvimento de processadores automáticos de línguas naturais. E a hipótese que se espreita é justamente a da negação de que os instrumentos normalmente desenvolvidos pelos linguistas para entender o funcionamento da linguagem possam ser eficientemente tra(ns)duzidos para a máquina. Eles seriam pertinentes apenas a um paradigma absolutamente alheio à teoria computacional. Não seria autorizado, portanto, o movimento epistemológico que leva cientistas da computação a querer buscar, na Linguística, modelos de representação da linguagem. O deslocamento necessário seria outro: as máquinas redescrevendo a linguagem a partir de suas próprias experiências linguísticas.

A justificativa desta abordagem se constitui em torno desta aparentemente absurda possibilidade que se desdobra em uma plethora de outras interrogações a serem adicionadas àquelas que inauguram este texto: será possível à máquina

adquirir a linguagem humana? Será possível uma descrição não humana para a linguagem? Será possível a criação de uma metalinguagem diferente da metalinguagem desenvolvida pelo homem? Será possível à máquina criar, sozinha, alguma metalinguagem? Será possível um conhecimento da realidade não intermediado pelo homem mas por uma sua criação? Até que ponto convergem as descrições, se possíveis, do criador e da criatura?

Acredita-se, aqui, em que o aprofundamento dessas interrogações, ainda que não sejam alcançadas respostas, pode ser extremamente elucidativo dos fenômenos da Linguística e da linguagem. A possibilidade de uma descrição não antropológica da linguagem (e de um tratamento não antropomórfico para a máquina), funda uma ótica particularmente interessante (se não ininterpretável) de abordagem dos fenômenos linguísticos. Ainda que não se possam jamais comparar os resultados da Linguística com os resultados do PLN, é forçoso considerar que apenas a possibilidade de uma descrição não mentalista (como será inapelavelmente o caso da descrição computacional) para os fenômenos da linguagem já é, por si mesma, merecedora de atenção.

MARTINS, R. The original sin of Computational Linguistics. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.1, p.287-307, 2011.

- *ABSTRACT: This paper explores some of the epistemological issues concerning the scope of Computational Linguistics, more specifically the scope of Natural Language Processing (by computers) when conceived of as the area of study where Traditional Linguistics and Computer Sciences overlap. By discussing the nature of this overlap, it concludes that the goals, objects and methods of Computational Linguistics do not match those of Traditional Linguistics, and that the former would not constitute a subdomain or application area of the latter, but a new scientific exploration field, where, although Traditional Linguistics research practices are still dominant, its internal contradictions gradually would lead to a new linguistic "reason" that would postulate less anthropocentric and anthropomorphic categories of analysis and description of languages, which would prove to be more suitable for the human linguistic behavior emulation by computers.*
- *KEYWORDS: Computational Linguistics. Natural Language Processing. Machine Translation.*

REFERÊNCIAS

CARNAP, R. *The logical syntax of language*. London: K. Paul Trench, 1937.

_____. *Physikalische begriffsbildung*. Karlsruhe: Braun, 1926.

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.

DE LEMOS, C. T. G. Sobre a aquisição da linguagem e seu dilema (pecado) original. *Boletim da Abralin*, Recife, n.3, p.97-136, 1982.

GRISHMAN, R. *Computational linguistics: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

HJELMSLEV, L. T. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HEMPEL, C. G. Aspects of scientific explanation. In: _____. *Aspects of scientific explanation and other essays in the philosophy of science*. New York: Free Press, 1970.

HUTCHINS, J. From first conception to first demonstration: the nascent years of machine translation, 1947-1954. A chronology. *Machine Translation*, Alemanha, v.12, n.3, p.195-252, 1997.

JAKOBSON, R. On linguistic aspects of translation. In: VENUTI, L. (Ed.). *The translation studies reader*. London: Routledge, 2000. p.113-118.

KAY, M. Machine translation: the disappointing past and present. In: COLE, R.A. et al. (Ed.). *Survey of the state of the art in human language technology*. Oregon: NSF/CEC/CSLU; Oregon Graduate Institute, nov. 1995. Disponível em: <<http://cslu.cse.ogi.edu/HLTsurvey/HLTsurvey.html>>. Acesso em: 4 set. 2009.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

MILNER, J. C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MOUNIN, G. *Os problemas teóricos da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1975.

NIDA, E. Principles of Correspondence. In: VENUTI, L. (Ed.). *The translation studies reader*. London, New York: Routledge, 2000. p.126-140.

_____. *Toward a science of translating, with special reference to principles and procedures involved in bible translating*. Leiden: E. J. Brill, 1964.

NIST. *Open machine translation evaluation (MT08): official evaluation results*. 2008. Disponível em: <http://www.itl.nist.gov/iad/mig//tests/mt/2008/doc/mt08_official_results_v0.html>. Acesso em: 13 set. 2010.

POPPER, K. *Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge*. London: Routledge, 1963.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.

STAROSTA, S. Natural language parsing and linguistic theories: can the marriage be saved? *Studies in Language*, Amsterdam, n.15, p.175-197, 1991.

Recebido em setembro de 2010.

Aprovado em fevereiro de 2011.

RESENHA /
REVIEW

DICIONÁRIO DE LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO

Márcia Sipavicius SEIDE*

FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B., FINATTO, M. J. B.; TEIXEIRA, M. (Org.). *Dicionário de lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009. 284p.

Parece inusitado haver resenhas de dicionário. Talvez isso se deva ao fato de a obra lexicográfica, haja vista sua função principal – auxiliar o consulente a sanar dúvidas que tenha a respeito das palavras –, não se prestar a uma leitura linear: não se lê um dicionário como se lê um romance. Contudo existem avaliações críticas de dicionários. Grosso modo, elas são feitas por especialistas com base na Lexicologia e costumam avaliar se o dicionário é coerente com aquilo a que se propôs; para tanto, é comum analisarem-se os objetivos do dicionário, a estrutura interna do verbete (especialmente a qualidade da definição e a suficiência e pertinência dos exemplos elencados) e a relação entre eles. Nesta resenha, porém, não se pretende fazer este tipo de avaliação, o que se pretende é apresentar o dicionário aos leitores, evidenciando sua utilidade e abrangência, tendo por base as atividades típicas nas quais um dicionário especializado é utilizado.

Esta resenha, portanto, focaliza o agir comunicativo que caracteriza o gênero textual a partir do sociointeracionismo discursivo proposto por Bronckart (2006). Nesse quadro teórico, a linguagem não é mera expressão de processos psicológicos como percepção, cognição, sentimentos e emoções, mas sim o instrumento que funda e organiza esses processos. Por isso analisá-la implica a consideração das condutas ativas do agir e do pensamento consciente que não se dá senão através da ação da linguagem substancialmente interativa, dialógica e social, como propusera Bakhtin (1981). Deve-se levar em conta, também,

[...] o caráter indissociável dos processos de organização social das atividades, de regulação dessas atividades pela linguagem e de desenvolvimento das capacidades cognitivas humanas e, conseqüentemente, abrem caminho para uma abordagem de explicação

* UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. Marechal Cândido Rondon – PR – Brasil. 85960-000 – marciaseda4@hotmail.com

do funcionamento psicológico humano, que implica, necessariamente, a história das interações humanas, tais como elas se organizam nas atividades e nas produções verbais coletivas (BRONCKART, 2006, p. 123).

A linguagem é, assim, um agir comunicativo, social e interativo cuja realização dá-se sob a forma de textos

[...] construídos, de um lado, mobilizando-se os recursos (lexicais e sintáticos) de uma determinada língua natural e, de outro, levando-se em conta modelos de organização textual disponíveis no âmbito dessa mesma língua. Por isso, os textos podem ser definidos como os correspondentes empíricos/linguísticos das atividades de linguagem de um grupo, e um texto como o correspondente empírico/linguístico de uma determinada ação de linguagem (BRONCKART, 2006, p. 139).

Os modelos de organização textual e as atividades sociais neles implicadas formam gêneros de textos, e os textos são produtos de atividades de linguagem pautadas pela interação, sempre situada socialmente.

Assim, afirmar que o dicionário especializado é um gênero textual e que o *Dicionário da linguística da enunciação* é um exemplar deste gênero é dizer que o texto apresenta determinadas características linguísticas peculiares determinadas por suas condições de produção que abrangem a esfera de atividade humana em que o texto foi produzido e a própria situação comunicativa por ele instaurada, logo, para se avaliar o dicionário enquanto gênero é preciso estar a par das atividades sociocomunicativas que o contextualizam. Há um sujeito que está lendo um texto e necessita de informações não disponíveis nem no próprio texto, nem em seu “conhecimento de mundo”. A interação leitor-texto é interrompida, e forma-se outra interação mais complexa: leitor-dicionário-texto. Em ambas, o leitor chega à compreensão via formulação de hipóteses que vão sendo confirmadas ou refutadas, tendo-se, como pressuposto, tratar-se de um sujeito-leitor competente destes dois gêneros textuais: texto científico e dicionário especializado.

Ao que tudo indica, essa visão interativa da linguagem é compartilhada pelos organizadores do dicionário que assim se referiram ao perfil do consulente por eles idealizado:

[...] devemos sempre ter em mente que colaborar para identificar uma terminologia, como esta que aqui se apresenta, implica relacionar os termos aos seus autores e textos-fonte e, sobretudo, colocar-se no lugar dos destinatários do trabalho: o consulente. Esse usuário tem um determinado perfil e determinadas necessidades. Assim, nossa função também se situou entre atender às necessidades do usuário – um estudante brasileiro da área de Letras em fase final de curso ou que inicia seus estudos de pós-graduação – e atender às necessidades de

representação do campo que se quer dar a conhecer por seus termos, conceitos, pontos de contatos e diversidades fundamentais. (FLORES et al, 2009, p.29).

Considerando as exigências do fazer terminológico lexicográfico e das especificidades da Linguística da Enunciação, o dicionário foi elaborado e organizado em função da idealização feita a respeito de seus possíveis usuários.

O dicionário está organizado em oito seções: “Prefácio”; “Palavras ao leitor”, “Relato de uma expedição terminológica”; “Guia do usuário”; Lista de abreviaturas e siglas”; “Equipes (por autores tratados)”; “Lista alfabética de termos”, “Lista alfabética de verbetes”; “Dados biográficos e bibliográficos dos teóricos em foco”; “Códigos das equipes”, “Fontes bibliográficas e bibliografia recomendada”; “Colaboradores e redatores de verbetes” e “Os organizadores”.

O prefácio (FLORES et al, 2009, p.7-9) foi belamente escrito por José Luiz Fiorin. Após definir o dicionário quase poeticamente sob inspiração de Neruda, Guimarães Rosa e Fernando Pessoa e fundamentando-se em Greimas – para quem lexemas podem esconder-revelar estruturas narrativas e discursivas complexas – passa a tratar da caracterização de um dicionário científico. Enfatiza os gestos de inclusão e exclusão essenciais ao surgimento, consolidação e desenvolvimento de qualquer ciência e, por fim, ressalta o rigor científico dos organizadores e seu empenho em tornar os verbetes homogêneos e autônomos.

É digna de nota a organização interna do dicionário que permite, ao leitor, acesso rápido a muitas informações importantes. Os gestos inclusivos e excludentes aos quais se referiu Fiorin estão materializados na lista alfabética de termos colocada imediatamente antes dos verbetes (FLORES et al, 2009, p.39-44). Numa das partes das “Palavras ao Leitor”, os organizadores publicaram um esquema com quadros e setas que formam a árvore de domínio da Linguística da Enunciação (FLORES et al, 2009, p.24). Nessa representação do campo de conhecimento, podem-se visualizar todos os teóricos incluídos no Dicionário e também os casos em que certos conceitos de um autor foram excluídos dos verbetes por o pesquisador também ter elaborado trabalhos relevantes em outros campos da Linguística ou de outras ciências. O leitor mais exigente e questionador encontrará as justificativas dos organizadores para esses gestos na parte “Sobre os fundamentos epistemológicos que nortearam a elaboração do Dicionário” (FLORES et al, 2009, p.13-17).

Nas demais partes dessa seção, há explicações adicionais sobre o surgimento e o desenvolvimento da disciplina e o que a caracteriza como tal. Antes do “Guia do usuário”, há, ainda, o “Relato de uma expedição terminológica” (FLORES et al, 2009, p.27-30) no qual os terminólogos responsáveis pela obra lexicográfica (Maria José Bocorny Finatto e Daniel Costa da Silva) justificam as escolhas que

resultaram na arquitetura dos verbetes, sem explicitarem, contudo, os critérios utilizados para o reconhecimento dos termos.

Quase trinta páginas separam o prefácio do “Guia do usuário”, onde estão as informações necessárias à compreensão das informações contidas nos verbetes. Por ser aquilo que, provavelmente, o consulente almejado pelos organizadores procuraria primeiro, poderia estar em primeiro plano, sem desmerecer as demais seções. Importa ressaltar que o teor das informações fornecidas revela um rigor que dificilmente um iniciante em Linguística da Enunciação exigiria. Os organizadores parecem estar cientes de que sua obra receberá o crivo da comunidade científica mais ampla, de aí a preocupação tanto epistemológica quanto terminológica.

Lendo as seções por esse viés, percebe-se não só que estão à altura dos leitores mais exigentes, mas também que são de análise obrigatória para os que quiserem elaborar uma resenha dirigida a especialistas nas Ciências do Léxico: lexicólogos, lexicógrafos e terminólogos.

Colocando-se no lugar ocupado pelo indivíduo que necessita consultar um dicionário voltado especificamente à Linguística da Enunciação, por estar iniciando-se na área, uma situação típica de uso desse gênero textual foi imaginada. A narração das ações que envolveriam a consulta ao dicionário como auxílio à tarefa de compreensão do texto principal fornecerá dados cuja análise permitirá observar em que medida a consulta ao dicionário funciona como uma ferramenta didática eficaz. Nesse sentido, a questão que se coloca é a seguinte: tendo em mãos o dicionário e sabendo utilizá-lo, o consulente torna-se capaz de ter uma visão crítica de textos científicos cuja pertença à Linguística da Enunciação é explicitamente defendida por seus autores?

Para esta simulação, foi escolhido um artigo vinculado a essa corrente teórica e não um dos livros-fonte: uma pessoa que esteja iniciando-se nessa área provavelmente não se arriscaria a ler, num primeiro momento, textos teóricos áridos e extensos, preferiria conhecer um pouco mais o terreno, indo pelas bordas, familiarizando-se com a linguagem utilizada e os objetos de estudos elegidos.

Mediante uma pesquisa ao sistema de busca *Google*, foi acessado um artigo explicitamente vinculado à Linguística da Enunciação, vinculação perceptível desde o título: “A produção de sentidos no Jornalismo: da Teoria da Enunciação à Enunciação Jornalística” (VIZEU, 2004). Nesse artigo, o autor explicita sua fundamentação teórica e, em seguida, analisa aspectos da linguagem jornalística, como o uso do presente e do discurso citado. Narradas as ações envolvidas pela leitura entremeada de consultas ao dicionário, elas são comentadas e analisadas. A partir desses dados, faz-se a avaliação do dicionário.

Após uma primeira leitura do artigo, o leitor nota que, além dos especialistas em jornalismo e/ou comunicação social, são citados os seguintes teóricos: Bakhtin, Benveniste, Orlandi, Mainguenu, Ducrot e Austin. Sentindo a necessidade de se situar, confere quais deles são referendados pelo dicionário e faz uma consulta à árvore de domínio à página 24.

De uma maneira muito econômica e prática, localiza Bakhtin, Benveniste e Ducrot. Dependendo de seu conhecimento sobre Linguística, saberá relacionar Austin à Pragmática e Mainguenu e Orlandi, à Análise do Discurso. Observando de novo a árvore, notará que, para Benveniste e Bakhtin, há vários campos de atuação. Tendo lido a seção “A visualização do campo” (FLORES et al, 2009, p.23-25) estará ciente que esses autores não se dedicaram exclusivamente à Linguística da Enunciação.

Essas valiosas informações permitem-lhe uma leitura mais aprofundada do artigo. Ele lembra que o autor do artigo fizera alguma menção a outras teorias e relê a primeira seção até encontrar o trecho:

Acompanhamos Bakhtin (1992) quando concebe a língua como um produto sociohistórico, como forma de interação social realizada por meio de enunciações. O conceito da língua como interação social desempenhou um papel importante nos estudos que, hoje, se desenvolvem sobre a interação verbal, como a pragmática, a teoria da enunciação e a análise do discurso que tem como princípio que a linguagem é ação e não um mero instrumento de comunicação. (VIZEU, 2004, p.143).

Agora a menção a outras teorias faz sentido, ele percebe que se trata de um mecanismo de coerência: Vizeu precisa mencionar a Pragmática e a Análise do Discurso porque também utiliza conceitos destas outras correntes.

Continuando a releitura, ele acompanha as definições de língua e palavra segundo Bakhtin, o trecho é bastante didático: não há necessidade de consultar o dicionário nesse momento. Surgindo como consequência dessa noção, surge o conceito de dialogismo e, após uma definição elaborada pelo autor do artigo, a citação de um trecho da obra *Marxismo e filosofia da linguagem*.

Para verificar se entendeu mesmo o conceito, busca-o no dicionário. Lê a parte que informa outras denominações: “dialogicidade interna, dialogização, diálogo interno” (FLORES et al, 2009, p.80). Esses equivalentes não significam nada para ele e deixam-no um pouco perdido, talvez, numa próxima consulta, pule essa parte. Depara-se, então, com a definição do termo: “princípio da linguagem que pressupõe que todo discurso é constituído por outros, mais ou menos aparentes, desencadeando diferentes relações de sentido.” (FLORES et al, 2009, p.80). A parte que afirma que os discursos são constituídos por outros

parece confirmar a informação dada pelo artigo, mas não a parte sobre os outros estarem mais ou menos visíveis no discurso, nem o desencadeamento de diferentes relações de sentido.

A leitura da definição faz surgirem dúvidas antes inexistentes e ele decide reler o trecho do artigo. Nesse trecho, a explicação sobre o conceito é acompanhada da citação da obra bakhtiniana *Estética da criação verbal*. Lê novamente a definição dada por Vizeu (2004, p.144) a qual, nesse momento, parece-lhe mais clara e didática:

[...] o interlocutor é constitutivo do próprio ato de produção da linguagem, de certa maneira, ele é coenunciador do texto e não um mero decodificador de mensagens. Ele desempenha um papel fundamental na constituição do significado e na produção. Logo, um enunciado deve ser analisado levando-se em conta sua orientação para o outro.

Satisfeito com a explicação de Vizeu (2004), ele segue adiante e interrompe sua leitura do artigo após deparar-se com o conceito de polifonia, para ele, bastante complexo:

Outra noção introduzida por Bakhtin foi o conceito de *polifonia*, resultado dos trabalhos desenvolvidos sobre a natureza do discurso literário (1981: 65-85). Ao analisar a obra de Dostoiévski e uma série de textos da literatura popular, Bakhtin percebe que o autor investe suas personagens de uma série de *máscaras* diferentes. Como essas *máscaras* representam várias *vozes* a falarem simultaneamente sem que uma dentre elas seja preponderante, Bakhtin qualifica o texto de Dostoiévski de polifônico. (VIZEU, 2004, p.144).

Ele acha interessante conhecer a origem do conceito, mas como sente que não o compreendeu realmente, consulta o índice dos termos e encontra a indicação de que o dicionário traz o conceito de polifonia segundo Ducrot. Lê a definição primeiro, embora desconfie (com base nas experiências anteriores) de que ela não será muito esclarecedora. Sua apreensão não o impede de perceber a clareza do texto, que define polifonia como o “fenômeno que possibilita ao locutor apresentar diferentes pontos de vista em um determinado enunciado.” (FLORES et al, 2009, p.188). Tentando relacionar as informações, pergunta-se:

“– Vozes são pontos de vistas, será que Dostoiévski usava as personagens para expressar um ponto de vista? Colocar uma voz no texto é como fazer a representação de um papel, como no teatro?”

Intrigado, ele busca mais informações na nota explicativa:

Opondo-se à ideia de unicidade do sujeito falante, Ducrot afirma que o autor de um enunciado (sujeito empírico) não se expressa diretamente, mas o faz por meio da figura de um locutor (sujeito discursivo), que apresenta diferentes vozes, diferentes pontos de vista, cuja origem são enunciadoreis. Isso mostra que o sentido de um enunciado nasce da confrontação das diferentes vozes que ali aparecem (FLORES et al, 2009, p.188).

E entende: “Ao escrever, quem escreve faz de conta que é outra pessoa, o sujeito discursivo. Do mesmo modo, para colocar uma fala na boca da personagem, o escritor precisa colocar-se no lugar dela.”

Pensa mais um pouco e eis que surge outra dúvida: “Se esta noção é de Ducrot e o autor do artigo fala que a polifonia foi um conceito criado por Bakhtin, por que o dicionário não faz referência a Bakhtin? Será que são conceitos diferentes?”

Mesmo sem conseguir achar uma resposta, ele continua a ler o artigo. Na seção seguinte, Vizeu (2004, p.144) passa a falar de Benveniste o qual, assim como Bakhtin, vê “[...] a língua como o lugar privilegiado de manifestações enunciativas.” O texto lhe parece claro, mas, por curiosidade, o leitor vai conferir o que o dicionário informa sobre este conceito. Não encontra nada a respeito de Bakhtin, e a definição de língua segundo Benveniste dada pelo dicionário não parece compatível com o que está no artigo: “[...] sistema que inter-relaciona valor distintivo das formas e valor referencial relativo à situação enunciativa.” (FLORES et al, 2009, p.150).

Mesmo irritado por ter perdido tempo, continua a leitura e se depara com o conceito de enunciação: “<<colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização>>” (VIZEU, p.144). Encorajado por ter entendido a noção, lê o próximo parágrafo que descreve o funcionamento do ato enunciativo mas coloca-o frente a termos desconhecidos: “sujeito locutor”, “sujeito-alocutário”, “alocução” e “alocutário”. Entende, vagamente, que se trata de um “eu”, possivelmente o sujeito locutor que fala para alguém que deve ser o sujeito-alocutário. Duvidando da própria interpretação, prefere conferir no dicionário. Consulta a lista alfabética de termos e encontra “enunciação”, “enunciado” e “locutor”.

Assim que lê a definição do primeiro verbete, percebe que ela é idêntica à fornecida por Vizeu. Dá uma olhada na enorme nota explicativa. Lendo por cima, não localiza nenhuma menção ao locutor e ao locutário e desiste de ler o texto. Procura, então, o verbete sobre enunciado, cuja leitura também não fornece a informação procurada. Felizmente, não é isto que ocorre quando lê o verbete “locutor” que confirma o que havia entendido quando leu o artigo: “<<é se identificando como pessoa única pronunciando eu que cada um dos locutores se coloca como ‘sujeito’>> (BEN95:280-281)”, (FLORES et al, 2009, p.158).

Como, afinal de contas, havia entendido o texto de Vizeu, decide consultar de novo o dicionário apenas em caso de extrema necessidade. Necessidade que surge parágrafos mais adiante, quando lê: “Orlandi (1996) critica a concepção de sujeito de Benveniste como ser único, central, origem e fonte do sentido”. Então, lê o respectivo verbete (FLORES et al, 2009, p.220) cuja explicação ao mesmo tempo clara, pormenorizada e sucinta, deixa-o totalmente satisfeito.

Após mencionar a crítica de Orlandi a Benveniste, Vizeu (2004) contrasta a noção benvenistiana com a ducrotiana de enunciação, segundo a qual a enunciação é, “[...] independentemente do autor da palavra [...] o acontecimento constituído pela aparição do enunciado.” No dicionário, encontra a mesma definição, mas a falta de exemplos na nota explicativa (FLORES et al, 2009, p.104) torna sua leitura pouco proveitosa.

Voltando ao artigo, o leitor nota que o autor utiliza conceitos da Análise do Discurso (Mainguenau) e da Pragmática (Austin), para, então, voltar à noção ducrotiana de enunciação: “A enunciação constitui a âncora da relação entre a língua e o mundo: ela permite representar os fatos no enunciado, constituindo, ela própria, um fato, um acontecimento único definido.” (VIZEU, p.146).

Nesse momento, está muito satisfeito consigo mesmo. Mesmo sendo sua primeira leitura na área, sente-se capaz de situar os conceitos entendendo-os e sabendo quais pertencem e quais não pertencem à Linguística da Enunciação e se parabeniza por ter comprado o dicionário.

Empolgado, começa a ler a parte principal do artigo que trata, especificamente, de algumas características da enunciação jornalística. Nessa parte, alguns termos novos são citados, os exemplos e as explicações fornecidas esclarecem-nos satisfatoriamente e ele consegue chegar ao final do artigo sem mais precisar consultar o dicionário.

Retomando todo o percurso de leitura entremeada de consultas ao Dicionário, pode-se dizer que a utilização da obra lexicográfica focalizou, além da noção fundamental bakhtiniana de dialogismo, conceitos chaves de dois estudiosos importantes: Benveniste e Ducrot.

Conforme esclarecem os organizadores, equipes diferentes foram responsáveis por cada teórico. Na penúltima seção do Dicionário, inclusive, é possível saber quem elaborou cada um deles: o verbete *Dialogismo-Bakhtin* foi elaborado por Maria da Glória Corrêa di Fanti; *Enunciação-Ducrot* e *enunciador-Ducrot*, por Carmem Luci da C. Silva; *Locutor*, por ela, Leci B. Barbisan, Telisa F. Graeff e Rejane F. Machado; *Polifonia-Ducrot* e *Sujeito Falante-Ducrot*, por Claudia S. Toldo. Os relativos a Benveniste – *Enunciação*, *Locutor* e *Sujeito* – por Valdir do Nascimento Flores.

Dada a diversidade de autores, não é surpreendente que não tenha sido possível padronizá-los qualitativamente, cada qual tendo seu estilo próprio de definir e explicar os conceitos. Enquanto um verbete pode ser avaliado como insuficiente ou inadequado do ponto de vista didático, outro pode ser elogiado pelos motivos contrários. A definição, as notas e a informação sobre “outras denominações” do verbete Dialogismo-Bakhtin mais confundem que esclarecem. Não obstante, as noções benvenistianas de enunciação, locutor e sujeito são definidas no Dicionário tal qual no artigo científico e as notas explicativas são claras e sucintas, com exceção das notas sobre a enunciação, extensas e pouco esclarecedoras.

Também passível de crítica, do ponto de vista didático, são os verbetes cuja falta ou escassez de exemplos torna-os herméticos, como é o caso de *Enunciação-Ducrot*, *Locutor-Ducrot* e *Polifonia*, verbete bastante hermético. Ainda com respeito ao verbete *Polifonia*, algumas observações tornam-se necessárias por ter suscitado questionamentos que poderiam levar o consulente a equivocarse.

Ao ler, no artigo, informações sobre a origem do conceito de polifonia, o consulente pesquisou o item no Dicionário e encontrou apenas informações sobre a noção segundo Ducrot. Mesmo sem entender por que não havia referência a Bakhtin, ele havia tentado relacionar as informações entre si e continuou a leitura do texto. Como, no Dicionário, há a indicação precisa das obras utilizadas para a definição, pode ser que um pesquisador se desse ao trabalho de consultar o texto fonte, como é feito a seguir.

A noção de polifonia é desenvolvida por Ducrot (1987) ao longo do último capítulo da obra *O dizer e o dito*. No começo deste capítulo, o autor faz referência e explica com as próprias palavras o conceito de polifonia de Bakhtin, remissão que faz parte de um contexto no qual se quer fazer um histórico da crença segundo a qual cada enunciado corresponderia a um autor. Nesse contexto, o conceito bakhtiniano surge para refutar esta crença (DUCROT, 1987, p.161). Na sequência, Ducrot tece uma crítica à noção de estilo indireto livre postulados por Ann Banfield (apud DUCROT, 1987, p.162). Mais adiante relaciona seu conceito de polifonia ao de Bakhtin:

Minha própria teoria da polifonia, que deve muito aos dois autores que acabo de citar (Authier e de Plénat), visa a construir um quadro geral onde se poderia introduzir sua crítica a Banfield, quadro que constitui ele mesmo, digo-o desde já, uma extensão (bastante livre) à linguística dos trabalhos de Bakhtine¹ sobre a literatura (DUCROT, 1987, p.163).

¹ Esta é a forma como aparece o sobrenome do autor na obra consultada; hoje em dia, utiliza-se a grafia Bakhtin.

Conforme esclarece o autor, sua noção de polifonia é uma adaptação, para a linguística, da noção postulada para a literatura. As diferenças entre elas podem ser percebidas quando Ducrot (1987) utiliza-se de trechos literários para exemplificar as diferenças postuladas entre enunciador e locutor e fazer um paralelo com autor e personagem.

Para mostrar que “[...] o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor” (DUCROT, 1987, p.192), são citados trechos de *Les femmes Savantes*, de Molière, cuja obra, influenciada pela corrente filosófica moralista, não teria como apresentar a polifonia peculiar a Dostoiévski, em cujas obras “a consciência do herói [...] não se torna mero objeto da consciência do autor.” (BAKHTIN, 1981, p.1).

Da ótica de um “terceiro” indiferente, não se constrói nenhum elemento da obra. Esse “terceiro” indiferente não está representado de modo algum no próprio romance. Para ele não há lugar na composição nem na significação. Nisto não consiste a fraqueza do autor, mas sua força grandiosa. Com isto, o autor conquista uma nova posição que está acima da posição monológica [...] a vontade artística da polifonia é a vontade de combinação de muitas vontades, a vontade do acontecimento. (BAKHTIN, 1981, p.13-17).

De acordo com a noção de polifonia Bakhtiniana, a obra de Molière não é polifônica. Uma vez que ela é utilizada para exemplificar aspectos da noção ducrotiana, conclui-se que não se pode relacioná-las entre si como o fez o consulente desavisado, o qual, provavelmente, não teria, como iniciante nos estudos da Linguística da Enunciação, condições de fazer uma pesquisa mais aprofundada sobre o conceito.

Um especialista em Ducrot saberia distinguir entre ambas as noções de polifonia, mas não um iniciante. Talvez fosse o caso de se acrescentar, numa nova edição, como observação, um aviso ou alerta informando sobre a diferença entre as noções, uma precaução que os autores do *Dicionário de Análise do Discurso*, Charaudeau e Maingueneau (2004) tiveram.

Nessa obra, também um dicionário especializado, as noções são apresentadas, sobre a ótica da A.D, mas com o cuidado de diferenciar seu ponto de vista das de outras correntes da Linguística. O verbete “polifonia” desse dicionário começa informando a origem do termo, proveniente da música. Em seguida, a noção bakhtiniana é explicada. Segue-se a essa explicação, o seguinte esclarecimento:

Com o crescente interesse que se manifestou em linguística, desde os anos 80, pelos aspectos pragmáticos e textuais, o trabalho de Bakhtin foi redescoberto por alguns linguistas. Desse modo, na França, Ducrot

desenvolveu uma noção propriamente linguística da polifonia, da qual ele se serve para suas análises de toda uma série de fenômenos linguísticos. Ao mesmo tempo, e independentemente uns dos outros, os estudiosos da literatura desenvolveram a polifonia bakhtiniana e, nesses últimos anos, tentou-se reconciliar as duas abordagens polifônicas para forjar, a partir delas, uma ferramenta eficaz para as análises de discurso. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.385).

Se bem seja verdade que, sob alguns aspectos, o Dicionário da Linguística da Enunciação precisa ser aperfeiçoado para que alguns verbetes tornem-se mais didáticos, menos abstratos e mais compreensíveis àquele que se inicia nos estudos da Linguística da Enunciação, a obra apresenta qualidades louváveis que a diferenciam de suas congêneres.

Mediante a consulta à árvore de domínio e aos verbetes de que necessitou (metade dos quais apresentou definições e explicações didáticas sucintas e esclarecedores), o leitor pôde caracterizar as correntes teóricas utilizadas pelo autor do artigo, compreender a menção feita por Vizeu a outras teorias e identificar uma alusão implícita à noção ducrotiana de enunciação.

Por ter consultado o dicionário, esse leitor iniciante conseguiu fazer uma leitura ascendente do artigo, ter uma visão crítica sobre o que leu e chegar a um grau de compreensão muito próximo daquele que teria “um iniciado” no assunto. Por tudo isso, pode-se dizer que o *Dicionário de Linguística da Enunciação* pode e deve ser utilizado como uma ferramenta didática pelo estudante que almeja especializar-se nessa emergente ciência da linguagem.

A avaliação feita nesta resenha baseou-se, tão somente, na análise de pouco mais de meia dúzia de verbetes, tendo-se em vista sua aplicabilidade à tarefa de se ler e compreender um artigo científico explicitamente filiado à Linguística da Enunciação por seu autor. Retrata, portanto, apenas uma das muitas possibilidades de utilização da obra e recobre uma parte muito pequena da totalidade dos verbetes. Outras avaliações poderiam ser feitas, a que ora se apresentou, procurou basear-se nas atividades sociointerativas que constituem o gênero textual Dicionário Especializado do ponto de vista dos leitores. Ainda que limitada e parcial, esta resenha é uma prova viva de que o *Dicionário da Linguística da Enunciação*, conforme previra Fiorin:

[...] não está pura e simplesmente voltado para o passado, ele está aberto para o futuro. Ele não fecha, ele torna patentes perspectivas e possibilidades. Ele desafia a imaginação, provoca os pesquisadores, incita ao trabalho acadêmico. Unindo o que foi feito e o que pode ser feito, este dicionário é um instrumento indispensável a todos os que têm paixão pela linguagem, a todos aqueles que se deslumbram com ela e a analisam com rigor (p.9).

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Org.). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévsk*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1981.

BRONCKART, J.-P. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Tradução de Anna Rachel Machado e Maia de Lourdes Meirelles Mantencio. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

VIZEU, A. A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, Galiza, v.2, n.1, p.141-155, 2004.

Recebido em março de 2010.

Aprovado em novembro de 2010.

LINGUAGEM. GÊNERO. SEXUALIDADE: CLÁSSICOS TRADUZIDOS

Joana Plaza PINTO*

OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. 166 p. (Linguagem, 37).

Quando pensamos na organização de uma obra que represente uma área de estudos, como desejamos vê-la organizada? Há formas diferentes de se fazer isso e as boas retrospectivas, revisões e coletâneas provam isso (CAMERON, 1998, 2005; KUBOTA, 2003; HOOKS et al., 2004). Uma coletânea audaciosa e completa deve ser uma obra que inclua textos inaugurais, textos reconhecidos e textos atualizados da área de estudos revisada. Uma obra que mostre o desenvolvimento cronológico de uma série temática. Uma obra que revise o que foi feito e prenuncie o que virá. Se a área de estudos tiver seus exemplares mais relevantes e historicamente significativos em língua estrangeira, melhor ainda se for uma obra que apresente tais exemplares em português, para que se possa indicá-la para estudantes e pesquisadoras(es) iniciantes e demais profissionais não familiarizadas(os) com a língua estrangeira fonte. Parece ambicioso? É exatamente o que faz a coletânea *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*, organizada por Ana Cristina Ostermann e Beatriz Fontana e publicada pela editora Parábola em 2010. Trata-se de uma coletânea de textos inaugurais e reconhecidos, apresentados cronologicamente e que mostram o que foi feito, apontando o que virá nos estudos sociolinguísticos sobre gênero e sexualidade. Mesmo com seu viés anglofônico, todas as traduções da coletânea são escolhas felizes para representar este imenso campo em ampliação franca mundo afora.

Escrita pelas organizadoras, uma precisa apresentação do campo de estudos abre a coletânea. Nessa apresentação, elas utilizam uma reconhecida linha de compreensão das abordagens teóricas que organizam os estudos: as perspectivas de *déficit*, de *dominância* e de *diferença* (CAMERON, 1998), ainda que algumas interpretações afirmem que a abordagem do *déficit* possa ser incluída nesta da *dominância* (CAMERON, 2005). O desenvolvimento destas abordagens, seus

* Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Letras – Departamento de Estudos Linguísticos e Literários. Goiânia – GO – Brasil – joplazapinto@gmail.com

avanços e mudanças de perspectivas no período contemplado pela coletânea – 1973 a 1998 – estão em concordância com os avanços e mudanças nas epistemologias feministas no mesmo período, o que torna as escolhas para esta coletânea ainda mais felizes. As três perspectivas, assim como a quarta perspectiva explicitamente defendida pelas organizadoras – *estudos da performatividade* –, encontram-se com a passagem das epistemologias feministas anglofônicas essencialistas às antiessencialistas, mais precisamente, do “fundacionalismo biológico” (PISCITELLI, 2002) aos “fundamentos contingentes” (BUTLER, 1998). Do segundo capítulo – primeiro texto traduzido – ao quinto, podemos ler textos que fundamentam suas perguntas e respostas sobre a dicotomia “mulher”/“homem”, expressões usadas no singular porque representando uma visão monolítica de tais posições na vida social e, portanto, linguística. Do sexto capítulo ao oitavo, podemos ler uma transição para uma visão heterogênea e mais complexa, enfatizada pelo uso de expressões como “gênero” (que enfrenta o binarismo mulher/homem), “relações de poder” (que insere intersecções, espaço e história para a compreensão das relações desiguais) e “comunidades de práticas” e “discurso” (que inserem novas noções de linguagem). Essas diferenças devem ser entendidas como transições mesmo, pois “gênero” e “relações de poder” são termos encontrados em alguns dos primeiros capítulos – seus usos, para que e com que fundamentos, sua variabilidade teórica e metodológica marcam as sutis mudanças das transições.

Aqui vale enfatizar que tais mudanças acarretam uma perspectiva sociolinguística bem diferente dos estudos iniciais no campo, sendo a coletânea muito útil também para apresentar às(aos) iniciantes na Sociolinguística as transformações teórico-metodológicas da área, como resume muito bem o oitavo capítulo:

Enquanto a sociolinguística tradicionalmente pressupõe que as pessoas falam como falam pelo fato de serem quem (já) são, a abordagem pós-moderna sugere que as pessoas são quem elas são pela (entre outras coisas) forma como falam. Essa perspectiva muda o foco de uma simples catalogação de diferença entre homens e mulheres para uma pergunta mais sutil sobre como as pessoas usam recursos linguísticos para produzir a diferença de gênero. (CAMERON, 2010, p. 132)

O primeiro texto traduzido são as primeiras e últimas páginas do primeiro capítulo do livro *Language and woman's place*, de Robin Lakoff. Ainda que esta decisão de segmentação do capítulo para tradução não tenha sido justificada pelas organizadoras,¹ ter uma parte desta obra traduzida para o português é já

¹ Suponho que tenha sido uma decisão fundamentada pelos limites de espaço da coletânea. Mesmo assim sinto imensa falta da seção 3 (LAKOFF, 1975, p.19-42), especialmente da divertida discussão sobre eufemismos nos usos de palavras para “mulher”.

uma vantagem para quem quer conhecer (ou apresentar a suas(seus) estudantes) os estudos linguísticos feministas. Esse livro de Lakoff é sem dúvida um clássico, tendo sido primeiramente publicado em 1973 em formato de artigo, e sendo assim considerada a primeira publicação conhecida sobre o assunto.² Lakoff (1975, p.1)³, em suas próprias palavras, discute “a linguagem usada pela e sobre as mulheres” e conclui que os registros linguísticos das mulheres estilizam seu desempoderamento – “[...] há uma discrepância entre o inglês falado pelos homens e o falado pelas mulheres” (LAKOFF, 2010, p.29). Sua posição foi vista como essencialista e criticada por depender teórica e metodologicamente de binarismos homogeneizantes quase deterministas, como as ideais de “fala masculina” e “fala feminina”. Tais binarismos estão presentes tanto na abordagem da *dominância*, representada por Lakoff no segundo capítulo, Pamela Fishman no terceiro e Candance West e Don Zimmerman no quarto, quanto na abordagem da *diferença*, representada por Deborah Tannen, traduzida no quinto capítulo da coletânea e reconhecida por tratar as relações entre linguagem e gênero como questões de subculturas – “dois sexos, duas culturas”.

Compreendendo melhor do que se trata o fundacionalismo biológico do feminismo anglofônico da década de 1970, podemos localizar a posição de Lakoff e de outras sociolinguistas feministas não apenas nesse contexto, mas igualmente no contexto mais amplo das características das epistemologias feministas. Como aponta Piscitelli (2002, p.20, grifo nosso), “[...] no fundacionalismo biológico, os dados da biologia coexistem com os aspectos da personalidade e o comportamento, mas as relações entre *eles são acidentais*.” Não é por acaso que Lakoff (1975, p.83) termina seu livro afirmando que “[...] eu não sinto que nós devamos manter os tipos de relações sociais que nós temos sempre assumido.” No mesmo sentido, Fishman (2010, p.32) preocupa-se em esclarecer que “[...] relações de poder entre homens e mulheres são o resultado da organização social das atividades no lar e na economia” e West e Zimmerman (2010, p.65) também enfatizam que “[...] poder está implicado no que significa ser homem em relação a uma mulher.” Mesmo que apoiado em noções e análises essencialistas, o feminismo dos anos 1970 é marcado pela percepção das relações desiguais entre homens e mulheres e pelo desejo de transformação, assim como marcam os trabalhos destas corajosas linguistas feministas de 1970 a 1985.

² Mesmo descontando o viés anglofônico da coletânea, não há obra acadêmica conhecida sobre o assunto antes de 1973. A primeira obra em francês, por exemplo, data de 1978: o livro *Les mots et les femmes*, de Marina Yaguello. A efervescência dos estudos sobre linguagem e gênero começam mesmo depois do Ano da Mulher (1975).

³ Utilizo aqui a publicação em inglês porque o Prefácio de Lakoff (1975, p.1-2) não foi incluído na coletânea. Optei por utilizar as versões traduzidas na coletânea sempre que citar trechos incluídos. As demais traduções de trechos de artigos ou livros em língua estrangeira foram feitas por mim para fins exclusivos desta resenha.

Esta subversão constitutiva dos estudos feministas da linguagem, característica da “recomendação de uma forte forma de reflexividade” própria da epistemologia feminista (HARDING, 1987, p.9), levou-as a dialogar não apenas com teorias e metodologias dos estudos linguísticos já consolidados (Robin Lakoff menciona George Lakoff, Pamela Fishman menciona Sacks e Schegloff), como também dialogarem com estudos sobre a relação entre linguagem, gênero e sexualidade em outros campos de saberes: entre outras(os), Candace West e Don Zimmerman, no quarto capítulo, mencionam Erving Goffman, da Sociologia; Penelope Eckert e Sally McConnel-Ginet, no sexto capítulo, mencionam Etienne Wenger, dos Estudos Educacionais; Anna Livia e Kira Hall, no sétimo capítulo, mencionam as teóricas feministas Eve Sedgwick e Judith Butler, esta também mencionada por Deborah Cameron no capítulo final da coletânea. Este intenso diálogo rompe fronteiras disciplinares para tratar seus tópicos de pesquisa sempre como problemas para uma vida social mais justa e igualitária, pois, como afirma Cameron (1998, p. 48), “[...] ao contrário de seus colegas do *mainstream*, feministas nunca ficaram contentes com meramente catalogar os fatos da diferença.”

Esse percurso avançou para os “fundamentos contingentes” da *performatividade*, uma compreensão crítica das identidades pré-estabelecidas pela Sociolinguística tradicional nos termos da crítica feminista às exclusões normativas, o que significa concordar com Butler (1998, p.36) que: “As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tal, exclusivistas”. As estudiosas mais recentes traduzidas pela coletânea adotaram as ideias de que “[...] é inútil continuarmos a usar modelos de fala generificada que considere implicitamente a masculinidade e a feminilidade como construtos monolíticos [...]” (CAMERON, 2010, p.147) e de que “[...] gênero é performativo porque configura a sua existência por meio de seu próprio pronunciamento feliz.” (LIVIA; HALL, 2010, p.121). Nesse sentido, o atual estado da arte dos estudos sobre linguagem, gênero e sexualidade aponta para a necessidade de se estudar como linguagem *faz* gênero e sexualidade, compondo um conjunto excelente de interpretações do filósofo inglês J. L. Austin, conforme discuti recentemente (PINTO, 2009).

É sem dúvida uma coletânea ambiciosa e seu fôlego permite ir fundo ao juntar numa mesma obra renomadas pesquisadoras e um pesquisador anglofônicos traduzidos por renomadas pesquisadoras e um pesquisador brasileiro. Seu papel hoje no Brasil pode fazer avançar não apenas este vasto e crescente campo de estudos das relações entre linguagem, gênero e sexualidade, mas também os estudos da linguagem em geral e as lutas pela igualdade, ajudando a produzir o que Boaventura de Souza Santos (1988, p.60) chamou de “conhecimento prudente para uma vida decente”. Trata-se, portanto, de uma empreitada que certamente

merece leitura pela representatividade do material traduzido e pela amplitude do debate que abre no Brasil.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.11, p.11-42, 1998.

CAMERON, D. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p.129-149. (Linguagem, 37).

_____. Language, gender and sexuality: current issues and new directions. *Applied Linguistics*, v.26, n.4, p.482-502, 2005.

_____. Gender, language, and discourse: a review essay. *Signs*, Chicago, v.23, n.4, p.945-973, 1998.

FISHMAN, P. M. O trabalho que as mulheres realizam nas interações. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p.31-47. (Linguagem, 37).

HARDING, S. Introduction: is there a feminist method? In: HARDING, S. (Ed.). *Feminism and methodology*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p.1-14.

HOOKS, B. et al. *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Tradução de Maria Serrano Gimenez et al. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

KUBOTA, R. New approaches to gender, class, and race in second language writing. *Journal of Second Language Writing*, Murcia, n.12, p.31-47, 2003.

LAKOFF, R. Linguagem e lugar da mulher. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p.13-30. (Linguagem, 37).

_____. *Language and woman's place*. New York: Harper & Row Publishers, 1975.

LIVIA, A.; HALL, K. “É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p.109-127. (Linguagem, 37).

PINTO, J. P. O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.33, p.117-138, 2009.

PISCITELLI, A. Re-criando a categoria mulher? In: ALGRANTI, L. M. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002. p.1-25.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.2, n.2, p.46-71, 1988.

WEST, C.; ZIMMERMAN, D. H. Pequenos insultos: estudo sobre interrupções em conversas entre pessoas desconhecidas e de diferentes sexos. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). *Linguagem, gênero, sexualidade*: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola, 2010. p.49-66. (Linguagem, 37).

Recebido em setembro de 2010.

Aprovado em novembro de 2010.

CÍRCULO DE BAKHTIN: TEORIA INCLASSIFICÁVEL

Maria Inês Batista CAMPOS*

PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (Org.). *Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. 447 p. (Bakhtin: Inclassificável, v.1).

O pensamento do russo Mikhail Bakhtin repercute intensamente nas universidades brasileiras em áreas do conhecimento como a Linguística, Educação, Psicologia, Sociologia, Filosofia, Teoria Literária e em muitos outros campos de investigação. Bakhtin figura como um nome popular entre professores do ensino fundamental e médio, por exemplo, aqueles que têm interesse na sua teoria dos gêneros do discurso voltada para as atividades didáticas.

A referência aos nomes de Voloshinov e Medvedev, no entanto, ainda causa estranheza entre os leitores de Bakhtin que insistem em considerar *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (1929), *O Freudismo: um esboço crítico* (1927) e *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica* (1926) como obras escritas por Bakhtin. Nas duas últimas décadas do século XX, estudiosos de diversas nacionalidades buscaram esclarecer a questão da autoria e partiram em busca de muitos documentos (dados de arquivo, memórias, cartas dos correspondentes de Bakhtin, etc.) a fim de mostrar que os dois primeiros livros foram originalmente publicados sob o nome de Valentin N. Voloshinov e o último, sob o de Pavel N. Medvedev, portanto pessoas reais e não meros pseudônimos. Em 1999, essa questão ganhou a preocupação dos participantes da Bakhtin Conference realizada na Universidade de Sheffield, Grã-Bretanha, com o tema “Na ausência do mestre: o círculo desconhecido de Bakhtin”. Em 2008, o encerramento da 13th International Mikhail Bakhtin Conference na Universidade de Western Ontario, London, no Canadá, contou com uma conferência de Iurii Medvedev, filho de P. Medvedev, intitulada “A polifonia do Círculo”. Como se pode notar, esse debate continua aberto.

* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – maricamp@usp.br

A série *Bakhtin: inclassificável*, organizada pelas professoras Luciane de Paula e Grenissa Stafuzza, coloca-se na mesma direção de propor estudos significativos em torno de Bakhtin e o Círculo. A coleção, prevista em quatro volumes, já sinaliza, nos títulos, as instigantes discussões a serem oferecidas: *Círculo de Bakhtin: diálogos (in) possíveis* (número 2); *Círculo de Bakhtin: pensamento interacional* (número 3); *Círculo de Bakhtin: concepções em construção* (número 4). As pesquisadoras preferem apresentar a teoria do “Círculo de Bakhtin” como “inclassificável”, ou seja, como algo que não pode ser sistematizado, e os artigos assumem múltiplas perspectivas em torno da teoria do Círculo, apresentando as tensas relações dialógicas sem enquadrar esse pensamento em regras, categorias ou definições *a priori*.

Trazer a teoria de Bakhtin associada ao adjetivo “inclassificável”, no entanto, pode provocar uma compreensão bem diversa da prevista pelas organizadoras que foram buscar inspiração na canção “Inclassificáveis”, do poeta Arnaldo Antunes (1996), em que ele canta a mistura de culturas. Esse termo pode sugerir que a teoria bakhtiniana é “absolutamente fugidia”, “assistemática”, “inapreensível”, como alertou Sobral (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.54) no início do seu artigo. Tal designação exige atenção dos leitores, uma vez que não se trata de um vale tudo conceitual, é preciso notar, por exemplo, que o conceito bakhtiniano de gênero do discurso não é o mesmo que o de gêneros de texto ou textuais na perspectiva de Jean-Paul Bronckart (1997) ou de Jean-Michel Adam (1999); também o conceito de “discurso” é diverso da abordagem francesa segundo Michel Pêcheux, ou Dominique Maingueneau ou Michel Foucault. É preciso salientar também que há uma densa e rica teoria da filosofia da linguagem produzida pelo Círculo bakhtiniano durante o início do século XX numa Rússia soviética (URSS), de modo que não se caia na tentação de atribuir rótulos a Bakhtin, mesmo com a finalidade de valorizar seu pensamento.

Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável é o primeiro volume da série que foi publicado em junho de 2010. Organizado em duas partes, contém onze artigos inéditos, escritos por renomados pesquisadores brasileiros e estrangeiros; na segunda parte, os textos aparecem em suas línguas originais; coube a Adail Sobral a tradução do italiano e a Luciane de Paula, a tradução do artigo em francês.

O prefácio (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.13-30) do livro, escrito pelas organizadoras, traz uma breve contextualização da Rússia stalinista, quando Bakhtin e o Círculo participaram ativamente da vida intelectual no país. Em seguida, recuperam a recepção das obras no Ocidente, começando na França, em 1970, com a tradução feita por Julia Kristeva de *Problemas da poética de Dostoiévski*. Na década seguinte (1981), Tzvetan Todorov publicou *Le prince dialogique suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine*, divulgando alguns textos de Voloshinov (“As fronteiras entre poética e linguística”; “A estrutura do

enunciado”) e de Bakhtin (*Ressurreição*, prefácio ao romance de Tolstói). Naquele mesmo ano, saiu, nos Estados Unidos, a tradução *The dialogic Imagination: four essays by M. M. Bakhtin*, organizada por Michael Holquist; no Brasil, *Marxismo e filosofia da linguagem* teve sua primeira tradução a partir da edição francesa em 1979, trazendo o nome de Volochinov (entre parênteses) na capa. De Paula e Stafuzza lembram que os vários estudos norte-americanos das décadas de 1980-90 também tiveram importância decisiva para o conhecimento dos conceitos bakhtinianos como as primeiras biografias de Clark e Holquist (*Mikhail Bakhtin*, 1984) e Morson e Emerson (*Mikhail Bakhtin: creations of a prosaics*, 1990). Foi o início dos debates em torno das relações entre o pensamento de Bakhtin e o Círculo e o diálogo com os conceitos de Roman Jakobson, Karl Marx, Ferdinand de Saussure, Ernst Cassirer, Immanuel Kant entre outros. As organizadoras assinalam que, a partir da década de 1980, as pesquisas bakhtinianas começaram a se intensificar no Brasil, embora permaneçam sem tradução para o português a obra de Medvedev, intitulada *O método formal nos estudos literários*, vários ensaios de Voloshinov e de Bakhtin.

A sequência dos artigos seguiu o eixo temático de modo que abrem e fecham o livro os textos dos pesquisadores italianos que recuperam a discussão do termo “inclassificável” no título. No primeiro artigo “Uma leitura inclassificável de uma escritura inclassificável: a abordagem bakhtiniana da literatura”, Petrilli focaliza a contribuição dos estudos de Bakhtin na maneira de se abordar a escritura literária, ultrapassando os limites das disciplinas teóricas da literatura. O enfoque bakhtiniano explorado é o de um texto responsivo, isto é, o que responde ao mundo “da vida vivida”. Para a estudiosa italiana, a teoria bakhtiniana busca ampliar as fronteiras culturais e não se limita a uma única ciência humana, apresentando uma metodologia para isso: “pôr em relação campos e objetos de estudo, ainda que distantes, mediante um processo de deslocamento e de abertura, em vez de incorporação e fechamento” (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.39). No artigo de encerramento “O pensamento dialógico de Bakhtin e de seu Círculo como Inclassificável”, Augusto Ponzio também recupera a discussão da escritura literária, indicando o aspecto dialógico da linguagem. Os dois autores insistem que não há uma teoria pronta a ser aplicada na análise do objeto literário e apresentam a teoria bakhtiniana com intenso diálogo com a Epistemologia, a Fenomenologia, a Crítica literária, a Semiótica, mostrando o quanto a filosofia da linguagem é o cerne do pensamento do Círculo de Bakhtin.

Nos nove ensaios que se seguem, os temas aprofundados são os de *estética*, *autoria* do Círculo de Bakhtin, *estilística discursiva*, *ideologia*, *cronotopo*, *gênero do discurso*, *enunciado*, a questão do *sujeito*. A leitura dos textos permite que o leitor tome suas decisões, porque cada um oferece informações sobre o Círculo de Bakhtin e abordam vários conceitos, muitas vezes, de diferentes pontos de vista.

Em “A estética em Bakhtin (literatura, poética e estética)”, Adail Sobral, professor da Universidade Católica de Pelotas, RS, recupera o projeto enunciativo estético em obras do Círculo que tratam “do trabalho de integração de forma, conteúdo, e material” (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.79) da obra poética como discurso sociológico dentro de uma concepção ética e filosófica. Em “Auctoridade e tornar-se autor: nas origens da obra do Círculo B.M.V.”, Bénédicte Vauthier, da Universidade François Rabelais, em Tours, discute com profundidade o tema do Círculo de Bakhtin, apresentando um extenso levantamento bibliográfico feito nos Arquivos de Bakhtin, o que lhe permite enfrentar as muitas acusações feitas a Bakhtin, como o de plagiador. Esse ensaio é importante para o leitor que não tem acesso aos textos russos e deseja entender a disputa da autoria das obras do Círculo.

No artigo “Bakhtin: contribuições para uma estilística discursiva”, Norma Discini, professora da Universidade de São Paulo, discute o conceito de estilo numa perspectiva discursiva, trazendo a análise de textos verbais e verbo-visuais como uma tira jornalística e um texto publicitário. Em “O nascimento do Formalismo: Bakhtin”, Edward Lopes e Helenice Braghetto Trigo Lopes indagam se não há exagero em chamar “um grupo de ‘três ou quatro interessados’ em Círculo” (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.165). Apresentam várias informações sobre os membros do Círculo Linguístico de Moscou, com quem Bakhtin tanto dialogou e os autores situam a batalha política que envolveu os estudos linguísticos depois da Revolução bolchevista. No final do artigo, os autores terminam com uma afirmação polêmica: “Bakhtin começou como formalista” (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.173). Desde seus primeiros textos, Bakhtin discutiu com muitos dos teóricos do Formalismo Russo, em muitos momentos, questionando seus princípios.

Gilberto Castro, pesquisador da Universidade Federal do Paraná, em “O marxismo e a ideologia em Bakhtin”, apresenta a relação dos autores do Círculo e o pensamento marxista. Parte dos conceitos marxistas de *superestrutura ideológica*, *infra-estrutura econômica*, *luta de classes*, *dialética*, *síntese dialética*, *classe dominante* e analisa cuidadosamente a existência de uma unidade de trabalho desses conceitos presentes no conjunto da obra de Bakhtin e o Círculo.

Em “A questão espaçotemporal em Bakhtin: cronotopia e exotopia”, Irene Machado, pesquisadora da Universidade de São Paulo, traça como linha norteadora a discussão em torno do tempo dialógico. Para isso, analisa a arquitetônica do cronotopo a partir da narrativa que configura modos de vida em contextos particulares de temporalidades. A estudiosa explica que “[...] o tempo, para Bakhtin, torna-se pluralidade de visões de mundo tanto na experiência como na criação, manifesta-se como um conjunto de simultaneidades que não são instantes, mas acontecimentos no complexo de seus desdobramentos.” (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.215).

Rosineide de Melo, professora da Fundação Santo André, em “O discurso como reflexo e refração e suas forças centrífugas e centrípetas”, analisa dois documentos oficiais, Boletim de Ocorrência e um Termo Circunstaciado, coletados na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher. A autora discute os conceitos de discurso, enunciado, enunciação, texto, palavra, signo, procurando definir o conceito de “discurso”. Renata Marchezan, pesquisadora da UNESP de Araraquara, apresenta o capítulo “Gêneros do discurso: o caso dos artigos de opinião”, em que analisa artigos publicados no jornal Folha de S. Paulo entre 2007 e 2008, com tema dedicado à política brasileira, buscando recuperar a tensão entre a voz autoral e a política.

O ensaio “Sobre a questão do sujeito”, de João Wanderley Geraldi, professor e pesquisador da UNICAMP, é um testemunho de leitor apaixonado dos textos de Bakhtin. De maneira quase didática, o autor recupera os vários sujeitos bakhtinianos a partir dos primeiros ensaios do autor russo, em especial, “A filosofia do ato responsável”: reflete sobre “o sujeito responsável”, “sujeito incompleto”, “inconcluso”, “insolúvel”, “datado”, e conclui com “o sujeito fora do comando”, aquele que está junto com a história dos outros. Bakhtin explica: “A vida conhece dois centros de valor que são fundamental e essencialmente diferentes, embora correlacionados um com o outro: eu e outro.” (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.292).

O leitor / estudioso / interessado nos estudos de Bakhtin e o Círculo tem à disposição uma obra que pode ajudá-lo a andar pelas veredas de muitos conceitos centrais como enunciado, gênero do discurso, sujeito, cronotopo, plurilinguismo, ideologia, etc. Em formato bem cuidado, a obra apresenta uma excelente organização interna, contando com uma boa tradução dos trabalhos. Um livro dessa qualidade mereceria uma revisão cuidadosa, porque apresenta alguns problemas que poderiam ser evitados. No prefácio, imprecisões em duas notas de rodapé: na página 14, o título da obra de Todorov é *Mikhail Bakhtine, le principe dialogique suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine* e não como está indicado: *Écrits du Cercle de Bakhtine*; na nota 9 (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.15), afirma-se que já existe uma tradução para o português do importante ensaio de Voloshinov “Discurso na vida e discurso na arte (sobre poética sociológica)”, publicado na obra *Bakhtin e o Círculo*, organizada pela pesquisadora Beth Brait. Na edição mencionada, contudo, há um excelente artigo da tradutora russa Tatiana Bubnova em torno do texto, mas não é a tradução do ensaio. O texto em português que circula é a tradução feita por Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza para uso didático, sem publicação por editora. Ainda algumas citações em vários artigos merecem revisões numa próxima edição.

A leitura do livro *Círculo de Bakhtin*: teoria inclassificável, organizado por Paula e Stafuzza é indispensável a todos que desejam compreender os tensos caminhos da recepção do Círculo de Bakhtin, seus impasses e avanços, acompanhar as

argumentações desenvolvidas sobre a escritura das obras do Círculo. Vale a pena conferir as diferentes abordagens que os conceitos bakhtinianos ganham nas lentes dos pesquisadores que participaram desta coletânea. Estudos em torno do “mais importante pensador soviético no campo de ciências humanas e o maior teórico da literatura no século XX”, conforme afirma Todorov (1981, p.7), são fundamentais para o público brasileiro que tem acesso, a conta-gotas, à obra de Bakhtin e o Círculo.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.

ANTUNES, A. Inclassificáveis. Intérprete: Arnaldo Antunes. In: _____. *O silêncio*. São Paulo: BMG Ariola/RCA, 1996. 1 CD. Faixa 6.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ, 1999.

TODOROV, T. *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique, suivi de écrits du Cercle Bakhtine*. Paris: Seuil, 1981.

Recebido em setembro de 2010.

Aprovado em novembro de 2010.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Acionalidade, p.113
Adjuntos temporais, p.113
Análise da Conversa, p.135
Análise do discurso, p.163
Antropônimos, p.63
Aquisição, p.225
Aspecto verbal, p.113
Autoria, p.117
Call centers, p.135
Cognição, p.205
Definição lexicográfica, p.31
Dêixis, p.205
Derivação, p.11
Detelicização, p.113
Dialogismo, p.117
Discurso, p.249, p.271
Discurso político, p.163
Enunciado, p.117
Escrita, p.225
Esfera discursiva, p.117
Especificidade, p.83
Estrutura do DP, p.83
Ética, p.117
Gramática, p.205
Helplines, p.135
História da Língua, p.11
Identificação, p.83
Ideologia, p.249
Inconsciente, p.271
Inglês, p.11
Interação ao telefone, p.135
Junção, p.225
'Lá' pós-nominal não locativo, p.83
Lei de imprensa, p.117
Lexicografia, p.31
Línguas Românicas, p.11
Linguagem, p.271
Linguística Computacional, p.287
Louis Althusser, p.249
Michel Pécheux, p.249
Modelo semântico, p.31
Morfologia, p.11
Nomes próprios, p.63
Onomástica, p.63
Padrão sintático, p.31
Português, p.11
Processamento Automático das Línguas Naturais, p.287
QP, p.83
Referência, p.205
(Res)Significação, p.249
(Re)Tomadas, p.249
Significante, p.271
Sujeito, p.271
Taxonomia de paráfrases, p.31
Telicidade, p.113
Trabalho prescrito, p.135
Tradições discursivas, p.225
Tradução Automática, p.287
Voz, p.163

SUBJECT INDEX

- Acionality, p.113
Anthroponyms, p.63
Authorship, p.177
Call centers, p.135
Cognition, p.205
Conversation Analysis, p.135
Computational Linguistics, p.287
Deixis, p.205
DP-structure, p.83
Derivation, p.11
Detelicization, p.113
Dialogism, p.117
Discourse, p.249, p.271
Discourse analysis, p.163
Discourse sphere, p.117
Discourse traditions, p.225
English, p.11
Ethics, p.117
Grammar, p.205
Helplines, p.135
History of language, p.11
Human voice, p.163
Identification, p.83
Ideology, p.249
Junction, p.225
Language, p.271
Language acquisition, p.225
Lexicography, p.31
Lexicographic definition, p.31
Louis Althusser, p.249
Machine Translation, p.287
Morphology, p.11
Natural Language Processing, p.287
Onomastics, p.63
Pêcheux, p.249
Political discourse, p.163
Portuguese, p.11
Post-nominal non-locative 'lá', p.83
Prescribed guidelines, p.135
Press law, p.177
Proper names, p.63
QP, p.83
Reference, p.205
(Re-)signification, p.249
(Re-)Visited, p.249
Romance languages, p.11
Semantic model, p.31
Signifier, p.271
Specificity, p.83
Subject, p.271
Syntactic pattern, p.31
Taxonomy of paraphrases, p.31
Telephone interactions, p.135
Telicit, p.113
Temporal adjuncts, p.113
The unconscious, p.271
Utterance, p.117
Verbal aspect, p.113
Writing, p.225

ÍNDICE DE AUTORES

AUTHOR INDEX

ABRAÇADO, J, p.205
AMARAL, E. T. R, p.63
BASSO, R. M, p.113
BUGUEÑO MIRANDA, F.; FARIAS, V. S, p.31
FERREIRA-ROSA, I.; MESQUITA, D. p.C. de; CARVALHO, S. F. E. M, p.249
LONGHIN-THOMAZI, S. R, p.225
MACHADO, B. F. V, p.271
MAGALHÃES, A. S, p.177
MARTINS, R, p.287
OSTERMANN, A. C.; SOUZA, J, p.135
PEREIRA, B. K, p.83
PIOVEZANI, C, p.163
RIO-TORTO, G, p.11

ÍNDICE DE RESENHA *REVIEW INDEX*

Autor e resenhadores

Authors and reviewers

FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B.,

FINATTO, M. J. B.; TEIXEIRA, M. (Org.)

SEIDE, M. S., p. (res), p.311

OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.)

PINTO, J. P., p. (res), p.323

PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (Org.)

CAMPOS, M. I. B., p. (res), p.329

Livros resenhados

Reviewed books

Dicionário de linguística da enunciação, p.311

Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos, p.323

Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável, p.329

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS DA

Alfa: Revista de Lingüística

1. Informações gerais

A *Alfa*: Revista de Linguística, *financiada pela* Pró-Reitoria de Pesquisa da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – publica trabalhos inéditos de professores e pesquisadores, incluindo doutorandos de programas de pós-graduação, vinculados a instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais. Não serão aceitos, no entanto, trabalhos de pesquisa produzidos por mestres ou graduados. A revista edita artigos, retrospectivas, resenhas, entrevistas e traduções vinculados a todas as linhas de pesquisa dos Estudos Linguísticos.

São aceitas apenas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil nos dois últimos anos e, no exterior, nos quatro últimos anos.

Sem o conhecimento da autoria, dois membros do Conselho Editorial emitem parecer sobre os trabalhos. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro parecerista, que também não terá acesso ao nome autor. Depois da análise, cópias dos pareceres serão encaminhadas aos autores juntamente com instruções para modificações, quando for o caso.

No caso dos textos produzidos por autores convidados, o *peer review* será

realizado pelos membros do Conselho Editorial da revista.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português, francês, inglês, espanhol ou italiano. Para artigos escritos em português, *TÍTULO*, *RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* precedem o texto e *TITLE*, *ABSTRACT* e *KEYWORDS* sucedem o texto. Para artigos escritos em outros idiomas, *TÍTULO*, *RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* que precedem o texto devem ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto deverão ser em português, no caso de artigos em inglês; e em inglês, no caso de artigos em francês, espanhol ou italiano.

Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas da revista serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

Dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

2. Apresentação dos trabalhos

Encaminhamento: Os autores devem realizar o cadastro (Login/Senha) no site da revista (www.alfa.unesp.br), na seção Submissões Online, preencher corretamente o perfil e escolher a opção

“AUTOR”. Após haver realizado esses passos, deve ir para “SUBMISSÕES ATIVAS” e iniciar o processo de submissão através do link “CLIQUE AQUI PARA INICIAR O PROCESSO DE SUBMISSÃO”, no qual irá realizar os cinco passos básicos:

1. Início: Iniciar o processo de submissão, confirmando se está de acordo com as condições estabelecidas pela revista (marcando as caixas de seleção das condições e da declaração de direito autoral) e selecionar a seção artigos;
2. Inclusão de metadados: indicar os dados principais – nome, sobrenome, e-mail, instituição, resumo da biografia, título e resumo;
3. Transferência de manuscritos: realizar a transferência do arquivo para o sistema;
4. Transferência de documentos suplementares: realizar a transferência de arquivos com informações suplementares, que funcionam como um apêndice ou anexo ao texto principal, tais como instrumentos de pesquisa, conjuntos de dados e tabelas, que seguem os padrões de ética de avaliação, fontes de informação normalmente não disponíveis para leitores, ou figuras e/ou tabelas que não podem ser integradas ao texto em si.
5. Confirmação: Concluir a submissão.

Após concluir os cinco passos acima descritos, o autor deve aguardar o

e-mail do editor e, nesse ínterim, pode acompanhar todo o fluxo de seu trabalho, da submissão, aceite, avaliação, re-edição do original até a publicação. Os artigos, após a submissão, são designados aos avaliadores definidos pelo conselho ou editores da revista. A política de seleção dos artigos é definida pelos membros do Conselho Editorial, Consultivo e os Editores da revista, disponibilizadas na seção “Sobre a Revista”, “Processo de Avaliação por Pares”.

3. Preparação dos originais

3.1. Apresentação

A preparação do texto deve obedecer aos seguintes parâmetros: *Word for Windows*, fonte *Times New Roman* de tamanho 12, espaçamento um e meio entre linhas no corpo do texto, papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), margens esquerda e superior 3,0 cm, direita e inferior 2,0 cm e extensão total de 30 páginas, incluindo referências bibliográficas e anexos e/ou apêndices.

3.2. Estrutura do trabalho

Para elaboração do artigo, o autor(es) deve(m) obedecer à seguinte sequência:

1. **título** em caixa alta e em negrito, centralizado no alto da primeira página, em espaçamento simples entrelinhas;
2. texto, de, no mínimo, 150 palavras e, no máximo, 200, contendo resumo do artigo, que indique seus obje-

- tivos, referencial teórico utilizado, resultados obtidos e conclusão, precedido da palavra **RESUMO**, em caixa alta, duas linhas abaixo do nome do autor, sem adentramento e em espaçamento simples;
3. palavras-chave, no máximo de sete, separadas por ponto, precedidas do termo **PALAVRAS-CHAVE**, em caixa alta, mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo. Para maior facilidade de localização do trabalho em consultas bibliográficas, a Comissão Editorial sugere que as palavras-chave correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho;
 4. o corpo do texto inicia-se duas linhas abaixo das palavras-chave, em espaçamento um e meio entrelinhas;
 5. subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho, referenciados a critério do autor, devem estar alinhados à margem esquerda, em negrito, sem numeração, com dois espaços de um e meio depois do texto que os precede e um espaço um e meio antes do texto que os segue;
 6. agradecimentos, quando houver, seguem a mesma diagramação dos subtítulos, precedidos da palavra **Agradecimentos**;
 7. título do artigo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), inserem-se duas linhas abaixo do final do texto, em espaçamento simples, sem caixa alta e negrito.
 8. versão do resumo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da palavra *ABSTRACT*, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do título do artigo em inglês;
 9. versão das palavras-chave, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da expressão *KEYWORDS*, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do abstract;
- OBS.: No tocante às três últimas instruções, artigos redigidos em inglês devem seguir a versão em português do título, do *RESUMO* e das *PALAVRAS-CHAVE*;
10. referências, sob o subtítulo **REFERÊNCIAS** alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, devem ser mencionadas em ordem alfabética e cronológica, indicando-se as obras de autores citados no corpo do texto, separadas por espaço simples, duas linhas abaixo das palavras-chave em inglês (cf. 3.3.1 abaixo);
 11. duas linhas abaixo das referências, se considerado imprescindível, sob o subtítulo Bibliografia consultada, alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, podem ser indicadas, também em ordem alfabética e cronológica, obras

consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto.

3.3. Outras instruções

3.3.1. Normas para referências

As referências devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2002: espaço simples e um espaço entre cada obra. Caso a obra seja traduzida, solicita-se que se informe o nome do tradutor.

Exemplos:

Livros

Authier-Revuz, J. **Palavras incertas:** as não coincidências do dizer. Tradução de Cláudia Pfeiffer et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

Coracini, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org). **O desejo da teoria e a contingência da prática.** Campinas: Mercado das Letras, 2003.

Capítulos de livros

PECHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. P. (Org). **Gestos de leitura: da história no discurso.** Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p.15-50.

Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. **Pátria, civilização e trabalho:** o ensino nas escolas paulista (1917-1939). 1988. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Artigos em periódicos

SCLIAR-CABRAL, L.; RODRIGUES, B. B. Discrepâncias entre a pontuação e as pausas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.26, p.63-77, 1994.

Artigos em periódicos on line

SOUZA, F. C. Formação de bibliotecários para uma sociedade livre. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.11, p.1-13, jun. 2001. Disponível em: . Acesso em: 30 jun. 2001.

Artigos em jornal

BURKE, Peter. Misturando os idiomas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2003. Mais!, p.3.

EDITORA plagiou traduções de clássicos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p.6, 4 nov. 2007.

Documento eletrônico

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização Documentária da UNESP. Normalização Documentária para a produção científica da UNESP: normas para

apresentação de referências. São Paulo, 2003. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2004.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990. **Anais...** São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

3.3.2. Citação no texto

O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado, por vírgula, da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala...”.

Quando for necessário especificar página(s), estas deverão seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p. (MUNFORD, 1949, p.513).

As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a), (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960).

Citações diretas em mais de três linhas deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra tamanho 11, sem aspas e espaço simples entrelinhas. Citações com menos de três linhas devem seguir o fluxo normal do texto e virem destacadas apenas entre aspas.

3.3.3. Notas

Notas devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página; remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior, após o sinal de pontuação, quando for o caso.

3.3.4. Ilustrações

Ilustrações compreendem figuras, desenhos, gráficos, quadros, mapas, esquemas, fórmulas, modelos, fotografias, radiografias. As legendas devem ser inseridas abaixo das ilustrações, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e centralizadas. As figuras, os desenhos, os gráficos, os quadros, os esquemas, as fórmulas e os modelos devem ser enviados em arquivo separado, no programa em que foram gerados. Os mapas, as fotografias e as radiografias também devem ser enviadas em arquivos separados e em alta resolução (300 dpi).

3.3.5. Tabelas e quadros

Tabelas devem ser usadas para apresentação de informações tratadas estatisticamente e quadros para

sintetizar e organizar informações textuais. O título de tabelas e quadros insere-se na parte superior, centralizado, e a numeração é consecutiva, em algarismos arábicos; caso seja necessário especificar a fonte dos dados, esta deverá ser colocada abaixo da tabela ou do quadro e o texto, alinhado à esquerda. Tabelas devem ser construídas com as bordas laterais abertas e sem linhas de separação de colunas.

3.3.6. Anexos e/ou Apêndices.

Quando imprescindíveis à compreensão do texto, e inclusos no limite de 30 páginas, **Anexos e/ou apêndices**, seguindo formatação dos subtítulos, devem ser incluídos no final do artigo, após as referências bibliográficas ou a bibliografia consultada.

3.3.7. Transferência de direitos autorais – Autorização para publicação

Caso o artigo submetido seja aprovado para publicação, JÁ FICA ACORDADO QUE o autor AUTORIZA a UNESP a reproduzi-lo e publicá-lo na *Alfa: Revista de Linguística*, entendendo-se os termos “reprodução” e “publicação” conforme definição respectivamente dos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98. O ARTIGO poderá ser acessado tanto pela rede mundial de computadores (WWW – Internet), como pela versão impressa, sendo permitidas, A TÍTULO GRATUITO, a consulta e a reprodução de exemplar do ARTIGO para uso próprio de quem a consulta. ESSA autorização de publicação não tem limitação de tempo, FICANDO A UNESP responsável pela manutenção da identificação DO AUTOR do ARTIGO.

SAEPE – Seção de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3301-6275 ou 3301-6234
e-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
site: <http://laboratorioeditorial.fclar.unesp.br/>

Produção Editorial:



Impressão:



